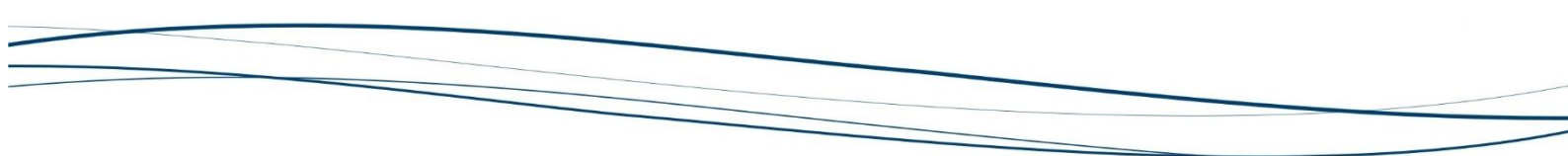




RELATÓRIO E CONTAS 2025



ÍNDICE:

MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	3
2025 EM DESTAQUE.....	6
SÍNTESE DE INDICADORES.....	13
A EMPRESA.....	14
QUEM SOMOS.....	14
<i>Missão, visão e valores</i>	14
<i>Descrição, atividades e presença</i>	19
<i>Cadeia de Valor</i>	20
<i>Os nossos Stakeholders</i>	20
ORGANIZAÇÃO.....	47
<i>Estrutura acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais</i>	47
AS NOSSAS PESSOAS.....	51
AS NOSSAS AMBIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE.....	55
RELATÓRIO DE GESTÃO.....	66
A ENVOLVENTE.....	66
<i>Contexto macroeconómico</i>	66
<i>O Setor</i>	71
<i>Contexto Regulatório</i>	79
ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS.....	84
A ATIVIDADE.....	89
<i>Introdução</i>	89
<i>Água em Alta</i>	89
<i>Água em Baixa</i>	90
<i>Gestão delegada do Sistema Multimunicipal da Águas do Vale do Tejo</i>	90
<i>Outras Atividades</i>	90
<i>Atividade Operacional</i>	91
RISCO E CONTROLO.....	163
DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO.....	171
INOVAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO /INCENTIVOS FINANCEIROS.....	182
EVENTOS POSTERIORES AO FECHO.....	188
CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES DO ACIONISTA E DISPOSIÇÕES LEGAIS - 2025.....	190
PERSPETIVAS FUTURAS.....	217
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	220
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	222
ANEXO AO RELATÓRIO ANUAL DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO.....	223

Mensagem do Presidente

O ano de 2025 fica marcado como um marco na trajetória da EPAL, não apenas por ter alcançado o melhor resultado líquido da sua história, atingindo 66,1 milhões de euros, mas também pela forma como a Empresa respondeu a contextos de forte exigência operacional. O apagão elétrico de abril de 2025 colocou à prova, de forma súbita e muito concreta, a resiliência do sistema de abastecimento, obrigando a uma atuação reforçada em campo, com limitações severas de comunicação, constrangimentos no abastecimento de combustível e impactos na utilização de viaturas e equipamentos elétricos. Essa experiência veio confirmar a importância das opções estratégicas que temos vindo a tomar: acelerar a autossustentabilidade energética, diversificar fontes de energia renovável, reforçar a redundância em infraestruturas críticas e aprofundar planos de contingência que nos permitam responder, com maior autonomia e rapidez, a eventuais situações análogas no futuro.

Em paralelo, as alterações climáticas evidenciam-se cada vez mais como um fator estrutural do enquadramento em que atuamos, com impacto direto na segurança hídrica e na gestão das nossas infraestruturas. Portugal tem registado, nos últimos anos, uma combinação desafiante de períodos de seca prolongada com episódios de precipitação extrema e cheias rápidas, sobretudo em zonas urbanas e ribeirinhas, com efeitos relevantes em infraestruturas, mobilidade e segurança das populações. Conscientes desta realidade, temos vindo a orientar o investimento para reforçar a resiliência dos sistemas, melhorar a redundância e a flexibilidade operacional, proteger as origens de água e adaptar o desenho e a operação das infraestruturas a um regime hidrológico mais variável e imprevisível.

O ano de 2025 demonstrou, de forma inequívoca, a capacidade da EPAL em conjugar a excelência do serviço público com um desempenho económico-financeiro muito robusto. Num contexto desafiante, a Empresa garantiu, sem interrupções, um abastecimento de água de elevada qualidade, reforçou a proximidade aos clientes e consolidou o seu posicionamento como entidade de referência no setor da água, em Portugal e a nível internacional. O crescimento do volume de negócios, a melhoria da rentabilidade, o reforço da solidez financeira e o controlo rigoroso das perdas de água traduzem a maturidade do nosso modelo de gestão e a consistência da estratégia seguida.

Este desempenho assentou num investimento relevante em infraestruturas críticas, na modernização de ativos e na preparação de um robusto conjunto de projetos para os próximos anos, garantindo maior resiliência dos sistemas, redundância no abastecimento e capacidade reforçada de resposta a

situações extremas, sejam elas de origem climática ou energética. Em paralelo, demos passos firmes na transformação digital, perspetivando o desenvolvimento de soluções tecnológicas avançadas, a estruturação do sistema de gestão da inovação e a aposta em ferramentas como inteligência artificial e plataformas de monitorização em tempo real, que elevam a eficiência operacional e reforçam a segurança da operação.

A par desta evolução, a EPAL assume como desígnio estratégico ser, cada vez mais, uma empresa inovadora, aberta à experimentação e à adoção de soluções de vanguarda. A aposta em projetos disruptivos e inovadores – quer ao nível da gestão de ativos, da eficiência hídrica e energética, quer na relação com o cliente e nos modelos de serviço – será decisiva para antecipar tendências, responder a novos riscos e oportunidades e afirmar a EPAL como laboratório vivo de inovação no setor da água. Esta ambição traduz-se na promoção sistemática de iniciativas internas de criatividade, no incentivo à participação das equipas em programas de inovação e no reforço de parcerias com universidades, centros de conhecimento e entidades tecnológicas.

A sustentabilidade assumiu, em 2025, uma centralidade ainda maior na atuação da EPAL. Prosseguimos o Programa Zero Energia, reforçámos a produção própria de energia renovável, reduzimos de forma muito significativa a pegada carbónica e lançámos iniciativas pioneiras, como a fatura com pegada zero carbono, evidenciando o compromisso da Empresa com a neutralidade climática e a transição energética. Ao mesmo tempo, intensificámos junto dos mais jovens a educação ambiental, a sensibilização para o uso eficiente da água e a valorização do património histórico e cultural, através da atividade do Museu da Água, do Pátio da Água e de inúmeros projetos junto das comunidades e das escolas.

Nada disto seria possível sem o empenho, a qualificação e o sentido de missão das nossas trabalhadoras e dos nossos trabalhadores, verdadeiro alicerce dos resultados alcançados. Em 2025, reforçámos equipas, investimos fortemente em formação, aprofundámos práticas de segurança e saúde no trabalho e reconhecemos o percurso de quem, ao longo de décadas, tem contribuído para o sucesso da empresa. A todos os que, dentro e fora da organização, colaboram com a EPAL, deixo um reconhecimento expresso pela confiança, disponibilidade e cooperação permanente que nos permitem cumprir, com rigor, a missão que nos é confiada.

Olho para o futuro com confiança. As perspetivas da EPAL estão alinhadas com os grandes desígnios nacionais para a gestão da água, em particular com a Estratégia “Água que Une”, e com os pilares estratégicos que temos vindo a consolidar: requalificação de ativos, resiliência do serviço, eficiência económico-financeira, hídrica e energética, inovação e digitalização e solidariedade ativa. Continuaremos a investir em infraestruturas, em energia renovável, em soluções de economia

circular, em tecnologia e em projetos verdadeiramente inovadores e transformadores, bem como a aprofundar a cooperação com o Grupo Águas de Portugal e com todas as entidades do setor, para garantir um serviço de abastecimento de água cada vez mais robusto, sustentável e preparado para os desafios das próximas décadas. Com a mesma determinação que demonstrámos em 2025, continuaremos a servir as populações com qualidade, transparência e responsabilidade, honrando a confiança que diariamente em nós é depositada.

2025 Em Destaque

Em 2025, a Empresa consolidou a sua posição como entidade de referência no setor da água, combinando uma gestão operacional eficiente com um desempenho económico-financeiro robusto e sustentável. Num contexto exigente, marcado por crescentes desafios ambientais, regulatórios e tecnológicos, foi possível assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, reforçar a proximidade aos clientes e aprofundar o compromisso com a inovação e a sustentabilidade. Os principais destaques do ano refletem o crescimento da atividade, a melhoria dos principais indicadores de rentabilidade e solidez financeira, o investimento em infraestruturas críticas e em projetos de transformação digital, bem como a mobilização de incentivos e parcerias que suportam a criação de valor a longo prazo.

- **Excelentes Resultados Económicos e Financeiros**

A EPAL alcançou em 2025 o melhor resultado líquido da sua história, atingindo 66,1 milhões de euros, o que representa um crescimento de 11,9% face ao ano anterior. Este desempenho reflete a solidez da gestão empresarial e a capacidade de adaptação aos desafios contemporâneos, num contexto global exigente.

O volume de negócios cresceu 5,4%, atingindo 196,6 milhões de euros, impulsionado pela recuperação continuada da atividade económica na região de Lisboa e pelo crescimento da base de clientes, demonstrando a reiterada confiança que os municípios e consumidores depositam nos serviços prestados pela EPAL.

O EBITDA alcançou 117,6 milhões de euros, com uma margem operacional de 59,8%, evidenciando uma melhoria da eficiência operacional e uma gestão criteriosa dos recursos. Este indicador confirma a capacidade da Empresa em gerar valor operacional consistente e sustentável.

- **Reconhecimento da Excelência no Atendimento ao Cliente**

Os serviços de atendimento registaram cerca de 519 mil atendimentos através dos diversos canais disponíveis (presencial, telefónico, online e aplicação móvel), demonstrando a proximidade e acessibilidade da Empresa aos seus clientes. A implementação de novas funcionalidades nas aplicações digitais da Empresa e no portal online, reforçou a experiência digital dos utilizadores.

- Investimento Estratégico em Infraestruturas

O investimento realizado em 2025 totalizou 28,4 milhões de euros, direcionado estrategicamente para a requalificação e modernização das infraestruturas críticas de abastecimento de água.

A estratégia de investimento privilegiou a renovação de ativos operacionais, o reforço da capacidade instalada e a implementação de soluções tecnológicas inovadoras, assegurando que a EPAL se mantém na vanguarda do setor, preparada para os desafios das alterações climáticas e da transição energética.

Foram lançados concursos num valor total de aproximadamente 46 milhões de euros e realizadas adjudicações de empreitadas no montante de 21 milhões de euros, criando condições para uma execução robusta do plano de investimentos nos anos subsequentes. Esta preparação contratual garante a continuidade do esforço de modernização das infraestruturas.

- Excelência Operacional e Qualidade da Água

A EPAL manteve padrões de excelência na qualidade da água distribuída, posicionando-se entre as melhores empresas do setor. A percentagem de água não faturada permaneceu em níveis de excelência abaixo de 13%, demonstrando a eficácia da gestão dos recursos hídricos e das políticas de controlo de perdas, consolidando a EPAL como referência mundial neste indicador.

O volume de água vendida atingiu 212,2 milhões de m³, representando um aumento de 2,4% face a 2024. Este crescimento reflete a continuidade da retoma económica, o aumento da atividade nos setores de comércio e indústria, e a expansão da base de clientes, servindo diretamente 373.064 clientes, mais 3.587 que no ano anterior.

- Inovação e Transformação Digital

A inovação consolidou-se como pilar estratégico fundamental. Em 2025, a EPAL avançou na estruturação das práticas de inovação, com o início da implementação de um Sistema de Gestão da Inovação segundo o referencial NP EN ISO 56001:2024, tendo sido realizada uma auditoria interna preparatória, permitindo identificar áreas de melhoria para uma eventual futura certificação.

O workshop "Como alavancar a EPAL com a Inteligência Artificial?", reuniu cerca de 40 participantes e marcou o início de uma nova etapa de transformação digital. A iniciativa permitiu identificar oportunidades concretas de aplicação de IA na otimização dos processos operacionais e de gestão.

A 8.^a edição do concurso EPALin – Prémio Inovação, incentivou o desenvolvimento de projetos inovadores pelos trabalhadores, fortalecendo a capacidade de inovação da organização. O concurso tem-se revelado um importante catalisador para o envolvimento de todos na busca da melhoria contínua e na participação ativa na vida da empresa.

O Centro de Controlo de Energia e Emissões (CCEE) foi distinguido com o 2.^o lugar no Prémio de Inovação da ERSAR, atribuído no âmbito das Conferências de março de 2025. Este projeto pioneiro integra tecnologias avançadas de monitorização e gestão em tempo real dos consumos energéticos, abrangendo cerca de 80% da capacidade instalada.

- **Compromisso com a Sustentabilidade e Ação Climática**

A EPAL manteve o firme compromisso com a transição energética e a neutralidade carbónica, dando continuidade ao ambicioso Programa ZERO, que visa alcançar a neutralidade energética até 2030 através da redução de consumos e do forte aumento da produção de energia 100% renovável.

A análise da pegada carbónica demonstrou resultados excecionais, com uma redução global de 32% nos últimos seis anos. Nos âmbitos 1 e 2 (emissões diretas e indiretas de energia), a redução aproximou-se dos 80%, enquanto no âmbito 3 (outras emissões indiretas) se situou nos 20%, evidenciando a eficácia das medidas implementadas.

Em 2025, a EPAL realizou a primeira ação simbólica de compensação de emissões através da aquisição de créditos de carbono verificados (VERRA), compensando 573 toneladas de CO₂ geradas em 2024 decorrentes do processo de faturação e das atividades administrativas nos principais edifícios da Empresa.

A este propósito lançámos a campanha da nova fatura com pegada zero carbono, apresentando uma fatura com informação mais detalhada e descomplicada, permitindo à EPAL compensar o carbono das faturas em papel. Esta iniciativa inovadora reforça o compromisso ambiental e a transparência na comunicação com os clientes.

A gestão eficiente dos recursos hídricos manteve-se no centro da estratégia de adaptação às alterações climáticas, promovendo o uso consciente da água junto de clientes e comunidades através de múltiplas campanhas de sensibilização e educação ambiental.

- **Valorização das Pessoas e Desenvolvimento Organizacional**

O capital humano constitui o principal ativo da EPAL. Em 2025, a Empresa integrava 1.108 trabalhadores, mais 44 que no ano anterior, refletindo o crescimento da organização e o reforço das equipas operacionais. A idade média situou-se nos 47 anos, evidenciando um rejuvenescimento gradual da força de trabalho.

Investimos significativamente na formação e capacitação profissional, com 24.026 horas de formação ministradas a 2.427 participantes, representando um aumento substancial face aos anos anteriores. Cerca de 41% dos trabalhadores detêm qualificações ao nível do ensino superior, garantindo elevados padrões de competência técnica.

A segurança e saúde no trabalho continuaram a merecer especial atenção. Registou-se uma redução dos acidentes de trabalho com baixa para 17 ocorrências, e com o índice de frequência a descer para 8,96, demonstrando a eficácia das políticas preventivas e das iniciativas de segurança comportamental implementadas.

A Cerimónia de Homenagem aos Trabalhadores com 25 e 35 anos de casa, realizada no Museu da Água, reconheceu o percurso de 28 colaboradores, valorizando a dedicação e o compromisso de quem constrói a história da EPAL ao longo de décadas.

- Proximidade com as Comunidades e Responsabilidade Social

O Pátio da Água, realizado entre 5 de junho e 12 de setembro na Avenida da Liberdade, transformou-se num ponto de encontro dedicado à hidratação, cultura e sustentabilidade. Durante três meses, recebemos milhares de visitantes e oferecemos cerca de 45 mil copos de água, promovendo hábitos saudáveis e o consumo responsável.

Inaugurámos o Jardim de Campo de Ourique, devolvendo este espaço histórico à comunidade. O novo jardim integra um parque infantil, um parque para cães e um passadio que atravessa o reservatório, criando uma ligação direta entre o Bairro de Campo de Ourique e este recinto emblemático.

- Educação Ambiental e Sensibilização

Em 2025, o projeto Educação Ambiental em Ação reforçou a sua relevância junto das comunidades. Foram realizadas 263 ações pedagógicas, envolvendo cerca de 8.500 participantes em 25 estabelecimentos de ensino e 12 entidades parceiras, consolidando o compromisso com a literacia ambiental.

No Laboratório da Água da EPAL na KidZania, 14.559 crianças viveram a experiência de desempenhar o papel de técnico de laboratório, num projeto que regista crescimento contínuo ao longo dos oito anos de parceria. Foi ainda realizado o primeiro workshop de águas aromatizadas aberto ao público, com elevada adesão.

As infraestruturas da Empresa acolheram 55 visitas de estudo, envolvendo 1.164 participantes provenientes de diferentes níveis de ensino, estudantes ERASMUS e profissionais interessados em conhecer os processos de tratamento de água e águas residuais.

- Museu da Água e Valorização do Património

O Museu da Água recebeu em 2025 um total de mais de 107 mil visitantes, dos quais cerca de 40 mil visitantes estrangeiros provenientes de 70 países. Realizaram-se 1.241 visitas guiadas dirigidas a cerca de 24 mil visitantes, consolidando o papel do Museu como espaço de excelência na valorização do património histórico e na educação ambiental.

Foram dinamizadas 488 visitas guiadas dirigidas a estudantes de todos os ciclos de escolaridade, envolvendo 11.298 alunos, e 753 visitas guiadas ao público em geral, com 12.686 visitantes. Os espaços museológicos foram ainda visitados por 83.024 visitantes não integrados em circuitos de visita guiada.

- Participação no ENEG 2025 e Reconhecimento Setorial

A presença da EPAL no ENEG 2025 (Encontro Nacional de Entidades Gestoras) constituiu um marco relevante na afirmação do posicionamento estratégico no setor. Entre 18 e 21 de novembro, participámos ativamente através de comunicações técnicas, sessões temáticas, moderação de debates e integração no programa cultural "Legados para o Futuro: Design e Inovação no Setor da Água".

Na área da Transição Digital, foram apresentados projetos estruturantes como o piloto de digitalização do arquivo físico de projetos, o desenvolvimento do Módulo de Qualidade no Sistema Water Performance – Saneamento, e a Plataforma Mercúrio para comunicação rápida de ocorrências.

No domínio da Gestão de Ativos e Eficiência, destacaram-se iniciativas como a modelação hidráulica enquanto catalisador da digitalização dos sistemas e a deteção de fugas em adutores com recurso a tecnologia de satélite, reforçando a aposta na eficiência operacional.

No stand da Águas de Portugal, proporcionámos aos participantes sessões de apresentação do Waterbeep, Contact Center, AQUAmatrix, WONE e Academia das Águas Livres, permitindo a partilha de soluções inovadoras e o reforço do posicionamento da EPAL enquanto referência nacional.

- Eventos e Iniciativas Estratégicas

A Conferência "Focus on OT", realizada em fevereiro na Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos em parceria com a CIONET e o projeto europeu ATHENA, reuniu cerca de 80 participantes e especialistas do Sistema de Segurança Interna, Centro Nacional de Cibersegurança e outras entidades, destacando a importância de proteger as Tecnologias Operacionais (OT) fundamentais para infraestruturas críticas.

A Reunião de Quadros EPAL/AdVT, realizada em maio, contou com a presença do Conselho de Administração e dos dirigentes da organização. A sessão incluiu o balanço de 2024 e os desafios para 2025, com intervenções sobre a Estratégia "A Água que nos Une", Recursos Humanos, Programa Zero Energia e iniciativas de inovação.

O almoço de agradecimento às equipas que protegeram instalações durante os incêndios, realizado em Aguiar da Beira em outubro, reconheceu o empenho e o sentido de missão dos trabalhadores que garantiram a proteção das infraestruturas e a continuidade dos serviços essenciais durante situações de emergência.

- **Certificações e Sistemas de Gestão**

A EPAL manteve todas as certificações dos sistemas de gestão integrada nas áreas de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, Conciliação entre Vida Profissional, Pessoal e Familiar, Gestão de Ativos e Segurança da Informação, tendo sido renovada a certificação do Sistema de Gestão de Energia.

Foi igualmente mantida a certificação Adene MOVE para a frota automóvel, reforçando o compromisso com a eficiência energética e a sustentabilidade na mobilidade. A gestão integrada destes sistemas assegura a compliance, promove a melhoria contínua e reforça a sustentabilidade e a governança organizacional.

- **Resiliência Face a Desafios Extraordinários**

A organização demonstrou notável capacidade de resposta a situações de emergência. Em abril de 2025, Portugal e a Península Ibérica sofreram um grande apagão, que condicionou significativamente a operação do sistema de abastecimento, em particular devido às falhas de comunicação, que limitaram a disponibilidade de informação no sistema de supervisão e controlo e exigiram um reforço da atuação presencial das equipas no terreno. Verificaram-se ainda constrangimentos relevantes ao nível das comunicações móveis, do abastecimento de combustível para viaturas e geradores, da utilização de viaturas elétricas e da reposição prioritária de energia em instalações críticas, situação já objeto de análise conjunta com o operador da rede elétrica. Já em franco desenvolvimento antes deste evento, a EPAL continua a prosseguir a implementação de uma estratégia de autossustentabilidade energética, pioneira no setor, baseada em projetos de produção própria de energia (mini-hídricas, instalações fotovoltaicas e eólicas), com vista a aumentar a neutralidade e autonomia energética e a reduzir a exposição a falhas prolongadas de fornecimento elétrico. Mantém-se, igualmente, o reforço da articulação com municípios clientes e demais stakeholders relevantes, com o objetivo de otimizar a gestão dos

fornecimentos em situação de emergência, e de agilizar procedimentos que contribuam para o contínuo aumento da resiliência do sistema de abastecimento.

A resposta operacional a eventos climáticos extremos e a situações imprevistas confirmou a eficácia dos planos de contingência e a preparação das equipas, assegurando a prestação ininterrupta do serviço público essencial que caracteriza a missão da EPAL.

Em síntese, o ano de 2025 foi um período marcado por resultados financeiros robustos, reconhecimento da excelência no atendimento ao cliente, investimento estratégico em infraestruturas, inovação tecnológica, compromisso com a sustentabilidade e proximidade com as comunidades.

A dedicação e o profissionalismo dos trabalhadores da EPAL constituíram o alicerce de todos estes sucessos, demonstrando que o investimento nas pessoas, na inovação e na sustentabilidade cria valor duradouro para a organização e para as comunidades servidas.

Olhamos para 2026 com renovada confiança e ambição, preparados para consolidar as conquistas alcançadas e enfrentar os desafios futuros com o mesmo empenho, profissionalismo e sentido de missão que têm caracterizado a trajetória da EPAL ao serviço do bem comum.

Síntese de Indicadores

Os principais indicadores da atividade da empresa são apresentados nas tabelas seguintes:

INDICADORES DE ATIVIDADE

	2023	2024	2025	Variação 2025/2024	
Volume de água vendida (milhões m ³)	205,0	207,1	212,2	5,1	2,4%
Clientes diretos (n.º)	367.714	369.477	373.064	3 587	1,0%
Clientes Municipais (n.º)	17	17	17	-	-
Clientes multimunicipais (n.º)	2	2	2	-	-
Municípios abastecidos (exclui Lisboa) (n.º)	34	34	34	-	-
Consumidores ⁽¹⁾	2.915.640	2.984.513	3.006.428	21 915	0,7%
Área abastecida ⁽²⁾	7.095	7.095	7.095	-	-

⁽¹⁾ INE - População residente na área abastecida (ano de referência 2025)

⁽²⁾ Área em Km² (ano de referência 2024)

INDICADORES FINANCEIROS

		2023	2024	2025	Variação 2025/2024	
Capital Social	(milhões EUR)	150,0	150,0	150,0	0,0	0,0%
Capital Próprio	(milhões EUR)	682,4	696,5	717,4	20,9	3,0%
Ativo Líquido Total	(milhões EUR)	851,2	859,1	863,3	4,2	0,5%
Passivo Total	(milhões EUR)	168,8	162,6	145,9	(16,7)	(10,2%)
Volume de Negócios	(milhões EUR)	179,9	186,5	196,6	10,2	5,4%
CMVMC	(milhões EUR)	2,1	2,2	2,2	0,0	0,7%
Fornecimento e Serviços Externos	(milhões EUR)	42,8	44,9	45,4	0,4	0,9%
Investimento (ativos tangíveis)	(milhões EUR)	31,3	35,3	28,4	(6,9)	(19,5%)
Endividamento Bancário	(milhões EUR)	58,1	47,6	36,9	(10,6)	(22,3%)
EBITDA	(milhões EUR)	103,1	107,1	117,6	10,5	9,8%
Margem EBITDA	%	57,3	57,5	59,8	2,4	4,1%
Endividamento Líquido / EBITDA	n.º	(0,6)	(0,7)	(0,8)	(0,1)	(9,1%)
Resultado Líquido do Exercício	(milhões EUR)	56,7	59,1	66,1	7,0	11,9%
ROCE	%	10,0	10,6	11,8	1,2	11,4%
Evolução do N.º de Trabalhadores	n.º	1 058	1.064	1.108	44	4,1%
N.º de Trabalhadores (EPAL)	n.º	642	647	665	18	2,8%
N.º de Trabalhadores (AdVT)	n.º	416	417	443	26	6,2%
Prazo Médio de Pagamentos	dias	25	28	29	1	3,6%
Prazo Médio de Recebimentos	dias	59	55	50	(5)	(9,1%)

Nota: Detalhe dos indicadores nos capítulos específicos do relatório, designadamente no capítulo financeiro

A Empresa

QUEM SOMOS

Missão, visão e valores

MISSÃO

A EPAL tem por missão conceber, construir, explorar e gerir os sistemas de abastecimento de água e de saneamento sob sua responsabilidade, envolvendo todas as atividades e negócios relacionados, e assegurar a gestão delegada do sistema multimunicipal do Vale do Tejo, nos termos da legislação aplicável e em vigor, e do contrato de concessão, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

VISÃO

Ser uma Empresa de referência no setor da água e do saneamento, em termos de qualidade do serviço público prestado, e orientar-se pelas melhores práticas internacionais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, preservando o recurso natural de que depende - a Água - e o ambiente.

VALORES

Os valores fundamentais da Empresa assentam na sustentabilidade dos recursos naturais, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

Orientamo-nos pelos seguintes Valores Éticos:

- Espírito de servir;
- Excelência;
- Integridade;
- Responsabilidade;
- Rigor;
- Transparência.

PRINCÍPIOS

Os Princípios de atuação da EPAL, na prossecução da sua missão, devem ter em consideração:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Respeito pelos direitos dos/as trabalhadores/as;
- Respeito pela igualdade do género;
- Luta contra a corrupção;
- Erradicação de todas as formas de exploração;
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.

PILARES DO DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

- Requalificação e Valorização dos Ativos;
- Resiliência do Serviço;
- Eficiência e Sustentabilidade;
- Inovação e Digitalização da Atividade;
- Solidariedade Ativa.

POLÍTICA DE GESTÃO

A política de gestão da Empresa foi atualizada pelo Conselho de Administração em setembro de 2020.

No âmbito do contexto organizacional da EPAL e Águas do Vale do Tejo, e por forma a garantir o cumprimento da legislação, regulamentação e normas aplicáveis e da missão, visão e valores, assumem-se os seguintes compromissos:

- Gestão Delegada do Sistema Multimunicipal do Vale do Tejo – Assegurar a gestão delegada do sistema da Águas do Vale do Tejo, nos termos do contrato de concessão e da legislação aplicável, sem prejuízo das responsabilidades da sociedade perante o concedente e entidade reguladora;
- Responsabilidade empresarial - Garantir a qualidade dos produtos e serviços prestados, que contribuem para a saúde pública, preservação do ambiente e para a sociedade, utilizando as práticas mais inovadoras, assegurando a disponibilidade dos recursos necessários e a

implementação de planos, processos e procedimentos adequados para o efeito, para reduzir os riscos e maximizar as oportunidades e atingir os objetivos e metas propostas para a melhoria contínua do desempenho e eficácia dos sistemas de gestão e para a sustentabilidade da Empresa;

- Satisfação dos/as Trabalhadores/as, Clientes e das outras Partes Interessadas – Auscultar e promover a satisfação dos requisitos, das necessidades e expectativas relevantes dos/as trabalhadores/as, clientes, comunidade e restantes partes interessadas, visando sempre a melhoria da relação com as partes interessadas relevantes, dos produtos e serviços da Empresa e das interfaces existentes. Assegurar a comunicação, a consulta e participação dos/as trabalhadores/as e dos seus representantes, em temáticas relacionadas com os sistemas de gestão e na identificação de soluções para melhorar o respetivo desempenho, designadamente na vertente da segurança e saúde;
- Formação, Competência e conhecimento dos/as Trabalhadores/as – Potenciar e promover as competências, a qualificação profissional das pessoas e o conhecimento individual e organizacional, necessários para a eficaz execução das suas funções, responsabilidades e tarefas. Proporcionar a formação contínua e de excelência, o acesso a redes de *networking*, incentivar a criatividade, o desenvolvimento pessoal e o comprometimento com a sustentabilidade, numa perspetiva de fomentar uma cultura organizacional orientada para a melhoria do desempenho, inovação e criação de valor na e para a Empresa;
- Promoção da Segurança e Saúde das Pessoas – Identificar os perigos e avaliar os riscos para a segurança e saúde das pessoas, determinar e adotar medidas eficazes para a prevenção, proteção e, tanto quanto possível, para a eliminação dos perigos e redução dos riscos. Assegurar a existência de condições de trabalho seguras e saudáveis e prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, nomeadamente de lesões e afeções de saúde relacionadas com o trabalho;
- Valorização dos Trabalhadores/as e do seu Contributo – Implementar práticas e medidas de conciliação, visando a adaptação dos/as trabalhadores/as ao contexto da sua função, da sua vida pessoal e familiar e que promovam a sua saúde, motivação e envolvimento com a Empresa. Promover o respeito pelos princípios de igualdade e da não-discriminação e o equilíbrio entre as diferentes esferas da vida, por forma a contribuir para uma participação equilibrada de

homens e mulheres nas atividades profissionais e familiares, fomentar o seu desenvolvimento pessoal e para a evolução positiva da Empresa e da sociedade;

- **Gestão de Ativos** – Definir e implementar estratégias para assegurar uma eficaz e eficiente gestão dos ativos, tendo por base as orientações estratégicas da organização. Gerir os ativos da Empresa numa lógica de criação de valor, garantindo um equilíbrio entre o custo, risco de falha e o desempenho ao longo do seu ciclo de vida, através da disponibilização de recursos e da otimização dos investimentos, da exploração e da manutenção;
- **Desenvolvimento sustentável e Responsabilidade Social** – Contribuir, de forma ativa, inovadora e responsável, para um futuro sustentado da Empresa e da sociedade, através da definição de uma estratégia de sustentabilidade e de uma atuação socialmente responsável, ao nível da governação, da sociedade e do ambiente. Contribuir, continuamente, para o desenvolvimento económico das regiões onde se insere e do país e para a coesão social, cumprindo os compromissos para com os/as trabalhadores/as, os fornecedores, os clientes, as comunidades, o Estado e outras partes interessadas. Atuar com responsabilidade no que respeita aos impactes, riscos e oportunidades inerentes às atividades desenvolvidas, promovendo a proteção do ambiente, através do uso eco eficiente dos recursos naturais, prevenindo a poluição e ocorrência de acidentes ambientais em todas as atividades, contribuindo, sempre que possível, para a recuperação de passivos ambientais, compensação da pegada ecológica da Empresa e para a preservação da biodiversidade;
- **Combate e Adaptação às Alterações Climáticas** – Melhorar, continuamente, o desempenho energético e hídrico global, promovendo uma atuação orientada para: a diminuição dos consumos e para a eficiência no uso da Água e da Energia; a diminuição e manutenção das perdas de água em níveis economicamente aceitáveis; as ações tendentes à neutralidade carbónica; a aquisição de produtos e serviços hídrica e energeticamente eficientes; um pensamento estratégico visando a adaptação, a resiliência e a resposta proactiva e atempada da Empresa às alterações climáticas e aos seus efeitos;
- **Resiliência Organizacional e Continuidade do Negócio** – Promover a adequada preservação, proteção e segurança das infraestruturas críticas e uma cultura de gestão de risco e resiliência para as suas atividades e negócios, definindo e planeando estratégias para reduzir a probabilidade de ocorrência de eventos disruptivos e, ou, as suas consequências e impactos. Potenciar a capacidade de organização, prevenção e recuperação perante fatores ou condições

adversas, por forma a garantir a continuidade do negócio, o cumprimento da missão, a preservação da vida humana e a confiança da Empresa perante as suas partes interessadas;

- Segurança da informação – Gerir e assegurar uma utilização adequada dos sistemas de informação que suportam as atividades da Empresa e os produtos e serviços prestados aos clientes, de forma a garantir a disponibilidade, integridade e confidencialidade da informação da Empresa e dos seus clientes, cumprindo com o estabelecido nas políticas e outros normativos internos relacionados;
- Integridade, Transparência, Ética e Anticorrupção – Promover e assegurar o cumprimento do estabelecido no Código de Conduta e Ética, no Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e na Política de Anticorrupção da Empresa, nos princípios do Pacto Global das Nações Unidas subscritos pela Empresa e noutras orientações aplicáveis, contribuindo para reduzir a existência de conflitos de interesses, melhorar a imagem, a confiança e a reputação da Empresa entre as suas partes interessadas. Fomentar uma cultura de integridade, transparência, ética, anticorrupção e de *compliance*, que abranja a tomada de decisão, as atividades da Empresa e a relação com os seus parceiros de negócio, contribuindo ativamente no combate contra a corrupção e para a boa governação;
- Envolvimento da Cadeia de Fornecimento – Promover junto dos fornecedores de bens e serviços a partilha de valores, princípios de sustentabilidade e de *compliance*, estimulando a sua adesão ao compromisso de respeitar e aplicar as boas práticas implementadas, criando valor para ambas as partes;
- Inovação e Desenvolvimento – Incentivar a investigação e o desenvolvimento de soluções para oportunidades identificadas, promovendo ativamente um processo de inovação transversal à Empresa, focado no negócio, na relação custo-benefício, no desenvolvimento sustentável e desejavelmente escaláveis no setor da água, estabelecendo, quando identificada a necessidade, parcerias externas nos projetos;
- Economia Circular – Promover a consciencialização dos princípios da economia circular, identificar e implementar nos processos e atividades da Empresa oportunidades que contribuam, por esta via, para a Sustentabilidade.

Descrição, atividades e presença

A EPAL é sucessora da centenária CAL – Companhia das Águas de Lisboa, concessionária do abastecimento de água à cidade de Lisboa, entre abril de 1868 e outubro de 1974, altura em que terminou o contrato de concessão. É então constituída a EPAL – Empresa Pública das Águas de Lisboa designação que mantém até 1981, quando passa a denominar-se por EPAL – Empresa Pública das Águas Livres. Em 21 de junho de 1991, por força do Decreto-Lei n.º 230/91, a EPAL – Empresa Pública das Águas Livres é transformada em sociedade anónima de capitais integralmente públicos, situação que lhe confere maior flexibilidade de gestão para concretizar o seu desenvolvimento estratégico e realizar a sua missão, passando a ter a denominação social de EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA. A partir de 1993 é integrada no então criado, Grupo Águas de Portugal. Atualmente a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA, é uma empresa do setor empresarial do Estado, detida a 100% pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA.

A área de intervenção da EPAL, até 1935, limitava-se ao abastecimento e distribuição de água ao concelho de Lisboa. A partir desse ano, a EPAL passa a abastecer em Alta o município de Oeiras, tendo ao longo do tempo vindo a expandir esta atividade a outros municípios, servindo à data 35 municípios em Alta (incluindo Lisboa). Os 35 municípios abastecidos são: Alcanena, Alenquer, Alcobaça, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Batalha, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cartaxo, Cascais, Constância, Entroncamento, Leiria, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Ourém, Peniche, Porto de Mós, Rio Maior, Santarém, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Torres Novas, Tomar, Vila Franca de Xira e Vila Nova da Barquinha.

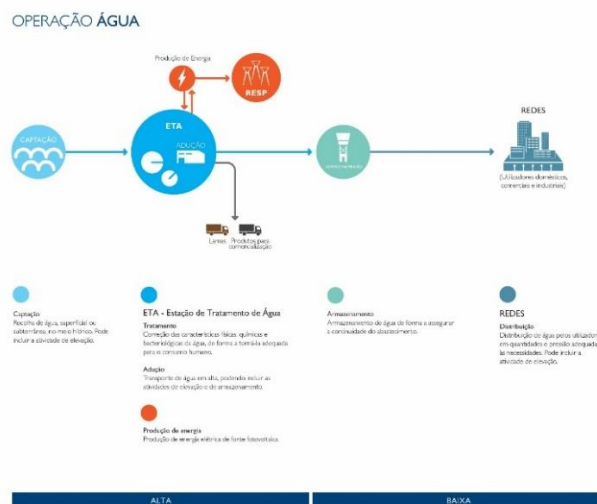
No âmbito do processo de reorganização do setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais e na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, que promoveu a cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, e cuja gestão delegada se encontrava atribuída à EPAL através do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, foram criados dois novos sistemas multimunicipais de saneamento de águas residuais: o sistema da Grande Lisboa e Oeste e o Sistema da Península de Setúbal, tendo ainda sido redominada a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo para Águas do Vale do Tejo (AdVT).

Tal originou uma alteração do âmbito territorial da gestão delegada da EPAL, pois dos anteriores oito sistemas agregados mantiveram-se na AdVT apenas cinco, sendo que um deles somente na atividade de abastecimento. O sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, resultante de cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, abrange atualmente os seguintes municípios:

- No abastecimento de água e saneamento de águas residuais, os municípios de Aguiar da Beira, Alandroal, Almeida, Alter do Chão, Alvaiázere, Arronches, Avis, Belmonte, Borba, Campo Maior, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Castelo de Vide, Celorico da Beira, Crato, Entroncamento, Elvas, Évora, Ferreira do Zêzere, Figueira de Castelo Rodrigo, Figueiró dos Vinhos, Fornos de Algodres, Fronteira, Fundão, Gavião, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Mação, Manteigas, Marvão, Meda, Monforte, Mourão, Nisa, Oleiros, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penamacor, Pinhel, Ponte de Sor, Portalegre, Portel, Proença-a-Nova, Redondo, Reguengos, Sabugal, Sardoal, Seia, Sousel, Sertã, Tomar, Vila Nova da Barquinha e Vila Velha de Ródão;
- Apenas na componente de abastecimento de água, os municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

Cadeia de Valor

Na representação gráfica que a seguir se apresenta expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, individualizada para a atividade de abastecimento, desde a origem da água (captação) até à distribuição ao cliente final.



Os nossos Stakeholders

A EPAL está consciente das suas responsabilidades enquanto entidade prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.

O relacionamento da Empresa com estas partes interessadas é um procedimento intrínseco ao desenvolvimento da gestão da sustentabilidade da Empresa na sua vivência diária.



Deveres especiais de prestação de informação

A EPAL cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência, assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.

No ano de 2025, foram várias as ações e iniciativas levadas a cabo pela EPAL no âmbito da sua relação com os principais *stakeholders* da Empresa, promovendo a aproximação à comunidade e aos clientes, merecendo destaque:

Campanhas institucionais:

- Campanha Resultados do BECX 2024 (*Best European Customer Experience*)

No início do ano de 2025, a EPAL voltou a conquistar o primeiro lugar do Prémio BECX tendo lançado uma campanha para divulgar os excelentes resultados na satisfação e experiência do Cliente.

A melhor classificação registou-se nos “Canais de Contacto”, seguida da “Qualidade do Produto/Serviço” e do “Esforço para resolver problemas”. A empresa manteve o 1.º lugar absoluto nos “Canais de Contacto”, acima de todas as entidades gestoras participantes, liderando na diversidade, eficácia e comodidade dos meios de relacionamento ao dispor dos Clientes.

Reforçando o orgulho na liderança, em complemento da nota à imprensa com uma mensagem pelo Presidente do Conselho de Administração da EPAL, foi feita a divulgação na fatura dos clientes, em *e-newsletter*, em posters na Loja da Sede e em anúncio, entre outros, possibilitando chegar ao maior número de clientes para agradecer a confiança no serviço que prestamos.

- Campanha “A EPAL tem nova fatura com pegada 0%”

No final do ano, a EPAL voltou a apresentar um projeto inovador, fazendo um *refresh* à Conta da Água, apresentando-a, agora colorida e com informação mais detalhada e descomplicada. A nova fatura é Zero Carbono, permitindo à EPAL compensar o carbono das faturas em papel. A campanha incluiu um comunicado e fez-se acompanhar de um folheto interpretativo, de *e-newsletter* e de um spot de rádio. Com o mote “Sabia que, quando reduz o consumo, também diminui os custos de saneamento e de recolha de resíduos?”, pretendeu chamar a atenção dos lisboetas para os custos globais do desperdício de água.

- Campanha de lançamento da nova edição “Torne a sua Água da Torneira ainda mais Irresistível – *Mocktails*”

Em agosto de 2025, a EPAL lançou, no Pátio da Água, mais uma edição do livro “Torne a sua Água da Torneira ainda mais Irresistível”, desta vez dedicada aos *Mocktails* com sugestões de receitas criativas e sustentáveis.

A água da torneira é sempre a personagem principal das nossas receitas, mas nunca esteve tão charmosa como nesta nova edição de 16 sugestões de bebidas sofisticadas, sem álcool, que embelezam os dias festivos e são ideais para os convívios entre amigos e família.

No âmbito deste lançamento, a EPAL convidou a comunidade a assistir a um concerto da banda “Grandes Vozes Femininas” no Pátio da Água, e divulgou o livro digital no *site*, na *app myAQUA*, na *e-newsletter*, nas suas redes sociais, nas Lojas e ainda junto das suas entidades parceiras.

- Pátio da Água

O Pátio da Água, iniciativa da EPAL realizada em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa e a Lisboa E-Nova, voltou a marcar o verão lisboeta entre 5 de junho e 12 de setembro, transformando o espaço da Avenida da Liberdade num ponto de encontro dedicado à hidratação, à cultura e à sustentabilidade. Aberto a toda a comunidade, incluindo pessoas com mobilidade reduzida, crianças, idosos e animais, o espaço funcionou como um oásis urbano que celebrou a água da rede pública e promoveu hábitos saudáveis através da oferta gratuita de água simples, fresca ou aromatizada.

Durante três meses, o Pátio recebeu milhares de visitantes e oferecemos cerca de 45 mil copos de água, incentivando também a reutilização através do reabastecimento de garrafas. A parceria com a Santini foi um dos destaques, oferecendo os picolés da marca Santini e contribuindo para um ambiente descontraído e festivo. Paralelamente, o espaço acolheu diversos momentos culturais, com concertos, performances e atividades pensadas para todas as idades, reforçando o acesso à cultura num ambiente informal.

A iniciativa afirmou-se como um compromisso contínuo com o bem-estar, a sustentabilidade e a cidade de Lisboa. Com ações de sensibilização sobre a importância da preservação da água e do consumo responsável, o Pátio da Água demonstrou um impacto crescente desde a sua primeira edição. Esta edição comprovou que é possível unir diversão, cultura e consciência ambiental, deixando a cidade ansiosa pelo regresso do evento e pelas novas experiências que promete trazer no futuro.

- Campanha “Queremos Andar a Par e Passo”

Ainda no final de 2024 e até agosto de 2025, a EPAL implementou a campanha “Queremos Andar a Par e Passo”, incentivando a atualização dos dados de contrato junto dos seus Clientes.

A iniciativa compreendeu várias etapas temáticas - Geral, Suspensões, Titularidade Contratual, Autonomia e Fatura por *e-mail* - cada uma destacando diferentes vantagens para o Cliente. A atualização é uma obrigatoriedade legal e permite agilizar comunicações, personalizar o atendimento e garantir avisos atempados, nomeadamente em situações de suspensão programada do abastecimento.

A campanha integrou ações promocionais nas Lojas, com o apoio de hospedeiras, vestuário para os Atendedores e *merchandising* temático para cada etapa. Foi ainda disponibilizada uma “Raspadinha Digital” na Loja Sede, que premiou Clientes que mantiveram os seus dados em dia, e ainda ações com Juntas de Freguesia, reforçando a sensibilização junto da comunidade.

Com esta campanha, a EPAL reafirmou o compromisso com um relacionamento transparente, colaborativo e orientado para a melhoria contínua do serviço, promovendo simultaneamente a segurança, proximidade e eficiência na comunicação com os seus Clientes.

- Celebração do Dia Nacional da Água e do Dia Mundial dos Animais no Jardim do Reservatório de Campo de Ourique

No dia 4 de outubro, a EPAL assinalou com entusiasmo o Dia Nacional da Água e o Dia Mundial dos Animais, no Jardim do Reservatório de Campo de Ourique. O evento reuniu mais de 300 participantes, num dia especialmente dedicado às crianças, com diversas atividades lúdicas e educativas, incluindo o espetáculo de teatro “Luísa e os Animais da Quinta” e um *workshop* de águas aromatizadas com o apoio da Associação SEMEAR, além de vários jogos e dinâmicas. A tarde contou com a chegada da União Zoófila e dos seus animais, e terminou com um concerto com músicas de alguns dos mais emblemáticos filmes infantis.

Foi um dia que reforçou o compromisso da EPAL com a sensibilização ambiental, a valorização da água e o bem-estar animal, num novo espaço que permitirá desenvolver novas iniciativas de proximidade com os diferentes *stakeholders* da organização.

- Campanha “Este Natal faça compras sustentáveis com a EPAL”

Na época natalícia, a Empresa promoveu uma campanha especial para celebrar a época festiva com consciência ambiental, dando destaque às suas peças de sustentabilidade através de packs promocionais exclusivos, disponíveis na Loja Sede.

A EPAL tem estabelecido parcerias com marcas portuguesas para reforçar a mensagem de sustentabilidade ambiental, promovendo a qualidade da água, a valorização das nossas matérias-primas, o talento nacional e a história do nosso país. E é neste contexto que surgem os packs promocionais, criados para quem adquirisse peças emblemáticas, como o Jarro Gota, Jarro Vida, Bule AquaNova, *FillForever* Fauna ou as Bases EPAL LIGA-se. Cada compra incluiu ofertas especiais que reforçam o compromisso da EPAL com a promoção de hábitos mais conscientes.

A campanha esteve em vigor de 1 a 23 de dezembro de 2025, apenas na Loja Sede. Quem visitou a EPAL neste período recebeu um postal especial de Natal da APBP – Artistas Pintores com a Boca e o Pé, e ainda desfrutou de um momento acolhedor com chá quentinho e biscoitos, enquanto aguardava o seu atendimento.

Eventos Temáticos

- Semana do Dia Mundial da Água

Para além das ações promovidas em escolas, realizou-se um *workshop* de águas aromatizadas no Laboratório da EPAL na KidZania, dirigido a familiares dos Trabalhadores. No Pátio da Água, foram realizadas atividades para mais de 100 crianças do ensino pré-escolar, incluindo leituras temáticas associadas ao livro “Doce Gotinha”, que explora o ciclo natural da água de forma lúdica, e ao lançamento da 3.ª edição da coletânea “O Planeta é a Nossa Casa”, que apresentou a nova personagem Toupeira Tita e abordou a importância do solo para o equilíbrio do planeta.

- Dia Mundial da Criança e Dia Mundial do Ambiente

As comemorações iniciaram-se a 31 de maio, na KidZania, com o primeiro *workshop* de águas aromatizadas aberto ao público.

Entre os dias 31 de maio e 6 de junho, a convite do município e em parceria com os SMAS, a Empresa marcou presença no novo espaço multiusos Panorama, em Alcobaça. Foram dinamizados jogos didáticos e dois *workshops* de águas aromatizadas, destacando o consumo consciente da água da torneira.

A 1 de junho, o Pátio da Água acolheu um dia inteiramente dedicado aos mais novos, combinando *workshops* com experiências práticas em parceria com a *Science4You*.

No Parque Verde do Bonito, a convite do Município do Entroncamento, foram dinamizados jogos sobre o Ciclo Natural e Urbano da Água.

As comemorações culminaram em Castelo de Vide, onde se realizou uma ação de remoção da espécie invasora *Ludwigia grandiflora* na albufeira da Póvoa, envolvendo 40 alunos de duas escolas e a colaboração do biólogo Jael Palhas, sensibilizando para os impactos das espécies invasoras nos ecossistemas aquáticos.

- KidZania

No Laboratório da Água da EPAL, na KidZania, 14.559 crianças viveram a experiência de desempenhar o papel de técnico de laboratório, num projeto que tem registado crescimento contínuo ao longo dos oito anos de parceria. Para além desta iniciativa, foram promovidas diversas ações de sensibilização ambiental para assinalar efemérides ligadas à água, ao ambiente e às crianças, destacando-se a realização do primeiro *workshop* de águas aromatizadas aberto ao público, que contou com elevada adesão.

- Participação em Eventos e Feiras

Dentro das inúmeras ações promovidas, destacam-se a participação no Panorama, o novo pavilhão multiusos do Município de Alcobaça, a inauguração do Parque Verde da Junta de Freguesia de Carnide e presença na Feira da Saúde e Bem-estar, promovida pela IPSS Associação de Apoio e Segurança Psicossocial, que teve lugar no Jardim Botânico da Ajuda em Lisboa.

- Visitas de estudo a infraestruturas da EPAL e da AdVT

Anualmente, as nossas infraestruturas acolhem centenas de visitantes, incluindo alunos de todos os ciclos de ensino, estudantes ERASMUS nacionais e internacionais, bem como profissionais de diversos setores interessados em conhecer os processos de tratamento de água para consumo humano e águas residuais, incluindo os procedimentos analíticos associados. Em 2025, registaram-se 55 visitas, envolvendo 1.164 participantes provenientes de diferentes níveis de ensino.

Das 23 instalações disponíveis, 18 receberam visitas ao longo do ano, destacando-se a ETAR de Évora (Évora), a ETA de Santa Águeda (Póvoa de Rio de Moinhos, Castelo Branco), ETA da Apartadura (São Salvador da Aramenha, Marvão), e a ETA de Vale da Pedra (Cartaxo).

- Atividades desenvolvidas em parcerias com as Organizações Não Governamentais do Ambiente

No âmbito da parceria com a LPN – Liga para a Proteção da Natureza, foram promovidos, durante o mês de fevereiro, quatro *webinars*. Este novo ciclo de *webinars*, sob o tema “Água: beber do conhecimento para evitar a sede”, contou com vários oradores da área do ambiente e do sector da água, que abordaram temas como o da poluição das águas, da importância do solo e os desafios futuros para o sector e para o Planeta.

Apoios de natureza científica, tecnológica e sociocultural:

Durante o ano de 2025, a EPAL, prosseguindo a sua política de apoio a atividades e eventos de natureza científica, tecnológica e sociocultural, apoiou e patrocinou a realização das seguintes atividades e eventos:

- A 13.ª edição da Corrida da Água no Aqueduto das Águas Livres com aguadeiros;

- Parceria de sustentabilidade com a Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE) com oferta de Garrafas Oásis;
- Apoio à Associação O Companheiro com oferta de garrafas *Fill Forever* para o Torneio de Futebol de Rua;
- Apoio à organização da 1.ª Conferência da LusoReg – Rede de Reguladores de Serviços de Água e Saneamento de Língua Oficial Portuguesa;
- Apoio à 17.ª edição da ExpoFCT organizada pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade NOVA de Lisboa com oferta de garrafas *Fill Forever*;
- Apoio às 1.ªs Jornadas de Arte e Educação organizadas pela Arte Central, em parceria com a Universidade Lusófona, com oferta de garrafas *Fill Forever*;
- Apoio à VI Conferência da *Green Savers*, disponibilizando garrafas Oásis para as mesas dos oradores;
- Apoio à 37.ª Festa de Natal com as pessoas em situação de sem-abrigo promovida pela Comunidade Vida e Paz;
- Apoio à 20.ª Expoconferência da Água através da parceria com o grupo *About Media*;
- Apoio ao Portugal *Smart Cities Summit*;
- Apoio à Corrida de Solidariedade da APAV;
- Parceiro para a sustentabilidade da ESG WEEK 2025 da Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE) focada nos grandes temas da Sustentabilidade;
- Apoio para a criação da plataforma “Mercado Circular” para o Setor da Água e do Saneamento;
- Apoio à VII Lisbon International *Water Conference One Water 2025*;
- Apoio à Federação Mundial das Línguas Gestuais para o *kit* de emergência acessível, composto por mochila e o livro “Proteção Civil Acessível”, destinado às comunidades surdas e surdo-cegas;
- Parceria com a Quercus para a edição do livro «Quercus - 40 anos»;
- Apoio ao *Summit* Sustentabilidade Além-Fronteiras.

Educação ambiental:

Em 2025, o projeto “Educação Ambiental em Ação” reforçou a sua relevância junto das comunidades, consolidando o compromisso da Empresa com a promoção da sustentabilidade e da literacia ambiental. Ao longo do ano, foram realizadas 263 ações pedagógicas, envolvendo cerca de 8.500 participantes em 25 estabelecimentos de ensino, e 12 entidades parceiras.

O ano ficou marcado pelo lançamento de duas novas ações de sensibilização:

- “Não há Planeta B: Mitos e Verdades sobre o Ambiente”, dirigida a alunos do 3.º Ciclo e do Ensino Secundário, e com um formato interativo de perguntas e respostas, de forma a promover o pensamento crítico e o debate em torno de temas ambientais. Esta ação foi desenvolvida por estagiárias da Escola Profissional de Ciências Geográficas;
- “O que nos faz felizes: Explorar a felicidade através da sustentabilidade e do consumo consciente”, criada no âmbito do Festival da Felicidade da Casa Pia de Lisboa, promove a sensibilização ambiental unindo o conceito de felicidade à sustentabilidade e ao consumo consciente.

Eventos ocorridos em 2025:

Em 2025, foram organizados e acompanhados 41 eventos que contaram com inúmeros convidados, destacando-se:

- EPAL Memória
Em 2025, a EPAL promoveu várias iniciativas dedicadas aos seus Reformados. Em janeiro, o grupo assistiu à exposição imersiva “*Living Van Gogh*”, seguida de um lanche-convívio. Em março, visitaram a ETA de Vale da Pedra, com visita guiada e almoço. Já em dezembro, celebrou-se o tradicional almoço de Natal na AREPAL, num ambiente marcado pela amizade e pela partilha de boas memórias.
- Inauguração da exposição “Viagem ao Mundo dos Contadores de Água”
Em fevereiro, foi inaugurada a exposição “Viagem ao Mundo dos Contadores de Água”, que deu a conhecer a história e evolução dos contadores de água, e que esteve patente até ao final de 2025.
- Conferência “*Focus on OT*”
Também em fevereiro, a EPAL organizou a conferência FOCUS ON OT, dedicada à resiliência e continuidade dos serviços essenciais na era digital, em parceria com a CIONET e o projeto europeu ATHENA. O evento reuniu especialistas do Sistema de Segurança Interna, Centro Nacional de Cibersegurança, projeto ATHENA, Universidade HiØ, E-REDES, Águas do Tejo Atlântico, W-SMART e Ethiack, que destacaram a importância de proteger as Tecnologias Operacionais (OT), fundamentais para infraestruturas críticas como o abastecimento de

água e energia. Com cerca de 80 participantes, a conferência, realizada na Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos, proporcionou partilha de conhecimento, debate de soluções e reforço da colaboração entre entidades-chave.

- Inauguração do Jardim de Campo de Ourique – EPAL, 1.ª fase

No âmbito do Dia Mundial da Água, teve lugar, no recinto do Reservatório de Campo de Ourique, a inauguração da 1.ª fase do Jardim de Campo de Ourique – EPAL. O evento contou com a presença dos Presidentes do Grupo Águas de Portugal e da EPAL, da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia de Campo de Ourique.

Com o objetivo de devolver este espaço à comunidade, o novo jardim integra um parque infantil, um parque para cães e um passadiço que atravessa o reservatório, criando uma ligação direta entre o Bairro de Campo de Ourique e este histórico recinto.

- *Workshop* "Como alavancar a EPAL com a Inteligência Artificial?"

Em abril, a EPAL promoveu, na Academia das Águas Livres, o *workshop* "Como Alavancar a EPAL com a Inteligência Artificial?", em parceria com a *EY Consulting*. A iniciativa reuniu cerca de 40 colaboradores e incluiu a apresentação de conceitos e tendências de IA, seguida de uma dinâmica de grupos onde foram discutidos casos de uso de IA e IA Generativa.

Este encontro marcou o início de uma nova etapa de transformação digital, reforçando o compromisso da EPAL com a inovação tecnológica no setor das águas.

- Reunião de Quadros EPAL/AdVT

Em maio, realizou-se, no auditório do ISEL, a Reunião de Quadros EPAL/AdVT, que contou com a presença do Conselho de Administração e dos dirigentes da organização. A sessão incluiu o balanço de 2024 e os desafios para 2025, bem como intervenções sobre a "Estratégia A Água que nos Une", Recursos Humanos, Programa 0% Energia, investimentos em empreitadas, gestão de contratos e iniciativas de inovação. O encontro terminou com uma mensagem de agradecimento por parte do Conselho de Administração, que destacou os bons resultados alcançados e reforçou a ambição de um 2025 ainda mais positivo para a Empresa.

- BCI Portugal *Chapter* | O Valor dos Exercícios de Continuidade do Negócio

A 22 de maio, na Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos – Museu da Água, a EPAL recebeu o evento "O Valor dos Exercícios de Continuidade do Negócio", promovido pela

Business Continuity Institute (BCI). Para além da EPAL, o evento contou com oradores da E-Redes, GALP, Escola Nacional de Bombeiros e do Projeto Athena, e teve a presença de cerca de 50 participantes, que se mostraram bastante participativos no momento de colocar questões aos oradores.

A *Business Continuity Institute* (BCI) é uma associação global para profissionais de continuidade de negócios e resiliência. Conta com cerca de 9 mil membros em mais de 120 países, incluindo diversos operadores de infraestruturas críticas.

- Cerimónia de lançamento da 9.^a edição da Pós-Graduação em Tecnologias e Gestão da Água

Em setembro, a Academia das Águas Livres iniciou a 9.^a edição da Pós-Graduação em Tecnologias e Gestão da Água, que foi assinalada com o evento de Boas Vindas aos novos participantes. Esta edição reúne 18 participantes, dos quais 16 são colaboradores do Grupo Águas de Portugal, contando ainda com um participante de Angola e outro da Ilha do Príncipe.

- Almoço de agradecimento às equipas que protegeram instalações durante os incêndios
Realizou-se em Aguiar da Beira, no dia 24 de outubro, um almoço de agradecimento aos Trabalhadores que se destacaram na defesa das instalações da Empresa durante os incêndios, tendo sido reconhecido o empenho e o sentido de missão das equipas, que garantiram a proteção das infraestruturas e a continuidade dos serviços essenciais.
O evento contou com a presença de membros do Conselho de Administração e de Diretores, representantes da Direção Comercial e da Comissão de Trabalhadores.

Ainda em 2025, a EPAL recebeu as seguintes comitivas:

- Visita Comitiva Nigeriana à Estação de Tratamento de Água de Vale da Pedra;
- Visita do Ministério do Ambiente da Coreia do Sul à Estação de Tratamento de Água de Vale da Pedra;
- Visita do Instituto Superior Técnico à Estação de Tratamento de Água da Asseiceira;
- AdP Internacional com Banco Asiático e comitiva do Sri Lanka;
- Visitas das Comitivas de São Tomé e uma Comitiva Ucraniana.

Iniciativas de Comunicação com Clientes:

A campanha do desafio do Consumo Sustentável de Água da Torneira conquistou mais 30 Entidades em 2025

A água da torneira distribuída pela EPAL continuou a merecer a confiança das Entidades Públicas e Privadas da capital, contando com mais 30 aderentes durante o ano de 2025.

- No início do ano, aderiu o Tribunal da Relação de Lisboa, no âmbito das suas iniciativas visando a eficiência de recursos e a assunção de ações de responsabilidade ambiental, passando a estar presentes nos seus espaços jarros de vidro para oferta de água da rede aos interessados;
- O Hospital de Santa Marta e o Hospital dos Capuchos são duas unidades hospitalares que vêm juntar-se às já aderentes em anos anteriores;
- Outras entidades que se vincularam foram a Escola Profissional de Hotelaria e Turismo de Lisboa, o INETE - Instituto de Educação Técnica, o IAVE - Instituto de Avaliação Educativa, a Federação de Ginástica de Portugal e a APG - Associação Portuguesa de Gestão de Pessoas;
- No âmbito das entidades oficiais, a AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal também assumiu o compromisso e aderiu à campanha da EPAL, reforçando os seus valores de responsabilidade ambiental;
- No segmento dos monumentos museológicos de Lisboa, mais dois equipamentos históricos juntaram-se ao já aderente Museu de Marinha, tendo, neste ano, aceite o nosso convite o Museu Arqueológico do Carmo da Associação dos Arqueólogos Portugueses e o Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém, espaços que recebem milhares de visitantes. A Associação Cultural e Científica dos jesuítas portugueses, a Brotéria, juntou-se, igualmente, à campanha da EPAL, reforçando o seu compromisso com a sustentabilidade, disponibilizando água da torneira nas suas conferências, encontros e exposições;
- No contexto das IPSS, merecem referência a Associação Coração Amarelo, a Associação TLG Crescer com Amigos e o projeto Associação Alkantra, tendo sido celebrado, neste último, o Dia Mundial da Terceira Idade com uma demonstração de águas aromatizadas e partilha de dicas úteis sobre hidratação e o uso eficiente da água;
- Merecem ainda referência, o Departamento da Atividade Física e do Desporto da CML, a Junta de Freguesia de Belém e o Festival *Meokalorama*, parceiro da EPAL de longa data;

- Por fim, salienta-se a adesão ao desafio pelos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa (SASUL), que abrangeu a adesão à campanha por 12 Residências Estudantis, reforçando a confiança na qualidade da água distribuída e promovendo bons hábitos sustentáveis junto dos jovens que serão os profissionais do futuro.

Parcerias de Sustentabilidade - ações de apoio a parceiros e logística em congressos e eventos
Ao longo de 2025, a EPAL reforçou o seu compromisso com a sustentabilidade, estabelecendo parcerias com diversas entidades públicas e privadas. O principal objetivo passou por promover o consumo consciente da água da torneira, incentivando práticas que contribuam para a redução do desperdício e promovam um futuro mais sustentável.

Nesse sentido, merecem destaque:

- O apoio a congressos de medicina promovidos por universidades aderentes ao consumo sustentável da água da torneira, nomeadamente, a 7.^a edição do Congresso FutureMD da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências Médicas da UNL, o iMed Conference da NOVA Medical School e o Congresso 2025 *Nutrition Insights* da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, com a disponibilização de garrafas para os oradores, jarros de vidro para o *coffee break* e materiais promocionais da qualidade da água e uso eficiente;
- O apoio a iniciativas como o *N2S Meeting & Abroad* da Nova Medical School e o *AIMS Meeting* promovido pela Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa (AEFML), também com garrafas para os oradores e merchandising sustentável;
- O apoio a jornadas do Instituto Superior Técnico (IST), entidade parceira da EPAL, das quais salientamos: a 16.^a edição das Jornadas de Engenharia do Ambiente, o SINFO32, as Jornadas de Engenharia Eletrotécnica e de Computadores (JEEC) e as XXXVIII Jornadas de Engenharia Química, com a disponibilização de garrafas oásis para os oradores, jarros de vidro para o *coffee break* e *merchandising* sustentável;
- Apoio a eventos das entidades parceiras, sendo de realçar a Conferência Internacional da Marinha Portuguesa, o ISEL Green Week, o Hospital dos Pequeninos da Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa (AEFML), o Hospital da Bonecada da Associação de Estudantes da Nova Medical School, e o Dia do Filho da Unidade Local de Saúde de São José, disponibilizando jarros e dispensadores de água para saciar a sede dos participantes e ainda, *merchandising* amigo do ambiente;
- O apoio a outros eventos, como a Conferência internacional organizada pelo Ministério da Saúde, a Feira da Saúde, o *Paving the Way* to COP30, organizado pela

Private Fundraising Lead da Último Recurso, a corrida e caminhada das “Linhas de Torres 100”, e o I Arraial da Tuba Bruma com a disponibilização de jarros para as áreas de *coffee break*, garrafas para a mesa dos oradores, dispensadores com águas aromatizadas e *merchandising* ecológico.

Campanhas em eventos com Aguadeiros e Bebedouros na Cidade

Ao longo de 2025, a EPAL reforçou a sua presença no terreno e junto das pessoas através de um conjunto alargado de ações com aguadeiros e instalação de bebedouros em eventos de grande diversidade cultural, social, desportiva e educativa. Estas iniciativas traduzem uma abordagem próxima e pedagógica, que leva a água da torneira ao quotidiano da cidade, promovendo hábitos mais sustentáveis, reduzindo o consumo de plástico descartável e valorizando um recurso de excelência.

Mais do que assegurar o acesso à água, estas ações constituem momentos de diálogo com a comunidade, onde se partilha conhecimento, se criam experiências positivas e se afirma a água da torneira como uma escolha consciente, segura e responsável. Em feiras, festivais, provas desportivas, ações educativas e eventos institucionais, os aguadeiros são embaixadores de uma cultura de sustentabilidade, enquanto os bebedouros reforçaram, de forma tangível, a visão de uma cidade mais verde, inclusiva e preparada para os desafios climáticos.

Cada iniciativa foi uma oportunidade para aproximar a EPAL dos cidadãos, reforçando a confiança no serviço público e demonstrando, no terreno, que a sustentabilidade se constrói com gestos simples e acessíveis.

Ações com Aguadeiros

- *BTL 2025* – Promoção da água da torneira num dos maiores eventos nacionais de turismo, incentivando escolhas sustentáveis junto de públicos nacionais e internacionais;
- *Ação de sensibilização na ANA Aeroportos (Dia Mundial da Água)* – Contacto direto com passageiros do Aeroporto Humberto Delgado para reforçar a confiança na água da torneira, espaço onde circulam milhares de pessoas de todas as partes do mundo. Em complemento, foi oferecido um marcador de livros, sensibilizando para a qualidade da água da torneira de Lisboa e seu uso eficiente. Esta ação foi acompanhada de um vídeo com divulgação nos ecrãs onde são anunciados os

- voos, partilhando mensagens informativas sobre a qualidade da água e o imperativo da sua utilização consciente;
- *Comemoração do Dia Mundial da Água no Pátio da Água da EPAL* – Momento simbólico de celebração do valor da água aberto à comunidade;
 - *Festival Meo Kalorama* – Presença num grande festival urbano, associando a água da torneira a experiências culturais sustentáveis;
 - *Projeto Joga Lisboa (em parceria com a CML)* – Apoio a atividades desportivas de proximidade, promovendo hábitos saudáveis e o consumo responsável de água;
 - *World Gym for Life Challenge* – Acompanhamento de um evento internacional, reforçando a importância da hidratação sustentável em contexto desportivo;
 - *Evento Brotéria, no Largo Trindade Coelho* – Integração num evento de cariz cultural e comunitário, valorizando a água da rede pública como um bem essencial;
 - *Vindimas* – Presença em contexto rural e produtivo, sublinhando o papel estruturante da água nos ciclos económicos e culturais;
 - *Lumiar Ativo* – Dinamização de ações locais de proximidade, levando a mensagem da sustentabilidade a públicos diversificados;
 - *20.ª Semana da Responsabilidade Social da APEE* – Envolvimento em iniciativas corporativas, reforçando a sensibilização ambiental junto de *stakeholders*;
 - *Corrida da Água* – Associação direta entre desporto e o consumo responsável e sustentável da água da rede pública;
 - *Corrida Tech Run* – Promoção da água da torneira junto de públicos ligados à inovação e tecnologia, alinhando sustentabilidade e futuro.

Parcerias com Entidades para a realização de Palestras de Sensibilização

No âmbito da concretização de palestras de sensibilização junto de entidades parceiras, a EPAL continuou em 2025 com o projeto de promoção da eficiência hídrica para os profissionais de cozinha de entidades parceiras. A parceria iniciou-se em 2024 com o "Programa 100% bem | saúde e bem-estar da CML" e, neste ano, continuou com mais refeitórios camarários.

Dado o sucesso da iniciativa, a EPAL estendeu o programa aos Refeitórios dos Serviços Sociais da Administração Pública (SSAP), com o objetivo da otimização do uso da água. O projeto contemplou 8 dos 19 Refeitórios, abordando o uso eficiente na preparação das refeições e na higiene dos espaços, os serviços da EPAL que podem apoiar o controlo dos gastos como o *waterbeep*, e ainda a água virtual dos alimentos, sensibilizando para o combate ao desperdício e para boas práticas nestes espaços que servem milhares de refeições.

A EPAL realizou ainda palestras com o jogo “Choque Poupança” na Fundação LIGA, nos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa (SASUL) e na Unidade de Missão da Santa Casa da Misericórdia, acompanhadas de provas de águas aromatizadas, promovendo o consumo de água da torneira. Na Secretaria-Geral do Governo, a sensibilização foi complementada com a oferta de um marcador de livros com a receita de água aromatizada da autoria desta entidade, oferecido aos trabalhadores para assinalar o Dia Mundial da Poupança que, nesta ação, foi dedicado à Água.

Ações promocionais nas Lojas EPAL

Com o objetivo de reforçar a proximidade com os Clientes, ao longo de 2025 foram realizadas 33 ações nas Lojas EPAL.

No Dia de Reis, na Loja Sede, os Clientes foram convidados a celebrar a data com a EPAL, desfrutando de uma fatia de bolo-rei e de um chá quente enquanto aguardavam a sua vez.

Entre janeiro e agosto, as iniciativas centraram-se sobretudo na campanha “Queremos Andar a Par e Passo”, dedicada à atualização dos dados de Cliente, tendo sido realizada ainda uma ação adicional em outubro. Nos últimos meses do ano, a EPAL lançou a campanha “Este Natal faça compras sustentáveis com a EPAL”, durante a qual foram dinamizadas 17 ações na Loja da Sede, focadas na promoção dos produtos sustentáveis da empresa.

O Dia Nacional da Água foi assinalado na Loja da Sede com uma Roda da Sorte, na qual todos os Clientes puderam participar e ganhar um brinde amigo do ambiente.

Em todas as ações foram oferecidos brindes simbólicos de *merchandising* sustentável, promovendo hábitos responsáveis e reafirmando o compromisso com a sustentabilidade.

Lançamento da 4.ª coleção “EPAL LIGA-se” dedicada aos “Oceanos”

No âmbito da sua estratégia de responsabilidade social e valorização do património ambiental, a EPAL lançou, em 2025, uma nova coleção de bases de copos em parceria com a Fundação LIGA, no contexto do projeto “EPAL LIGA-se”. Esta iniciativa alia a sensibilização ambiental à promoção da inclusão social, reforçando o compromisso da Empresa com a sustentabilidade e com a criação de impacto positivo na comunidade.

A coleção apresenta ilustrações inspiradas no universo marinho - conchas, estrela-do-mar e cavalo-marinho - concebidas para alertar para a importância dos ecossistemas aquáticos e para a fragilidade das massas de água, essenciais ao equilíbrio ambiental e à sobrevivência humana.

Participação no ENEG 2025

A presença da EPAL no ENEG 2025 constituiu um marco relevante na afirmação do seu posicionamento estratégico no setor da água, refletindo, de forma clara, o compromisso com a inovação e a sustentabilidade.

Entre os dias 18 e 21 de novembro, participámos ativamente no maior encontro nacional do setor, através de comunicações técnicas, sessões temáticas, moderação de debates, integração no programa cultural "Legados para o Futuro: Design e Inovação no Setor da Água", e apresentação de três candidaturas aos prémios Tubos de Ouro.

Esta participação traduziu-se numa presença transversal e consistente, alinhada com os principais eixos estratégicos da organização. Na área da Transição Digital, foram apresentados projetos estruturantes, como o piloto de digitalização do arquivo físico de projetos, o desenvolvimento do Módulo de Qualidade no Sistema *Water Performance* – Saneamento, e a Plataforma Mercúrio para comunicação rápida de ocorrências, evidenciando o investimento contínuo na modernização dos processos e na melhoria do serviço prestado.

No domínio da Gestão de Ativos e Eficiência, destacaram-se iniciativas como a modelação hidráulica enquanto catalisador da digitalização dos sistemas e a deteção de fugas em adutores com recurso a tecnologia de satélite, reforçando a aposta na eficiência operacional e na redução de perdas. Em matéria de Sustentabilidade e Resiliência, foram partilhadas abordagens para o tratamento de afluentes indevidas de origem industrial, sublinhando a importância da articulação entre entidades e territórios.

A Qualidade e a Relação com a Comunidade estiveram igualmente em evidência, através de projetos de reabilitação de infraestruturas, de melhoria dos sistemas de abastecimento e de metodologias de avaliação de propostas, sempre com enfoque na transparência, segurança e valor público. Na área da Comunicação e Educação Ambiental, iniciativas como "Água a Circular" reforçaram o papel da Empresa na capacitação de professores e técnicos municipais, promovendo uma cultura de uso responsável da água.

A integração no programa "Legados para o Futuro" permitiu ainda demonstrar como o design, a engenharia e a inovação podem gerar valor social, ambiental e cultural, através de projetos emblemáticos como a Rede de Bebedouros, o Jardim de Campo de Ourique ou soluções energéticas sustentáveis. As três candidaturas aos Tubos de Ouro - nas áreas de interação com o Cliente, comunicação do valor da água e sustentabilidade - refletem a ambição da Empresa em liderar pelo exemplo.

Estivemos ainda presentes no stand da AdP, com foco particular na divulgação dos serviços da EPAL, proporcionando aos participantes sessões de apresentação do *Waterbeep*, *Contact Center*, *AQUAmatrix*, *WONE* e Academia das Águas Livres. Estas sessões assumiram um papel

estratégico na aproximação a um público técnico e institucional altamente qualificado, permitindo a partilha de soluções inovadoras, de boas práticas e de experiências consolidadas, bem como o reforço do posicionamento da EPAL enquanto referência nacional na prestação de serviços, na capacitação de profissionais e na inovação aplicada ao setor da água.

A participação no ENEG 2025 reforçou o papel da EPAL como agente ativo na transformação do setor, capaz de conjugar excelência técnica, visão estratégica e responsabilidade social. Este momento constituiu não apenas uma montra do trabalho desenvolvido, mas também uma plataforma de diálogo, aprendizagem e construção coletiva de um futuro mais sustentável, inovador e resiliente para a gestão da água em Portugal.

Lançamento do 3.º conto da coleção de livros infantis “O planeta é a nossa casa”

Uma nova personagem assume o desafio de divulgar boas práticas ambientais e de cativar a atenção dos leitores para a sustentabilidade, desvendando o mistério da “água branca”, ensinando os mais pequenos a investigarem os fenómenos relacionados com o abastecimento. O livro inclui jogos e atividades, para fazer em família e com os amigos, bem como curiosidades sobre a EPAL e a Água, este recurso extraordinário que sustenta a existência no nosso Planeta. A coletânea apresenta, em cada edição, um estilo de ilustração distinto, possibilitando um conteúdo diversificado e atrativo.

Parceria com a APPACDM para o NATAL

No âmbito das parcerias com IPSS de inclusão, este ano, a EPAL colaborou com a APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental-Lx, para tornar as decorações das árvores dos recintos da Empresa mais sustentáveis e amigas do ambiente.

Assim, com o objetivo de apoiar a capacitação dos seus utentes, a EPAL adquiriu artigos de decoração de Natal, produzidos por esta Associação, peças que refletem criatividade e responsabilidade social, e que acrescentaram ainda mais espírito festivo aos espaços da Empresa. Na Loja Sede, estas decorações foram também oferecidas aos Clientes que adquiriram peças de sustentabilidade durante a quadra natalícia.

Parceria com a APBP para os Postais de NATAL

No âmbito da parceria entre a EPAL e a APBP – Artistas Pintores com a Boca e o Pé, durante a quadra natalícia, esta colaboração esteve em destaque na Loja Sede. Todos os Clientes que visitaram a Loja receberam um postal de Natal criado pelos artistas da Associação, promovendo

simultaneamente a divulgação do seu trabalho e o apoio à sua missão. Esta iniciativa constituiu uma forma de valorizar a arte e reforçar o compromisso social da Empresa.

Iniciativas de responsabilidade social:

A EPAL e a Águas do Vale do Tejo reforçaram o seu compromisso com a responsabilidade social, através da entrega de bens alimentares a 12 instituições que apoiam famílias, crianças, jovens, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade.

Entre as entidades apoiadas encontram-se a Ajuda de Berço, Associação Ajuda de Mãe, Associação Crescer Bem, Comunidade Vida e Paz, *Refood*, Cáritas, bem como diversos centros sociais e lares do território.

Esta iniciativa reforça o papel da Empresa na promoção de solidariedade, inclusão e bem-estar social, cuidando das comunidades tal como cuida da água.

Redes Sociais:

A EPAL tem continuado a estratégia estabelecida para as redes sociais, com o propósito de reforçar a comunicação com o exterior e aproximar-se dos seus Clientes, seguidores e comunidade em geral através destes canais. Sempre em prol da promoção da segurança e excelência da qualidade da água, a EPAL pretende consciencializar toda a comunidade para o consumo de água da torneira.

Esta divulgação está presente em todos os meios de comunicação da Empresa, mas é muito reforçada através das plataformas *LinkedIn*, *Facebook* e *Instagram*, tendo em conta o tipo de conteúdo a ser publicado e o seu público-alvo.

Em 2025, a EPAL manteve uma trajetória de crescimento sustentado nas suas três principais plataformas digitais reforçando a consolidação da sua presença online, mesmo num ano condicionado por três períodos eleitorais e consequentes restrições legais à comunicação institucional.

Apesar dos limites impostos pela Lei Eleitoral, que reduziram temporariamente o volume de publicações e a cadência editorial, todas as redes sociais analisadas registaram evolução positiva, demonstrando maturidade das comunidades digitais, eficácia da estratégia editorial diferenciada e continuidade do envolvimento dos diferentes públicos com os conteúdos da empresa.

Crescimento das Comunidades Digitais

A análise comparativa evidencia que, de 2024 para 2025, as três plataformas mantiveram tendências de crescimento, embora a ritmos distintos:

- *Facebook* registou um aumento de 3,2%, estabilizando em cerca de 48,3 mil seguidores. Esta evolução confirma a consistência da comunidade, que continua a representar a maior base de seguidores da EPAL, com crescimento moderado e contínuo;
- *Instagram* foi a rede social com maior dinamismo, alcançando 10.628 seguidores, evidenciando um crescimento expressivo de 26,3%. A plataforma continua a beneficiar do carácter visual e participativo dos conteúdos, reforçando a proximidade com públicos mais jovens e urbanos, e consolidando-se como um dos canais estratégicos de maior expansão;
- *LinkedIn* cresceu 10,2%, alcançando 27.310 seguidores. Este desempenho confirma o fortalecimento da presença institucional e corporativa da EPAL, com conteúdos focados em inovação, projetos estruturantes, recursos humanos e liderança no setor da água.

Alcance, Interação e Conteúdos de Destaque

Os resultados obtidos refletem a adequação da estratégia editorial ao perfil e vocação de cada plataforma:

- No *Facebook*, campanhas de sensibilização, conquistas institucionais e iniciativas culturais foram os principais motores de interação.
- No *Instagram*, as campanhas comerciais, conteúdos de sustentabilidade, o *podcast* “Mulheres das Águas Livres” e ações de proximidade continuaram a gerar elevados níveis de envolvimento.
- No *LinkedIn*, temas relacionados com a nova fatura, recrutamento, presença da organização em eventos de referência e projetos inovadores alcançaram as maiores taxas de engajamento.

A coerência entre conteúdo e público-alvo contribuiu para a manutenção da relevância das publicações, mesmo em períodos de comunicação mais limitada.

Produção de Conteúdos

Mesmo com os períodos de interrupção obrigatória por lei, a atividade anual foi significativa:

- *Facebook*: 253 publicações
- *Instagram*: 345 publicações
- *LinkedIn*: 141 publicações

Esta produção, ainda que inferior à do ano anterior, permitiu assegurar a continuidade da comunicação essencial com clientes, parceiros e comunidade, mantendo a visibilidade das iniciativas estratégicas e reforçando a confiança no serviço público. O desempenho de 2025 evidencia:

- o Crescimento positivo e sustentável nas três plataformas;
- o Manutenção de elevados níveis de visibilidade e interação, mesmo em contexto legal restritivo;
- o Consolidação da estratégia editorial diferenciada por canal;
- o Reforço da proximidade, confiança e notoriedade digital da EPAL enquanto entidade de referência no setor da água.

O desempenho global confirma que a presença digital da EPAL se encontra sólida, resiliente e alinhada com os objetivos de comunicação e serviço público, reforçando o compromisso com a sustentabilidade, a transparência e a promoção do consumo de água da torneira.

Iniciativas de comunicação interna

- Operação Natal 2025

Em dezembro de 2025, no âmbito do Sistema de Gestão da Conciliação, a EPAL e a AdVT ofereceram um cabaz de Natal a todas as trabalhadoras e trabalhadores.

No âmbito da responsabilidade social empresarial, foram também adquiridos bens ao SEMEAR, reforçando o compromisso com a sustentabilidade e a inclusão social. Estas ofertas foram destinadas aos habituais prestadores de serviço.

Nas celebrações natalícias, foi igualmente assinalado o Dia de Reis, com a habitual distribuição de bolos-rei a todas as trabalhadoras e trabalhadores, bem como aos prestadores de serviço, a par do tradicional lanche de Reis nos recintos da EPAL e nos polos da Águas do Vale do Tejo.

- Cabaz do Bebê

Em 2025 assinalámos o nascimento de 22 bebés filhos/as de trabalhadores/as da Empresa, com a entrega do “Cabaz Nascimento”, que inclui produtos de higiene para bebé, cartão “Dá-presente” e kit EPAL.

A iniciativa implementada em 2016 é uma das medidas de conciliação da vida profissional e familiar.

- Distribuição de ofertas às Trabalhadoras e Trabalhadores

No âmbito do Sistema de Gestão da Conciliação, foram realizadas duas distribuições dirigidas a todas as trabalhadoras e trabalhadores da Empresa:

- i. Em julho, foi entregue o kit de verão, composto por um saco e duas toalhas de praia, amplamente apreciado pelos colaboradores.
- ii. O presente de Natal foi distribuído no Dia de Reis, composto pelo novo Jarro Aurora, uma manta polar e o sabonete desenvolvido em parceria com a *Castelbel*, acompanhado do habitual Bolo-Rei.

- Cerimónia de Homenagem aos Trabalhadores com 25 e 35 anos de Casa

Realizou-se a 12 de novembro, no Museu da Água – Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos, a cerimónia de homenagem às trabalhadoras e aos trabalhadores que, este ano, completaram entre 25 e 35 anos de serviço.

A cerimónia contou com a presença do Conselho de Administração da EPAL, do Presidente e membros da Direção da AREPAL, de representantes da Comissão de Trabalhadores, da Casa do Pessoal e dos Diretores.

Como símbolo de reconhecimento, foi oferecido a cada um dos 28 homenageados um relógio, assinalando o percurso, o compromisso e a história construída por cada um.

Este ano, pela primeira vez, foram também homenageados colegas provenientes das empresas integradas na Águas do Vale do Tejo, valorizando trajetórias iniciadas antes das integrações e reforçando o espírito de união que caracteriza a EPAL e a Águas do Vale do Tejo.

- Campanha 50% de Desconto para os Trabalhadores na aquisição de peças de sustentabilidade da EPAL

Em 2025, sob o mote “Este Natal faça compras sustentáveis com a EPAL”, a Empresa implementou uma campanha de 50% de desconto destinada aos Trabalhadores da EPAL, na aquisição das peças de sustentabilidade do portefólio da Empresa. Esta iniciativa decorreu entre 1 de dezembro e 6 de janeiro, coincidindo com o período natalício e prolongando-se até ao Dia de Reis.

A EPAL tem vindo a consolidar um conjunto diversificado de peças utilitárias em vidro e cerâmica, desenvolvidas em exclusividade através de parcerias com marcas portuguesas de referência, com o objetivo de reforçar a confiança na água da torneira e promover hábitos

de consumo sustentáveis. Parte destas peças é oferecida aos Trabalhadores no âmbito das iniciativas de Conciliação.

Iniciativas de publicidade institucional

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, indicam-se de forma sintética as iniciativas de publicidade institucional efetuadas durante o ano de 2025:

Campanha	Descrição	Meios
Prémio BECX 2024	Prémio BECX (Best European Customer Experience) no ranking do Setor da Água distingue EPAL com o 1.º lugar no índice Experiência do Cliente pelo segundo ano consecutivo.	Ambiente Magazine Exame Marketeer Sábado
EPAL tem nova Conta da Água com pegada 0%	A EPAL fez um <i>refresh</i> à Conta da Água dos seus Clientes, que contempla, agora, uma nova imagem visual e mais informação detalhada. Tudo, para tornar a vida mais fácil!	Ambiente Magazine Água & Ambiente Correio da Manhã Expresso Green Savers Jornal de Lisboa Rádio Comercial Rádio M80 Rádio Renascença Rádio TSF

Museu da Água

O Museu da Água reúne e dinamiza um conjunto de monumentos e edifícios históricos, edificado entre os séculos XVIII e XIX, que representa um importante capítulo da história do abastecimento de água à cidade de Lisboa e integra o roteiro histórico, patrimonial, tecnológico e científico da Água.

O Museu da Água é constituído por cinco espaços museológicos, nomeadamente:

- Aqueduto das Águas Livres;



- Galeria subterrânea do Loreto;



- Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras;



- Reservatório da Patriarcal;



- Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos.



A missão do Museu da Água revela-se através de três eixos basilares:

- Preservação e divulgação de um conjunto patrimonial único;
- Sensibilização histórica, científica e tecnológica na área do abastecimento de água;
- Manutenção de um programa de educação e sensibilização ambiental, com especial relevância para as temáticas da água.

Os objetivos pedagógicos do Museu da Água são os seguintes:

- Estimular o uso eficiente da água;
- Compreender o ciclo hidrológico;
- Compreender o ciclo urbano da água;
- Valorização do património histórico relacionado com o abastecimento de água;
- Conhecer o funcionamento da sociedade, nos diversos aspetos que a compõem, antes da construção do Aqueduto das Águas Livres;
- Perceber a importância da água no contexto do desenvolvimento da cidade, nomeadamente no favorecimento das condições de vida da população;
- Sensibilizar para as temáticas da poluição e desperdício da água;
- Criar laços de afetividade com o património da cidade de Lisboa.

Desta forma, a atividade do Museu da Água é desenvolvida ao nível da gestão, conservação, musealização, investigação, divulgação e dinamização do património histórico edificado.

Durante o ano de 2025, o Museu da Água recebeu um total de mais de 107 mil visitantes, dos quais cerca de 40 mil visitantes eram oriundos de países estrangeiros, provenientes de 70 países. Realizaram-se ainda 1.241 visitas guiadas dirigidas a cerca de 24 mil visitantes, salientando-se:

- Foram dinamizadas 488 visitas guiadas dirigidas a estudantes de todos os ciclos de escolaridade, provenientes de estabelecimentos de ensino nacionais e internacionais, que envolveram 11.298 alunos e alunas;
- Foram promovidas 753 visitas guiadas, dirigidas ao público em geral, que contaram com a presença de 12.686 visitantes;
- Os espaços museológicos que compõem o Museu da Água foram visitados por 83.024 visitantes, não integrados em circuito de visita guiada.

No âmbito do Serviço Educativo e Programação do Museu da Água, evidenciam-se as seguintes atividades:

- Conceção, produção e realização da exposição temporária “Que Engenharia é Esta?”;
- Musealização e abertura ao público do Aqueduto subsidiário do Olival Santíssimo (1.ª fase), no concelho de Odivelas;
- Integração na Rede Portuguesa de Turismo Industrial e consequente inclusão do espaço museológico Museu da Água - Estação Elevatória a vapor dos Barbadinhos no Roteiro do turismo industrial da região de Lisboa;
- Produção e realização, em parceria, de 4 exposições temporárias, nomeadamente: “Boundaries – A Collective Odyssey”, realizada no âmbito da feira ARCO Lisboa, com a participação de vinte e seis artistas provenientes de diversas geografias africanas e da diáspora, “Soluctio”, de João Ribeiro, “Estiagem”, de João Mariano, e “Água Mole em Pedra Dura”, de Eduardo Malé;
- Desenvolvimento de três novos guiões de visita guiada temática e respetivo desenvolvimento dos percursos: “O Aqueduto, as Pedreiras e os Fornos de Cal”, “O Aqueduto fora d’Horas” e “O Arco e o Reservatório das Amoreiras”;
- Conceção e produção de duas novas exposições itinerantes: “Uma viagem ao mundo dos contadores” e “A Água e a Alimentação”;
- Circulação de cinco exposições itinerantes, realizadas em quinze concelhos - “Uma viagem ao mundo dos contadores”, “A Água e a Alimentação”, “A Água e os ODS”, “Aquedutos de Portugal”, “Água para Todos”;
- Conceção e dinamização de três cursos para professores na área da educação para a sustentabilidade;
- Desenvolvimento e dinamização de sete ações do programa “Museu fora de Portas”, em parceria com o serviço de pediatria do Hospital de Santa Maria, em Lisboa;

- Produção de materiais pedagógicos - fichas e cadernos de atividades, placas explicativas e recursos multimédia.
- Produção e realização, em parceria com o atelier criativo OCUBO, de uma exposição imersiva e de dois espetáculos imersivos, patentes no Museu da Água - Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras;
- Conceção e produção de dezoito visitas-concerto e realização de mais de cem concertos de fado no Museu da Água - Reservatório da Patriarcal, em parceria com a Fado Fora de Portas.

Inclui-se na atividade do Museu o Centro de Documentação Histórica e Técnico, que é um serviço especializado de documentação e informação da EPAL e encontra-se dedicado à gestão, preservação, organização e divulgação do património documental histórico e técnico das Empresas, tendo a seu cargo coleções de arquivo e de biblioteca.

A atividade Centro de Documentação Histórica e Técnico desenvolve-se em quatro eixos distintos: preservação documental, organização documental, disponibilização documental, gestão administrativa e logística da participação da Empresa em instituições de carácter fundacional ou associativo.

Sobre a atividade do Centro de Documentação Histórica e Técnica destacam-se os seguintes aspetos:

- A disponibilização em linha dos portais de pesquisa deu origem a 118 pedidos de acesso à informação, envolvendo a interação com 29 utilizadores externos (investigadores, docentes e discentes do ensino superior, autores) e 89 utilizadores internos, constituindo um contributo permanente para a pesquisa e recuperação de informação de suporte às atividades das diversas direções, nomeadamente ao nível da gestão dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais;
 - No que respeita às reproduções digitais disponibilizadas na base de dados, registaram-se 1.761 desenhos e 5.630 páginas de peças escritas, correspondentes a um total de 95 documentos compostos e simples. Ao nível da Biblioteca, contabilizaram-se 2.084 digitalizações;
- Relativamente à classificação da informação arquivística e à melhoria dos metadados descritivos, foram trabalhadas 178 unidades documentais.

ORGANIZAÇÃO

Estrutura acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais

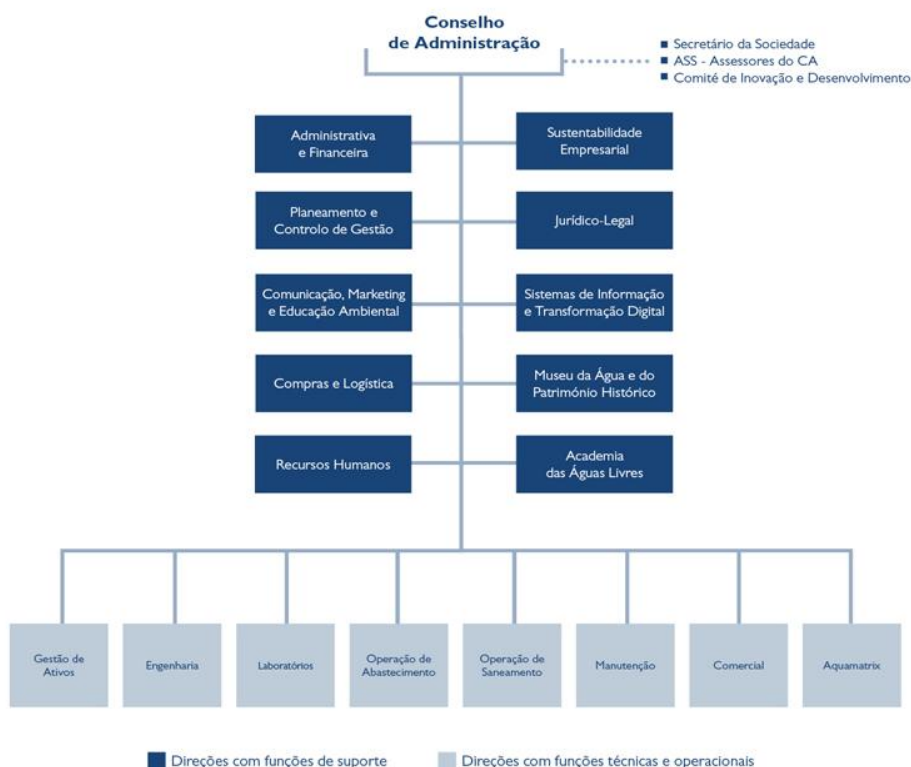
ESTRUTURA ACIONISTA

A EPAL é uma sociedade anónima com o capital social público de 150.000.000 euros (cento e cinquenta milhões de euros), integralmente detido pela AdP-Águas de Portugal, SGPS, SA. O capital social está dividido em 30.000.000 (trinta milhões) de ações, com o valor nominal de cinco euros cada.

A Águas de Portugal, SGPS, SA, foi constituída em 1993, ao abrigo do direito comercial privado, e tem, no final de 2025, como acionista única a Parpública – Participações Públicas, SGPS, SA.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A atual estrutura orgânica da Empresa, que contempla as atribuições resultantes da gestão delegada do sistema da AdVT, é a seguinte:



ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente | AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA

Secretária | Ana Cristina Rebelo Pereira

Conselho de Administração

Presidente | José Manuel Leitão Sardinha

Vice-Presidente | Manuel Joaquim Barata Frexes

Vogal | Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira

Vogal | Maria do Rosário Cardoso Águas

Vogal | Rui Manuel Gonçalves Lourenço

Órgãos de Fiscalização

Conselho Fiscal

Presidente | Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais

Vogal | Isabel Maria da Paz Mendes

Vogal | Luís Miguel Barros Martins Damas

Revisor Oficial de Contas (ROC)

SROC | Deloitte & Associados, SROC SA

ROC Efetivo | Ana Alexandra Dornelas Pinheiro

ROC Suplente | João Carlos Henriques Gomes Ferreira

Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Sustentável

Presidente | Fernando José Pires Santana (falecido)

Vogal | Maria Paula Batista Antunes

Vogal | Manuel Duarte Pinheiro

Com a eleição do novo Conselho de Administração para o mandato 2025/2027, em 24 de junho de 2025, foram definidos os pelouros atribuídos aos membros do Conselho de Administração, sendo atualmente os seguintes:

Presidente – José Manuel Leitão Sardinha

- Secretário da Sociedade
- CMEA – Direção de Comunicação, Marketing e Educação Ambiental
- DAA – Direção da Academia das Águas Livres
- MDA – Direção do Museu da Água e do Património Histórico

Vice-Presidente – Manuel Joaquim Barata Frexes

- DRH – Direção de Recursos Humanos
- DSE – Direção de Sustentabilidade Empresarial
- DSI – Direção de Sistemas de Informação e Transformação Digital
- JUR – Direção Jurídico-Legal

Vogal – Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira

- DAF – Direção Administrativa e Financeira
- DAQ – Direção do AQUAmatrix
- DCM – Direção Comercial
- PCG – Direção de Planeamento e Controlo de Gestão

Vogal – Maria do Rosário Cardoso Águas

- DCL – Direção de Compras e Logística
- DGA – Direção de Gestão de Ativos
- ENG – Direção de Engenharia
- MAN – Direção de Manutenção

Vogal – Rui Manuel Gonçalves Lourenço

- DOA – Direção de Operações de Abastecimento de Água
- DOS – Direção de Operações de Saneamento
- LAB – Direção de Laboratórios

Carteira de Participações e Sucursais

No final do exercício de 2025, a EPAL não detinha participações sociais em nenhuma sociedade, nem tinha qualquer sucursal.

AS NOSSAS PESSOAS

A EPAL tem os seguintes princípios orientadores da gestão dos recursos humanos:

- Igualdade de tratamento e de oportunidades entre Mulheres e Homens;
- Rejeição de qualquer tipo de discriminação;
- Promoção e valorização profissional;
- Respeito pela vida pessoal e familiar;
- Cumprimento dos compromissos assumidos no Código de Ética e de Conduta;
- Cumprimento da lei e da regulamentação interna da Empresa em vigor.

No âmbito da gestão delegada da Águas do Vale do Tejo, e nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a EPAL assumiu, no ano de 2015, a posição contratual da sociedade Águas do Vale do Tejo nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal, isto é, os trabalhadores/as dessa empresa foram integrados na estrutura orgânica da EPAL, passando a contratar, em nome próprio da EPAL, o pessoal necessário a gestão do sistema da AdVT.

Com o início da gestão delegada do sistema da então Águas de Lisboa e Vale do Tejo (agora Águas do Vale do Tejo), a EPAL passou a integrar os trabalhadores/as originários/as das oito empresas agregadas. Com a cisão em 2017 parte dos trabalhadores perdeu o vínculo à Águas do Vale do Tejo, passando a integrar as novas sociedades então criadas – Águas do Tejo e Atlântico e Simarsul.

No final de 2025 a EPAL tinha 1.108 trabalhadores/as, dos quais 443 afetos à gestão delegada da AdVT.

	2023	2024	2025	Variação 2025/2024
N.º de trabalhadores a 31 de dezembro	1.058	1.064	1.108	+44
EPAL	642	647	665	+18
Gestão delegada AdVT	416	417	443	+26

A movimentação de pessoal ao longo do último triénio foi a seguinte:

	2023	2024	2025
Entradas	41	65	103
Saídas	41	59	59
Saldo líquido	-	+6	+44

Em 2025, as saídas ocorridas foram compensadas por entradas, em termos líquidos, verificando-se ainda um acréscimo de 44 trabalhadores/as.

CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

O universo de 1.108 trabalhadores/as ao serviço da empresa (EPAL e afetos à gestão delegada da AdVT), a 31 de dezembro de 2025, caracteriza-se por uma distribuição de 800 colaboradores do sexo masculino (72%) e 308 do sexo feminino (28%), conforme se ilustra no quadro seguinte:

	2023	2024	2025	Variação 2025/2024
Homens	779	772	800	+28
Mulheres	279	292	308	+16

Em 2025, a EPAL terminou o ano com 1 trabalhador a termo incerto, contratados para fazer face a ausências prolongadas de trabalhadores efetivos.

	2023	2024	2025	Variação 2025/2024
Efetivos	1.058	1.059	1.107	+48
A termo	-	5	1	-4

A idade média dos/as trabalhadores/as da EPAL cifrou-se nos 47 anos, diminuindo 1 ano face à média verificada no ano anterior.

	2023	2024	2025	Variação 2025/2024
Idade média	48	48	47	-1
Trab. Por estrutura etária	1.058	1.064	1.108	+44

	2023	2024	2025	Variação 2025/2024
idade - <25	9	17	13	-4
idade - 25-34	82	82	114	+32
idade - 35-44	301	277	269	-8
idade - 45-54	393	421	450	+29
idade - >55	273	267	262	-5

A antiguidade média diminuiu 1 ano face ao período homólogo, atingindo em 2025 uma antiguidade média de 16 anos.

	2023	2024	2025	Variação 2025/2024
Antiguidade média	17	17	16	-1
Trab. por Antiguidade	1.058	1.064	1.108	+44
antiguidade - <2	94	99	153	+54
antiguidade - 2-5	158	158	142	-16
antiguidade - 6-10	46	84	133	+49
antiguidade - 11-20	347	305	277	-28
antiguidade - >20	413	418	403	-15

Cerca de 41% dos trabalhadores/as (455) detêm qualificações ao nível do ensino superior.

	2023	2024	2025	Variação 2025/2024
Trab. por nível habilitações	1.058	1.064	1.108	+44
Ensino Básico	220	196	186	-10
Ensino Secundário	423	439	467	+28
Ensino Superior	415	429	455	+26

No ano de 2025 realizaram-se diversas ações de formação, que deram origem a 24.026 horas de formação, tendo abrangido 2.427 participantes.

Formação	2023	2024	2025
N.º de horas de formação	13.823	16.014	24.026
N.º. Participantes	1.960	1.643	2.427

A Taxa de absentismo em 2025 foi de 4,11%, correspondente a 81.825 horas de ausência, sendo que cerca de 70% das horas foram remuneradas pela empresa.

Absentismo	2023	2024	2025
Taxa de absentismo	3,59%	3,83%	4,11%
Horas de Absentismo	68.682	74.255	81.825

Em 2025 ocorreram 36 acidentes de trabalho, dos quais 17 deram origem a situações de baixa médica.

Acidentes de trabalho	2023	2024	2025
Total de acidentes de trabalho	34	35	36
Acidentes de trabalho com baixa	24	19	17

Os indicadores de segurança foram os seguintes:

Índices de acidentes de trabalho	2023	2024	2025
TF: Tx frequência da globalidade dos acidentes de trabalho	18,44	18,71	18,97
Tf: Tx frequência dos acidentes de trabalho com baixa	13,02	10,16	8,96

TF=NA/HTx10⁶ | Tf=NAita/HTx10⁶

NA – Número de acidentes

NAita – Número de acidentes com incapacidade temporária absoluta

HT – Número de horas trabalhadas

As Nossas Ambições de Sustentabilidade

A prestação de serviços públicos essenciais coloca-nos numa posição de elevada responsabilidade. A forma como atuamos tem impacto direto na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico dos territórios onde operamos.

Num contexto de alterações climáticas, a crescente pressão sobre os recursos, a degradação dos ecossistemas - acompanhados por riscos acrescidos de poluição – são desafios significativos que assumimos cada vez mais com uma atuação cada vez mais exigente, integrando a sustentabilidade na gestão do negócio e na dimensão de governação.

Compromisso de Integridade

A EPAL subscreveu em dezembro de 2021 o Compromisso de Integridade, disponível em <https://www.epal.pt/EPAL/docs/default-source/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/carta-compromisso.pdf?sfvrsn=2>, assumindo a implementação do modelo definido na Política de Integridade e nos instrumentos que lhe estão associados. Este compromisso reforça a capacitação interna e promove uma cultura organizacional assente em padrões éticos elevados.

O nosso referencial ético é coadjuvado por normas de conduta, políticas e procedimentos internos que asseguram a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente:

- Código de Ética e de Conduta
<https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/quem-somos/governo-da-sociedade/c%C3%B3digo-de-conduta-e-%C3%A9tica>
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
<https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/quem-somos/governo-da-sociedade/plano-de-preven%C3%A7%C3%A3o-de-riscos-de-corrup%C3%A7%C3%A3o-e-infra%C3%A7%C3%B5es-conexas>
- Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades
[https://www.epal.pt/EPAL/docs/default-source/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/regulamento-de-comunica%C3%A7%C3%A3o-de-irregularidades---grupo-%C3%A1guas-de-portugal-\(m-50-001\).pdf?sfvrsn=4](https://www.epal.pt/EPAL/docs/default-source/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/regulamento-de-comunica%C3%A7%C3%A3o-de-irregularidades---grupo-%C3%A1guas-de-portugal-(m-50-001).pdf?sfvrsn=4)
- Código de Conduta para Fornecedores
<https://www.epal.pt/EPAL/docs/default-source/fornecedores/c%C3%B3digos-e-manuais/codigo-de-conduta-para-fornecedores.pdf?sfvrsn=4>

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com funções complementares:

- Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos;
- Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

A EPAL dispõe ainda de uma Linha de Integridade, um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética do Grupo Águas de Portugal, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

Compromisso de Sustentabilidade:

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal fixa as suas ambições de forma a garantir os princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido.

As nossas ambições estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e refletem a forma como incorporamos a sustentabilidade no propósito do nosso trabalho, na ação climática, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação e na cooperação internacional, sempre com uma forte componente de educação e sensibilização para o valor da água.

As nossas Ambições

As Ambições de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal e da EPAL relevam o trabalho com propósito, a ação climática, a economia circular da água, a valorização dos territórios, a inovação com impacto, a cooperação internacional para a gestão da água e a educação para a sustentabilidade.

No Grupo Águas de Portugal, e igualmente na EPAL, estruturámos as Ambições de Sustentabilidade em sete prioridades:

1. Trabalhar com Propósito

Valorizamos um ambiente de trabalho que promova o desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores, a igualdade de oportunidades, a diversidade e inclusão, assegurando condições de segurança e saúde e incentivamos o equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

2. Agir pelo Clima

Atuamos no sentido da neutralidade e autossustentabilidade energética, reduzindo emissões de gases com efeito de estufa e aumentando a resiliência dos sistemas perante cenários de alterações climáticas.

3. Economia Circular da Água

Procuramos maximizar a eficiência na gestão do ciclo urbano da água, reduzir desperdícios, valorizar recursos e promover soluções regenerativas.

4. Valorização dos Territórios

Prestamos um serviço público de excelência que reforça a proximidade com as comunidades, protege a biodiversidade e contribui para a saúde pública.

5. Inovação com Impacto

Incentivamos a inovação através de projetos de I&D+i, transformação digital e desenvolvimento de soluções sustentáveis, com impacto e que respondam aos desafios do setor.



6. Cooperação Internacional

Participamos em iniciativas de cooperação para a gestão sustentável da água, partilhando conhecimento e apoiando programas em países em desenvolvimento.

7. Educação para a Sustentabilidade

Promovemos a sensibilização sobre o valor da água e o seu papel no desenvolvimento sustentável, dirigindo-nos às comunidades, escolas e parceiros institucionais.

Na sequência da sistematização desta Estratégia de Sustentabilidade, em 2025 a EPAL assegurou, promoveu e desenvolveu várias atividades, âmbito da sua missão, por forma a ir ao encontro das necessidades e expectativas dos seus *stakeholders*, designadamente nos seguintes domínios:

Sistema de Responsabilidade Empresarial (SRE):

Mantiveram-se as certificações dos sistemas de gestão integrada nas áreas de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, Conciliação entre Vida Profissional, Pessoal e Familiar, Gestão de Ativos e Segurança da Informação, tendo sido renovada a certificação do Sistema de gestão de Energia. Foi, igualmente, mantida a certificação Adene MOVE+ para a frota automóvel. Em conjunto com a equipa da Inovação, destaca-se, nesse âmbito, a criação de uma base de dados própria e a definição de regras para os diversos projetos de inovação, em curso na Empresa, estabelecendo condições para uma gestão mais eficiente e para a maximização do valor que estes podem gerar.

No âmbito da plataforma digital AGIR, foi alargada e melhorada a sua utilização, promovendo a digitalização e uma maior eficiência. Foram, também, definidos e implementados objetivos de suporte ao SRE, visando assegurar a *compliance*, melhorar o desempenho e contribuir para o desenvolvimento sustentável, em alinhamento com os ODS.

Foram elaborados e revistos documentos estratégicos, visando a qualidade, a melhoria contínua e o reforço da sustentabilidade e da governança. Paralelamente desenvolveram-se, também, ações de comunicação sobre temas essenciais do SRE, abrangendo SST, ambiente, ética, igualdade, conciliação, segurança da informação e RGPD.

Sustentabilidade

No âmbito do Roteiro para a Sustentabilidade, foi realizada, no início do ano, uma *masterclass* onde foi abordada a Jornada de Sustentabilidade que irá ser feita pela EPAL, as obrigações que daí advêm

e, ainda, a auscultação sobre as prioridades, da Empresa, nesta temática. Esta última serviu como input para o Relatório de Dupla Materialidade, um elemento essencial para identificar e priorizar questões que afetam tanto a organização como a sociedade e o ambiente e que está baseado em duas perspetivas:

- Materialidade de impacto, que avalia os efeitos das atividades da empresa na sociedade, ambiente e economia, independentemente de impactos financeiros;
- Materialidade financeira, uma análise a fatores ESG que influenciam diretamente o desempenho económico, considerando riscos e oportunidades como regulamentações, preferências dos consumidores e reputação.

Ao aplicar este princípio, a organização assegura decisões estratégicas informadas, equilibrando valor económico com benefícios sociais e ambientais, reforçando a sustentabilidade e a resiliência empresarial.

Pegada Carbónica

No ano de 2025, foram analisadas metodologias, informações e dados relativos ao cálculo da pegada carbónica da EPAL, no âmbito do projeto “Neutro” do Grupo AdP. A análise permitiu concluir que, nos últimos seis anos, as emissões da EPAL se mantiveram estáveis, evidenciando uma tendência de redução da pegada total. A empresa encontra-se alinhada com os objetivos definidos, tendo alcançado uma diminuição global de 32% da sua pegada carbónica. Nos âmbitos 1 e 2, a redução aproximou-se dos 80%, enquanto no âmbito 3 se situou nos 20%. Estes resultados, referentes a 2025, constituem um marco relevante, mas exigem continuidade e melhoria nos anos seguintes. Foi realizada a comunicação com recurso ao Plano de Ação Climática, no site da EPAL.

Dado o carácter global das emissões e o efeito equivalente das medidas de compensação, é possível operar esta última em qualquer local, contribuindo para reduzir a concentração global de CO₂ e mitigar o aquecimento do planeta. Assim, durante 2025, a EPAL realizou a primeira ação (simbólica) de compensação de emissões através da aquisição de créditos de carbono para verificados VERRA, referentes à implementação e manutenção de projetos de energias renováveis, nas Honduras e na Índia, que compensaram 573 toneladas de CO₂ (geradas em 2024) decorrentes do seu processo de faturação e das atividades de suporte realizadas nos quatro edifícios administrativos mais representativos, a Sede da EPAL e a Sede da AdVT, o Edifício do Laboratório Central e o Edifício/Recinto do Museu da Água.

Deu-se, ainda, continuidade ao desenvolvimento do projeto do CCEE - Centro de Controlo de Energia e Emissões, plataforma que apoiará futuramente o Sistema de Gestão de Energia, a Gestão das Centrais de Produção de Energia renovável para autoconsumo e a Gestão Carbónica da EPAL/AdVT.

Igualdade de Género

Tendo em conta que a Igualdade de Género e a Não Discriminação constituem direitos humanos fundamentais, e que a igualdade de oportunidades, o reconhecimento e a valorização de homens e de mulheres, em todos os seus domínios, constituem pilares fundamentais numa sociedade justa e com confiança no futuro, foi sendo desenvolvido e submetido às entidades nacionais (CITE e SIG), o Plano para a Igualdade de Género 2026.

O Plano para a Igualdade de Género 2025 foi implementado e monitorizado, ao longo do ano e não foi alvo de qualquer notificação, pela CITE.

Em 2025, manteve-se a participação na task-force iGen e no Grupo de Trabalho 5 (Academia de Formação iGen). Neste âmbito foram organizados e divulgados diversos eventos, incluindo duas plenárias com os temas: "As Profissões têm Género? Barreiras, Desafios e Conquistas" e "Como aproximar as organizações iGen dos jovens para promover a Igualdade: Igualdade de Género em Portugal: Recomendações para a administração central (*policy brief*) e, para o iGen, Ideias para novos caminhos", esta última realizada em formato *world café*.

Paralelamente, a Academia promoveu dois *workshops* dedicados a temas identificados, como prioritários, pelas organizações membro: "Transforme o Seu Ambiente de Trabalho: Descubra o Caminho para o Bem-Estar e Felicidade Organizacional" e "Mind the Gap: Conciliação e Saúde Mental no dia-a-dia".

No que respeita ao protocolo de cooperação com a PWN (Professional Women Network - Lisbon), este possibilitou, ao longo de 2025, a várias trabalhadoras participar nas atividades/programas, disponibilizados, de que são exemplo:

- Programa de Liderança – Nível I e Nível II;
- Workshop: Como Tornar-se Relevante;
- Workshop: Poupança e Investimento: Princípios a Seguir na Gestão das Finanças Pessoais;
- Programa de *mentoring*;

- Programa YOUTH.

Salienta-se, também, a frequência do Programa Executivo, *Women on Boards*, por várias trabalhadoras da Empresa que exercem funções de chefia.

Segurança

Na sequência de sugestões apresentadas pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras, foram disponibilizadas, durante o primeiro semestre, aulas de Pilates Laboral *online*, com um carácter semanal, e em formato presencial com carácter mensal. Em complemento à disponibilização de protetor solar efetuada no ano anterior, procedeu-se à distribuição de pequenos recipientes recarregáveis, promovendo que cada pessoa o transporte consigo e reponha o protetor solar, ao longo do dia de trabalho.

A campanha “Não esqueça os seus EPI’s” foi intensificada, com colocação de autocolantes e cartazes em locais estratégicos para promover o uso de Equipamentos de Proteção Individual, bem como a aplicação dos autocolantes “O Rosto da Segurança” nos espelhos dos WC e balneários, abrangendo agora os vários polos da EPAL/AdVT. Retomámos, também, a divulgação das regras para um ambiente seguro e saudável, que constavam no Manual distribuído no ano anterior, e reforçámos a utilização da *app OnPocket* como ferramenta preferencial para reporte de situações relacionadas com segurança, nas diferentes instalações.

Para além dos simulacros habituais, que abrangem diversos cenários, realizou-se um exercício de grande relevância no Recinto dos Barbadinhos, com apoio da Escola Nacional de Bombeiros, que reproduziu um cenário crítico — incêndio na sala de exposições com público presente — permitindo testar, em condições realistas, a eficácia dos planos de emergência, a coordenação das equipas e a capacidade de resposta perante situações de elevado risco. Esta iniciativa reforça o compromisso com a segurança, garantindo que, em caso de emergência, todos os intervenientes estão preparados para atuar de forma rápida e eficaz, protegendo pessoas e património.

Ao nível da segurança comportamental, o projeto piloto “+ Segurança”, em infraestruturas do pólo da Guarda, continua a afirmar-se como uma iniciativa estratégica, mesmo na sua fase piloto, ao promover uma verdadeira transformação cultural na empresa. Porque as pessoas são o nosso maior ativo, este projeto atua, diretamente, sobre atitudes e comportamentos, criando uma predisposição para a mudança e reforçando o compromisso com a Segurança. Através dos Diálogos de Segurança, realizados semanalmente em grupos, durante cinco minutos, chefias e operacionais partilham

conhecimento e alinham práticas sobre temas críticos, previamente definidos. Esta abordagem simples, mas poderosa, fomenta a participação ativa e consolida uma cultura preventiva.

Riscos Psicossociais

No início de 2025, foram apresentados a todos os trabalhadores e a todas as trabalhadoras, os resultados obtidos na aplicação do questionário COPSOQ, realizado no final de 2024. A promoção de sessões abertas permitiu abordar o tema de forma transparente, e dar resposta a todas as questões que os intervenientes pretenderam ver clarificadas.

Adicionalmente foram realizadas reuniões de acompanhamento, com as direções que entenderam trabalhar o tema, com as suas equipas, de forma mais aprofundada.

Foi, ainda, realizado um ciclo de *webinars*, destinado a todos/as os/as trabalhadores/as, onde foram abordados para além de temas complementares aos que já tinham sido tratados, no ano anterior, os identificados como mais importantes, no âmbito dos resultados obtidos na auscultação referida, acima, concretamente, Primeiros Socorros Psicológicos, Gestão do Tempo e Autocuidado, Combater a Síndrome do Impostor, Combater a Ansiedade, Respeito e Equidade nas Organizações e A Higiene do Sono.

Decreto-Lei n.º 50/2005 (prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho)

Para reforçar o cumprimento do Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro, concretamente no que diz respeito ao procedimento interno de Gestão de equipamentos de trabalho, garantindo uma utilização mais segura e eficaz dos equipamentos de trabalho, foram desenvolvidas ajudas visuais e vídeos que facilitam a compreensão dos conceitos essenciais, e apoiam os trabalhadores na verificação de segurança dos mesmos.

Gestão de Risco e Proteção

Em contexto de gestão de emergência, foi acompanhado e dada resposta eficaz, ao apagão ocorrido em abril, e aos diversos incêndios que afetaram, especialmente, a região da Beira Alta, durante o mês de agosto.

- Formação

No âmbito do GT4 da Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes, que a EPAL partilha a coordenação com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), foi realizado, juntamente com a IP, a NAV e a APL, três sessões técnicas setoriais – (1) Transportes Ferroviários, (2) Transportes Aéreos e (3) Transportes Marítimos, com o mote “As interdependências Sectoriais e a Resiliência das Entidades e Operadores que prestam serviços Essenciais para a Sociedade”.

A convite da Guarda Nacional Republicana (GNR), a EPAL foi a responsável pela realização, na Estação de Tratamento de Água da Asseiceira, em novembro, do módulo de formação no 5.º Curso de Segurança e Proteção de Infraestruturas (CSPI), destinado a Oficiais

A EPAL promoveu, durante o ano de 2025, conjuntamente com o SIS, várias sessões de sensibilização destinadas não só aos trabalhadores e às trabalhadoras da EPAL e da AdVT, mas também a outras partes interessadas, nomeadamente aos representantes dos vários Municípios abastecidos pelos sistemas da EPAL e AdVT.

- Simulacros

Durante o ano foram realizadas várias ações de treino e exercícios de simulação, com enfoque na continuidade de serviço, gestão de incidentes e coordenação interinstitucional, envolvendo equipas internas e entidades externas relevantes.

No domínio operacional, foram efetuados exercícios de simulação de perturbações no abastecimento de água, testando procedimentos de resposta, articulação entre equipas de operação e a capacidade de mobilização de meios externos de apoio, nomeadamente ao nível do abastecimento alternativo.

Paralelamente, participaram equipas técnicas em exercícios de simulação em ambiente de crise, centrados em cenários de indisponibilidade prolongada de infraestruturas críticas, com o envolvimento das áreas de Operação, Gestão de Ativos e Continuidade de Negócio, permitindo validar processos de decisão e comunicação em contexto de exceção.

Foram igualmente realizados simulacros relacionados com falhas em sistemas de supervisão e controlo (SCADA), abrangendo cenários de falha local e de indisponibilidade de maior escala, incluindo a ativação de procedimentos alternativos e a interação entre as equipas de

Operação, Sistemas de Informação e Continuidade de Negócio, com apoio especializado externo.

No âmbito das comunicações de emergência, foram conduzidos vários ensaios de treino na utilização de equipamentos dedicados, totalizando mais de uma dezena de horas de formação prática, com a participação de um número alargado de técnicos, reforçando a capacidade de comunicação e coordenação em emergências.

Estas ações permitiram testar procedimentos, identificar oportunidades de melhoria e reforçar a preparação técnica das equipas, contribuindo para o aumento da resiliência operacional e da capacidade de resposta da organização.

Proteção de Dados Pessoais

A empresa mantém uma abordagem de melhoria contínua do seu sistema de proteção de dados pessoais, implementado desde 2018, o qual assenta em políticas, procedimentos, ações de formação e sensibilização e medidas de segurança técnicas e organizacionais. Este sistema acompanha a evolução normativa, tecnológica e organizacional da Empresa, integrando igualmente acordos de tratamento de dados pessoais celebrados com fornecedores e clientes cujos serviços envolvem o tratamento de dados pessoais. O objetivo central é assegurar que todos os processos e atividades cumprem integralmente os requisitos do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679), da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, e das orientações emitidas pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd).

Neste contexto, o/a Encarregado/a da Proteção de Dados (EPD) articula-se de forma regular com as áreas jurídica, de sistemas de informação, recursos humanos, comercial e demais áreas de suporte e operacionais, bem como com o/a EPD do Grupo Águas de Portugal, promovendo uma abordagem transversal, integrada e preventiva da proteção de dados pessoais.

No decurso de 2025, foram desenvolvidas diversas medidas destinadas a assegurar o cumprimento contínuo da legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, segurança da informação e privacidade, das quais destacam-se, as seguintes:

- Verificação da adequabilidade e conformidade das políticas e procedimentos de proteção de dados existentes, assegurando a sua atualização e alinhamento com as exigências legais e regulamentares;

- Criação da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais em Reuniões Virtuais, *Webinars* e Formações Virtuais (POL.010), aprovada pelo Conselho de Administração em 22 de outubro de 2025, estabelecendo requisitos e regras aplicáveis ao tratamento de dados pessoais nestes contextos, e reforçando as obrigações de informação aos titulares dos dados;
- Melhoria das medidas de segurança e proteção dos dados, reforçando a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência dos sistemas de informação;
- Aperfeiçoamento das informações relativas ao tratamento de dados pessoais disponibilizadas no *website* da empresa, assim como em formulários internos e externos;
- Atualização das cláusulas de proteção de dados pessoais presentes nos contratos de trabalho, reforçando a transparência e a clareza das informações prestadas aos trabalhadores e trabalhadoras;
- Reforço dos requisitos e da informação constante nas cláusulas de tratamento de dados pessoais dos contratos de aquisição de bens e serviços, incluindo a implementação de acordos de tratamento de dados pessoais complementares;
- Realização de ações de sensibilização sobre as políticas e procedimentos em vigor para tratamento de dados pessoais, dirigidas a trabalhadores e trabalhadoras de várias unidades orgânicas, incluindo engenharia, sistemas de informação, recursos humanos, comercial, comunicação e Academia das Águas Livres, e apreciação das medidas de segurança aplicáveis aos seus processos;
- Renovação da divulgação interna das políticas e procedimentos de proteção de dados pessoais, assegurando o conhecimento generalizado das regras aplicáveis às atividades de tratamento;
- Realização de ações de formação em proteção de dados pessoais, promovidas pela Direção de Recursos Humanos e pela Águas de Portugal, destinadas a reforçar as competências dos trabalhadores e trabalhadoras nesta matéria.

Todos os pedidos de esclarecimento e informações sobre o tratamento de dados pessoais dirigidos ao/à Encarregado/a da Proteção de Dados, foram devidamente analisados e respondidos, garantindo o cumprimento das obrigações de transparência e apoio aos titulares dos dados.

Relatório de Gestão

A ENVOLVENTE

Contexto macroeconómico¹

2025 foi um ano de crescimento global resiliente, mas moderado. A economia mundial evitou a recessão, mas as restrições estruturais, a fragmentação do comércio e as incertezas políticas mantiveram o crescimento abaixo do seu potencial de longo prazo.

Desde outubro de 2025, as tensões comerciais têm continuado a diminuir, mas continuam sujeitas a ocasionais conflitos. Uma disputa entre a China e os Estados Unidos, envolvendo controlos sobre as exportações de semicondutores e minerais de terras raras, foi rapidamente seguida por uma trégua que reduziu as tarifas bilaterais até novembro de 2026 e suspendeu os controlos de exportação. As autoridades americanas retiraram também, para todos os países, as tarifas sobre alguns produtos agrícolas, compensando as tarifas mais elevadas sobre determinados sectores que tinham sido anteriormente anunciadas e que estão agora em vigor.

Global

O crescimento global para os anos 2025 e 2026 estima-se em 3,3%, e de 3,2% para 2027.

Este desempenho estável resulta, à primeira vista, do equilíbrio de forças divergentes. Os obstáculos decorrentes da alteração das políticas comerciais são compensados pelos fatores favoráveis provenientes de investimentos emergentes relacionados com a tecnologia, incluindo a inteligência artificial (IA), principalmente na América do Norte e na Ásia, para além do apoio fiscal e monetário, das condições financeiras amplamente favoráveis e da adaptabilidade do setor privado.

A inflação global deverá descer de uma estimativa de 4,1% em 2025 para 3,8% em 2026, e para 3,4% em 2027, prevendo-se um regresso à meta mais gradual nos Estados Unidos do que noutras grandes economias.

Zona do Euro

A zona euro e a União Europeia estão a navegar num panorama internacional cada vez mais complexo. As alterações na dinâmica geopolítica, o rápido avanço tecnológico, os crescentes riscos climáticos, o envelhecimento da população e a baixa produtividade afetam as perspetivas

¹ Fontes: FMI World Economic Outlook; European Commission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

económicas. Estes desenvolvimentos representam desafios significativos, mas também oportunidades transformadoras para a zona euro e para a UE, sublinhando a importância crucial de quadros de política macroeconómica robustos. A zona euro e a UE continuaram a crescer, embora a um ritmo moderado.

As projeções para a atividade na área do euro apontam para crescimentos de 1,4% em 2025, 1,2% em 2026 e 1,4% em 2027.

A inflação na zona euro normalizou em 2025 e prevê-se que fique abaixo da meta de 2% do Banco Central Europeu (BCE) para 2026. Este ambiente favorece estabilidade prolongada das taxas de juro, mas mantém os decisores políticos atentos aos riscos de subida impulsionados pelos salários e relacionados com as despesas fiscais.

O BCE reduziu as taxas de juro várias vezes no início de 2025, baixando a taxa de depósito de 3% (final de 2024) para 2% em junho de 2025. A partir de junho de 2025, as taxas mantiveram-se inalteradas, uma vez que a inflação regressou perto da meta de 2%, e o crescimento manteve-se fraco, mas estável. O BCE não se compromete antecipadamente com uma trajetória de taxas, mas sinaliza que a política monetária está "*num bom momento*".

Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2025 e 2026 são os seguintes:

	Estimativa 2026	Estimativa 2025
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	2,3%	2,0%
Taxa crescimento Consumo Privado	2,3%	3,6%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	2,1%	2,2%
Taxa de desemprego	6,3%	6,2%
Euribor 6 meses (fim do ano)	2,0%	2,2%
Taxa de juro OT 10 Anos (média do ano)	n.d.	3,08%

A atividade económica em Portugal deverá crescer 2,0% em 2025, 2,3% em 2026, 1,7% em 2027 e 1,8% em 2028, e a inflação deverá estabilizar em torno de 2%. O crescimento económico é mais apoiado na procura interna do que na média do período 2020–2024.

A economia portuguesa continua a crescer a um ritmo robusto num enquadramento externo marcado por tensões comerciais, incerteza elevada e apreciação do euro. O impacto destes choques tem sido amortecido pelo alívio das condições financeiras, pelo aumento dos fundos da UE e pela orientação expansionista da política orçamental.

O mercado de trabalho permanece resiliente, com o emprego em níveis máximos e uma taxa de desemprego historicamente baixa. No entanto, o menor crescimento da população, associado à redução dos fluxos migratórios, limitará a evolução do emprego e da atividade.

O aumento do rendimento disponível das famílias será mais contido em 2025–2028, refletindo-se num abrandamento do consumo privado e numa redução da taxa de poupança, que se manterá ainda assim elevada em termos históricos.

Em termos de finanças públicas, as projeções apontam para um saldo orçamental equilibrado em 2025, seguido de défices de 0,4% do PIB em 2026, 0,9% em 2027 e 1% em 2028. Esta trajetória traduz uma deterioração significativa no período recente, explicada sobretudo pelas medidas de redução de impostos e pelo aumento permanente da despesa. O rácio da dívida pública mantém uma trajetória descendente, passando de 93,6% do PIB em 2024 para cerca de 80% em 2028.

A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa aumenta gradualmente, de 2,3% em 2025 para 2,6% em 2028. Esta evolução reflete a evolução esperada das taxas de juro de longo prazo.

Energia

O consumo de energia elétrica no Grupo AdP

O consumo de energia elétrica, enquanto componente fundamental e inseparável da operação das empresas do Grupo Águas de Portugal, constitui uma das principais rubricas de despesa, representando uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e/ou de saneamento de águas residuais. Trata-se de um fator com peso muito significativo no FSE e com impacto direto tanto nas tarifas aplicadas aos serviços de água e saneamento como no equilíbrio económico-financeiro das concessões e parcerias estabelecidas.

Com base nos dados de consumo (em apuramento a 5 de fevereiro de 2026), os consumos elétricos do Grupo AdP em 2025 foram de 817,95 GWh (+1,3% face a 2024). Destes, 784,18 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), o que corresponde a +1,0% em comparação com 2024, e 33,76 GWh foram provenientes de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+8,6% face a 2024).

Relativamente aos caudais, os dados atuais apontam para um aumento de 3,3% no caudal de abastecimento de água e de 6,3% no caudal de água residual.

Os dados de 2025 indicam uma produção de 41,59 GWh/ano (+8,9% face a 2024). O autoconsumo foi de 33,76 GWh (+8,6% face a 2024) e a energia vendida à RESP totalizou 7,83 GWh (+10,4% face a 2024).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2025 foi de 776,36 GWh, o que representa uma variação de +0,9% face a 2024, ano em que o saldo foi de 769,26 GWh. A autossuficiência energética do Grupo AdP em 2025 foi de 5,1%, tendo sido de 4,7% em 2024.

A fatura com a energia elétrica adquirida à RESP, com todos os encargos, (em apuramento e estimada a 5 de fevereiro 2025), deverá atingir em 2025 cerca de 96,3 milhões de euros, que corresponde a +3,4 milhões de euros face aos gastos registados no ano anterior (+3,6%).

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2025 a frota elétrica do Grupo AdP, percorreu mais de 2,5 milhões de km, estimando-se ter sido evitado o consumo de mais de 212 mil litros de combustíveis de origem fóssil, o que representa uma redução de 534 barris de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -42,8% (-77,8 tep) e o consumo elétrico foi de 483 MWh. Em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -477 toneladas (-84,7%).

No ano de 2025, a frota automóvel de motor térmico em utilização no Grupo AdP consumiu cerca de 3,1 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina), o que representa uma variação de -5,5% face a 2024 – ano em que foram consumidos 3,3 milhões de litros, o que representa em termos médios de consumo diário 8.169 l/dia em 2025 (em 2024 o consumo médio diário foi de 9.095 l/dia). Apesar da relevância da frota elétrica atualmente em operação no Grupo AdP, importa salientar que o seu reforço continua previsto para os próximos anos, em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 22 de dezembro, que atribui um apoio do Fundo Ambiental no montante global de 7,5 milhões de euros ao processo de renovação e descarbonização da frota automóvel das empresas do Grupo. Este processo - integrado no Programa de Neutralidade Energética - visa a implementação de uma Frota Verde, totalmente constituída por veículos não poluentes, incluindo viaturas de emissões nulas, contribuindo assim para a eliminação progressiva do consumo de combustíveis fósseis na operação do Grupo.

Embora a eletrificação da frota implique um aumento do consumo de energia elétrica, o impacto associado é substancialmente compensado pelos benefícios ambientais resultantes da redução das emissões de gases com efeito de estufa e da eliminação do consumo de combustíveis de origem fóssil. O efeito líquido é, por isso, claramente positivo, reforçando a transição energética do Grupo AdP e contribuindo para a concretização dos seus compromissos climáticos.

A estratégia do Grupo AdP

O Grupo AdP - Águas de Portugal é o maior consumidor público de energia elétrica. Esta realidade evidencia a dimensão económica, social e ambiental que a energia elétrica assume no

desenvolvimento da sua atividade, bem como a sensibilidade do Grupo às tendências e à volatilidade dos mercados energéticos europeus e mundiais, que têm marcado a evolução dos preços grossistas na Europa nos últimos anos.

A natureza volátil destes mercados, agravada pela oscilação dos preços internacionais da energia e pelo impacto das políticas climáticas europeias, torna particularmente complexa a previsão da evolução do custo da eletricidade. Neste contexto, a experiência acumulada pelo Grupo AdP no acompanhamento dos mercados energéticos reforça a necessidade de uma estratégia ancorada em medidas robustas que induzam:

- A redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas;
- A redução dos gastos, otimizando a contratação, ajustando potências e perfis de consumo aos períodos tarifários, eliminando a energia reativa e reforçando a gestão inteligente da energia;
- O aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (potenciando a produção de biogás e a sua valorização energética e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados; e
- A constituição de Comunidades de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), com vista a potenciar a partilha do consumo da energia 100% renovável produzida nas empresas do grupo, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

A definição desta estratégia está igualmente alinhada com os compromissos internacionais assumidos por Portugal, em particular o objetivo de atingir a neutralidade carbónica até 2050, consagrado no Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC 2050) e no Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

Enquanto maior grupo empresarial público na área do ambiente e operador essencial de serviços críticos, a atuação da AdP deve, assim, contribuir decisivamente para as metas nacionais de neutralidade energética e carbónica, refletindo a sua responsabilidade ambiental e o impacto sistémico da sua operação.

É neste enquadramento que o Grupo AdP desenvolveu o Programa ZERO, um programa de neutralidade energética alinhado com a década crítica definida pela União Europeia para a redução das emissões de gases com efeito de estufa (2021-2030). O Programa assenta numa estratégia integrada que combina a redução de consumos com um aumento substancial da produção própria de energia 100% renovável, com o objetivo de atingir a neutralidade energética em 2030,

posicionando o Grupo como um dos primeiros operadores internacionais do setor da água a adotar um modelo de autossustentabilidade energética

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos. Até novembro de 2025, o investimento acumulado no âmbito do Programa ZERO totalizava 32,8 milhões de euros.

Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados, os investimentos relativos ao Programa ZERO, foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SEAENE/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e da Energia.

O Setor²

A água constitui um elemento fundamental em qualquer circunstância, período ou cenário. Este facto é ainda mais reforçado e evidente quando se associa o atual contexto de crise à sustentabilidade em todas as suas dimensões (climática, de recursos ou de biodiversidade).

A par do aumento da população mundial, assiste-se à progressiva e cada vez mais acentuada diminuição das disponibilidades hídricas, muitas vezes associada aos efeitos das alterações climáticas que são perceptíveis, à escala mundial, pela alteração dos padrões de precipitação. Efetivamente, à medida que os impactos das alterações climáticas aumentam e as populações crescem, há a necessidade urgente, dentro e entre países, de criar compromissos e verdadeira união em torno da proteção e conservação deste recurso precioso.

A saúde pública e a prosperidade das comunidades, os seus sistemas alimentares e energéticos, a produtividade económica e a integridade ambiental dependem de um ciclo da água que funcione bem e seja gerido de forma equitativa garantindo qualidade e acesso a todos.

É neste contexto desafiante que urge garantir a conservação de ecossistemas sustentáveis (equilibrados e saudáveis), a par da necessidade básica de acesso a água potável absolutamente essencial para o desenvolvimento socioeconómico.

Também pelo exposto, a água e os serviços que lhe estão inerentes, designadamente o abastecimento e o saneamento, mantêm-se, cada vez mais, no centro do desenvolvimento

² Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdoobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>

sustentável e subjacentes a vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.

No caso dos serviços mencionados, existe ainda a necessidade de assegurar a resiliência nos sistemas a eventos cada vez mais comuns e extremos, de origem climática ou não climática.

Ao longo das últimas décadas, tem-se vindo a assistir a novas tendências na gestão da água, impulsionadas pelos avanços tecnológicos que visam responder aos desafios referidos. Efetivamente, estão hoje nas agendas das estratégias para o setor: o recurso a novos tipos de origens de água, como a dessalinização ou a água residual tratada; a operação dos sistemas com recursos a fontes de energia renovável, de forma a mitigar as emissões de gases com efeito estufa e, conseqüentemente, a desacelerar as alterações climáticas; ou o incentivo à inovação para uma melhor gestão dos sistemas de águas; e a materialização do paradigma da Economia Circular da Água, mantendo os recursos em circulação o maior tempo possível, e valorizando os subprodutos.

Não obstante os avanços, subsistem ainda situações insustentáveis e iníquas:

- Três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável;
- Mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de “stress” hídrico;
- Cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano;
- Mais de 3 mil milhões de pessoas em todo o mundo dependem da água que atravessa as fronteiras nacionais. No entanto, apenas 24 países têm acordos de cooperação para toda a água partilhada³;
- 3,4 bilhões de pessoas continuam sem acesso a saneamento básico seguro: infraestruturas envelhecidas, desigualdades e mudanças climáticas põem em risco um direito humano básico⁴ e, mesmo em áreas geográficas mais desenvolvidas constata-se que:
- apesar de existir acessibilidade, existem ainda serviços de gestão de água caracterizados por fraca performance do ponto de vista de eficiência e resiliência;
- subsiste uma capacidade de financiamento das operações desadequada, resultando em baixos níveis de investimento; e que
- as empresas do setor da água não cobrem os seus custos de operação, sendo escassas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

Todos estes desafios são acompanhados e por vezes exponenciados pelas incertezas das políticas económicas adotadas em várias geografias do mundo e pelo surgimento de crises internacionais, de que a guerra na Ucrânia ou no Médio Oriente são exemplos.

³ <https://www.sgambiente.gov.pt/agua-para-a-paz-tema-do-dia-mundial-da-agua-2024/>

⁴ <https://news.un.org/pt/story/2025/11/1851571>

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico que o *World Bank Water Global Practice*, através do Plano Estratégico e na prossecução da meta do ODS6, baseado na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por:

- a transformação de acordos políticos em normas juridicamente vinculativas;
- o garante da distribuição equitativa dos serviços de água e saneamento de forma equitativa;
- a aplicação de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelos empregadores e pelos trabalhadores;
- o estabelecimento de instrumentos de *soft-law* (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONG) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

Paralelamente, também o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2025, intitulado "Montanhas e glaciares -Torres de Água"⁵, emanado aquando da celebração do Dia Mundial da Água, reforçou a preocupação com o declínio da água doce no planeta. O objetivo é conservar e restaurar lagos, rios, pântanos, aquíferos, manguezais e geleiras, que estão sob ameaça crescente das mudanças climáticas, poluição e outros fatores.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) também alertou para o aumento da pressão sobre os recursos hídricos, com algumas regiões como Norte de África e Ásia Ocidental em níveis críticos.

A agricultura continua a ser o maior consumidor de água, e o stress hídrico agrava-se com o crescimento da procura.⁶

Crise Geopolítica e Energética

Existem, atualmente, um conjunto de conflitos que impactam e agravam, de forma muito acentuada, toda a geografia do globo. A situação é preocupante, continuando a significar e evidenciar um quadro de crise geopolítica e energética, em termos globais.

O conflito na Europa Oriental (conflito Ucrânia/Rússia), que perturba e condiciona o mercado mundial da energia mantém-se. A este, juntou-se a guerra Israel/Hamas/Hezbollah em outubro de 2023, cujos efeitos se estenderam ao longo de 2024 e 2025, agravando a crise energética pelo aumento do preço do petróleo, do gás natural, do preço dos transportes e atrasos nas encomendas.

⁵ <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000393090>

⁶ <https://news.un.org/pt/story/2025/12/1851827>

Por outro lado, verificam-se outros conflitos e tensões que, direta ou indiretamente, continuam a impactar a geopolítica europeia e a segurança energética. As tensões no Mar do Sul da China persistem, com repercussões globais, nomeadamente ao nível das rotas comerciais marítimas estratégicas, essenciais para o fornecimento de energia e bens à Europa. A crise no Sahel permanece um fator de instabilidade, afetando a segurança regional e o acesso a recursos estratégicos, como o urânio, fundamental para a produção de energia nuclear em vários países europeus. O conflito no médio oriente continua a influenciar as dinâmicas geopolíticas e energéticas no Mediterrâneo Oriental, uma região de crescente importância estratégica para a União Europeia. Por outro lado, as disputas no Ártico intensificam-se em 2025, uma vez que o degelo progressivo reforça a competição entre grandes potências — como a Rússia, os Estados Unidos e a China — pelo controlo de novas rotas marítimas e pela exploração de recursos energéticos, incluindo petróleo e gás natural.

Em maio de 2022, como resposta ao conflito Ucrânia/Rússia, a Comissão Europeia tinha aprovado o *Plano REPowerEU*, que estabelece uma série de medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição ecológica, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da União Europeia. Em paralelo visa a poupança energética, a produção de energia limpa e a diversificação do aprovisionamento energético, assentando em medidas financeiras e jurídicas que permitirão criar novas infraestruturas e o novo sistema energético de que a Europa necessita.

No contexto deste plano europeu foram estabelecidas várias medidas de diversificação, poupança e aceleração das metas de energia limpa, entre as quais novos planos nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) com período de execução até 2026, para apoiar investimentos e reformas em Portugal, no valor de 300 mil milhões de euros, e o estímulo à descarbonização industrial dado por projetos antecipados, no valor de 3 mil milhões de euros no âmbito do Fundo de Inovação (conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 28 de dezembro).

Em abril 2025 foi publicada a atualização final do Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030), com objetivos ambiciosos para a transição energética: redução de emissões de gases com efeito de estufa para 55% até 2030, em relação aos níveis de 2005. O PNEC 2030 traça, também, uma meta de 51% para a quota de energias renováveis no consumo final bruto de energia até 2030, acima da meta anterior de 47%.

Estas iniciativas refletem o compromisso de Portugal em continuar a implementar medidas para mitigar a crise energética, alinhando-se com as diretrizes europeias e promovendo a sustentabilidade energética a longo prazo.

Em abril de 2025, Portugal e a Península Ibérica sofreram um grande apagão causando paragens nos transportes (comboios, metropolitano), falhas nos semáforos e sobrecarga nos hospitais,

expondo vulnerabilidades na rede elétrica, forçando mais produção a gás e dificultando metas climáticas. Este evento severo destacou a necessidade de reforçar a infraestrutura energética europeia, com relatórios apontando para falhas em cascata.

Esse evento desencadeou impactos diretos nos sistemas de captação, bombeamento e tratamento de água das entidades gestoras, uma vez que a energia elétrica é necessária para a operação contínua de estações elevatórias e unidades de tratamento e distribuição; paralelamente, houve efeitos indiretos na pressão da rede de abastecimento e na continuidade operacional de sistemas urbanos de saneamento, exigindo esforços logísticos extraordinários para mitigar a perda de níveis de serviço regulamentares e assegurar a proteção da saúde pública.

Adicionalmente, em resposta às vulnerabilidades reveladas pelo apagão, foi apresentado o Plano de Reforço da Segurança do Sistema Elétrico Nacional com um pacote de 31 medidas para reforçar segurança do sistema elétrico nacional, garantindo os objetivos de descarbonização e transição energética.

O Plano de Reforço ora apresentado é norteado por três grandes princípios: (i) robustecimento do sistema elétrico nacional e da capacidade de resposta das infraestruturas críticas; (ii) compromisso com a transição energética e a descarbonização; e (iii) colaboração internacional para a integração de mercados e o reforço das interligações⁷.

O abastecimento e o saneamento em Portugal⁸

Em Portugal, o setor das águas caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as Autarquias locais.

O grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

⁷ <https://ambienteonline.pt/noticias/governo-apresenta-plano-de-400-milhoes-para-reforcar-seguranca-do-sistema-eletrico-nacional>

⁸ Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série

 Panorama Nacional

Abastecimento de Água

- 9,5 milhões de habitantes servidos
- 97% de alojamentos servidos
- 197 litros: consumo médio diário de água por habitante
- Tarifa média ponderada: 0,5634 EUR/m³
- Indicadora água Segura em Portugal Continental (alta): 99,69%

Saneamento de Águas Residuais

- 8,5 milhões de habitantes servidos com drenagem
 - 87% de alojamentos servidos
 - 8,5 milhões de habitantes servidos com tratamento
 - 86% de alojamentos servidos com tratamento
 - 2,02 milhões de m³ de águas residuais recolhidas diariamente
 - Tarifa média ponderada: 0,6028 EUR/m³
-

Dados: RASARP 2025 volume I

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. O elevado investimento necessário, numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno através da suavização das tarifas praticadas ao longo do período de vida útil das infraestruturas. Para além da fase inicial de investimento na infraestruturização dos sistemas, mantém-se a necessidade de realização de níveis muito relevantes de investimento e, neste sentido, a manutenção de longos períodos de recuperação dos mesmos.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2024, de 5 de fevereiro, aprovou o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

O PENSAARP 2030⁹ estabeleceu o quadro de desenvolvimento do setor dos serviços de águas (abastecimento de água e saneamento de águas residuais), atualizando o PENSAAR 2020 e introduzindo uma nova componente: a gestão de águas pluviais. Partindo da avaliação da situação atual do setor e tendo presentes, designadamente, os desafios emergentes das alterações climáticas, o PENSAARP 2030 identifica as grandes prioridades estratégicas de investimento e financiamento dos serviços de águas para a presente década.

Em março de 2025 foi apresentada a Estratégia Nacional para a gestão da água “Água que Une”¹⁰, a qual preconiza uma gestão integrada da água, assumindo as seguintes orientações:

- Contribuir para uma governança ágil e eficaz da água;
- Diminuir a vulnerabilidade à escassez hídrica;

⁹ Comunicado do Conselho de Ministros de 14 de dezembro que aprovou a resolução 23/2024 publicada em DR a 5 de fevereiro de 2024 já alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2024 de 22 de agosto de 2024.

¹⁰ <https://portaldaaagua.pt/2025/03/12/agua-que-une-estrategia-nacional-para-a-gestao-da-agua/>

- Reforçar a sustentabilidade ambiental;
- Promover a coesão territorial Esta Estratégia pretende dar suporte à revisão do Plano Nacional de Água (2026) e à atualização da Estratégia para o Regadio Público 2014-2020 através do Plano Rega (a elaborar).

No âmbito da implementação da Estratégia Nacional “Água que Une” (AqU), observaram-se avanços em duas vertentes:

- A implementação de medidas que se encontram no âmbito das Entidades Gestoras (EGs) do grupo AdP, como por exemplo a dessalinizadora do Algarve, em execução pelas Águas do Algarve;
- Em outubro de 2025, foi apresentada a AdP AQUA, uma empresa do grupo Águas de Portugal que terá como missão planejar, financiar, construir e gerir aproveitamentos hidráulicos, nomeadamente de fins múltiplos, que promovam a segurança hídrica de Portugal no horizonte 2040, enfrentando os desafios das alterações climáticas, do crescimento demográfico, do desenvolvimento económico e da preservação ambiental através de uma gestão integrada, resiliente e sustentável do recurso água.

O Grupo AdP em 2025

O Grupo AdP constituiu e mantém-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

Neste contexto, trabalha em estreita colaboração com os Municípios, não só nas vertentes de clientes, como também na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu *know-how* no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento de água e saneamento às populações.

As alterações climáticas estão destacadas no conjunto de desafios endereçados no âmbito do Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo AdP, considerando ambos os planos da ação climática, nomeadamente: i) na adaptação, com destaque para a resiliência dos sistemas, a economia circular e eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e a sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente e ii) na mitigação, visando atingir a neutralidade energética em 2030 e promover a descarbonização do ciclo da água, através de programas envolvendo todas as empresas e atividades do Grupo e integrando a redução

dos consumos energéticos, o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável e a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Na Agenda de Inovação do Grupo AdP, e em linha com as Ambições de Sustentabilidade, encontram-se identificadas as seguintes áreas estratégicas: neutralidade energética e carbónica, eficiência e resiliência de operações e sistemas, economia circular, digitalização, simbiose com a comunidade e conhecimento. Neste sentido, em 2025, o Grupo promoveu a inovação em rede no âmbito da segunda edição do Concurso AdP Inovação Proactiva.

Foi publicado em Diário da República o diploma legal que altera o Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio que atribui à Águas de Santo André a concessão da exploração e da gestão do sistema de abastecimento de água (gerindo de forma integrada origens não convencionais, como a água do mar e a água para reutilização), de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André, face aos desafios de escassez hídrica e à necessidade de reconfiguração do sistema para promover a sustentabilidade ambiental e a resiliência hídrica das atividades industriais, agrícolas e turísticas da zona de influência da Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS).

Em 2025, a Estação de Dessalinização do Algarve (EDAMA) avançou significativamente, com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) a dar luz verde condicionada em novembro 2024, após consulta pública sobre o projeto em Albufeira, que visa captar e tratar água do mar para consumo. Na dimensão da economia circular, salienta-se a estratégia de Água para Reutilização (ApR), o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo AdP, as ações ao nível da valorização de biogás e as ações ao nível dos ecoreagentes.

Neste âmbito, em 2025, para além de várias ações de sensibilização, a Águas do Algarve concluiu investimentos em infraestruturas para a ApR na ETAR da Quinta do Lago, a Águas do Tejo Atlântico forneceu Água para Reutilização ao Município de Lisboa para a rega de parques e jardins, expandindo um projeto-piloto.

A norte (AdN), o projeto Regadouro, que se encontra em fase de conclusão, tem como objetivos fundamentais não só o de aumentar o conhecimento sobre a reutilização na rega de água tratada nas infraestruturas de tratamento de águas residuais, como também o de fomentar o aproveitamento dos nutrientes e fertilizantes presentes na mesma.

No quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, a gestão da energia constitui uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, destacando-se o Programa de Neutralidade Energética ZERO, cuja concretização deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

No plano internacional, em 2025, o Grupo, através da sua subsidiária AdP Internacional, reforça a sua presença internacional com a criação da empresa *Société Agua Services d'Assainissement* na Tunísia. Este passo decorre da adjudicação, pelo Estado tunisino, do contrato de concessão para a gestão, operação e manutenção do sistema de recolha e tratamento de efluentes da zona norte da cidade de Túnis, por um período de 10 anos.

Contexto Regulatório

Enquadramento regulatório

Em 2025, as entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestaram serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

O setor onde estas entidade atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, e da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Para além da ERSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, no que diz respeito à regulação ambiental.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

No decorrer de 2025, as entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuaram de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta [EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias] e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

Regulação económica

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de

gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da ERSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma, devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, ao Concedente, no caso dos sistemas de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

O Decreto-Lei n.º 77/2024, de 23 de outubro, altera os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, promovendo igualmente o restabelecimento de competências da ERSAR que haviam sido revogadas pela LOE 2021, a partir de 1 de janeiro de 2026.

O Decreto-Lei n.º 97/2025, de 21 de agosto, definiu, para o ano de 2025, as tarifas, os rendimentos tarifários e demais valores cobrados nos termos dos contratos de gestão ou diplomas legais aplicáveis.

A intervenção da ERSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Para 2025, nos SMM, a ERSAR definiu cenários de eficiência produtiva e aprovou o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais puderam registar nas respetivas contas do exercício.

Em 2025, a ERSAR definiu uma nova metodologia de avaliação de eficiência que pretendeu simplificar o processo de avaliação da eficiência dos gastos de exploração (OPEX) através da redução do número de métricas a avaliar. A avaliação da eficiência do OPEX – a vigorar entre 2025 e 2028 – é materializada por uma única métrica para cada serviço, calculada por OPEX/m³ de água faturada no que respeita ao serviço de abastecimento de água (AA), e OPEX/m³ de água tratada para o serviço de saneamento de águas residuais (AR). No que respeita ao investimento (CAPEX) a ERSAR continuará a fazer o seu acompanhamento e definiu uma métrica específica para a manutenção e para os investimentos de substituição.

No que respeita a EPAL, a aplicação das métricas e respetivas metas visa a monitorização da atividade, em alta e em baixa, durante o período 2025 a 2028.

No decorrer de 2025, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário), constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Adicionalmente, em 2025, o Grupo AdP manteve a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destacam-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa ao Projeto de Regulamento do sistema nacional de aprovação dos produtos em contacto com a água destinada ao consumo humano (com início em 2024), ao procedimento de recolha de contributos para a elaboração do Regulamento Tarifário da Água (RTA), respondendo ao conjunto de questões colocadas pela ERSAR, e ao início da consulta pública ao projeto de Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas (RTA).

Realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária dos SMM, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 87-C/2022, de 29 de dezembro. No decorrer do segundo semestre de 2025 foram enviados para apreciação da ERSAR os Estudos de Viabilidade Económico e Financeiros da maioria dos SMM.

No que respeita especificamente à EPAL, o seu modelo de exploração assenta numa gestão delegada pelo Estado, e abrange a atividade de abastecimento público de água em alta a 34 concelhos (excluindo Lisboa) e em baixa, no concelho de Lisboa.

A EPAL rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março.

Os referidos diplomas estabelecem que as tarifas de água, bem como as tarifas dos serviços auxiliares prestados pela EPAL, devem, em qualquer caso, assegurar receitas que permitam a cobertura dos respetivos encargos de exploração, bem como os níveis adequados de autofinanciamento, de cobertura de risco e de remuneração do capital investido.

Em 2015, foi delegada à EPAL a gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento, concessionado à Águas do Vale do Tejo, S.A. (AdVT).

Sem prejuízo do regime de uniformidade tarifária, criado pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a EPAL está sujeita à intervenção da ERSAR, no que respeita à fixação de tarifas a praticar, em observância dos critérios fixados na Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água), alterada pelos Decretos-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro, n.º 60/2012, de 14 de março, e n.º 130/2012, de 22 de junho, e demais legislação e regulamentação complementares, tendo em consideração as especificidades e o risco associado ao sistema gerido pela EPAL, bem como os contratos celebrados. Nos termos do diploma que rege a atividade desenvolvida pela EPAL, entende-se que a remuneração adequada dos capitais investidos é assegurada pela aplicação de uma taxa

correspondente ao custo médio ponderado de capital de referência sobre o valor dos ativos fixos tangíveis e dos ativos intangíveis, diretamente relacionados com o serviço público prestado, líquidos de amortizações e subsídios ao investimento. Esta taxa deve:

- i) refletir os riscos específicos acrescidos, associados à gestão do sistema de gestão delegada;
- ii) ter por referência o financiamento de projetos equivalentes em condições de mercado;
- iii) atender à capacidade de financiamento da sociedade no mercado de capitais.

A taxa incide sobre o conjunto de bens e meios e a capacidade das infraestruturas existentes que se encontrem afetos às atividades de serviço público da EPAL, por razões de segurança e de fiabilidade, integram a base de ativos relevante e necessária da EPAL, sendo valorizados de acordo com o valor contabilístico registado nas últimas contas aprovadas.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, foi definido um regime de uniformidade tarifária entre o sistema gerido pela AdVT e a EPAL, que determina a uniformidade da tarifa a aplicar em alta entre as duas entidades gestoras para cada período quinquenal. Deste regime decorre uma CTA a entregar pela EPAL ao sistema gerido pela Águas do Vale do Tejo, a beneficiar o serviço de abastecimento de água.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, ficaram estabelecidas as tarifas que a EPAL deverá cobrar para o período 2015–2020, a preços constantes, bem como a CTA, a preços constantes, que acresce às tarifas praticadas pela EPAL em alta e que é repercutida nos clientes em baixa da empresa. A atualização destas tarifas está sujeita à avaliação e emissão de parecer por parte da ERSAR.

Durante o ano de 2025, as tarifas e a CTA aplicadas na faturação pela EPAL, foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR e de aprovação pelo Concedente.

Regulação da qualidade do serviço

A EPAL está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em fevereiro de 2025, foi apresentado o Volume 1 do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP 2024) com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2023. Sintetiza a informação mais relevante referente à caracterização do setor no ano de 2023, abordando a sua caracterização e evolução, os principais intervenientes, os principais números em termos de

recursos do setor, a análise económica e financeira e os principais resultados da avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores, com destaque para o primeiro ano de aplicação da 4.ª geração do sistema de Avaliação Qualidade do Serviço, sendo também disponibilizada a avaliação comparada (benchmarking) do desempenho das entidades gestoras. É ainda realizada a análise da relação das entidades gestoras com os utilizadores e apresentação dos principais resultados no que respeita à monitorização legal e contratual das entidades gestoras.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da EPAL.

Regulação da qualidade da água para consumo humano

A EPAL que presta atividade de abastecimento público de água está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, a EPAL deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

Em 2025, no cumprimento da legislação, a EPAL implementou o PCQA, tendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos sido comunicadas às entidades competentes.

Os resultados do controlo da qualidade da água realizado pela EPAL são também incluídos no Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos (RASARP).

Em 2025, foi apresentado o volume 2 do RASARP 2024 com os resultados da qualidade da água para consumo humano, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2023. Sintetiza a informação mais relevante relativa à qualidade da água fornecida aos utilizadores pelas entidades gestoras no ano de 2023, e procede à comparação dos resultados obtidos com os resultados de anos anteriores, permitindo assim avaliar a evolução da situação.

Regulação da interface com o utilizador

A EPAL está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água são analisados pela ERSAR. Para esse efeito a EPAL dispõe de livro físico de reclamações. Adicionalmente é disponibilizado o livro de reclamações eletrónico no sítio da internet.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Relativamente às Orientações Estratégicas Específicas, o Conselho de Administração, no mandato 2025-2027, deverá estabelecer um enquadramento estratégico alinhado com a visão e posicionamento da Empresa, inseridos no quadro estratégico do Grupo AdP, bem como assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado, para garantir a execução de uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam (quando aplicável, atendendo ao objeto e atividade da empresa):

A – CULTURA DE GRUPO

1. Atuar sobre o modelo de governo, a estrutura empresarial, a organização e o funcionamento
 - 1.1. Na governação, promover uma ampla e abrangente representatividade das partes interessadas, salvaguardar princípios, valores e práticas alinhadas com os mais elevados padrões de exigência.
 - 1.2. Na definição de políticas corporativas, a simplificação e agilização de processos corporativos e a incorporação do espectro alargado de conhecimento e sensibilidades, designadamente mediante a criação de uma rede multipolar de competências operacionalizada por estruturas especializadas transversais e a incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais.
 - 1.3. Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
2. Potenciar a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:
 - 2.1. Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, em linha com os desafios do setor e padrões da regulação.
 - 2.2. Na dinamização de redes de competências em temas estratégicos, num ambiente descentralizado e colaborativo.
3. Sensibilizar os *stakeholders* para a importância da prestação do serviço e para a globalidade dos custos, incluindo ambientais, incorridos com a mesma, tendo em vista:
 - 3.1. O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades.

-
- 3.2. A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais.
 - 3.3. No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.
 - 3.4. A educação e formação desta e das próximas gerações, através de ações pedagógicas e de comunicação junto das comunidades.

B – EXCELÊNCIA DE SERVIÇO

4. Assegurar as metas de serviço público estabelecidas para a Qualidade das Águas
 - 4.1. Em relação à Qualidade da Água para consumo humano.
 - 4.2. Em relação à Qualidade da Água residual tratada e descarregada no meio recetor.
 - 4.3. Em relação à Qualidade da Água residual tratada e reutilizada.
5. Assegurar as metas de serviço público estabelecidas para a Fiabilidade do serviço
 - 5.1. Minimizando as falhas de abastecimento.
 - 5.2. Minimizando os colapsos de coletores.
6. Assegurar as metas estabelecidas para a Quantidade da Água
 - 6.1. Adequação do dimensionamento dos sistemas de abastecimento à procura.
 - 6.2. Adequação do dimensionamento dos sistemas de saneamento para a população equivalente servida.

C – EXCELÊNCIA NA FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

7. Responder às exigências do novo quadro legal comunitário ambiental
 - 7.1. Preparação para o cumprimento das exigências decorrentes da revisão de diretivas europeias, designadamente a Diretiva de Qualidade da Água para Consumo Humano e a Diretiva de Águas Residuais Urbanas.

-
8. Potenciar a Inovação, Investigação e Desenvolvimento, bem como a Transição digital
 - 8.1. Num quadro de estímulo à Inovação, Investigação e Desenvolvimento, quer de natureza operacional, quer de resposta aos grandes desafios do setor.
 - 8.2. No reforço da transição digital, num ambiente de segurança cibernética. Modernização das operações nos territórios, induzida por novas dinâmicas organizacionais e tecnológicas, em particular no que se refere a sistemas de telemetria, telegestão, sistemas de informação incluindo BIM e recurso à inteligência artificial.

 9. Reforçar a resiliência dos sistemas infraestruturais
 - 9.1. Promoção das boas práticas na gestão do ciclo de vida dos ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, através de:
 - 9.1.1. Clarificação da política de gestão de ativos infraestruturais e respetivas prioridades de ação.
 - 9.1.2. Consolidação e modernização dos sistemas cadastrais e de gestão informação e monitorização.
 - 9.1.3. Processos de planeamento e execução de investimentos e de manutenção tendo como base as melhores práticas de gestão do risco.
 - 9.2. Implementação das melhores práticas a nível da *security* das infraestruturas, incluindo prevenção / resistência a ameaças de diversos tipos, e reação e recuperação em caso de emergência, dando prioridade às infraestruturas críticas (regionais e nacionais).
 - 9.3. Implementação das exigências decorrentes do DL 22/2025, referente às Entidades Críticas nacionais.

 10. Reforçar a resiliência das operações
 - 10.1. Atuação ao nível das cadeias de fornecimento, garantindo a fiabilidade do acesso a matérias indispensáveis à exploração dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento quer em tempos de operação regular, quer em situações de emergência.
 - 10.2. Identificação dos efeitos de curto, médio e longo prazo das alterações climáticas nas origens de água e nos meios recetores, a nível da quantidade e da quantidade, adotando atempadamente medidas de adaptação.

-
- 10.3. Adoção de uma estratégia de gestão de informação operacional, que garanta a sua atualização, consistência, completude e acessibilidade.
 - 10.4. Preparação para o cumprimento das exigências da nova diretiva europeia NIS2, relativa à segurança de informação.
 - 10.5. Adoção das melhores práticas em termos de segurança e saúde dos trabalhadores e de terceiros.

11. Eficiência e circularidade

- 11.1. Aumento da eficiência na utilização de recursos primários, nomeadamente por redução de perdas e de consumo de energia.
- 11.2. Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética.
- 11.3. Aprofundamento da relação com as comunidades e o território para resolução articulada dos desafios associados às aflúências indevidas industriais, pluviais e salinas.
- 11.4. Implementação de respostas aos desafios associados à gestão de resíduos, potenciando, sempre que possível, a sua circularidade.

D – SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E REFORÇO DA COESÃO TERRITORIAL

12. Assegurar a sustentabilidade económica

- 12.1. No respeito pelo enquadramento legal e regulatório aplicável ao setor empresarial do estado e, em particular, ao setor do abastecimento e saneamento de água.
- 12.2. Num quadro de eficiência operacional e racionalidade económica.
- 12.3. Integração consistente e coerente de respostas às alterações climáticas (mitigação e adaptação) nos exercícios de planeamento económico e financeiro.

13. Contribuir para a consolidação e sustentabilidade do setor urbano, em linha com o plano estratégico setorial, em especial

- 13.1. Adoção de modelos tarifários que convirjam para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades.

-
- 13.2. Integração dos empreendimentos hidráulicos cujo utilizador principal é uma empresa do Grupo.
14. Contribuir para a sustentabilidade do setor da água e reforço da coesão territorial, em linha com a estratégia nacional 'Água Que Une'
- 14.1. Atuação ao nível da Eficiência e da Resiliência, potenciando e, se necessário, reforçando, o capital físico disponível, num quadro multissetorial e integrado.
- 14.2. Adoção da visão de que a água é só uma, recorrendo a diferentes origens (água doce superficial, água doce subterrânea, água residual tratada, água pluvial, água salobra, água do mar) para diferentes usos com qualidades compatíveis.
- 14.3. Contribuição para uma gestão inteligente, ágil e eficaz dos recursos hídricos.
- 14.4. Contribuição para a governança e implementação da estratégia "Água Que Une", incluindo criação de instrumento empresarial dedicado.

A ATIVIDADE

Introdução

A EPAL rege-se pelo Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, e pelos seus Estatutos.

A concessão da exploração e da gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Vale do Tejo foi atribuída à Águas do Vale do Tejo, e à EPAL a manutenção da sua gestão delegada, conforme decorre do disposto nos Decretos-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio e n.º 34/2017, de 24 de março.

No âmbito da gestão delegada desse sistema, a EPAL assumiu, não só a gestão das infraestruturas como todas as demais obrigações inerentes à gestão do sistema: construção das infraestruturas; aquisição, manutenção e renovação das instalações e equipamentos; controlo dos parâmetros de qualidade da água para abastecimento público e dos parâmetros sanitários das águas residuais recolhidas; faturação dos serviços de fornecimento e de recolha; elaboração da contabilidade da sociedade; gestão de recursos humanos, incluindo a contratação de pessoal; gestão financeira e controlo de gestão; apoio jurídico; logística; comunicação; gestão de sistemas de informação; suporte e apoio à atividade.

A atividade direta da EPAL compreende duas atividades distintas: o abastecimento de água em alta a entidades gestoras, e o abastecimento de água em baixa aos utilizadores finais no município de Lisboa, existindo um tarifário distinto para cada uma destas atividades.

Água em Alta

A EPAL é responsável pela produção (captação e tratamento) de água para consumo humano e entrega da mesma a 35 municípios em Alta (incluindo Lisboa) – 17 clientes municipais abastecidos diretamente e os restantes abastecidos por via de duas entidades gestoras multimunicipais – a Águas do Vale do Tejo e a Águas do Ribatejo.

A EPAL desenvolve a sua atividade numa área geográfica que se estende desde a albufeira de Castelo de Bode até aos concelhos limítrofes de Lisboa.

Água em Baixa

A EPAL é responsável pela distribuição domiciliária de água na cidade de Lisboa a mais de 369 mil clientes, prestando igualmente serviços inerentes ao fornecimento de água, tais como o atendimento e assistência domiciliária.

Gestão delegada do Sistema Multimunicipal da Águas do Vale do Tejo

A EPAL é responsável por assegurar a gestão delegada do sistema da Águas do Vale do Tejo, nos termos do contrato de concessão e da legislação aplicável, sem prejuízo das responsabilidades da sociedade perante o Concedente e Entidade Reguladora, e que envolve a atividade de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambas em Alta, para além de um conjunto de atividades acessórias e complementares.

Outras Atividades

Paralelamente com a sua atividade principal, a EPAL tem vindo nos últimos anos a desenvolver e potenciar outros serviços e produtos relacionados com o ciclo da água, onde se destacam:

- Sistema de informação e gestão comercial – Aquamatrix;
- Sistema de redução de perdas de água – WONE;
- Sistema de informação e incentivo à eficiência de utilização de água – *Waterbeep*;
- Prestação de serviços de monitorização e diagnóstico de redes;
- Prestação de serviços de análise e controlo laboratorial;
- Prestação de serviços de aferição e reparação de contadores;
- Cursos de formação através da Academia das Águas Livres.

Atividade Operacional

PRODUÇÃO DE ÁGUA

O ano de 2025 foi caracterizado por uma relativa estabilidade ao nível da disponibilidade hídrica, à imagem do que se verificou no ano de 2024. Com efeito, os valores de precipitação registados no território de Portugal continental, particularmente no centro e norte do país, situaram-se na mesma ordem de grandeza de 2024, garantindo, deste modo, a necessária afluência de caudais às linhas de água, o que permitiu assegurar a disponibilidade de volumes nas principais origens de água da EPAL (albufeira de Castelo do Bode e rio Tejo).

Em 28 de abril de 2025 ocorreu um apagão que afetou as principais estações elevatórias da EPAL, tanto no sistema em alta como na rede de distribuição de Lisboa, bem como as Estações de Tratamento de Água da Asseiceira e de Vale da Pedra. Este evento condicionou significativamente a operação do sistema de abastecimento, em particular devido às falhas de comunicação, que limitaram a disponibilidade de informação no sistema de supervisão e controlo (SCADA) e exigiram um reforço da atuação presencial das equipas no terreno. Verificaram-se ainda constrangimentos relevantes ao nível das comunicações móveis, do abastecimento de combustível para viaturas e geradores, da utilização de viaturas elétricas e da reposição prioritária de energia em instalações críticas, situação já objeto de análise conjunta com o operador da rede elétrica.

Atendendo à elevada potência instalada na generalidade das infraestruturas afetadas, estas não dispõem de geradores capazes de assegurar, em regime normal, o funcionamento completo dos grupos elevatórios em caso de corte de energia, o que levou à interrupção do transporte de água em grande parte dos troços elevatórios. Nestas circunstâncias, o abastecimento foi garantido com base nas reservas armazenadas nos reservatórios dos sistemas em alta e em baixa, o que permitiu assegurar o fornecimento à maioria dos clientes e pontos de entrega, registando-se apenas restrições pontuais em alguns municípios da área de influência e em zonas de cota mais elevada. Tendo em conta a duração do apagão, os impactos no abastecimento revelaram-se globalmente pouco significativos, evidenciando a robustez do enquadramento legal relativo às reservas obrigatórias de água e o trabalho desenvolvido pelas entidades gestoras no reforço da resiliência operacional.

No seguimento deste evento, a EPAL prosseguiu a implementação de uma estratégia de autossustentabilidade energética, pioneira no setor, baseada em projetos de produção própria de energia (mini-hídricas, instalações fotovoltaicas e eólicas), com vista a aumentar a neutralidade e autonomia energética e a reduzir a exposição a falhas prolongadas de fornecimento elétrico.

Paralelamente, encontram-se em análise e desenvolvimento medidas para reforço dos meios socorridos (nomeadamente geradores e UPS), assegurando a continuidade das comunicações essenciais, da monitorização do sistema e da atuação remota sobre órgãos críticos em cenários de crise. Mantém-se, igualmente, o reforço da articulação com municípios clientes e demais *stakeholders* relevantes, com o objetivo de otimizar a gestão dos fornecimentos em situação de emergência e de agilizar procedimentos que contribuam para o contínuo aumento da resiliência do sistema de abastecimento.

Origens

Ao longo do ano de 2025 foram utilizadas como origens principais as captações superficiais de água na Albufeira de Castelo do Bode (rio Zêzere) e no rio Tejo em Valada. Como origens complementares ou com importância, fundamentalmente, local ou regional, foram também utilizadas diferentes captações subterrâneas, designadamente: Lezírias, Ota e Alenquer, e ainda, no caso do sistema Oeste, as captações subterrâneas de Azambuja, Vassala, Reguengo Grande, Pó, Casal da Galharda, Bairro Senhora da Luz (Óbidos), Casais de Britos 2, Casais da Areia, e Arrifana.

Ciclo da Água

		2023	2024	2025	Variação 2025/2024
Água captada	m ³	233 422 570	237 300 179	242 833 703	2,3%
Castelo de Bode	m ³	176 317 339	159 138 336	174 917 468	9,9%
Valada Tejo	m ³	39 303 620	54 853 350	48 177 600	-12,2%
Capt. Subterrâneas	m ³	15 710 594	21 069 028	17 442 148	-17,2%
Capt. Sistema Oeste	m ³	2 091 017	2 239 465	2 296 487	2,5%
Água tratada/produzida	m ³	232 984 416	236 744 886	242 226 899	2,3%
Castelo de Bode	m ³	176 312 240	159 133 201	174 913 281	9,9%
Valada Tejo	m ³	38 872 940	54 304 380	47 575 320	-12,4%
Capt. Subterrâneas	m ³	15 710 594	21 069 028	17 442 148	-17,2%
Capt. Sistema Oeste	m ³	2 088 642	2 238 278	2 296 150	2,6%
Água Vendida	m ³	204 967 791	207 143 335	212 244 115	2,5%
Clientes Municipais/Multimunicipais	m ³	153 901 043	155 486 960	159 729 776	2,7%
Clientes Diretos	m ³	51 066 749	51 656 375	52 514 339	1,7%
Água não faturada (ANF)	m ³	28 454 779	30 156 844	30 589 588	1,4%
ANF na Rede de Distribuição	m ³	11 387 162	12 774 461	12 466 631	-2,4%
ANF na Produção e Transporte	m ³	17 067 617	17 382 383	18 122 957	4,2%
Água não faturada	%	12,2%	12,7%	12,6%	-0,8%
ANF na Rede de Distribuição	%	12,8%	13,4%	12,9%	-3,7%
ANF na Produção e Transporte	%	7,3%	7,3%	7,5%	+2,7%

O volume de água captada no ano de 2025 foi de 242,8 milhões de m³, superior em 5,5 milhões de m³ (2,3%) ao verificado no período homólogo.

A principal origem de água continuou a ser a captação na albufeira de Castelo de Bode, que representou cerca de 72% do total da água captada na Empresa.

A captação de Valada Tejo continuou a assumir um papel relevante no total de volume produzido, representando no corrente ano cerca de 20% do volume total, verificando-se, contudo, uma diminuição de cerca de 12,2% face ao verificado em 2024.

O restante volume (8%) foi assegurado pelo recurso às captações subterrâneas.

A percentagem global de água não faturada manteve-se num nível de excelência, apresentando um valor de 12,6%, que representa uma diminuição de 0,1 pontos percentuais face ao verificado no ano anterior. Destaca-se a redução de 0,5 p.p. no índice de ANF na rede de distribuição.

Adução

A EPAL dispõe de um sistema de Produção e Transporte constituído por 3 subsistemas, Castelo de Bode, Tejo e Alviela, os quais se desenvolvem ao longo de cerca de 703 Km de adutores, com uma capacidade nominal de produção que pode atingir mais de um milhão de m³/dia e uma capacidade de reserva de cerca de 370.000 m³, e que possibilitam efetuar transferências de caudal entre si, o que permite uma grande versatilidade e uma fiabilidade reforçada.

Estes subsistemas são constituídos por 2 Estações de Tratamento de Água, 31 Estações Elevatórias, 27 Reservatórios e 23 Postos de Cloragem.

		2023	2024	2025	Variação 2025/2024
Comprimento Conduas	km	696	695	703	+8
Est. Tratamento Água	n.º	2	2	2	-
Est. Elevatórias	n.º	31	31	31	-
Reservatórios	n.º	27	27	27	-
Postos de Cloragem	n.º	23	23	23	-
Pontos de Entrega	n.º	193	190	188	-2

Nota: As infraestruturas acima não incluem as operadas na região Oeste

A água produzida é aduzida ao sistema por meio dos adutores de Castelo do Bode e Tejo. No percurso até Lisboa e para entrega aos municípios clientes são ainda utilizadas outras importantes

infraestruturas de transporte, como o aqueduto Alviela, e os adutores Vila Franca de Xira-Telheiras, Circunvalação e Costa do Sol.

Subsistema do Alviela

O Aqueduto Alviela tem uma extensão de 120 km desde a Nascente dos Olhos de Água (atualmente fora de serviço) e o Reservatório dos Barbadinhos em Lisboa. Esta estrutura está em exploração para efeitos de abastecimento de água para consumo humano, a partir do ponto de transferência de água do Adutor do Castelo do Bode em Alcanhões, onde é introduzida água proveniente dos furos de Alenquer, Lezírias e Ota. Quando necessário é efetuado o reforço com água proveniente do Aqueduto Tejo, através de transferências existentes a jusante de Vila Franca de Xira (nas estações elevatórias de Alhandra e Verdelha). A montante de Vila Franca de Xira (Azambuja) existe uma Estação Elevatória (EE da Pimenta) a qual permite transferir água para o Aqueduto Alviela (a montante do Sifão 33) proveniente do Adutor Bode (sendo esta a ligação que habitualmente está em funcionamento) ou do Aqueduto Tejo.

Subsistema do Tejo

O Aqueduto Tejo tem uma extensão de 49 km, desde a Várzea das Chaminés, no Concelho da Azambuja, até ao Reservatório dos Olivais, em Lisboa. Na Várzea das Chaminés recebe água da Estação de Tratamento de Vale da Pedra, proveniente da captação superficial do Rio Tejo, em Valada do Ribatejo, a qual é aduzida através de duas condutas com diâmetros de 1.000 e 1.250 mm. Na Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira, o Aqueduto Tejo pode receber água proveniente do Subsistema de Castelo do Bode. Pode ainda receber água dos furos de Alenquer e das Lezírias e em emergências dos furos de Valada I, Valada II e Valada III.

Subsistema de Castelo do Bode

O Subsistema de Castelo do Bode é constituído pela Torre de Captação localizada na albufeira de Castelo do Bode, pela Estação Elevatória I e II a jusante da barragem com o mesmo nome, pela Estação de Tratamento de Água da Asseiceira e pelo Adutor que liga a Estação de Tratamento de Água à Estação Elevatória de Vila Franca de Xira.

A água captada na Albufeira do Castelo do Bode é transportada para a ETA da Asseiceira, através de um adutor com cerca de 9 km de comprimento. O desenvolvimento do adutor entre a saída da estação e a Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira é de cerca de 80 km. Neste percurso

pode receber água a partir da interseção com a conduta de Valada IV, proveniente das captações subterrâneas de Valada I, II e III (apenas em emergências).

Adutor Vila Franca de Xira-Telheiras

Este adutor tem cerca de 26 km de comprimento e 1,5 m de diâmetro, tendo início numa Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira e terminando no reservatório de Telheiras. Esta conduta pode ser alimentada por água proveniente dos subsistemas do Castelo do Bode e/ou do Tejo.

Adutor da Circunvalação

Este adutor tem cerca de 47 km de desenvolvimento, variando os seus diâmetros entre 1,8 e 1,2 m. Tem a sua origem numa Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira e término no Reservatório de Vila Fria, situado em Oeiras/Porto Salvo. À semelhança do adutor Vila Franca de Xira-Telheiras, com o qual se pode interligar, é alimentado por água proveniente dos subsistemas do Castelo do Bode e/ou Tejo.

Adutor da Costa do Sol

O adutor da Costa do Sol insere-se no subsistema Lisboa-Municípios, compreendendo os troços "Alfragide-Caxias", "Caxias-Estoril" e "Estoril-Cobre", num total de 25 km. É constituído por tubagem em betão armado pré-esforçado com diâmetros nominais compreendidos entre DN 750 mm e DN 1000 mm. O adutor tem início no Reservatório de Alfragide, tendo várias ligações ao longo do seu percurso, nomeadamente à Rede de Distribuição de Lisboa e aos Municípios de Oeiras e Cascais.

No ano de 2025 verificaram-se 42 avarias em condutas na rede de adução, registando-se um aumento nas avarias em condutas da EPAL e uma diminuição nas condutas do sistema Oeste.

		2023	2024	2025	Varição 2025/2024
Avarias em Condutas na Rede de Adução	n.º	71	40	42	+2
Sistema EPAL	n.º	45	24	30	+6
Sistema Oeste	n.º	26	16	12	-4

No que respeita às operações de abastecimento de água, destacam-se as seguintes ocorrências e iniciativas no sistema de produção e transporte:

Subsistema Castelo do Bode:

Ao longo do ano de 2025, os níveis da Albufeira de Castelo do Bode variaram entre 113,0m e 120,5m. A recuperação do volume armazenado na albufeira teve lugar no primeiro trimestre do ano devido às fortes chuvas ocorridas nesse período, com destaque para a elevada precipitação registada em fevereiro, permitindo que o nível médio anual registado tenha sido 117,7m, situação que se configurou mais favorável face ao verificado em 2024, cujo nível médio anual correspondeu a 115,9m. Após o período de chuvas intensas e descargas mais acentuadas da barragem de Castelo de Bode, a partir de meados de fevereiro foram observadas alterações mais significativas na qualidade da água bruta, caracterizadas pelo aumento da turvação na água à entrada da ETA e maior presença de partículas coloidais finas, situação que dificultou a criação de floco no processo de tratamento na ETA da Asseiceira e, subseqüentemente, a sua remoção por filtração direta convencional. A situação descrita implicou o reforço nas taxas de tratamento de coagulante - sulfato de alumínio - e o recurso à etapa de emergência da flotação, entre fevereiro e setembro.

Ainda em fevereiro, procedeu-se à alteração da cota de captação do nível mais profundo (88,5m) para o nível intermédio (95,4m), por este apresentar melhores indicadores de qualidade de água. Este nível foi mantido até final de junho, data em que se retomou a captação na cota mais profunda (88,5m), a qual, apesar de evidenciar valores de qualidade água semelhantes, permitiu o uso de taxa de coagulante inferior comparativamente à taxa aplicada no período de captação de água à cota intermédia.

Entre as intervenções de conservação e/ou melhoria realizadas no sistema de abastecimento de água de Castelo de Bode, no decorrer do ano de 2025, destacam-se:

- i. No âmbito da Empreitada de Beneficiação da ETA da Asseiceira, "ASSEICEIRA 0%", foram concluídos diversos trabalhos, nomeadamente: a instalação na Linha 1 de dois novos grupos eletrobomba para a elevação das águas para lavagem dos Filtros e das águas resultantes da lavagem dos filtros; instalação de electroagitadores na cisterna de águas de lavagem; instalação de comportas e misturador estático na câmara de repartição dos espessadores; substituição dos compressores de ar geral da Linha 1, reinstalação de medidores de caudal nas descargas da ETA e a substituição das caixilharias do Edifício da Exploração;

- ii. No decurso da empreitada de Conceção/Construção da duplicação do canal de água bruta da Unidade de Produção para Autoconsumo da ETA de Asseiceira — que integra um gerador de energia de fonte hídrica (100 kW AC) e um gerador de energia de fonte fotovoltaica (600 kW AC), bem como as respetivas interligações em média tensão — verificou-se a instalação do parafuso de Arquimedes, permitindo concluir a última abertura necessária à ligação à bateria de filtração da linha 1, contribuindo para o avanço da execução física da empreitada;
- iii. Em setembro, teve início a empreitada de *"Reabilitação do Reservatório Elevado de Água de Lavagem dos Filtros da Linha 1 da ETA de Asseiceira"*;
- iv. Em novembro, iniciaram-se os trabalhos de construção civil na EE2 de Castelo do Bode, bem como os trabalhos elétricos preparatórios para a instalação do grupo 3 na estação elevatória;
- v. Em dezembro, procedeu-se à substituição da junta de montante da VAG1 (válvula de aspiração geral) na EE1 de Castelo do Bode, bem como da junta de vedação a jusante da válvula de isolamento da aspiração do GVV3. Estas intervenções implicaram uma paragem total do Sistema de Castelo do Bode, com a duração de 18 horas;
- vi. No Subsistema de Abastecimento do Médio Tejo iniciou-se, em maio, a Empreitada de *"Remodelação dos Sistemas de Proteção contra os Regimes Transitórios nas Estações Elevatórias de Soudos e de Vale das Porcas"*, estando já concluída a substituição integral do Reservatório Hidropneumático da EE Soudos.

Durante o ano, foram realizados dois simulacros de continuidade de negócio envolvendo a ETA da Asseiceira, com incidência na deslocalização do comando do sistema, tendo como objetivo testar a eficácia dos procedimentos definidos, assegurar a capacidade de resposta da organização em cenário de indisponibilidade das instalações principais e verificar a operacionalidade das soluções alternativas de comando e controlo.

Subsistema Tejo:

Em termos gerais, o ano foi marcado por uma qualidade da água do rio Tejo considerada satisfatória. Em abril, junho, julho, agosto e setembro procedeu-se ao encaminhamento para destino final de um quantitativo global de 1.790 toneladas de lamas secas de clarificação do processo de produção

de água para consumo humano, que se encontravam depositadas no Parque de Lamas da ETA de Vale da Pedra, para incorporação na indústria de produção de cimento.

Em outubro, foi entregue à exploração o grupo 3 de Valada Tejo que se encontrava em manutenção desde 2024, e foram ainda instalados os 3 novos variadores de velocidade nos grupos 2, 3 e 4 da EE2 de Valada Tejo.

Encontra-se em curso a empreitada "*Melhorias operacionais e funcionais da ETA de Vale da Pedra*", que visa introduzir melhorias diversas em diferentes componentes da estação de tratamento, incluindo designadamente as coberturas, os arruamentos, o laboratório e a construção de um novo ecocentro.

Na ETA Vale da Pedra relevam-se as seguintes ocorrências:

- No primeiro trimestre do ano foram substituídos os clorómetros da etapa de tratamento de Pré Cloragem na ETA de Vale da Pedra;
- Foi instalada uma nova bomba de arraste magnético para a soda cáustica, reagente utilizado no sistema de neutralização de cloro;
- Foi concretizada a instalação de novas bombas doseadoras de hipoclorito de sódio e respetivos circuitos de injeção e doseamento, para permitir assegurar a realização de todas as etapas de pré-oxidação e desinfecção com Hipoclorito;
- Em dezembro de 2025, foi colocado novamente em funcionamento o ozonizador 2, que se encontrava fora de serviço desde junho, após concluídos os trabalhos de instalação de novo autómato e placa de comando.

Distribuição

A rede de distribuição de água na cidade de Lisboa é bastante complexa e, devido especialmente às características topográficas da cidade, existem quatro zonas altimétricas distintas:

- Zona Baixa (que garante o abastecimento desde o nível do rio Tejo até à cota 30 m);
- Zona Média (entre as cotas 30 e 60 m);
- Zona Alta (entre as cotas 60 e 90 m); e
- Zona Superior (composta por duas redes independentes, Z.S. de Monsanto e Z.S. da Charneca, que abastecem acima da cota de 90 m).

Cada Zona é composta por reservatórios, para reserva de água e regulação das solicitações de caudal e é abastecida por uma ou mais estações elevatórias. As Zonas estão interligadas por estações elevatórias e válvulas denominadas de válvulas de Ligação de Zona, que são manobradas como recurso e alternativa ao normal regime de exploração. A rede de distribuição de Lisboa possui 161

Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC), abrangendo a quase totalidade da rede, de forma a monitorizar e controlar em contínuo os caudais, consumos e pressões.

A rede de distribuição de água na cidade de Lisboa é composta por 1.454 km de condutas de Sistemas de distribuição e adução, com 106,1 mil ramais de abastecimento, 13 reservatórios e 11 estações elevatórias.

		2023	2024	2025	Variação 2025/2024
Comprimento da Rede	km	1.452	1.453	1.454	+1
Est. Elevatórias	n.º	11	11	11	-
Reservatórios	n.º	13	13	13	-
Ramais	n.º	105.183	105.534	106.094	+560
Zonas Altimétricas	n.º	4	4	4	-

Registou-se no ano de 2025, um aumento de cerca de 12,9% nas avarias em condutas de rede de distribuição (+49 avarias), e o número de roturas em ramais também aumentou em 13,3% (+65 roturas).

O indicador de avarias em condutas por 100 km de rede atingiu o valor de 29 avarias/100 km rede/ano, superior em 12,9% ao verificado no ano anterior.

		2023	2024	2025	Variação 2025/2024
Avarias em Condutas na Rede de Distribuição	n.º	389	379	428	+49
Avarias em Condutas/ 100 km/ ano na Rede de Distribuição	n.º	27	26	29	+3
Roturas em Ramais	n.º	547	488	553	+65

QUALIDADE DA ÁGUA

A Direção de Laboratórios é o órgão da Empresa responsável pelo controlo analítico/monitorização da qualidade da água ao longo dos sistemas de abastecimento da EPAL (incorporando as componentes de captação, tratamento, adução e distribuição), manteve durante o ano de 2025, uma das atividades consideradas prioritárias para a continuidade do negócio da Empresa - a verificação da qualidade/segurança da água produzida e distribuída.

Controlo de Qualidade da Água no Sistema de Abastecimento da EPAL

O controlo da qualidade da água no sistema de abastecimento da EPAL é assegurado, entre outros, através do Plano de Controlo da Qualidade da Água no Sistema de Abastecimento da EPAL (PCQA).

Este Plano integra as seguintes componentes:

- Controlo legal da qualidade da água nas Torneiras dos consumidores na cidade de Lisboa, nos pontos de entrega de água a Entidades Gestoras de sistemas de abastecimento de água e nos pontos de entrega a Clientes diretos abastecidos através do sistema de adução, conforme definido pelo Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto;
- Controlo operacional/vigilância da qualidade da água realizado nas origens superficiais e subterrâneas, nos subsistemas de adução/transporte e em pontos fixos de amostragem instalados na rede de distribuição da cidade de Lisboa (reservatórios, estações elevatórias, etc.);
- Controlo dos processos de tratamento (água, efluentes e lamas) realizado nas Estações de Tratamento de Água;
- Controlo dos produtos utilizados no tratamento de água.

No que respeita aos Pontos de Amostragem:

Controlo Legal

No âmbito do controlo legal foram efetuadas, no ano 2025, colheitas em 1 623 pontos de amostragem:

- 1 452 pontos de amostragem nas torneiras de Clientes;
- 163 pontos de amostragem instalados nos locais de entrega de água às Entidades Gestoras;
- 8 pontos de amostragem instalados nas entregas aos Clientes localizados em áreas de intervenção de outras Entidades Gestoras.

Controlo Operacional/Vigilância

No âmbito do controlo operacional foram efetuadas colheitas em 352 pontos de amostragem:

- 178 pontos fixos de amostragem na rede de distribuição da cidade de Lisboa;
- 112 pontos de amostragem representativos do sistema de adução e transporte;
- 62 pontos de amostragem instalados nas origens de água.

Controlo dos Processos de Tratamento

No âmbito do controlo de processo, foram efetuadas colheitas em 42 pontos de amostragem representativos das diferentes etapas do processo de tratamento de água instalado na ETA da Asseiceira e na ETA de Vale da Pedra, bem como dos respetivos efluentes e lamas.

Controlo dos Produtos Utilizados no Tratamento de Água

No âmbito do controlo de produtos utilizados no tratamento de água, foram efetuadas colheitas em 62 pontos de amostragem representativos do controlo dos produtos de tratamento utilizados nas duas estações de tratamento e no Sistema de adução e distribuição da EPAL.

Já no que se refere às determinações realizadas, durante o ano 2025, foram colhidas 11.523 amostras de diferentes matrizes no âmbito do PCQA, sendo que 6.659 amostras de água para consumo humano, águas superficiais e águas subterrâneas foram colhidas para cumprimento do implementado no âmbito do controlo legal e do controlo operacional/vigilância e 4.864 amostras foram colhidas para cumprimento do definido no controlo de processo (água, efluentes e lamas) e controlo dos produtos utilizados no tratamento de água para consumo humano.

Foram realizadas 187.402 determinações de parâmetros, das quais cerca de 1.025 determinações foram contratadas a laboratórios externos, o que corresponde a cerca de 0,5% do total de determinações realizadas no âmbito do PCQA.

Apresenta-se no quadro seguinte a distribuição de determinações pelas diferentes componentes do controlo da qualidade, bem como a respetiva evolução do triénio:

	N.º de Determinações de Parâmetros		
	2022	2023	2025
Controlo Legal			
Clientes Diretos através da Adução	748	704	720
Entregas a Entidades Gestoras	17 151	16 300	16 393
Torneiras de Consumidores na Cidade de Lisboa	13 644	13 172	13 172
Subtotal	31 543	30 176	30 285
Controlo Operacional/Vigilância			
Origens (superficiais e subterrâneas)	13 737	14 246	13 000
Sistema de Adução (desde saída das ETA)	68 139	63 651	64 363
Rede de Distribuição (Pontos fixos)	29 495	27 743	27 560
Subtotal	111 371	105 550	104 923
Controlo Processo (Água, Efluentes e Lamas)			
ETA da Asseiceira	12 196	12 343	12 827
ETA de Vale da Pedra	51 339	51 744	38 034
Subtotal	63 535	64 087	50 861
Controlo de Produtos de Tratamento			
ETA da Asseiceira	112	41	72
ETA de Vale da Pedra	993	978	827
Sistema de Adução/Distribuição	410	636	434
Subtotal	1 515	1 655	1 333
Total	207 964	201 468	187 402

Nota: Dados obtidos à data da elaboração deste relatório

Decorrentes de solicitações pontuais das áreas operacionais da EPAL, nomeadamente no âmbito do tratamento de Reclamações da Qualidade da Água, de Processos de Incumprimentos de Valores de Alerta e de Valores Paramétricos/Recomendados, de operações de Lavagem e Desinfecção de Conduitas e de Reservatórios, bem como do arranque de novas origens, foram colhidas cerca de 2.256 amostras que originaram 24.734 determinações de parâmetros.

Avaliação da Qualidade da Água

a) Qualidade da água nas origens

Captações superficiais

- Rio Zêzere - Albufeira do Castelo do Bode

A qualidade da água na Albufeira de Castelo do Bode integra-se na Classe A2 para os parâmetros Coliformes totais, Hidrocarbonetos dissolvidos ou emulsionados e Oxigénio dissolvido e na Classe A1 para os restantes parâmetros, sendo de referir que a ETA da Asseiceira tem instalado um esquema de tratamento adequado à qualidade da água desta captação.

- Rio Tejo - Valada Tejo

A qualidade da água do rio Tejo, em Valada Tejo, integra-se na Classe A3 para os parâmetros Coliformes totais e Substâncias extraíveis com clorofórmio, na Classe A2 para os parâmetros Coliformes fecais, Cor, Estreptococos fecais e Salmonelas e para os restantes parâmetros controlados, na Classe A1. A ETA de Vale da Pedra tem igualmente instalado um esquema de tratamento adequado à qualidade da água registada nesta captação.

Captações subterrâneas

Águas mineralizadas e medianamente duras ou duras, cujos parâmetros cumprem na generalidade os valores da Classe A1, sem evolução assinalável na qualidade da água.

Os parâmetros da qualidade que excederam o Valor Máximo Admissível (VMA) definido para a Classe A1, no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, nas captações subterrâneas utilizadas na EPAL para produção de água para consumo humano (não considerando as captações de reserva da Empresa), foram:

- Bário: Alcoentre, Arrifana, Azambuja, Casais da Areia, Casais de Britos II, Lezírias e Quinta da Vassala;
- Hidrocarbonetos dissolvidos ou emulsionados: Casais da Areia e Óbidos;
- Nitratos: Casal da Galharda e Óbidos;
- Temperatura: Lezírias.

Os parâmetros da qualidade que excederam o Valor Máximo Recomendado (VMR) definido para a Classe A1, no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, nas captações subterrâneas utilizadas na EPAL para produção de água para consumo humano, foram:

- Azoto amoniacal: Lezírias;
- Azoto Kjeldahl: Azambuja, Óbidos, Pó e Reguengo Grande;
- Cloretos: Lezírias;
- Coliformes fecais: Ota;

- Coliformes totais: Alenquer, Casal da Galharda, Ota e Pó;
- Condutividade: Casal da Galharda e Lezírias;
- Estreptococos fecais: Ota;
- Manganês: Lezírias;
- Nitratos: Casal da Galharda, Óbidos, Pó e Reguengo Grande;
- pH: Óbidos e Pó;
- Salmonelas: Casais da Areia, Casal da Galharda, Lezírias, Ota, Pó e Quinta da Vassala;
- Substâncias extraíveis com clorofórmio: Lezírias e Ota;
- Sulfatos: Casal da Galharda e Lezírias;
- Temperatura: Alenquer, Arrifana, Azambuja, Casais de Britos II, Lezírias, Óbidos e Ota.

No que diz respeito Valor mínimo Recomendado (VmR) definido para a Classe A1 no mesmo diploma legal, as captações subterrâneas que apresentaram valores inferiores ao valor de referência definido para o parâmetro Oxigénio dissolvido, foram as captações de Alenquer, Arrifana, Azambuja, Casais de Britos II, Casal da Galharda, Lezírias, Óbidos, Ota, Pó e Reguengo Grande.

No entanto, a mistura de água proveniente dos diferentes furos, com a água proveniente das ETA permite garantir a qualidade da água fornecida de acordo com a legislação em vigor.

b) Qualidade da água fornecida/distribuída

Água distribuída na cidade de Lisboa

A qualidade da água na torneira do consumidor cumpriu as normas definidas na legislação portuguesa, com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, registando-se valores não conformes em 0,55% (73 incumprimentos) das determinações de parâmetros realizadas nas torneiras dos consumidores.

Em pontos de amostragem fixos instalados na rede de distribuição, o número de determinações efetuadas permitiu concluir que, com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, a água cumpriu as normas de qualidade definidas na legislação portuguesa, registando-se 0,13% de incumprimentos do total de determinações de parâmetros (35 incumprimentos).

A investigação de causas de ocorrências de incumprimentos nas torneiras do consumidor permite concluir que a maioria das situações não conformes se devem a problemas das redes prediais.

Água entregue em Alta

Nas determinações efetuadas em amostras colhidas nos pontos de entrega de água a Entidades Gestoras de Sistemas de Abastecimento de Água, registaram-se 0,09% de valores não conformes (14 incumprimentos).

EPAL - Indicador AA04 da ERSAR - Água Segura

Utilizando a metodologia de quantificação de incumprimentos e número de determinações de parâmetros com Valor Paramétrico (VP) adotada pela ERSAR para estimativa do indicador AA04 - Água Segura, a EPAL obteve os seguintes resultados:

Sistema de distribuição	Água Segura (%) - EPAL		
	2023	2024	2025
Em baixa	99,60	99,51	99,27
Em alta	99,86	99,87	99,90

A distribuição de uma água com qualidade e segura é uma preocupação da gestão da EPAL, na medida em que constitui um fator da maior relevância para a sustentabilidade e para a qualidade do serviço da Empresa.

Divulgação de dados

No sítio www.epal.pt são divulgados mapas estatísticos das análises de demonstração de conformidade efetuadas em água colhida nas torneiras dos consumidores e nos pontos de entrega a Entidades Gestoras, com periodicidades mensal e trimestral, respetivamente.

Adicionalmente, dando cumprimento ao estabelecido em diplomas legais, procede-se ao envio trimestral a Entidades Gestoras de Sistemas de Hemodiálise dos mapas estatísticos obtidos nas análises efetuadas em amostras de água colhidas em pontos de amostragem representativos do seu fornecimento.

Plano de segurança da água

Durante o ano de 2025, foram desenvolvidas as seguintes atividades no âmbito do Plano de Segurança da Água (PSA) da EPAL:

-
- Revisão da matriz de risco nos domínios de quantidade de água e qualidade de serviço;
 - Revisão da escala de severidades - Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto;
 - Revisão da escala de severidades - Outros;
 - Compilação e tratamento de dados analíticos relativos à qualidade da água do ano 2024, contemplando as componentes da monitorização operacional e legal do PCQA, no formato definido pelo Regulador. Submissão no portal ERSAR destes dados.

ATIVIDADE COMERCIAL

A atividade comercial da EPAL registou uma evolução positiva ao longo do exercício, refletindo o crescimento sustentado da base de clientes e a consolidação das relações com os utilizadores existentes. Este desempenho foi suportado por uma maior estabilidade dos volumes de consumo, pela melhoria dos níveis de eficiência operacional e pela implementação de políticas comerciais orientadas para a qualidade de serviço.

Foram desenvolvidas diversas iniciativas de modernização e digitalização dos processos comerciais, com impacto favorável na experiência do cliente e na rapidez de resposta aos pedidos e reclamações. A aposta em canais de atendimento remoto, na fatura eletrónica e em ferramentas de monitorização do consumo contribuiu para uma maior proximidade com os utilizadores e para a promoção de comportamentos de consumo de água mais eficientes e sustentáveis. Esta dinâmica reforça a posição da empresa no setor e cria bases sólidas para a continuidade do crescimento da sua atividade comercial nos próximos exercícios.

Em 2025 destacam-se as principais ações e iniciativas levadas a cabo pela EPAL:

- Implementação da Nova Fatura da EPAL

Tendo em conta que a fatura é um canal fundamental de comunicação entre a empresa e os Clientes que contratam o serviço de abastecimento de água, procedeu-se a uma revisão da fatura da EPAL e à sua atualização, por forma a melhorar a estrutura e o *layout*, tornando-a mais funcional e mais apelativa.

Tratando-se de um documento essencial da relação com o Cliente e indo mais além do estrito cumprimento dos requisitos legais obrigatórios, que está assegurado, esta revisão contemplou, ainda, a necessidade de responder à melhoria dos critérios do Estudo – BECX Experiência do Cliente, associados ao “Valor ou relação qualidade/preço do produto/serviço”, à “Clareza e transparência dos preços e faturação” e à “Clareza da faturação”, merecendo a maior atenção no sentido de ir efetivamente ao encontro das expectativas do Cliente, tornando a informação mais completa, fluída e com melhor apresentação visual.

- Envio de Cartas de Aviso de Débito às entidades do segmento Estado

A partir de junho de 2025 implementou-se o envio de cartas de débitos em atraso para o segmento Estado, enquadradas no processo automático de controlo de cobranças, permitindo deste modo alertar para as situações de incumprimento.

- **Contratação de Empresa de Cobranças**

Em 1 de outubro de 2025 foi celebrado entre a EPAL e uma empresa especializada que se dedica exclusivamente à atividade de gestão de créditos, o contrato de “Aquisição de serviços visando a recuperação de dívida de clientes da EPAL”, com o objetivo de melhorar os níveis de cobrança e, conseqüentemente, a redução da dívida dos clientes diretos. É expetável que esta ação venha a apresentar resultados já em 2026.

- **Regulamento da Qualidade de Serviço**

Na sequência da entrada em vigor, em 2024, do Regulamento da Qualidade do Serviço aprovado pela ERSAR, a atividade da empresa orientada para o cliente final foi objeto de ajustamentos significativos, com vista ao integral cumprimento das exigências regulamentares.

No âmbito das novas obrigações regulamentares, as áreas de atendimento ao cliente e de assistência domiciliária continuaram a assumir particular relevância, por concentrarem um número mais elevado de requisitos específicos. Assim, ao longo de 2025, deu-se continuidade ao processo de definição, revisão e consolidação de procedimentos internos, promovendo a melhoria contínua dos processos e garantindo o cumprimento integral das obrigações regulatórias aplicáveis.

Acresce que, com a entrada em vigor, em 19 de abril de 2025, do direito à compensação previsto no Regulamento da Qualidade do Serviço, traduzido no pagamento de valores previamente definidos sempre que se verifique o incumprimento dos níveis de serviço estabelecidos, tornou-se necessário reforçar os mecanismos de monitorização, tratamento e decisão associados às reclamações dos clientes. Desde essa data foram deferidas 52 reclamações enquadráveis neste regime.

- **Prestação de serviços na Área de Assistência Local**

A estabilização da atividade de assistência domiciliária, assegurada através da adjudicação dos contratos de prestação de serviços, permitiu a retoma plena da atividade da Área de Assistência Local, garantindo a normal execução de atividades essenciais à relação comercial com os clientes, nomeadamente o agendamento e realização de serviços domiciliários. Esta retoma teve um impacto direto e positivo na qualidade da execução dos serviços e na melhoria do serviço prestado ao cliente final.

A normalização da atividade refletiu-se igualmente na estabilização dos níveis de serviço de atendimento, nas suas diferentes componentes, atendimento presencial, *contact center* e *back office*, contribuindo para uma melhoria sustentada da performance e para uma resposta mais eficaz às solicitações dos clientes.

- Leitura de consumo bimestral

Importa destacar a consolidação da alteração da periodicidade das leituras de consumo, implementada em 2024, com a passagem de quadrimestral para bimestral. Ao longo de 2025, esta alteração revelou-se plenamente integrada na atividade da Empresa, traduzindo-se em melhorias na relação com o cliente, na área da faturação e, de forma indireta, na qualidade do atendimento, através da redução de ocorrências associadas a consumos estimados.

- Digitalização do arquivo físico

Em julho de 2025 foi concluído o Projeto Piloto de Digitalização do Arquivo Físico correspondente a 10% dos projetos de redes prediais (arquivo residente). Este Projeto não se traduz apenas em converter suporte em papel para digital, mas sim na criação de uma efetiva classificação/indexação por processo, para que a informação seja integrada no AQUAmatrix e, através do sistema de gestão de Clientes, se possa consultar o projeto de rede predial de um prédio e/ou uma fração.

Face às características dos projetos de redes prediais em arquivo, nomeadamente antiguidade e diversidade de formatos, e a grande dificuldade em quantificar as quantidades totais a digitalizar, encontra-se em análise a informação e as conclusões recolhidas do projeto piloto, para se vir a lançar um procedimento para a digitalização total do arquivo.

Este projeto foi objeto de uma comunicação e partilha no ENEG – Encontro Nacional de Entidades Gestoras de Água e Saneamento.

- Colaboração em projetos transversais e cooperações

- A EPAL procedeu ao acompanhamento do projeto da Câmara Municipal de Lisboa para promover a instalação de 70 cabines sanitárias na cidade de Lisboa, em articulação com a empresa que tem a concessão das cabines sanitárias;
- Participação no trabalho normativo produzido no âmbito do Comité Europeu de Normalização (CEN), através das duas subcomissões SC1 - Sistemas Públicos de

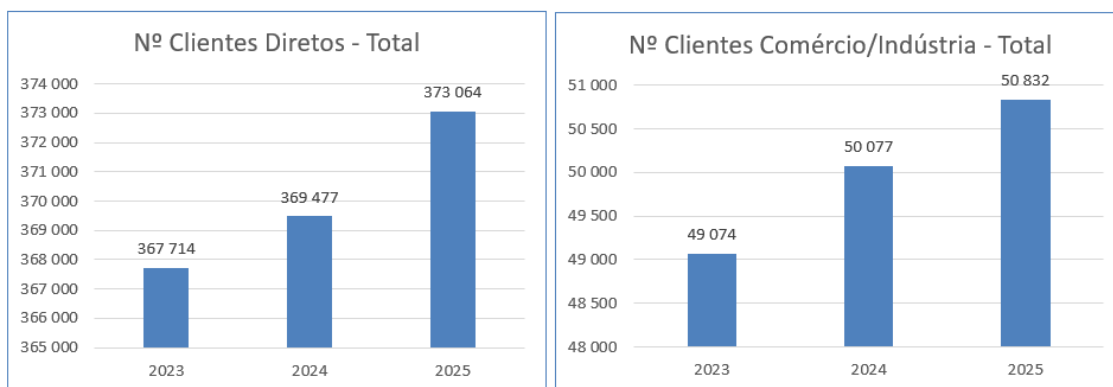
Abastecimento de Água (ligação ao CEN/TC 164 - Water supply) e a SC 2 Sistemas Públicos de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais (ligação ao CEN/TC 165 - *Wastewater Engineering*);

- Mantendo total disponibilidade para colaborar com outras entidades, promovendo a partilha de boas práticas e o reforço conjunto dos processos de gestão comercial:
 - Em maio 2025, a Direção Comercial acolheu uma Visita Técnica da EMAS Beja, com o principal objetivo de partilhar a nossa experiência no âmbito do Atendimento ao Cliente (Loja Sede e Contact Center);
 - Em colaboração com a AdP Internacional, acolheram-se em junho 2025 elementos da EPAL, EP (Angola, Luanda), no âmbito de Visitas Técnicas a Portugal, com especial enfoque na Área Comercial (atendimento ao Cliente, faturação e respostas de reclamações dos Clientes);
 - Também em colaboração com a AdP Internacional, foi possível participar, em outubro 2025, numa iniciativa denominada: *Water Operators' Partnerships for Resilience (WOP4R) Program*, inserida no programa do Banco Asiático de Desenvolvimento e da *Haskoning DHV*. Esta iniciativa, da qual AdPI, em representação do Grupo AdP, foi coordenadora da mentoria ao *National Water Supply & Drainage Board (NWSDB)* of Sri Lanka, centrou-se na Relação com Clientes, com vista a apoiar a NWSDB a incrementar a melhoria dos seus processos internos.

Evolução do número de Clientes da EPAL

A 31 de dezembro de 2025, a EPAL tinha 373.064 clientes diretos, o que representa um acréscimo de 3.587 clientes face ao ano anterior (+1%), para o qual contribuíram essencialmente os segmentos Doméstico (+2.813) e Comércio/Indústria (+755).

Regista-se que a EPAL tem mantido uma evolução crescente do n.º de clientes do segmento comércio/indústria desde a pandemia, indiciando dessa forma não só a total recuperação da atividade económica na cidade de Lisboa, mas um incremento da mesma.



De referir que no final de 2025 existem 5.335 clientes com tarifa social (+1,8% face a 2024) e 2.913 clientes com tarifa familiar da água (+3,8% face a 2024). Estes valores tem tido um crescimento constante ao longo dos últimos anos.

Volume faturado de Água

O volume global faturado apresenta um acréscimo de global de 2,5% face ao ano anterior, apresentando um maior aumento nos clientes municipais.

Unid: m³

	2023	2024	2025	Δ% 25/24
Volume Total Faturado	204 967 791	207 143 335	212 244 115	2,5%
Clientes Municipais	153 901 043	155 486 960	159 729 776	2,7%
Clientes Diretos	51 066 749	51 656 375	52 514 339	1,7%

Da análise à evolução dos Clientes em Alta constata-se que os maiores aumentos de consumo se verificam nos Concelhos Limítrofes de Lisboa e na Águas do Vale do Tejo. O volume faturado pela EPAL às entidades gestoras em Alta tem apresentado um crescimento sustentado nos últimos anos, a uma taxa média de 2% ao ano.

Já o aumento verificado nos clientes diretos, respeitou essencialmente aos segmentos Comércio/Indústria (+2,9%) e Instituições (+8,3%), tendo o segmento Domésticos uma evolução marginal (+0,2%).

Faturação e Cobrança

Relativamente à faturação, verificou-se um acréscimo de 5,4% resultante do efeito conjugado do aumento tarifário verificado e do aumento do volume vendido. De assinalar que o aumento tarifário teve efeitos a 1 de janeiro de 2025 para os Clientes Municipais, e a 1 de outubro de 2025 para os Clientes Diretos.

	2023	2024	2025	Δ% 25/24
Valor faturado água + QS (€)	178 714 675	184 399 989	194 294 308	5,4%
Clientes Municipais	85 033 305	88 498 020	92 941 488	5,0%
Clientes Diretos	93 681 371	95 901 969	101 352 820	5,7%

No que respeita à cobrança, a dívida total dos clientes municipais da EPAL a 31 de dezembro de 2025 teve um acréscimo de cerca de 1,6 milhões de euros face ao ano anterior, exclusivamente pelo diferimento do pagamento por parte de um cliente para o início de 2026, no valor de 2 milhões de euros, sendo que esse pagamento respeitava a dívida ainda não vencida no final de dezembro.

A dívida vencida dos principais segmentos de clientes diretos - Domésticos e Comércio/Indústria - registou um acréscimo de 3,6% face ao ano anterior. Conforme já referido, a EPAL tem definido um plano de recuperação de dívida de clientes diretos com diversas medidas implementadas, nomeadamente contratação de serviços com a especialidade de cobranças e gestão de dívidas.

Importa dar nota que os processos de injunções interpostos pela EPAL têm apresentado resultados positivos, com as seguintes recuperações de dívida:

- Fase I | Carta pré-injunção – 31%
- Fase II | Balcão Nacional de Injunções – 66%
- Fase III | Processos Executivos – 83%

O prazo médio de recebimentos em 2025 apresentou uma redução face a 2024 de 5 dias, atingindo o valor de 50 dias.

Por fim, refira-se que em 2025 continuou a registar-se um aumento de faturas enviadas por e-mail. De facto, das cerca de 3,3 milhões de faturas emitidas, 57% foram enviadas através de Envio Eletrónico de fatura, verificando-se um acréscimo face a 2024, cuja percentagem tinha sido de 54%.

Relativamente à faturação eletrónica, foram enviadas 45.277 faturas (+1,4%).

Atendimento a Clientes

Em linha com a estabilização da atividade operacional do Departamento de Gestão de Clientes, registada ao longo de 2025, o atendimento ao cliente evidenciou uma evolução consistente nos seus níveis de serviço, refletindo os efeitos das medidas de reorganização e recuperação implementadas no ano anterior.

Em 2025 foram atendidos um total de 520.433 clientes pelos diferentes canais disponibilizados pela EPAL, nomeadamente presencial, telefónico e escrito, representado uma diminuição de cerca de 7% face ao ano anterior. Esta variação enquadra-se no contexto de estabilização da atividade e de maior eficiência dos processos, sem prejuízo da qualidade do serviço prestado.

Mantendo a tendência do ano anterior, em 2025, o atendimento telefónico, registou a maior procura tendo sido atendidos 310.143 clientes. Destaca-se, igualmente, por ter sido o único canal a registar um aumento face a 2024, evidenciando a sua relevância no contexto da crescente procura por soluções de contacto remoto.

O contacto por meio escrito, que agrupa as comunicações por e-mail, site, carta, entre outros, manteve-se como o segundo meio de comunicação preferencial, tendo em 2025 sido atendidos 131.454 clientes.

No atendimento presencial, entre a Loja da Sede e a Loja do Cidadão, foram atendidos um total de 78.836 clientes.

No âmbito da atividade do *Contact Center*, importa referir que, desde 2021, este assegura o atendimento telefónico dos clientes das Águas do Alto Minho (AdAM), tendo sido alargado, em julho de 2022, aos clientes das Águas de Santo André (AdSA) e, desde 2023, ao atendimento da Linha de Roturas e Avarias da AdAM.

Em 2025, foram registados 68.730 atendimentos relativos às linhas dessas empresas, reforçando o papel do *Contact Center* da EPAL como estrutura de suporte a outras entidades do Grupo.

No âmbito da melhoria contínua do serviço ao cliente e do cumprimento das exigências regulamentares, destacam-se, em 2025, as seguintes iniciativas:

- O Atendimento participou de forma ativa nas campanhas de atualização de dados dos clientes, bem como em outras campanhas direcionadas aos clientes, desenvolvidas em estreita articulação com a área de Comunicação da Empresa e amplamente divulgadas através dos diversos canais de comunicação da empresa. As equipas de atendimento ao cliente assumiram um papel determinante na operacionalização da campanha,

evidenciando um forte empenho na recolha, validação e atualização dos dados dos clientes, quer nos contactos presenciais, quer no canal telefónico. A atualização da informação revelou-se um fator preponderante para o reforço da qualidade, eficácia e segmentação da comunicação estabelecida com os clientes, permitindo uma resposta mais adequada às suas necessidades e contribuindo para o fortalecimento da relação comercial;

- Paralelamente, o atendimento participou igualmente em campanhas especificamente direcionadas aos clientes em Baixa, assegurando o esclarecimento, acompanhamento e encaminhamento das situações, em conformidade com as orientações regulamentares e comerciais em vigor;
- Encontra-se em fase de adjudicação a implementação de soluções de inteligência artificial no atendimento telefónico e por email do *Contact Center* da EPAL, visando o reforço da eficiência operacional e da capacidade de resposta;
- Em complemento da solução de inteligência artificial, encontra-se em implementação um novo canal digital de atendimento, através do site da EPAL, com recurso a *chatbot*, orientado para o esclarecimento automático de temas recorrentes e para a redução da pressão sobre os canais tradicionais;
- No âmbito da estratégia de dinamização e valorização do *Contact Center* da EPAL, enquanto serviço passível de disponibilização a entidades gestoras do setor, foi desenvolvida, ao longo de 2025, uma forte aposta na comercialização dos serviços de atendimento telefónico. Neste contexto, foi preparado e desenvolvido o atendimento telefónico das linhas comerciais das Águas do Norte, cuja implementação ocorreu no início de 2026, passando este serviço a ser assegurado pelo *Contact Center* da EPAL. Este projeto envolveu a definição de modelos de atendimento, adaptação de procedimentos, formação das equipas e integração dos sistemas necessários à prestação do serviço, garantindo níveis de qualidade e desempenho alinhados com os padrões da EPAL; Esta iniciativa reforça o posicionamento do *Contact Center* da EPAL como um *player* relevante no setor, capaz de prestar serviços especializados de atendimento ao cliente a outras entidades gestoras, promovendo sinergias, economias de escala e a valorização do know-how interno desenvolvido ao longo dos últimos anos.

Atividade de novas ligações

Em 2025 verificou-se que o número de novos processos de ligação registou uma diminuição de 17% face ao ano anterior. Já os processos de alteração apresentaram, também face a 2024, uma redução de 8% e o total de projetos (novos e alterações) uma redução de 12%.

Já o número de vistorias realizadas apresentou uma diminuição de 9% face ao ano anterior.

Atividade de assistência local

Face ao ano anterior, em 2025 verificou-se uma melhoria significativa na quantidade de serviços executados no âmbito da atividade de Assistência Domiciliária, resultante da contratualização externa de parte da atividade. Destaca-se, em particular, o incremento dos serviços de "corte por débito", bem como o aumento expressivo dos serviços de "controlo de perdas económicas".

Não obstante a manutenção de algumas limitações ao nível da atividade, registou-se uma melhoria transversal nos serviços executados pela área, conforme evidenciado na evolução das principais tipologias de serviço:

Tipologias dos Serviços	2023	2024	2025
Serviços realizados (inclui aberturas, verificações, etc.)	62 744	175 502	193 240
Serviços de "Corte" por débito	2 117	33 695	41 645
Substituição de contadores e redimensionamento nos DN100 e DN150 com a alteração nas medidas dos troços	2 475	17 160	2 593
Serviço de controlo de perdas económicas	3 211	15 952	38 377

Manteve-se, inevitavelmente, o plano de limpeza e substituição de filtros de contadores afetos aos Clientes Municipais, assegurando a continuidade desta atividade essencial.

No âmbito das reclamações decorrentes dos serviços prestados, foram abertas 1.273 (1.456 em 2024) reclamações o que corresponde a 0,66% (0,83% em 2024) dos serviços realizados, evidenciando uma melhoria no indicador de qualidade do serviço prestado.

Em 2025 foram realizadas 1.574.096 leituras de contadores, o que correspondeu a um aumento de 202.485 leituras face ao período homologado, em resultado da realização das leituras numa periodicidade bimestral.

Em termos de nível de serviço foi possível alcançar 80,3% de realização na leitura primária, tendo ocorrido um ligeiro acréscimo face a 2024 (79,1%), associada a uma maior experiência e conhecimento do terreno por parte da equipa de leitores.

Refira-se ainda que ao longo de 2025 foram recebidas 49.900 fotografias com leituras, tendo cerca de 70% sido registadas de forma automática através do sistema de reconhecimento ótico de caracteres.

No final do ano existiam 4.662 sistemas de telemetria instalados na cidade de Lisboa e em clientes em Alta, dos quais 1.958 clientes eram subscritores do serviço *Waterbeep*, correspondendo a 42% do total.

Clientes e Mercado

A EPAL abastece uma área superior a 7.000 km², com cerca de 3,0 milhões de consumidores, em 35 municípios (incluindo Lisboa).

Os clientes abastecidos diretamente são cerca de 373 mil, verificando-se a manutenção da tendência de crescimento dos anos anteriores, com um aumento em 2025 de 3.587 clientes.

		2023	2024	2025	Variação 2025/2024
Clientes Municipais (municípios diretamente abastecidos)	n.º	17	17	17	-
Clientes Multimunicipais	n.º	2	2	2	-
Clientes Diretos (dentro e fora de Lisboa)	n.º	367.714	369.477	373.064	+3.587
Domésticos	n.º	311.828	312.670	315.483	+2.813
Comércio e Indústria	n.º	49.074	50.077	50.832	+755
Estado, CM Lisboa e Embaixadas	n.º	2.526	2.478	2.485	+7
Instituições	n.º	4.284	4.250	4.262	+12
Unidades Militares	n.º	2	2	2	-
Municípios abastecidos (em Alta, exclui Lisboa)	n.º	34	34	34	-
Número de consumidores	n.º	2.915.640	2.984.513	3.006.428	+21.915
Lisboa	n.º	548.703	567.131	571.435	+4.304
Municípios	n.º	2.366.937	2.417.382	2.434.993	+17.611

		2023	2024	2025	Variação 2025/2024
Área total abastecida	km ²	7.095	7.095	7.095	-
Lisboa	km ²	100	100	100	-
Municípios	km ²	6.995	6.995	6.995	-

(1) INE - População residente na área abastecida - período ref.º 2024

(2) Área em Km² (ano de referência 2024)

Vendas

Volume vendido

Em 2025, o volume vendido ascendeu a 212,2 milhões de m³, que representa um aumento de 5,1 milhões de m³ (+2,5%) face ao volume vendido em 2024. Destaca-se o crescimento nos clientes municipais e multimunicipais (2,8% e 2,3% respetivamente).

		2023	2024	2025	Variação 2025/2024
Volume total vendido	m ³	204.967.791	207.143.335	212.244.145	2,5%
Clientes Diretos	m ³	51.066.749	51.656.375	52.514.339	1,7%
Clientes Municipais	m ³	118.748.675	119.187.904	122.579.832	2,8%
Clientes Multimunicipais	m ³	35.152.368	36.299.056	37.150.394	2,3%

Níveis de Serviço

Não obstante o ligeiro acréscimo na quantidade de suspensões de serviço com impacto em Clientes registou-se uma diminuição da duração das mesmas, 10,7% em 2025 face ao período homólogo.

Suspensões de serviço com impacto em Clientes	2023	2024	2025	Variação 2025/2024	
Por tempo (h)	3.412	2.677	2.391	-286	-10,7%
Total Produção e Transporte	1.428	777	418	-359	-46,2%
Programadas	1.428	777	400	-377	-48,5%
Não programadas	-	-	18	+18	-
Total Distribuição	1.948	1.900	1.973	+73	3,8%
	317			-280	-49,4%

Suspensões de serviço com impacto em Clientes	2023	2024	2025	Variação 2025/2024	
Programadas		567	287		
Não programadas	1.667	1.333	1.686	+353	26,5%
Por quantidade	651	606	635	+29	4,8%
Total Produção e Transporte	82	63	52	-11	-17,5%
Programadas	82	63	51	-12	-19,0%
Não programadas	-	-	1	+1	-
Total Distribuição	569	543	583	+40	7,4%
Programadas	100	129	82	-47	-36,4%
Não programadas	469	414	501	87	21,0%

Eficácia do serviço	2023	2024	2025	Variação 2025/2024	
Interrupções serviço > 4h - Municipais	57	40	30	-10	-25,0%
Interrupções serviço > 4h - Diretos	169	126	159	+33	26,2%
Interrupções serviço > 12h - Municipais	11	8	7	-1	-12,5%
Interrupções serviço > 12h - Diretos	12	4	4	-	-
Nº de pontos de entrega afetados (>4h)	95	62	38	-24	-38,7%

Outros Serviços Prestados

Sistema de informação e gestão comercial – AQUAmatrix:

O AQUAmatrix é um projeto criado no seio da EPAL em 1995, e tem vindo a desenvolver-se e a comercializá-lo a outras entidades. Tem por objetivo melhorar o modelo de gestão através de uma abordagem integrada da gestão comercial e técnica, suportada em sistemas de informação que garantem o aumento da eficiência e eficácia. Ao longo dos anos tem vindo a ser sistematicamente enriquecido com funções de mobilidade e incrementado ao nível da informação estratégica, operacional e tática.

Durante o ano de 2025, o AQUAmatrix foi implementado no Município da Ponta do Sol, Águas e Energia da Boavista (AEB) e Águas de Santo Antão, tendo ainda como principais projetos estruturantes, a migração tecnológica do AQUAmatrix, estando concluída cerca de 65%, a manutenção de certificação ISO27001 para o AQUAmatrix, a disponibilização do Novo Portal Waterbeep, melhorias no Processo do reconhecimento de Leituras por Foto, adequação do AQUAmatrix ao novo Regulamento Qualidade de Serviço da ERSAR, implementação de novos modelos de Contrato em AdRA, AdAM e Águas de Cascais, a Implementação de Novo modelo de Fatura na EPAL, AdRA e Grupo AQUAPOR, e criação de ChatBot para o Helpdesk AQUAmatrix, entre outros.

Neste momento, o AQUAmatrix está presente em 48 clientes de Água, Saneamento e Resíduos, com a responsabilidade na gestão comercial de 103 municípios em Portugal e 15 municípios nos Países de Língua Portuguesa. Assim, no final de 2025, apresenta uma quota de mercado nacional de 45% com 2,5 milhões de clientes finais em Portugal, considerando um universo 5,5 milhões de clientes. A nível internacional o AQUAmatrix está implementado em 5 entidades gestoras de Águas de Santiago, Água e Energia da Boavista, Águas de Santo Antão, AguaBrava e Águas de São Nicolau e Ilha do Maio em Cabo Verde, o que perfaz cerca 258 mil clientes finais.

Sistema de redução de perdas de água – WONE (Water Optimization for Network Efficiency):

O WONE® é um sistema que, com base na Implementação de zonas de monitorização e controlo e na análise dos respetivos dados de caudal e pressão, permite combinar processos e integrar a informação relevante para a gestão de redes e o controlo de perdas de água. Encontra-se vocacionado para uma estratégia focada na eficiência, na redução de perdas e na otimização do sistema de abastecimento, cujos resultados são relevantes em termos económicos, sociais e ambientais. É suportado por uma aplicação informática que permite automatizar a integração dos dados de monitorização das Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC). A aplicação WONE® inclui indicadores de desempenho das ZMC, hierarquizando-as com base nos consumos totais diários e no consumo mínimo noturno, e possibilita análises de tendência e a geração de alertas de intervenção.

Durante este último ano foram efetuadas prestações de serviços para 9 entidades, das quais 6 são entidades gestoras de distribuição de água e as restantes são entidades públicas e privadas com redes de abastecimento internas. Os trabalhos realizados envolveram a realização de campanhas de deteção de fugas de água, a disponibilização de licenças do software de gestão de perdas WONE e alguns trabalhos de consultoria.

Atualmente existem 12 entidades gestoras com licenças WONE para monitorizar as suas redes de abastecimento de água, equivalente ao verificado no ano transacto.

Refira-se que cerca de 90% do serviço prestado é realizado em Entidades Gestoras (diretas e serviços municipalizados), o que representa o papel determinante do serviço WONE no combate às perdas no setor.

Sistema de monitorização e alerta de consumos anómalos em redes privadas – Waterbeep:

O waterbeep® é um serviço através do qual o Cliente pode controlar os seus consumos de água, com informação personalizada, contribuindo, por um lado, para a consciencialização dos seus gastos, e por outro lado, aumentar o seu nível de eficiência de utilização de água, contribuindo para um consumo sustentável deste recurso precioso.

É dirigido a todos os Clientes Domésticos e Empresariais, permitindo-lhes aceder a informação sobre o seu consumo de água e receber alertas (e-mail e/ou sms) sempre que se verifique alteração do padrão, detetando situações anómalas como consumos excessivos, roturas e dispositivos com perda de água.

Apresenta-se em quatro modalidades, *home*, *plus*, *pro* e *premium*, disponibilizando ao Cliente dados de consumo com um nível de detalhe diferenciado em função da versão, respondendo, assim, às necessidades dos diversos segmentos de mercado.

As modalidades *waterbeep plus*, *pro* e *premium* permitem a emissão de alertas quando se verificarem desvios do padrão habitual de consumo ou consumos contínuos durante um período alargado, que poderão indicar roturas ou dispositivos abertos/avariados.

Em 2025, o *waterbeep* foi promovido em diversas iniciativas, nomeadamente no ENEG, com o objetivo de divulgar este serviço tanto aos clientes domésticos, mas principalmente às Entidades Gestoras, o público-alvo destes encontros.

No âmbito das ações de sensibilização desenvolvidas junto de entidades públicas e privadas, foram dinamizadas palestras com o tema "O Valor e a Sustentabilidade da Água da Torneira", nas quais se promoveu uma utilização mais eficiente e consciente da água, bem como o *waterbeep*. Este serviço inovador teve 1.468 novas adesões em 2025, e conta já com mais de 31 mil utilizadores (91,6% *waterbeep home*, 7,0% *waterbeep plus*, 1,2% *waterbeep pro* e 0,2% *waterbeep premium*).

Billmeter®

O Billmeter é um sistema através do qual as entidades gestoras poderão gerir o parque de contadores. Este serviço poderá ser de extrema relevância, uma vez que reforça a capacidade das entidades no que refere às perdas aparentes, sendo uma ferramenta essencial na gestão do parque de contadores, bem como na priorização do investimento a afetar a este tema.

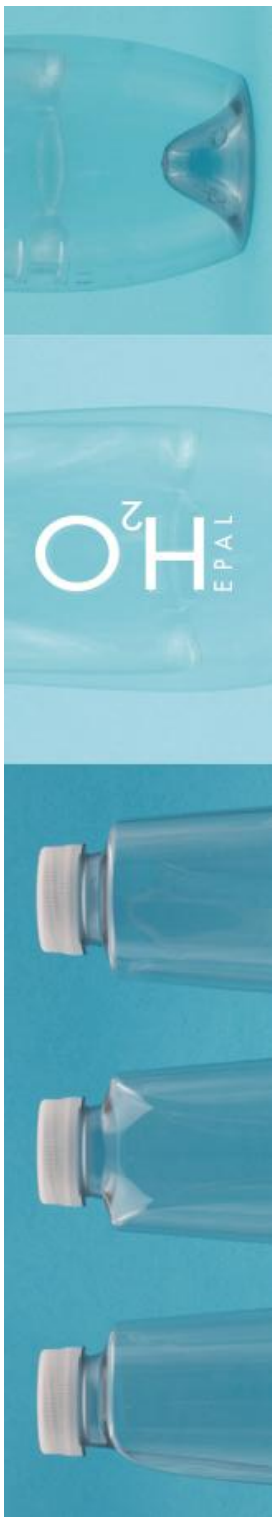
Billmeter® é uma aplicação informática pioneira que se assume como um reforço tecnológico no combate às perdas aparentes. Esta metodologia de controlo ativo das perdas por erros de medição contribui para a gestão otimizada do Parque de Contadores, aumentando a eficiência e a rentabilidade do investimento.

Permite avaliar estatisticamente o desempenho individual de cada contador, recomendando a periodicidade ótima para a sua substituição.

Disponibiliza informação integrada e segmentada para diagnóstico do desempenho e da rentabilidade do Parque de Contadores.

Ao considerar variáveis como padrões de consumo, evolução dos erros de medição, custos associados ao contador e tarifário, classifica, estatisticamente, os contadores pelo potencial de recuperação de água não faturada, prevendo o tempo ótimo de serviço no final do qual, para que este potencial seja maximizado, se recomenda a substituição.

O Gestor poderá simular cenários com base nos erros de medição e padrões de consumo, já definidos na Biblioteca do Billmeter® ou a partir de Bibliotecas customizadas.

Fill Forever:

A "Fill Forever" é uma garrafa 100% nacional, inovadora, elegante, discreta, sofisticada, reutilizável, ecológica, ultraleve e funcional na sua utilização, concebida para receber e transportar a água da torneira.

Todos os pormenores do seu design foram considerados no seu desenvolvimento, de modo a otimizar a quantidade de material e energia utilizados na sua produção. Ao disponibilizar no mercado esta garrafa ergonómica a EPAL lança aos munícipes, clientes e público *Fill Forever* em geral, o desafio de se fazerem acompanhar sempre de água da torneira. "Leve no preço. Leve no ambiente".

Desde 2024, a nossa garrafa reutilizável tornou-se mais leve e mais amiga do Ambiente, já que passou a ser produzida em rPET, um plástico reciclado. Esta inovação promove a verdadeira circularidade, utilizando matéria-prima reciclada e oferecendo uma solução mais sustentável para os consumidores que se preocupam com um futuro mais verde.

A *Fill Forever* rPET consolidou-se como um veículo de promoção de valores ambientais, contribuindo para o reforço da confiança no consumo de água da torneira e afirmando-se como um instrumento de educação ambiental. O seu papel ultrapassa a lógica de mercado, assumindo-se como um elemento estratégico na sensibilização para práticas de consumo mais sustentáveis.

Com estas ações, A EPAL reforça o compromisso com a sustentabilidade, promovendo práticas de consumo mais conscientes e contribuindo para a adoção generalizada de soluções reutilizáveis e ambientalmente responsáveis.

Em 2025, estas garrafas continuaram a ser comercializadas nas Lojas EPAL e nos Núcleos do Museu da Água.

Garrafa Siza Lisbon Soul by EPAL:

Uma garrafa com assinatura de Álvaro Siza Vieira é mais uma criação da EPAL que pretende afirmar a excelência da água da torneira da cidade de Lisboa através de uma peça de design absolutamente exclusiva.

Fruto de uma parceria entre a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. e a AHP – Associação da Hotelaria de Portugal, a Garrafa Siza destina-se à divulgação junto do Turismo da cidade de Lisboa, hoje um dos destinos mais apetecíveis e onde a água da rede pública alcança níveis de qualidade exemplares, cumprindo as mais exigentes normas de qualidade nacionais e internacionais.

Esta peça caracteriza-se por contornos geométricos distintos, inspirados no património arquitetónico único da capital, com enfoque num dos seus monumentos mais emblemáticos – O Castelo de São Jorge - posicionando-a como uma peça icónica, sob uma narrativa cativante enraizada na lenda da edificação da cidade a qual reza que havia no extremo ocidental da Europa, um lugar chamado Ofiusa – a Terra das Serpentes - governado por uma Rainha, meio mulher, meio cobra, escoltada por um exército de serpentes que envenenava quem ousasse disputar-lhe o trono.

A garrafa de assinatura de Álvaro Siza exclusiva da EPAL continuou a sua comercialização nos Núcleos do Museu da Água, Lojas EPAL cativando o interesse de particulares e empresas.

Garrafa de barro COOL

Garrafa COOL - Água "Naturalmente Fresca"



COOL - Água "Naturalmente Fresca" é a nova garrafa da EPAL feita em barro, com manufatura e materiais 100% portugueses, que se apresenta em 3 versões exclusivas: barro vermelho com serigrafia em preto, barro vermelho com serigrafia em azul, e barro negro. Totalmente feita à mão, em olaria de roda, esta garrafa tem a qualidade única de conseguir refrescar a sua água da torneira, de forma ecológica, natural, e com consumo zero de energia.

As garrafas aliam um design contemporâneo, com materiais e técnicas ancestrais de produção, proporcionando uma solução ecológica de tradição milenar que permite conservar a água sempre fresca. A tampa da COOL é manufaturada em cortiça, conferindo-lhe ainda maior personalidade, e homenageando a tradição e a cortiça portuguesa, promovendo a utilização de recursos renováveis locais.

As versões em Barro Vermelho apresentam na sua base uma serigrafia (a preto ou a azul) do Aqueduto das Águas Livres, símbolo maior da história do abastecimento de água em Portugal.

A versão em Barro Negro tem na sua génese um processo de fabrico artesanal reconhecido pela UNESCO como Património Imaterial da Humanidade, e como a única energia despendida proveniente das mãos do seu criador.

Esta peça está disponível para venda nos Núcleos do Museu da Água e nas Lojas EPAL.

Jarro Gota



O jarro Gota é o resultado da parceria entre a EPAL e a Bordallo Pinheiro que une as duas emblemáticas e centenárias empresas na mesa dos portugueses há mais de um século. Com o mote “Se queres água toma”, inspirado em Raphael Bordallo Pinheiro, autor da representação popular do Zé Povinho, que veio a tornar-se num símbolo do povo português.

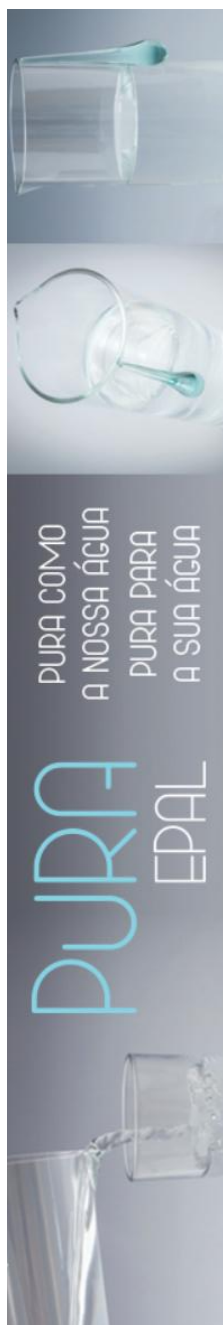
O jarro em forma de gota e com relevos de água na sua superfície que, além de remeter para o imaginário das formas de gotas de água, inspira-se também no universo da Bordallo Pinheiro nas cores e nos relevos que tanto caracterizam a sua marca identitária.

Depois do sucesso do Jarro Gota Original (verde), lançado no dia 1 de outubro de 2020, Dia Nacional da Água, foram lançadas 7 novas cores no Dia Nacional da Água, que representam a ideia de diversidade e inclusão, usando algo da natureza para representar questões de direitos humanos. Quando o sol brilha sobre gotículas de água suspensas no ar, acontece um fenómeno que todos conhecemos como arco-íris. Embora não sejam as suas cores reais e não sejam 7, mas sim 8, os novos Jarros Gota personalizam este encontro entre a água e o sol.

A água da torneira, a opção mais sustentável e amiga do ambiente, e o jarro Gota, peça exclusiva que acolhe a água, juntas celebram o Ambiente, a cerâmica portuguesa, a produção nacional de qualidade, e o convívio tão característico e essencial das mesas das famílias portuguesas.

Esta peça encontra-se disponível para venda nos Núcleos do Museu da Água e Lojas EPAL.

Jarro PURA



O Jarro PURA é um jarro cujo objetivo é o de sensibilizar a sociedade para o consumo de água da torneira. A melhor. A mais sustentável.

A EPAL e a Atlantis/Vista Alegre criaram o Jarro PURA, cujo nome nos remete para o cristalino, para a importância da transparência, da confiança, em oposição ao opaco, à escuridão e à sombra.

O Jarro PURA é totalmente manufacturado e verdadeiramente único e original. Tal como a água e as suas gotas, não há dois jarros iguais, o que reforça o carácter exclusivo de cada peça.

Pela forma como é executado, sem recurso a moldes, é uma peça que só pode passar pelas mãos de verdadeiros e talentosos artesãos com vasta experiência na arte de trabalhar o vidro.

Assim como a água, o vidro tem a característica de não esconder, de se expor, de se mostrar e de se revelar, deixar-se atravessar pela luz, não ocultando o que está atrás de si. O Jarro PURA vem juntar-se à coleção de jarros e garrafas de água, partilhando o objetivo comum de sensibilizar a sociedade para o consumo de água da torneira.

A comercialização deste Jarro arrancou em 2021, sendo que o mesmo poderá ser adquirido no Museu da Água da EPAL e nas Lojas EPAL.

Garrafa Souto Moura - Alma Mater by EPAL:

Lançada em 2023, esta peça de assinatura de Eduardo Souto Moura, um dos mais ilustres arquitetos da atualidade, detentor do Prémio *Pritzker*, é projetada numa conceção circular e constituída, também, por inúmeras circunferências, que se unem para compor uma peça exclusiva, minimalista no desenho, mas grandiosa na sua missão de acolher a água da torneira.

Os seus círculos representam o conceito circular que vemos em tudo o que nos rodeia.

O ciclo da água, o ciclo da vida, a transformação por que tudo passa para que se assegure a continuidade.

É essa circularidade que também devemos adotar em tudo o que fazemos. Só assim será possível continuar a usufruir das dádivas da natureza que, sendo finitas, devem ser respeitadas e usadas com consciência.

A Alma Mater, produzida pelo Depósito da Marinha Grande, uma marca de referência no nosso País, é feita de vidro, matéria-prima que dá forma a uma garrafa harmoniosa e ímpar, um objeto de autor que nos acompanha em todos os momentos.

A garrafa de assinatura de Souto Moura exclusiva da EPAL tem a sua comercialização nos Núcleos do Museu da Água e nas Lojas EPAL.

Garrafa Oásis:

A EPAL lançou uma nova garrafa em 2024, para servir água da torneira nos espaços da capital onde têm lugar Conferências, Seminários, Formações e Encontros.

Esta nova peça, que reflete uma escolha sustentável, recebeu o nome de Oásis e pretende apoiar as Entidades que recebem participantes de diferentes sítios do mundo, para eventos na nossa cidade, cada vez mais de vanguarda, trendy e versátil.

São inúmeros os encontros académicos, profissionais, culturais e lúdicos que escolhem Lisboa para debater novas ideias e pretendemos partilhar, com os seus públicos, a excelente qualidade da água da rede pública,

A cidade está a mudar, as pessoas estão a mudar e os hábitos de consumo querem-se cada vez mais sustentáveis. E é esta a mensagem que pretendemos passar. E porque queremos que chegue mais longe além-fronteiras, demos-lhe um rótulo multilingue, com alguns dos idiomas mais falados do mundo e com expressão em diversos continentes. E, assim, ainda mais universal, para afirmar um gesto tão importante para o Planeta.

Esta nova peça de vidro com tampa de cortiça é o resultado de uma parceria com o Depósito da Marinha Grande, uma marca de renome da indústria do vidro nacional.

E nela, também já podem ser adicionadas à melhor água da torneira, ervas aromáticas, frutas e especiarias, para lhe elevar o paladar e conferir um efeito colorido e ainda mais especial.

A garrafa Oásis tem a sua comercialização nos Núcleos do Museu da Água e nas Lojas EPAL.

Jarro Vida:

A EPAL lançou um novo jarro em 2024, uma nova peça feita em grés, apresentando-se num vidrado branco, simbolizando como que o vazio, o nada, pigmentado, depois, com uma coloração azul que evoca a Água, a génese da Vida, o tudo.

O jarro Vida é produzido pela FAPOR – Faianças de Portugal, é o resultado da aliança entre a tecnologia e a experiência artesanal, uma ode à cerâmica vítrea milenar originária do oriente que se espalhou pelo mundo e é, hoje, acessível a todos.

A água traz a beleza do azul que dá o nome ao nosso Planeta. É a abundância na sua mais pura essência e uma mensagem de esperança. Vida é o novo jarro da EPAL que evoca a criação. Todas as civilizações se fundaram perto de cursos de água e a Humanidade tudo lhe deve. Em honra de cada gota, usemos bem a água.

A água que se vê, a que sai das torneiras, para a nossa mesa e rotinas do quotidiano. E a água que não se vê, virtual, que é incorporada na produção dos alimentos e dos bens de consumo do nosso dia-a-dia: o vestuário, o calçado, o telemóvel, as ferramentas de trabalho, o sofá onde descansamos à noite, o lar que nos acolhe e tudo mais que nos rodeia. Usemos bem o que temos, não desperdiçando e fazendo um uso circular.

O Jarro Vida tem a sua comercialização nos Núcleos do Museu da Água e nas Lojas EPAL.

Chávenas de café “Bicas com História”



Uma coleção de 4 chávenas de café que representam os 4 núcleos do Museu da Água e coloca as duas bebidas mais consumidas no mundo, água e café, em destaque e o convida a conhecer a história e o património da Água.

A coleção de chávenas de café, resulta de uma parceria entre a EPAL e a Vista Alegre, duas marcas intimamente associadas à História e à vida cultural portuguesas.

As duas empresas nascidas no século XIX e habituadas a serem parte integrante da mesa dos portugueses, a EPAL com a melhor água e a Vista Alegre com as mais bonitas porcelanas, juntaram-se para lhe servirem café num conjunto de 4 diferentes chávenas, onde se encontram representados os 4 núcleos do Museu da Água da EPAL: Aqueduto das Águas Livres, Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos, Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras e Reservatório da Patriarcal.

Esta peça foi lançada em 2020, e está disponível para venda nos Núcleos do Museu da Água e Lojas EPAL.

Bule AQUA NOVA

Pelo cunho pessoal de uma princesa portuguesa do século XVII – Dona Catarina de Bragança – o consumo de chá ganhou tradição, vindo a tornar-se a bebida da moda, primeiro em Inglaterra, e depois na Europa do século XVII, marcando os hábitos e costumes de gerações ao longo de séculos.

De regresso a Portugal, após a morte do marido, a rainha-consorte de Inglaterra seria a tutora de D. João V, seu sobrinho-neto, mentor da construção do Aqueduto das Águas Livres. Sendo uma bebida muitíssimo apreciada na Lisboa antiga, certamente confeccionada com a água que chegava à cidade através do Aqueduto, foi prestada uma homenagem com o novo Bule AQUA NOVA da COSTA NOVA.

O novo bule, recebe o medalhão icónico ilustrativo do Aqueduto das Águas Livres, pretendendo ser também uma ode simbólica ao mar e a uma das obras de arquitetura mais emblemáticas e que mais contribuiu para o desenvolvimento da capital.

O Bule AQUA NOVA é uma peça pioneira feita em grés reciclado, a partir da matéria-prima que constitui uma marca própria – o EcoGres®, tornando-a ainda mais eficiente e ecológica, incorporando totalmente a circularidade do reaproveitamento.

Lançado em 2022, é possível encontrá-lo nas Lojas EPAL e nos Núcleos do Museu da Água.

Jarro AURORA

Jarro Aurora



Tal como o vislumbrar do dia, em 2025 nasce o novo jarro da EPAL: o Aurora!

O jarro Aurora surge como o amanhecer, sereno, envolto no esplendor do sol, iluminando o horizonte que se revela e se funde com a paleta de cores suaves que marcam o novo começo.

É assim que nasce a inspiração para esta peça - no alvorecer - evocando a energia que cada despertar merece, alimentado pelo fulgor matinal, pela solidez da terra e pela fluidez da água.

Esta peça de cerâmica, em grés fino, foi produzida pela Cerâmica Artística do Vale do Neiva (CAVN), uma referência no fabrico de loiça de mesa com 40 anos de existência, e é composta por um jarro, um copo e um prato. Tal como os reflexos, brilhos e tonalidades se misturam e se harmonizam, este conceito manteve-se também aqui: o copo, encaixa no gargalo do jarro, formando em conjunto, uma peça única!

Ideal para a mesinha de cabeceira, o jarro Aurora é prático, fácil e agradável de manusear, proporcionando uma experiência funcional e cómoda no seu ritual diário de hidratação.

Lançado em 2025, é possível encontrá-lo nas Lojas EPAL e nos Núcleos do Museu da Água.

Academia das Águas Livres



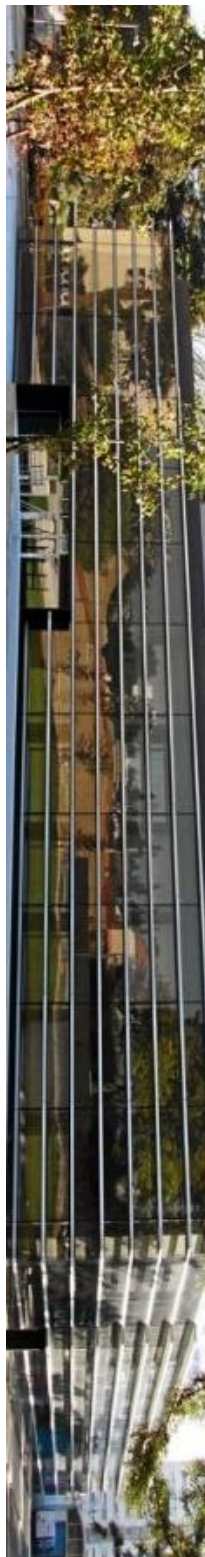
A Academia das Águas Livres foi criada pela EPAL 2013, na sequência de uma lacuna em Portugal ao nível da oferta formativa para quadros técnicos e operacionais do Setor da Água e Ambiente. Desta forma, e no âmbito da certificação da EPAL como entidade formadora pela Direção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT), procura responder às necessidades deste Setor, exigindo cada vez mais qualificações teóricas associadas a competências adquiridas no meio empresarial.

A Academia das Águas Livres tem como missão, desenvolver e valorizar as competências de gestão, técnicas e comportamentais específicas dos quadros e técnicos que trabalhem ou venham a trabalhar em entidades do Setor da Água e Ambiente e pretende constituir-se como uma referência nacional, no que diz respeito ao desenvolvimento e partilha do conhecimento necessário a todos os que se preparam para intervir ou já intervêm na diversidade de Organizações e Instituições que integram este Setor. A oferta formativa disponibilizada inclui três cursos acreditados pela Ordem dos Engenheiros, no âmbito do Sistema de Acreditação da Formação Contínua para Engenheiro, e também um curso reconhecido pela RELACRE.

No ano de 2025, a Academia das Águas Livres promoveu um total de 88 ações de formação e 16 *workshops*. Os formandos que frequentaram os cursos da Academia, nos diversos formatos, provieram de 55 entidades.

O nível de satisfação foi elevado, tendo mantido a média de avaliação das ações de formação verificada em 2024 (3,7 numa escala de 1 a 4), refletindo a qualidade e eficácia dos programas que a AAL tem oferecido ao longo dos anos.

Participaram nas ações de formação, em 2025, um total de 1.523 formandos, sendo que cerca de 61% são de entidades externas à EPAL. No universo da Empresa deu-se continuidade à aposta em ações descentralizadas, nomeadamente nos polos das Beiras e Alentejo, mas também em instalações de entidades externas, num total de 56 ações realizadas fora das instalações da Academia das Águas Livres.

Laboratórios de ensaio e amostragem:

Os Laboratórios de ensaio da EPAL, localizados em Lisboa (Laboratório de Lisboa) e na ETA de Vale da Pedra, têm a sua origem remota no Laboratório da centenária Companhia das Águas de Lisboa (CAL), fundado nos anos 30 do século XX, com o objetivo de determinar, com os meios à data disponíveis, “a qualidade da água captada, desinfetada e distribuída”.

A Direção de Laboratórios da EPAL está acreditada desde 1999, segundo a norma NP EN ISO/IEC 17025 e possui o Certificado de Acreditação nº L0242, ao qual estão associados dois Anexos Técnicos, o L0242-1 relativo à área de amostragem, ao Laboratório de Lisboa e o L0242-2 relativo ao Laboratório de Vale da Pedra.

Os laboratórios de ensaio da EPAL são detentores de grande credibilidade no setor laboratorial nacional e europeu, facto que é comprovado pelas instituições que recorrem aos seus serviços analíticos, com especial relevância, a nível nacional, para a Administração Central, Direção Geral de Saúde (DGS), Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), autarquias, através das Câmaras Municipais ou dos seus Serviços Municipalizados e as empresas do Grupo AdP, entre outras.

No ano 2025, no âmbito das prestações de serviços a clientes externos à EPAL, foram colhidas/rececionadas 2.544 amostras de água para análise, correspondentes a 12.184 determinações de parâmetros

O Laboratório concorreu em 2025 a 74 propostas/candidaturas a concursos públicos e convites para prestação de serviços de colheita de amostras e/ou realização de análises em diversas matrizes de águas, produtos do tratamento e ensaios a materiais em contacto com água para consumo humano, tendo sido adjudicadas 25.

myAQUA:

O myAQUA® é uma aplicação gratuita da EPAL que permite aos seus Clientes fazer a gestão do seu contrato, comunicar leituras com validação online, consultar contas de água, aceder às referências de pagamento, e pagar por MBWay e outras operações através de um smartphone.

Em 2025, a EPAL deu continuidade a diversas campanhas de promoção, centradas na divulgação nos meios digitais: Site EPAL, e-newsletter, SMS, assinatura de e-mail e Redes Sociais. De salientar, que também foi promovida nas ações de sensibilização para os públicos das entidades aderentes ao desafio do Consumo Sustentável da EPAL.

Criada em 2014, esta app é uma aposta tecnológica de aproximação ao mercado, e conta já com mais de 250 mil descargas desde a sua criação, tendo tido um incremento de 68 mil novos utilizadores em 2025, dos quais 60% através de smartphones com sistema Android e 40% com sistema iOS.

No ano de 2025, este produto estabilizou a nível comercial, encontrando-se a funcionar em 29 entidades gestoras, incluindo a EPAL, estando disponível para cerca de 2,1 milhões de clientes finais.

WattWater:

WattWater é a nova tecnologia 100% portuguesa, desenvolvida integralmente na EPAL, com o objetivo de promover a otimização da gestão energética em Entidades Gestoras de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, tendo sido lançada no mercado em 2015.

O WattWater é um SaaS que permite, de uma forma eficiente e inovadora, assegurar o complexo processo de integração dos dados relevantes para a monitorização das variáveis associadas à gestão de energia, constituindo-se como um sistema flexível, objetivo e intuitivo. Esta nova aplicação de gestão tem como principais vantagens: automatizar a recolha e tratamento dos dados; efetuar a correlação entre o consumo de energia, os seus custos e os volumes movimentados. Permite ainda a configuração de alertas, por parte do utilizador, para qualquer uma das variáveis.

Manutenção de Contadores de Água e Medidores de Caudal:

A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA assegura a gestão e manutenção do respetivo parque de contadores de água e de medidores de caudal, constituído atualmente por mais de 370 mil unidades, dando sequência à prática adotada, desde a sua fundação em 1868, pela Companhia das Águas de Lisboa.

Herdeira deste conhecimento, a Área de Laboratório de Contadores congrega competências nos domínios da medição, gestão do parque, planeamento da manutenção, reparação, controlo metrológico e calibração de contadores mecânicos de água fria e de medidores de caudal eletromagnéticos.

Em 2025 mantiveram-se as qualificações do Laboratório de Contadores de Água, nomeadamente a acreditação para o ensaio e calibração de contadores e medidores de caudal eletromagnéticos.

O laboratório de contadores mantém-se como sendo o único Organismo de Verificação Metrológica (OVM) em todo o território nacional dedicado ao exercício do controlo metrológico legal deste tipo de instrumentos, por delegação do Instituto Português da Qualidade.

Sistema de Inspeções



A EPAL desenvolveu um Sistema de Gestão das suas infraestruturas assente no desenvolvimento de uma metodologia de avaliação e monitorização da condição física dos ativos de construção civil ao longo do ciclo de vida (reservatórios, condutas, estações elevatórias), através da realização de Inspeções Sistemáticas e periódicas.

A atividade de Inspeções encontra-se certificada, segundo o referencial normativo ISO9001:2008.

Os objetivos que se pretende atingir com esta atividade são:

- Assegurar a fiabilidade e segurança na Exploração dos Ativos;
- Garantir Níveis de Serviço adequados aos Clientes;
- Maximizar o ciclo de Vida dos Ativos; e
- Minimizar o custo de manutenção/investimento ao longo do ciclo de vida dos Ativos.

CAL - Chave Águas Livres:



A EPAL projetou uma chave multifunções, manual, que conjuga várias ferramentas de forma ergonómica e não aleatória em função da configuração dos órgãos e acessórios e da sua disposição no terreno. Por conseguinte, reduz a mão-de-obra, primando a mobilidade devido ao seu porte, em relação ao conjunto das ferramentas existentes e capacidade de maneabilidade nos mais variados trabalhos aquando da necessidade premente de executar várias manobras sequenciais.

Dada a universalidade da chave multifunções e a standardização dos órgãos e acessórios, esta poderá ser utilizada por um elevado número de entidades gestoras de distribuição de água e de drenagem de águas residuais, assim como de equipas de combate a incêndios.

INVESTIMENTOS, GESTÃO DE ATIVOS E MANUTENÇÃO

Investimentos

Em 2025, o investimento global efetuado ascendeu a 28,4 milhões de euros, e a maioria do valor executado correspondeu essencialmente, à semelhança de anos anteriores, à construção e reabilitação de infraestruturas.

O quadro seguinte sintetiza os investimentos do último triénio:

Valores em EUR	2023	2024	2025
Garantia da Capacidade	652 176	620 892	342 650
Ampliação da rede de Distribuição	652 176	620 892	342 650
Outros	-	-	-
Garantia da Fiabilidade e Segurança	20 767 601	17 184 032	16 664 936
Renovação da Rede de Distribuição	4 839 520	4 300 672	4 682 222
Contadores	103 627	132 442	93 318
Reabilitação de Estações Elevatórias e Reservatórios	827 667	196 182	50 254
Rede de Adução	5 687 511	9 058 763	3 662 305
Equipamentos elétricos, mecânicos e instrumentação	622 057	306 866	608 663
Castelo de Bode - Duplicação	8 438 253	3 026 561	7 485 335
Outros	248 967	162 545	82 839
Garantia da Qualidade	1.294.854	1 738 851	3 191 401
Laboratórios	622 109	326 968	737 427
Estações de tratamento de água (ETA)	628 150	1 310 038	2 423 295
Outros	44 596	101 846	30 679
Sustentabilidade e Inovação	5.820.340	12 647 991	4 297 472
Eficiência energética	5 610 005	12 607 002	3.941.142
Outros	210 335	40 989	30.679
Tecnologias de Informação e Comunicação	885.940	1.075.497	1 193 824
Hardware e Software	228 470	719 659	84 477
Infraestruturas e Telegestão	443 512	155 708	377 738
Sistemas de Gestão	9 842	0	385 550
Aquamatrix	204 116	200 131	346 058
Outros Investimentos	1 915 175	2 045 787	2 716 322
Adaptação de Instalações	1 005 954	1 406 950	2 289 875
Outros	909 221	638 959	426 447
TOTAL	31 336 085	35 313 173	28 406 604

O ano de 2025, ainda que de forma menos acentuada, caracterizou-se pela continuidade da existência de alguma instabilidade ao nível do aumento dos preços das matérias-primas, dos materiais, equipamentos e mão-de-obra, com especial relevo para o setor da construção, situação verificada nas cadeias de abastecimento resultantes da crise global na energia e da guerra na Ucrânia. Estas perturbações levaram a que alguns concursos para contratação de empreitada

lançados em anos anteriores e com realização financeira prevista para 2025, com um total de preço base de 9,8 milhões de euros tivessem ficado desertos, traduzindo-se em atrasos na realização do investimento.

Concomitantemente, o mercado tem sido afetado de forma significativa por dificuldades de contratação de recursos, especializados e não especializados, situação que afeta de forma transversal os empreiteiros, as empresas de projeto e fiscalização, e o próprio Dono de Obra, coalescendo todas estas situações em dificuldades de materialização dos investimentos.

O processo de materialização dos investimentos tem também vindo a ser afetado pela demora que se regista nos processos de expropriação e servidão necessários para obtenção de terrenos, concretamente na emissão das Declarações de Utilidade Pública, situação que chega a implicar o protelamento do lançamento de algumas empreitadas em mais de um ano, após a conclusão do respetivo projeto.

Também a situação atmosférica marcada por períodos de chuva mais longos e invernos mais rigorosos do que os anteriores, tiveram impacto no desenvolvimento das empreitadas que decorreram no início e no final de 2025.

As situações referidas implicaram o ajustamento dos cronogramas de algumas empreitadas que se encontravam em curso, alguns atrasos no lançamento de procedimentos de contratação de novas empreitadas, incrementos no valor do preço base dos concursos, o pagamento de revisões de preços com valores significativos, bem como a análise de pedidos de reequilíbrio financeiro.

Apesar das condicionantes elencadas, no ano de 2025 a EPAL desenvolveu um conjunto importante de projetos e lançou um número significativo de concursos destinados a assegurar a execução dos investimentos previstos, bem como a continuidade do serviço, aumentando a fiabilidade e resiliência em infraestruturas existentes, destacando-se:

- Concursos lançados durante o ano de 2025 – 15 concursos com um preço base total de 94,5 milhões de euros (18 concursos com um preço base total de 31 milhões de euros em 2024);
- Principais adjudicações efetuadas em 2025 – 13 adjudicações num total de 32,7 milhões de euros adjudicados (16 adjudicações num total de 28 milhões de euros adjudicados em 2024).

Salienta-se também a continuidade do processo BIM que está a revolucionar o setor da construção e das infraestruturas, ao integrar dados e processo, promovendo uma maior eficiência, precisão e colaboração ao longo do ciclo de vida das infraestruturas, desde a fase de conceção até à fase de operação e manutenção. Este processo encontra-se em curso desde 2018, destacando-se, em 2025, a realização de uma 1.^a sessão de apresentação/divulgação (patrocinada pela Academia das Águas Livres, Faculdade do Minho e ISCTE) a todas as empresas do Grupo AdP. Em 2026, perspetiva-se a

realização de uma 2.^a sessão, estando agendada uma formação aberta novamente às empresas do Grupo AdP e ao público em geral.

Para o ano de 2026, prevê-se ainda continuidade dos projetos que se encontram em curso, das empreitadas entretanto adjudicadas e de todo o trabalho que antecede o lançamento dos concursos, nomeadamente, todas as atividades complementares (topografia, geotecnia, etc.) necessárias à materialização dos mesmos.

Grandes Adutores

No que respeita aos grandes adutores da EPAL, a atividade continuou a incidir, no essencial, em três linhas de ação: duplicação dos troços não duplicados do Adutor de Castelo de Bode, o principal sistema adutor da EPAL, criação de alternativas ao sistema Alviela e reabilitação de adutores em serviço.

Relativamente à reabilitação dos grandes adutores, continuaram em desenvolvimento no ano de 2025 os seguintes projetos de execução:

- “Adutor Vila Franca de Xira – Telheiras: troço compreendido entre a estação elevatória de Vila Franca de Xira e o Bairro da Mata”, visando a reabilitação de um troço de tubagem DN1500, numa extensão de cerca de 4,3 km;
- “Subsistema de Valadas – projetos de reabilitação da conduta de água bruta DN1000 de Valada – Vale da Pedra e das condutas de água tratada DN1000 e DN1250 de Vale da Pedra – Várzea das Chaminés”, numa extensão total de 23,5 km.

No que respeita à duplicação dos troços do Adutor de Castelo de Bode, no ano 2025 foram lançados os seguintes concursos para contratação da empreitada:

- Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 5 – Jusante OE Azambuja/Várzea das Chaminés;
- Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 3 - Troço Asseca/Chavões + Túneis;
- Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 4 – Aveiras/Azambuja.

Em 2025 iniciaram-se as atividades relacionadas com a empreitada do “Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 1 – Torre Brogueira/Sobral”, adjudicada no final de 2024, pelo valor de 9,5 milhões de euros, a qual contempla, principalmente, a realização de todos os trabalhos destinados a concretizar a duplicação do Adutor do Castelo do Bode, com a instalação de uma nova conduta DN1800mm, numa extensão de 4.300 metros, paralelamente à linha da conduta existente. O contrato

mereceu o necessário Visto Prévio do Tribunal de Contas, perspetivando-se que a respetiva conclusão ocorra em 2026.

A empreitada “Reabilitação e Ampliação do Sistema da Pimenta”, adjudicada por 7 milhões de euros, foi consignada em maio de 2025, após a regularização das questões relacionadas com terrenos e obtenção do Visto Prévio do Tribunal de Contas.

No ano 2025 destaca-se a conclusão das seguintes empreitadas:

- “Duplicação do troço do Adutor do Castelo do Bode, na zona compreendida entre Torre do Bispo e Alcanhões (Troço 2)”, numa extensão de cerca de 4,3 km, adjudicada por 9,3 milhões de euros;
- “Reabilitação da Obra Especial do Adutor do Castelo de Bode, na Vala Real”, destinada a instalação, em vala, de uma nova conduta em aço DN1800, numa extensão de aproximadamente 630 metros, adjudicada por 3,7 milhões de euros.

Equipamentos e Energia

No âmbito do Projeto EPAL 0%, no ano 2025, prosseguiu-se com o desenvolvimento das empreitadas referentes aos seguintes procedimentos:

- “Empreitada de Conceção-Construção da instalação de produção (hídrica 1640 kw) (“UP hídrica”) que integra a UPAC “Estação elevatória de Vila Franca de Xira”, adjudicada por 4,7 milhões de euros;
- “Empreitada de conceção/construção da unidade de produção de energia elétrica de fonte fotovoltaica e sistema de regulação de cargas para autoconsumo da EE Amadora (1000 kW AC) e da unidade de produção de energia elétrica de fonte fotovoltaica para autoconsumo da EE Olivais (500 kW AC), incluindo serviços de Operação e Manutenção”, adjudicada por 3,8 milhões de euros;
- “Empreitada de Conceção-Construção da Central Fotovoltaica de Telheiras (500 kW AC) e da Central Fotovoltaica do Parque das Nações (650 kW)”, adjudicada por 1,8 milhões de euros;
- “Empreitada de Conceção Construção de Minicentral Hidroelétrica - Asseiceira 0%”, adjudicada por 4,9 milhões de euros;

- “ETA da Asseiceira 0% - Empreitada de Execução de Beneficiações na ETA da Asseiceira para redução do consumo de energia e produção de energia”, adjudicada por 2,6 milhões de euros;
- “Empreitada de Conceção Construção para Instalação de Infraestruturas de Telemetria e Criação do Centro de Controlo de Energia e de Emissões (CCEE), com serviços associados”, adjudicada por 3,3 milhões de euros (EPAL e AdVT);
- “ETA da Asseiceira – Empreitada de Conceção-Construção da Duplicação do Canal de Água Bruta e Mini Hidroelétrica, incluindo serviços de manutenção”, adjudicada por 3,9 milhões de euros;
- “Empreitada de Conceção-Construção da Central Fotovoltaica da Captação de Valada-Tejo (850 kW AC) e da Central Fotovoltaica da ETA de Vale da Pedra (650 kW AC), incluindo serviços de operação e manutenção”, adjudicada por 1,9 milhões de euros.

O procedimento para contratação da “Empreitada de Conceção-Construção da unidade de produção de energia elétrica de fonte fotovoltaica (fotovoltaico mínimo 600 kW AC) dos reservatórios de Vila Franca de Xira para autoconsumo que integra a UPAC “Estação Elevatória de Vila Franca de Xira” (“UPAC”), encontrava-se em concurso no final de 2025, com um preço base de 1,4 milhões de euros.

Igualmente em 2025, foi aprovado o relançamento da “Empreitada de Conceção-Construção para Fornecimento e Instalação de 3 grupos eletrobomba na Estação Elevatória de Vila Franca de Xira”, com um preço base de 4,9 milhões de euros, e o lançamento da empreitada da “EE de Guerreiros - Remodelação do PT e Sala de Comando”, com um preço base de 2,5 milhões de euros.

No final do ano de 2025, encontrava-se em preparação o lançamento/relançamento dos concursos para as seguintes empreitadas, num total de 44,1 milhões de euros:

- “Empreitada de Conceção/Construção da Subestação, Transformadores, Linha Subterrânea e Sistemas de Monitorização, Controlo, Gestão e Proteção da Unidade de Produção para Autoconsumo da Estação Elevatória de Vila Franca de Xira, incluindo Serviços de Operação e Manutenção” (GIS), com um preço base de 12,8 milhões de euros;
- “Empreitada de Conceção-Construção da Microrrede associada à Unidade de produção para autoconsumo da ETA da Asseiceira e Estação Elevatória de Castelo do Bode, incluindo serviços de operação e manutenção”, com um preço base de 11,5 milhões de euros;

- “Empreitada de Conceção/Construção da Microrrede associada à Unidade de produção para autoconsumo da Estação Elevatória de Vila Franca de Xira, incluindo serviços de operação e manutenção”, com um preço base de 5,6 milhões de euros;
- “Empreitada de Conceção-Construção da Unidade CLORH₂O da ETA de Asseiceira – Produção de Água Clorada, Hipoclorito e Hidróxido de Sódio da ETA de Asseiceira, incluindo Serviços de Operação e Manutenção”, com um preço base de 6,2 milhões de euros; e
- “Empreitada de Conceção-Construção para Fornecimento e Instalação de 3 grupos eletrobomba na Estação Elevatória de Vila Franca de Xira incluindo serviços de manutenção”, com um preço estimado de cerca de 8,0 milhões de euros.

Em 2025, prosseguiu-se ainda com o desenvolvimento do projeto para a “Remodelação dos quadros elétricos de média tensão e do quadro de comando da Estação Elevatória de Telheiras”, e deu-se também continuidade ao projeto para “Remodelação da Estação Elevatória I dos Olivais (2ª fase)”.

Reabilitação e Conservação de infraestruturas

Relativamente à reabilitação de estruturas de tratamento, transporte e reserva de água, a atividade anual abrangeu a elaboração de projetos de execução, adjudicação e acompanhamento de empreitadas de reabilitação de diversas infraestruturas.

No que respeita ao património edificado da EPAL, operacional e não operacional, foram realizados um conjunto de estudos e projetos que visam, não só, o prolongamento da sua vida útil, como também a sua reformulação, procurando responder às novas necessidades da Empresa.

Foram também desenvolvidos planos de interligação lógica entre os diversos processos e as suas subsequentes intervenções, por forma a suportar as decisões futuras.

No ano de 2025, tal como já registado em 2024, verificou-se em relação aos anos anteriores, uma ligeira quebra do número de processos associados à reabilitação das infraestruturas de edificado operacional e não operacional, na qual se inclui as infraestruturas de património histórico classificado, sobretudo fruto da redução da equipa afeta a estes processos, representando ainda assim um total de mais de 25 processos relevantes, tendo alguns deles sido materializados em contratos de empreitada, como é o caso:

- A “Empreitada Recinto de Campo de Ourique – Novas instalações para a Academia das Águas Livres - 2.ª Fase”, adjudicada pelo valor de 1,9 milhões de euros;

- A “Empreitada Recinto do Arco - Adaptação funcional do edificado”, adjudicada por 1,8 milhões de euros;
- A “Empreitada de Requalificação do Recinto de Vila Franca de Xira – 2ª fase”, adjudicada por 2,8 milhões de euros.

Encontra-se ainda em concurso o procedimento de “Empreitada Reabilitação do edifício da EPAL - Rua das Portas de Santo Antão 169-185 - Consolidação Estrutural”, com um preço base 2,8 milhões de euros.

Em 2025, assegurou-se ainda a continuidade das seguintes empreitadas que se encontravam em curso:

- “Empreitada para implementação de melhorias operacionais e funcionais na ETA de Vale da Pedra”, adjudicada por 2,8 milhões de euros;
- “Empreitada de implementação de medidas compensatórias no âmbito do SCIE e substituição/relocalização dos PT’s – Edifício Sede”, adjudicada por 1,4 milhões de euros;
- “Empreitada do Recinto de Campo de Ourique - Reformulação e abertura ao público”, adjudicada por 1,0 milhões de euros.

Ao nível da reconversão e valorização do edificado não operacional, destaca-se o desenvolvimento de alguns procedimentos, como é o caso:

- Edifício Sede - Reabilitação de cozinha e espaços conexos, balneários prestadores de serviço e outras salas, que se encontra a aguardar deliberação por parte das entidades licenciadoras;
- Recinto do Parque das Nações - Campus da Água - Estudo de Ocupação, tendo sido aprovada a 1.ª Fase, referente ao Estudo Preliminar de Ocupação, encontrando-se em desenvolvimento o Estudo de Tráfego associado, que possibilitará o desenvolvimento da fase subsequente;
- Recinto do Parque das Nações - Ampliação das instalações da medicina no trabalho – Projeto desenvolvido até à fase de Estudo Prévio;
- Recinto de Vila Franca de Xira - 3.ª fase - Projeto desenvolvido até à fase de Estudo Prévio;
- Reforço estrutural do edificado da Sede (Edifícios Rosa e Amarelo), decorrente do acordo de cooperação com o LNEC, que visou a elaboração dos termos de referência para contratação de projeto de execução;

- Novo Edifício na Rua Gomes Ferreira/Amoreiras, procedeu-se à análise da proposta de alteração ao Plano de Pormenor das Amoreiras, no seguimento da convocatória da CCDR-LVT;
- Troços Condução EPAL Azambuja, que preconizaram o estudo para a realização de trabalhos de manutenção, pintura artística e arranjos paisagísticos;
- Recinto S. Jerónimo - Requalificação exterior, realizados estudos complementares e desenvolvido o projeto de execução, que se encontra em fase de conclusão.

No que respeita à área do património histórico classificado, deu-se continuidade aos processos associados à conservação do Aqueduto das Águas Livres:

- Empreitada de conservação e restauro dos chafarizes da cidade de Lisboa – 3.ª Fase, abrangendo 10 chafarizes, adjudicada por 0,4 milhões de euros;
- Empreitada do Recinto da Mãe de Água - Implementação de medidas de segurança exterior, prevê-se o lançamento do procedimento de contratação de empreitada, com um preço base de 0,2 milhões de euros;
- Projeto de Consolidação Estrutural e Conservação e Restauro dos Lanternins do Aqueduto das Águas Livres, projeto de execução aprovado, aguarda licenciamento por parte da CML, para início do procedimento de contratação de empreitada, que terá um preço base de 1,2 milhões de euros;
- Reabilitações pontuais na Galeria de São Carlos (Pia da Trindade) – decorrente da apresentação do Estudo Prévio na CML, que considerada a estabilização da abóboda com recurso a uma estrutura de suporte, foi proposto superiormente o desenvolvimento de uma solução para requalificação da referida abóboda.

Reabilitação e renovação da Rede de Lisboa

Ao nível da reabilitação/renovação da rede de Lisboa, a rede substituída pela EPAL foi de 14,4 Km no ano de 2025, valor em linha com o valor de 2024, mantendo-se nos valores mais altos de reabilitação da última década, o que, ao nível da reabilitação/renovação da rede de Lisboa, traduz-se numa significativa taxa de execução, tendo presente os desafios colocados pela conjuntura mundial e pelas exigências no licenciamento das intervenções na cidade de Lisboa.

Foi adjudicada uma empreitada plurianual de renovação de rede com DN inferior a 400 mm, no valor total de 1,7 milhões de euros, para a substituição de cerca 7 km de tubagem, incluindo ramais

e órgãos de manobra. Em 2025 foram iniciados os trabalhos de lançamento de mais duas empreitadas plurianuais de renovação de rede com DN inferior a 400 mm, no valor total de 7,5 milhões de euros, para a substituição de cerca 25,3 km de tubagem, incluindo ramais e órgãos de manobra, prevendo-se a adjudicação no primeiro semestre de 2026.

No âmbito da reabilitação dos adutores de grande diâmetro instalados na cidade de Lisboa, destaca-se o desenvolvimento da empreitada de “Reabilitação de troços das condutas adutoras Telheiras – Alfragide e Telheiras – Alto de Carenque”, do qual se renovou 1086 m de adutores DN1000. Ainda na reabilitação dos adutores de grande diâmetro instalados na cidade de Lisboa, em 2025, foi adjudicada a empreitada de “Reabilitação de troço da conduta adutora Olivais – Telheiras (Troço do Caleidoscópio)”, onde se prevê renovar 600m de adutor em DN1000 e executar nova caixa de órgãos de manobra, junto ao jardim do Campo Grande, e foram iniciados os trabalhos de lançamento da prestação de serviços para a elaboração de Projeto de Reabilitação da conduta adutora Telheiras – Calçada de Carriche (2ª Fase), nomeadamente na zona de entrega da conduta já anteriormente renovada, ao reservatório.

No âmbito dos projetos de renovação de rede com DN inferior a 400, em 2025, concluiu-se a prestação de serviço “Aquisição de Serviços para Elaboração de Projetos para a Reabilitação da Rede de Distribuição de Lisboa 2022/2023”, para a produção de projetos em diferentes áreas da cidade de Lisboa, identificadas no âmbito da matriz de Investimento da Rede de Distribuição, totalizando a reabilitação de cerca 46 Km, dividido por 14 polígonos.

Paralelamente, foram concluídos os vários projetos de reabilitação de condutas de diâmetro relevante na área de Lisboa, incluindo a “Reabilitação da Conduta Camarate - Santo António dos Cavaleiros (Troços Ribeira da Póvoa)” e “Reabilitação do Adutor Olivais – Campo de Ourique”, e iniciada a prestação de serviços de desenvolvimento de projeto de execução tendo em vista a Reabilitação da Conduta Praça Afonso Albuquerque – Algés e Conduta Belém – Algés, perfazendo a totalidade de 4.500 metros de renovação de rede, distribuídos em adução e distribuição.

Em 2025 participou-se em todos os projetos e obras que implicam o desvio de infraestruturas da EPAL, promovido por entidades externas, de forma a viabilizar a construção da obra de terceiros. As tarefas desenvolvidas no âmbito dos serviços afetados passam pelo envolvimento na elaboração do Projeto, com a emissão de pareceres e consultas à EPAL, e fiscalização da obra de desvio das condutas. Os atuais projetos e obras com maior impacto na nossa rede de adução e distribuição são as seguintes:

- Prolongamento da linha Vermelha do Metropolitano entre São Sebastião e Alcântara;
- Plano Geral de Drenagem de Lisboa – Túnel de Monsanto, Santa Apolónia e Túnel do Beato;
- Construção do Novo Hospital Oriental de Lisboa – Hospital de Todos os Santos;
- Quadruplicação da Linha de Cintura e Modernização da Linha Ferroviária do Norte;
- TTT – Terceira Travessia do Tejo e respetivos acessos;
- Linha de Alta Velocidade – Lisboa/Madrid;
- Terminal Técnico do Oriente (Ferroviário);
- Empreitada de Conceção e Construção da Linha Violeta do Metropolitano de Lisboa;
- Unidade de Execução de Entrecampos (Operação urbanística na Antiga Feira Popular).

A atividade de Ampliação da Rede de Distribuição da cidade de Lisboa, está fortemente dependente da dinâmica urbanística da própria cidade. Assim, em 2025 foi assegurado o acompanhamento da execução de 512 novos ramais, valor inferior, em cerca de 17%, ao valor de 2024 (600 ramais).

No indicador relativo a Ampliação de Novas Conduitas da Rede de Distribuição, na sequência de ligação de novas urbanizações, regista-se um valor de 1,5 km instalados, verificando-se um aumento de nova rede instalada (cerca de 18%) em relação ao ano anterior. A ampliação de rede está dependente da dinâmica imposta pelos promotores imobiliários, constituindo um fator de grande imprevisibilidade no planeamento desta atividade, obrigando a uma grande flexibilidade na compatibilização das diferentes intervenções.

Gestão de Ativos

A Gestão de Ativos na EPAL tem como função assegurar uma gestão integrada dos ativos da Empresa, procurando garantir o equilíbrio entre a eficácia e eficiência operacional dos mesmos e promovendo a articulação de todas as áreas que desenvolvem atividades em cada uma das fases do respetivo ciclo de vida.

O Ano de 2025 foi desafiante em várias medidas, desde o planeamento para a execução de futuros projetos transversais, como o início e ou a continuidade de projetos essenciais para a EPAL. Alguns dos projetos que foram iniciados e/ou desenvolvidos são essenciais para o presente e futuro da EPAL, os quais, embora sendo muito relevantes, não serão os únicos, destacando-se:

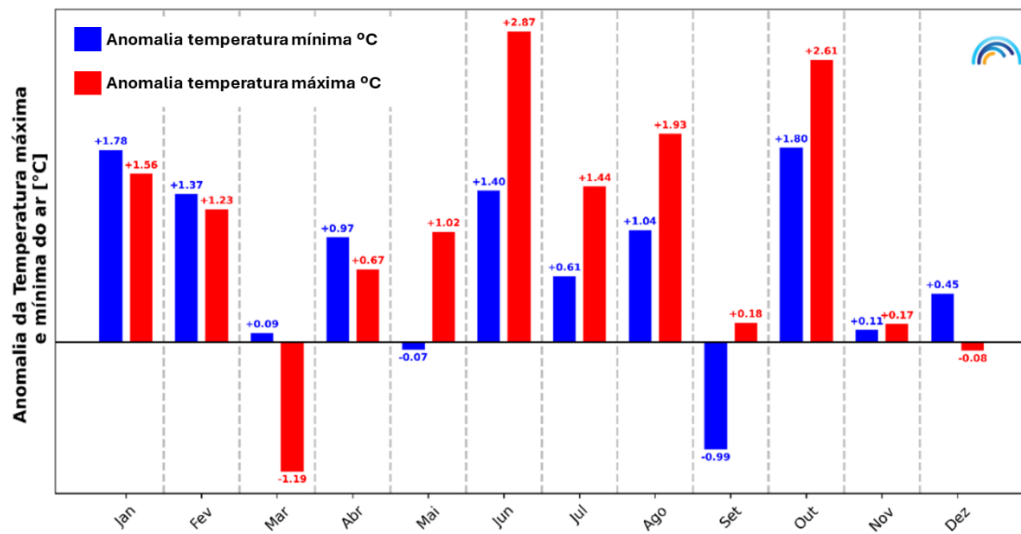
- Desenvolvimento do Plano Diretor da EPAL e Oeste, concluindo-se os três relatórios da primeira Atividade, relativa ao Diagnóstico da Situação Atual da EPAL (Alta e Baixa) e do Oeste;
- Acompanhamento do desenvolvimento dos investimentos nas execuções das UPAC e do Centro de Controlo de Energia e Emissões, bem como na regularização das licenças de exploração das UPAC;
- A Equipa de Modelação desenvolveu várias sessões com as Equipas das Direções Operacionais, para estes tomarem conhecimento do potencial das diversas ferramentas de modelação, com vista à otimização da gestão dos Sistemas AA;
- Execução do projeto de deteção de perdas por análise de imagens de satélite, tendo-se alcançado resultados importantes, principalmente na componente da Alta;
- Garantimos a continuidade da Certificação dos Sistemas de Gestão de Gestão de Ativos e de Gestão da Energia, iniciando as reuniões para o novo referencial normativo da ISO 50001 de 2024;
- Revisão do Plano (estratégico) para a Redução de Água Não Faturada na EPAL – 2026/2030, realçando-se que a % de ANF é um dos indicadores estratégicos da EPAL;
- Deu-se continuidade à realização de prestação de serviços de eficiência hídrica (WONE) para diversas entidades nacionais, e apoiou-se a AdP Internacional em apresentação a diversas Entidades Internacionais, gestoras de sistemas de AA e AR e financiadoras.
- Integração de diversas Comissões Técnicas de Acompanhamento (CTA) de Investimentos e Grupos de Trabalho de Investimentos.

No âmbito da atividade em 2025 importa igualmente destacar:

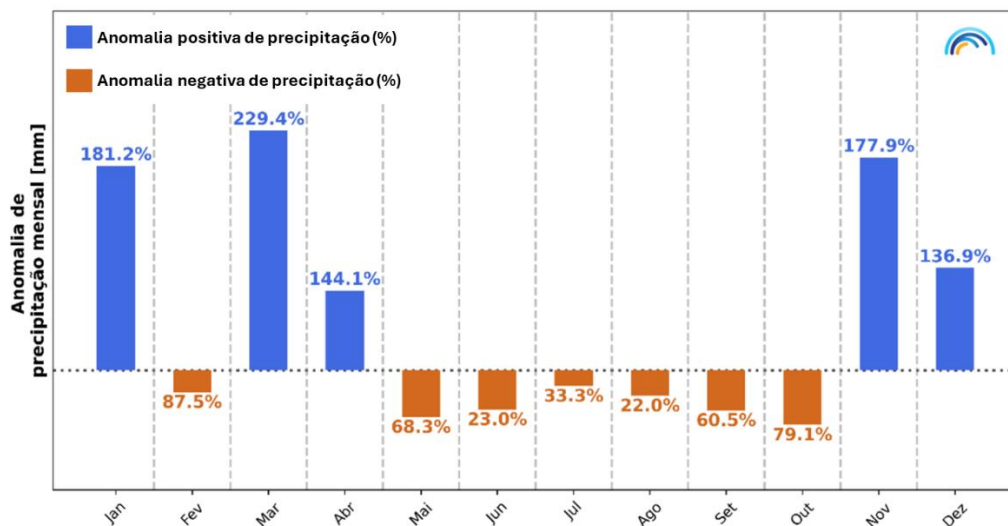
- Da chuva intensa a temperaturas elevadas

O ano de 2025 classificou-se, de uma forma geral, como muito quente e muito chuvoso face aos normais climatológicos, tendo estas anomalias sido igualmente verificadas na área de influência da EPAL.

À exceção de março e setembro, todos os meses registaram valores de temperaturas superiores aos normais, tendo esses valores superado significativamente a média em junho e outubro. Foram identificados novos máximos de temperatura em várias estações meteorológicas na zona centro interior (zona de Castelo do Bode) no período de estiagem, altura marcada por devastadores incêndios florestais.



Em termos de precipitação, a mesma concentrou-se maioritariamente nos meses de janeiro a abril e, depois, em novembro e dezembro, com reduzida precipitação entre maio e outubro. Março, janeiro e novembro foram os meses mais chuvosos de 2025, podendo ser identificadas as depressões Martinho (em março) e Cláudia (em novembro), como as mais intensas.



Registe-se, contudo, que não se verificou nenhuma anomalia na evolução dos níveis da Albufeira de Castelo do Bode, ao longo de 2025, face ao que é expectável.

Ainda no âmbito das alterações climáticas, concluiu-se e encontra-se em desenvolvimentos diversos estudos essenciais para a avaliação do estado quantitativo das origens de água da

EPAL, bem como para indicadores de possíveis medidas de mitigação a médio e longo prazo:

- Arranque da prestação de serviços para desenvolvimento do Plano Diretor da EPAL e Oeste, com vista à revisão do Plano Diretor e Plano Geral da Rede de Lisboa;
- Vulnerabilidade das captações e infraestruturas às alterações climáticas;
- Inspeções e ensaios de caudal às origens de água subterrâneas da EPAL atualmente fora de serviço, com o objetivo de reavaliar a sua aptidão funcional;
- Modelação da evolução hídrica das albufeiras para o trimestre seguinte.

A consolidação da informação de monitorização e de acompanhamento das medidas de mitigação nos Relatórios de Adaptação às Alterações Climáticas - RAAC foi mais um dos passos decisivos para manter este tema na agenda de todas as Direções, promovendo a partilha de informação na EPAL.

- Monitorização dos Investimentos

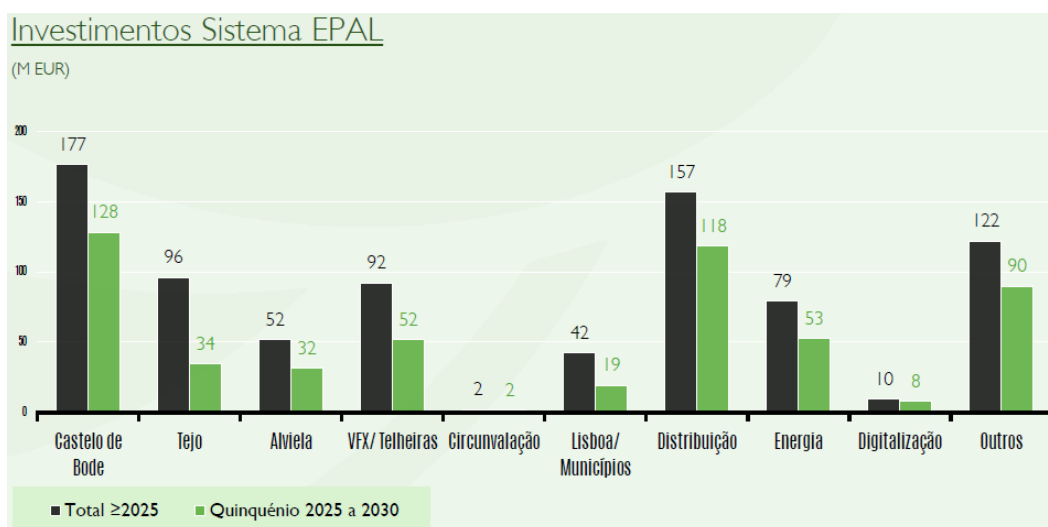
A atualização do Plano de Ação para os Desenvolvimentos dos Investimentos Estratégicos (PADIE) para 2026, reflete a necessidade continuada do acompanhamento dos mesmos. Com os sucessivos aumentos de preços e a incerteza dos últimos anos aliada aos conflitos internacionais, a estabilidade de planeamento deixa de ser um dado adquirido demonstrando cada vez mais a necessidade de monitorizar as grandes obras e o caminho a ser delineado pela empresa.



Com efeito, a metodologia que tem vindo a caracterizar a elaboração do Plano de Investimentos da EPAL mantém-se com uma segmentação em blocos de investimento (Infraestruturas, Energia, Circularidade e Áreas).

Deu-se igualmente sequência ao desenvolvimento dos Grupos de Peritos (Distribuição, Adução, Contadores e Medição, Equipamentos e Construção Civil) para a componente infraestrutural, sendo que o Grupo da Distribuição e o Grupo dos Equipamentos se mantêm ativos durante a totalidade do ano.

Todavia, para uma análise mais sistémica, o PADIE apresenta os planos de ação para os investimentos estratégicos por Negócio e por Sistema.



Os investimentos estratégicos que se detalham no PADIE refletem uma análise criteriosa de prioridades de investimentos, estão alinhados estrategicamente em função da sua criticidade sustentada em análise de risco, complementada com a visão e missão da EPAL, do Grupo AdP e da Tutela.

- Representação em Comitês Externos

A Direção de Gestão de Ativos participa ativamente em diversas atividades externas, nomeadamente em Comissões Especializadas da Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA), em Grupos de Trabalho da Holding - Águas de Portugal e em Associações Internacionais como SWAN e IWA.

- Grupo Águas de Portugal

- Comité Especializado de Gestão de Ativos;
- Comité Especializado Engenharia;
- Grupo de Investimentos Água que Une

- APDA - Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas

- Comissão Especializada de Sistemas de Distribuição de Água
- Comissão Especializada de Águas Residuais
- Comissão Especializada de Inovação
- Comissão Especializada de Adaptação às Alterações Climáticas
- Comissão Especializada de Indicadores de Gestão

- Comissão Especializada de Gestão de Ativos
- Municípios
 - Concelhos Locais relativos aos Planos Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas, na área de influência da EPAL/Oeste

No que respeita às atividades realizadas no âmbito dos planos e estudos de apoio à decisão, destacam-se as seguintes atividades:

- Coordenação da prestação de serviços para desenvolvimento do Plano Diretor da EPAL e do Oeste, com vista à revisão do Plano Diretor e Plano Geral da Rede de Lisboa, tendo-se concluído a Atividade 1 relativa ao Sistema de Produção e Transporte e da Rede de Distribuição da EPAL;
- Acompanhamento das atividades propostas no Estudo de verificação da adequabilidade dos atuais sistemas de segurança hidráulica dos reservatórios do Sistema de Abastecimento da EPAL;
- Acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Estudo de Alternativas ao Aqueduto Alviela;
- Coordenação do processo do PAI 2026/2030, precedida de atualização e validação dos critérios para as análises de risco de falha dos ativos e dos inputs resultantes. Em termos da metodologia de elaboração do PAI, as propostas de investimento foram divididas em sete blocos:
 - *Grupos/ Infraestruturas* - Analisado por Grupos de Peritos (Rede de Distribuição, Rede de Adução, Contadores, Equipamentos, e Construção Civil) de acordo com as metodologias de análises de risco referidas no ponto anterior do presente documento.
 - *Energia* - Analisado em articulação com as direções executantes, de modo a implementar o projeto de Neutralidade Energética da empresa.
 - *Circularidade* - Analisado com o coordenador destes projetos, com vista a implementar projetos que garantam a valorização dos diferentes processos na empresa.
 - *Áreas* - Neste bloco enquadram-se os investimentos:
 - em Sistemas de Informação, refletindo as necessidades definidas em articulação com a DSI.

- resultantes de medidas identificadas no PSA (Plano de Segurança da Água).
- resultantes de necessidades correntes das restantes áreas da empresa (ex: segurança e saúde, mobiliário, etc.).
- CTA das ETA - Visa a coordenação dos diferentes projetos em curso na ETA da Asseiceira e ETA de Vale da Pedra.
- Outros.
- Coordenação do processo de Avaliação de Risco dos Ativos desenvolvido pelos Grupos PAI;
- Consolidação e sistematização das matrizes de risco dos diferentes Grupos PAI permitindo uma visão transversal do Ativo nas várias vertentes do risco que o compõem;
- Elaboração do Plano de Ação para o Desenvolvimento de Investimentos Estratégicos (PADIE), através do qual se definem as linhas de orientação estratégica para os investimentos em ativos operacionais;

No que concerne às atividades no âmbito das alterações climáticas, foram desenvolvidas em 2025:

- Monitorização diária e semanal da evolução dos níveis hídricos e das autonomias da Albufeira de Castelo do Bode (e da Cascata do Zêzere);
- Desenvolvimento em colaboração com outras direções dos módulos Albufeiras e Clima, no âmbito da ferramenta informática *WP – Water Performance*, com monitorização em contínuo das origens de água e complementada com dados das estações meteorológicas na área de influência das mesmas;
- Elaboração da previsão meteorológica mensal, como forma de estimar a evolução quer do armazenamento das albufeiras quer da situação dos aquíferos;
- Elaboração dos Relatórios trimestrais de Adaptação às Alterações Climáticas da EPAL (RAAC), incluindo análise climática, hídrica e modelação de níveis de albufeiras à luz de previsões meteorológicas;
- Conclusão do processo de Identificação da vulnerabilidade climáticas das captações subterrâneas da EPAL às mudanças climáticas em curso.

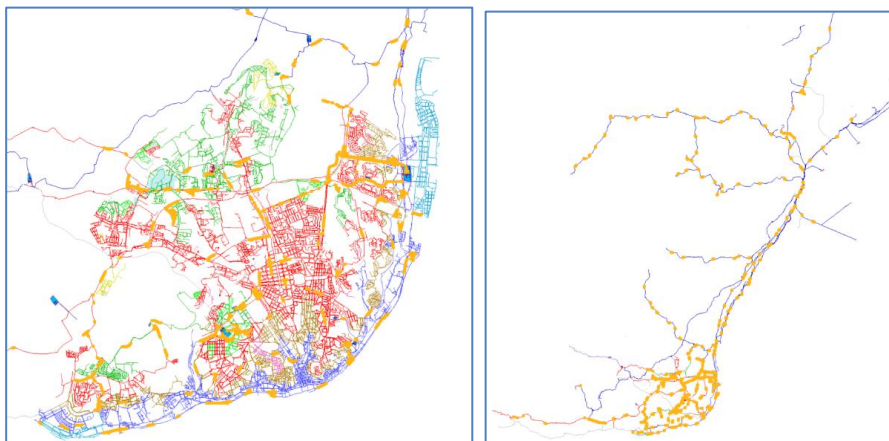


Em relação à gestão de perdas, procedeu-se durante o ano de 2025 à realização de diversos projetos e atividades, destacando-se:

- Implementação e avaliação dos resultados da execução do *Projeto Asterra*, que recorre a imagens de satélite georreferenciadas para a macro localização de roturas em infraestruturas da rede de abastecimento. Este projeto focou-se na inspeção ao nível da eficiência em cerca de 500 km de adutores da EPAL, onde foram assinalados 195 POI (pontos de interesse) num total de 58 km de infraestruturas. Este trabalho resultou na localização de 39 roturas em adutores e mais 30 roturas em zonas limítrofes da rede de abastecimento;
- Determinação do Balanço Hídrico da EPAL;
- Revisão do Plano (estratégico) para a Redução de Água Não Faturada na EPAL – 2026/2030;
- Acompanhamento da prestação de serviços de deteção de fugas de água, através da qual foram realizadas 67 campanhas de deteção de fugas, abrangendo uma extensão de rede de abastecimento de cerca de 616 Km, e originando uma poupança equivalente anual da ordem de 3Mm³.

Registaram-se ainda, em 2025, as seguintes ações de deteção de fugas e projetos de análise das ZMC na rede de distribuição de Lisboa, mais concretamente:

- Em 2025 foram concluídas 95 intervenções de PAZ, tendo sido analisados 827 km de rede de distribuição e assinaladas 435 roturas. Destacam-se 3 PAZ realizados durante o ano com maior recuperação, nomeadamente nas ZMC 4080 Carnide (68.9m³/h), ZMC 3780 Calçada de Carriche Norte (62.5m³/h) e ZMC 2170 Largo do Mitelo (49.7m³/h), que no conjunto permitiram recuperar 181m³/h, e que equivale a cerca de 1,6 milhões de m³/ano;
- No ano de 2025 foram ainda inspecionados cerca de 64,7 km de rede não monitorizada, dos quais 28,4 km na rede de distribuição de Lisboa e 36,3 km na rede de transporte e adução. Muito deste trabalho foi realizado no âmbito do *Projeto Asterra*, com inspeção dos 195 POI (Pontos de Interesse) assinaladas nas imagens de satélite.



No que concerne à gestão de energia, em 2025 procedeu-se à realização das seguintes atividades:

- Gestão dos contratos de fornecimento de energia em articulação com as áreas (novos ramais, comunicação de leituras, mudança de potência e acompanhamento de processos de avarias);
- Acompanhamento de contratos de produção de energia fotovoltaica nos ativos da EPAL;
- Análise de potencial de otimização das centrais fotovoltaicas existentes;
- Monitorização e reporte sobre o estado de produção dos painéis de microprodução fotovoltaica;
- Acompanhamento do Sistema de Gestão de Energia ISO 50001;
- Apoio na recolha e análise de informação com vista ao desenvolvimento do processo de cálculo da pegada carbónica;
- Desenvolvimento e atualização de protocolos de exploração com a E-Redes para as instalações em AT e MT, tendo sido desenvolvidas visitas ao terreno para as instalações em AT;
- Elaboração de estudos com vista ao conhecimento sobre o potencial de produção de energia e sua gestão otimizada com a exploração da instalação para as instalações EE Amadora e EE Telheiras;
- Monitorização e inspeção de sistemas, processos e equipamentos:
 - Realizados e submetidos à DGEG relatórios de Acompanhamento e execução bienais relativos à execução prevista nos ARCE para as infraestruturas SGCIE (acima de 500 Tep);
 - Acompanhamento da implementação das medidas previstas nos processos de auditorias energéticas no âmbito dos SCE – Sistema de Certificação Energética de Edifícios;
 - Acompanhamento do processo de realização de auditorias legais D.L. 68-A/2015 para IE abaixo de 500 Tep;
 - Apoio à gestão de energia de acordo com metodologia desenvolvida no SGE e aprovada pela DGEG;
 - Desenvolvimento de Relatório de Gestão de Energia com periodicidade mensal, para acompanhamento e monitorização consumos de energia.

No âmbito das atividades relacionadas com o cadastro, licenciamento e integração de ativos, destacam-se em 2025:

- Área de Cadastro
 - Continuação da otimização dos procedimentos internos para salvaguardar o alinhamento entre os cadastros técnico e geográfico, de forma a garantir o carregamento dos códigos MAXIMO em SIG, em especial para a GNA rede e para as GNA não lineares;
 - Continuidade dos trabalhos para permitir potenciar a otimização dos Interfaces entre sistemas, em especial, SIG, MAXIMO, AQUAMATRIX, GIME e SCADAWATTWATER, através da identificação de potenciais chaves primárias, e atualização das que se encontram definidas, tendo-se efetuado esforços para concretizar as estratégias definidas para o carregamento da informação;
 - Continuação da participação nos trabalhos de criação do novo GIME, em especial na definição da interface com o SIG;
 - Participação no Grupo de Trabalho para implementação da metodologia BIM, tendo presente a necessidade de normalização de tipologia de ativos e parametrização/codificação prévia de localizações e posições funcionais.

- Área de Licenciamentos e Integração de Ativos
 - Preparação, instrução, análise e emissão de pareceres a processos decorrentes de intervenção de terceiros com potencial impacto nas infraestruturas operacionais da EPAL.
 - Relativamente aos Pareceres de Licenciamento emitidos, registou-se um aumento significativo (+37%), continuando a verificar-se o acompanhamento incisivo de outros Processos iniciados no ano anterior e que se encontram em fase de Projeto de Execução ou Obra.

Manutenção de ativos

A atividade de manutenção na EPAL é essencial para manter a segurança e a fiabilidade dos equipamentos instalados, de modo a garantir uma produtividade contínua, assegurando assim a competitividade da Empresa nos serviços que presta.

O ano de 2025 representou um período de consolidação, adaptação e evolução para atividade de manutenção. Num contexto operacional cada vez mais exigente, marcado pela necessidade de garantir elevados níveis de fiabilidade dos ativos, otimizar recursos e responder com agilidade às solicitações internas e externas, a manutenção reforçou o seu contributo estratégico para a continuidade e eficiência das operações.

Ao longo do ano, foram desenvolvidas iniciativas estruturantes focadas na melhoria da performance dos equipamentos, na implementação de práticas de manutenção baseadas em dados e na otimização dos processos internos. Paralelamente, o reforço das competências técnicas das equipas e o investimento na digitalização permitiram aprofundar a capacidade de resposta operacional, promovendo maior previsibilidade, segurança e eficiência na gestão dos ativos.

Em 2025, a atividade de manutenção registou uma evolução global positiva, refletindo-se no reforço e consolidação das ações de manutenção preventiva, corretiva e de melhoria. As principais atividades nos vários departamentos de manutenção durante o ano em apreço foi a seguinte:

- *Departamento de Distribuição*

O Departamento da Distribuição de Lisboa planeia e executa as tarefas de manutenção preventiva e corretiva de emergência na região de Lisboa.

Em 2025, o Departamento da Distribuição assegurou a manutenção da rede de distribuição e dos grandes adutores da Região de Lisboa, garantindo a continuidade e qualidade do serviço num contexto urbano exigente. Foram realizadas intervenções corretivas e de melhoria decorrentes de avarias, deteção de fugas, solicitações de clientes e de entidades externas, bem como a gestão das suspensões de abastecimento necessárias à execução dos trabalhos, com enfoque na minimização do impacto para os clientes e para o espaço público.

Em paralelo, manteve-se uma forte aposta na manutenção preventiva, na vigilância sistemática dos ativos e no acompanhamento técnico de obras de terceiros com interferência na rede, em articulação com as entidades municipais, contribuindo para o reforço da fiabilidade do sistema e da qualidade de serviço.

As equipas de manutenção preventiva da Região de Lisboa executaram os planos de manutenção preventiva da rede e dos adutores, incluindo os planos de vigilância e a manutenção dos equipamentos de apoio às intervenções.

- No âmbito do acompanhamento de obras de terceiros com impacto na rede, realizaram-se 223 reuniões de coordenação com a Câmara Municipal de Lisboa, donos de obra e concessionárias. Foram executados e acompanhados 46 trabalhos relacionados com anomalias em caixas de visita, reportadas por entidades externas, pela Câmara Municipal de Lisboa e pelas equipas de vigilância da rede, tendo sido ainda construídas quatro novas caixas de visita em adutores, com vista à melhoria do acesso aos equipamentos e entradas de homem.
- O Centro de Intervenções da rede de Distribuição assegura a gestão e otimização das intervenções com suspensão de abastecimento. Em 2025, foram abertas 3.190 Ordens de Trabalho de rede, tendo sido concretizadas 679 suspensões temporárias de abastecimento na rede de Lisboa.

A redução do impacto das intervenções manteve-se como prioridade, privilegiando sempre que possível a execução de trabalhos sem suspensão do abastecimento e a minimização das perturbações na via pública. Foram ainda realizadas intervenções estruturantes com impacto relevante na redução das áreas de suspensão, as quais contribuíram para o aumento da resiliência da rede e para a mitigação do impacto de operações futuras.

- No âmbito da manutenção corretiva da rede, registaram-se mais de 1.000 intervenções de reparação e melhoria, destacando-se 458 intervenções de reparação de roturas em condutas e 457 em ramais. Das 41 reparações efetuadas em adutores de grande diâmetro, 29 foram realizadas pelo interior das condutas, com a instalação de 79 juntas de reparação tipo AMEX, incluindo 14 em curvas e tês.

Destaca-se a intervenção no adutor Telheiras–Alfragide, infraestrutura crítica para o abastecimento do reservatório de Alfragide a partir de Telheiras, e dos concelhos de Oeiras e Cascais. A reparação, executada pelo interior da conduta, evitou a abertura de valas profundas, garantindo elevados padrões de segurança e a proteção da integridade do Aqueduto das Águas Livres.

- *Departamento de manutenção eletromecânica*

Esta área é responsável por garantir a operacionalidade, fiabilidade e eficiência dos equipamentos eletromecânicos de maior potência e da instrumentação de todo o sistema. Paralelamente, dada a natureza dos trabalhos realizados, tem ainda sob a sua responsabilidade um conjunto de oficinas e competências que prestam apoio às restantes áreas da Empresa.

Em 2025, as intervenções mais significativas foram:

- Intervenções no âmbito da eletricidade
 - Retomou-se a manutenção preventiva de instalações de baixa tensão fora de recintos, armários elétricos e casetas na via pública, considerando ensaios de manobra das válvulas motorizadas e sinais na telegestão;
 - Substituição de três variadores na EE2 de Valada Tejo sinalizados em 2024. Este planeamento de aquisição permitiu reduzir substancialmente o tempo de paragem da segunda principal ETA.
- Intervenções no âmbito da instrumentação
 - Início da validação do cadastro de medidores de caudal e compatibilização nos diversos sistemas de informação de gestão. Este projeto, com a duração estimada de um ano, envolve três direções da Empresa e permitirá à manutenção melhorar substancialmente a organização dos planos de manutenção preventiva, com impacto no roteiro de ruas e processo de faturação.
- Intervenções no âmbito da mecânica
 - Implementação de uma nova abordagem na manutenção de grupos eletrobomba, avaliando durante a manutenção da bomba a adequação da instalação ao funcionamento do grupo. Para ajudar nesta avaliação, recorre-se a simulação CFD do circuito hidráulico e validação da instalação de acordo com a norma ANSI HI. Esta abordagem tem permitido recuperar rendimento dos grupos, devido a condições de instalação desadequadas.

No que concerne à gestão de eventos extraordinários, há a assinalar o impacto:

- da depressão Martinho, que provocou danos na cobertura da EE de Guerreiros, obrigando a ações imediatas das equipas de manutenção de modo a garantir o abastecimento água. Entre outras ações destaca-se, a utilização antecipada de um *bypass* criado aos grupos elevatórios para um abastecimento local para reduzir o consumo energético, substituição do compressor para garantir a operacionalidade da proteção hidráulica, proteção de equipamentos elétricos e instrumentação e alteração do sistema de proteção contra descargas atmosféricas.
- do Apagão da península Ibérica (corte de toda a rede de produção de energia elétrica na península e abertura das interligações com França e Marrocos), que obrigou a uma reorganização célere das equipas para dar a resposta possível a este evento de crise.

Destaca-se a instalação imediata de três geradores de emergência (equipa da eletricidade) em Penha de França, Charneca e Parque das Nações.

Departamento de Vila Franca de Xira

Tendo uma área de abrangência muito significativa (inclui ainda o sistema Oeste da Águas do Vale do Tejo), em 2025 foi realizado um trabalho bastante relevante em termos de manutenção de melhoria de forma a salvaguardar a operacionalidade das instalações aumentando a sua fiabilidade.

Assim, como principais atividades realizadas, destacam-se:

- Trabalho de substituição das juntas da VAG1+G3+Gferra da EECB1 – Estação elevatória nº 1 Castelo do Bode;
- Substituição das bombas do poli para o espessamento das lamas da L1 - ETA Asseiceira;
- Manutenção geral do supressor 2 da lavagem dos filtros da L1 - ETA da Asseiceira;
- Adutor de Castelo de Bode – Caseta da Válvula V15 A/B;
- Intervenções na EE Vila Nova de São Pedro (Sistema Oeste); e
- Intervenções nas captações subterrâneas do Sistema Oeste.

Sistemas de Informação e Transição Digital

A atividade em 2025, para além da continuidade dos projetos dos anos anteriores, destaca-se pela preocupação na segurança da informação, nomeadamente no reforço e implementação de sistemas de controlo e ação.

Procedeu-se à contratação de uma entidade externa para assegurar a figura de CISO (*Chief Information Security Officer*), que apoiará a definição da estratégia de cibersegurança da Empresa, garantindo a proteção dos dados e sistemas, a gestão de riscos e incidentes, a conformidade com regulamentação, e o reporte regular à gestão sobre o nível de risco e as necessidades de investimento em segurança.

Em 2025 conclui-se o projeto de diagnóstico que teve como principal objetivo identificar as insuficiências e oportunidades de melhoria da direção, nas diferentes áreas tais como *Governance* e Processos, Software e Aplicações, *IoT* e Infraestruturas *Onpremises*, *Cloud* e ao nível de Segurança.

RISCO E CONTROLO

A EPAL e, em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção às temáticas do controlo interno, da gestão do risco, da prevenção da corrupção e infrações conexas, bem como à transparência da informação e à fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a EPAL se inclui, e por forma a possibilitar o cumprimento das obrigações legais decorrentes do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do Controlo Interno (CI) existente nas empresas, em 2025, e concluída a Fase 2, procedeu-se à consolidação do funcionamento do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo, assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*).

A escolha deste modelo assenta na sua flexibilidade, adaptabilidade à estrutura e atividades de negócio das empresas, abrangência e fiabilidade na resposta que proporciona aos desafios internos ou externos existentes. Este modelo possibilita uma correlação direta entre os objetivos que a organização define, ao nível das categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as componentes do CI (Ambiente de Controlo, Avaliação de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), representativas da estrutura funcional da empresa e essenciais para a sua concretização.



- **AMBIENTE DE CONTROLO**

Deve refletir a importância do CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. Contempla um conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização e define o espírito da organização, influenciando a consciência que os trabalhadores têm para o risco. É a base de todas as restantes componentes do SCI.

- **AVALIAÇÃO DE RISCO**

Visa identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela empresa, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos, de forma consistente e por categorias, aos diferentes níveis da organização - operações, reporte e conformidade - com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

- **ATIVIDADES DE CONTROLO**

Correspondem às atividades recorrentes desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos nos processos de negócio da empresa. As atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração, para mitigar os riscos na concretização dos objetivos, são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização, em várias etapas dos processos de negócio e no ambiente tecnológico. Podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.

- **INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

Componente instituída para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e do controlo da atividade e dos riscos da empresa.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade, proveniente de fontes internas e/ou externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é um processo contínuo que permite compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para atingir os objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente.

A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Permite assegurar que os trabalhadores recebem uma mensagem clara por parte da gestão sobre a relevância do controlo interno e a forma responsável, como as atividades de controlo devem ser assumidas.

A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

- **MONITORIZAÇÃO DE ATIVIDADES**

A Monitorização é executada com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo, garantindo, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

São utilizadas avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, variam em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração, e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são igualmente comunicadas ao Conselho de Administração.

Em 2023 foi concluída a Fase 2 do Projeto de Implementação do SCI, com o mapeamento de parte dos restantes processos de negócio identificados como críticos, o qual compreendeu, entre outras atividades, a elaboração de:

- i) fluxogramas, os quais possibilitam uma rápida compreensão das atividades desenvolvidas;
- ii) Matrizes de Riscos e Controlo (MRC), onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação.

O Manual de Controlo Interno foi atualizado em 30 de abril de 2025 com a aprovação da MRC referente ao processo "Processamento Salarial".

No âmbito da atividade de controlo interno, será dada continuidade à revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, promover a melhoria dos conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados. Será ainda definido e formalizado o modelo de governo do SCI a utilizar nas empresas do Grupo AdP, por forma a responsabilizar e consciencializar os diferentes interlocutores do processo e dotá-los de meios que possibilitem um acompanhamento permanente dos controlos e do seu funcionamento, tornando o CI uma ferramenta útil para a gestão da empresa.

Foi dada continuidade à avaliação das métricas de avaliação do SCI, a qual possibilita aferir o cumprimento das mesmas nas várias componentes do CI e obter uma visão global sobre a preocupação da empresa com a temática do CI.

A avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados da eficácia no funcionamento dos controlos chave decorrentes das auditorias realizadas, possibilitará a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, proporcionando um nível de segurança razoável quanto à sua eficácia à Administração da EPAL.

Tem vindo a ser efetuada a sensibilização ao CI e pretende-se a realização de formação específica sobre a temática, conforme previsto nas métricas do SCI, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, designadamente pelos responsáveis dos processos de negócio

A existência do SCI, conjugada com um Modelo de Gestão de Risco funcional, permitirá ao Conselho de Administração da EPAL, reforçar o seu enfoque na monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à sua atividade e resultantes da operação diária da empresa.

Com efeito, a existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco e promove o amadurecimento da cultura de risco da organização, permitindo:

- i) estabelecer uma linguagem comum para a definição e conceito dos riscos;
- ii) assegurar o alinhamento entre os objetivos definidos, os riscos e controlos existentes na empresa;
- iii) reduzir o risco de perda de investimentos e ativos; e
- iv) reforçar a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com leis e regulamentação aplicáveis.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

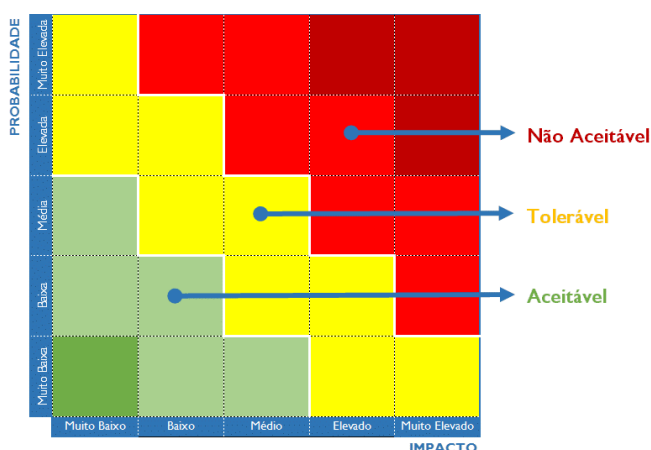
Com vista a assegurar a melhoria contínua, a adaptação às melhores práticas internacionais, uma maior efetividade e continuidade no processo de avaliação e a atualização face à realidade envolvente ao grupo AdP, encontra-se em curso a revisão do Modelo de Gestão do Risco Empresarial vigente. Esta alteração, que já contemplou a atualização da matriz de riscos do Grupo, integra ainda:

- i) a modificação da metodologia de avaliação, que passará a assentar numa análise quantitativa suportada em indicadores, presentemente em fase de identificação e validação quanto à sua aderência; e
- ii) a implementação de um modelo de governo para a gestão do risco, em elaboração no decurso de 2025.

Alinhado com a metodologia COSO, o novo modelo organiza os riscos segundo uma estrutura de classes e categorias, conforme apresentado em baixo:

CLASSES	GOVERNANÇA, RELAÇÃO COM STAKEHOLDERS E CAPITAL HUMANO	SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA	QUALIDADE DE SERVIÇO
CATEGORIAS	Relação com Stakeholders	Contexto externo, regulatório e legal	Qualidade
	Modelo de Governo	Ciclo Comercial	Resiliência dos Sistemas
	Capital Humano	Financeiros	Resiliência das Operações
			Eficiência, circularidade e inovação

A avaliação dos riscos é presentemente realizada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto, na avaliação interna do nível de risco a que a empresa está sujeita e no acompanhamento das medidas de mitigação definidas.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos são tratados e monitorizados pela EPAL, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. Em alguns riscos, a monitorização e tratamento são complementados por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco, resulta a identificação de potenciais oportunidades de valor para a empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à semelhança dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas mesmas.

No âmbito do projeto de revisão do modelo de Gestão de Risco anteriormente referido, será dada continuidade ao mesmo através do desenvolvimento das seguintes fases/atividades:

- A aprovação formal da metodologia de avaliação do risco revista no grupo AdP
- A aprovação formal do modelo de governo associado à Gestão de Risco
- A aprovação formal do Manual de Gestão do Risco Empresarial

- A conclusão da identificação dos *Key Risk Indicators* (KRI) a utilizar na avaliação futura dos riscos, bem como a realização dos respetivos testes de cálculo, de modo a tornar a avaliação contínua e mais objetiva
- A transposição do trabalho realizado na empresa piloto para as restantes empresas do Grupo AdP.
- A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno

Em 2025 foi realizado novo exercício de avaliação do Risco, conforme previsto no modelo de gestão de risco em vigor, e definidos pela empresa os PTR e os PIO entendidos como críticos para a mitigação das avaliações consideradas em patamar Tolerável ou Não Tolerável.

Apresenta-se abaixo o principal risco a que a EPAL se encontra exposta, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2025:

- R.2.1.1 - Contexto externo – Risco de não atingimento dos objetivos e planeamento estratégico definido, devido à não aprovação, aprovação parcial, ou aprovação em tempo útil, dos mesmos por parte da Tutela Setorial, Financeira e/ou Regulador.

Este risco foi avaliado como “Elevado” (4º nível de uma escala de 5 níveis, de Muito Baixo a Muito Elevado), sendo considerado “Não Aceitável”.

DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

(os valores nos quadros deste capítulo são apresentados em milhões de euros, pelo que eventuais diferenças resultam de arredondamentos)

Apesar do ano de 2025 ter sido marcado, em Portugal, por um crescimento económico moderado, num contexto de elevada incerteza externa, verificou-se uma relativa estabilidade interna. A atividade foi suportada sobretudo pela procura interna, em particular pelo consumo privado e pelo investimento, num quadro de melhoria gradual do rendimento real das famílias.

A inflação registou uma trajetória de desaceleração, aproximando-se de valores compatíveis com o objetivo de médio prazo das autoridades monetárias. Esta evolução permitiu alguma recuperação do poder de compra e contribuiu para preservar a confiança dos agentes económicos. Num enquadramento de normalização progressiva das condições financeiras, o ambiente macroeconómico revelou-se globalmente estável, mas exigente, colocando desafios adicionais à gestão das empresas de serviços públicos essenciais, designadamente no plano da eficiência operacional e da sustentabilidade financeira.

Importa ainda referir que o setor de abastecimento público de água continuou, em 2025, a operar num contexto regulatório exigente, caracterizado por elevados padrões de qualidade de serviço, requisitos de investimento significativos e uma crescente atenção à sustentabilidade ambiental.

Apesar de todos os constrangimentos, a EPAL registou em 2025 um resultado líquido que supera todos os já alcançados pela Empresa ao longo dos seus 157 anos de existência, no montante de 66,1 milhões de euros, registando uma variação de +11,9% face ao período homólogo.

Apraz registar uma evolução bastante favorável da atividade operacional. O volume de negócios atingiu 196,6 milhões de euros, o que representa um crescimento de 5,4% face aos 186,5 milhões de euros registados em 2024. Este aumento decorre essencialmente da conjugação do aumento tarifário com o aumento de volumes de consumo, num contexto em que a Empresa apesar de ter promovido a sensibilização para o uso eficiente da água, a mesma não comprometeu sustentabilidade económico-financeira do serviço.

Os principais gastos operacionais evoluíram de forma bastante controlada. O gasto com reagentes situou-se em 2,2 milhões de euros, mantendo-se praticamente em linha com o valor do exercício anterior. Os fornecimentos e serviços externos totalizaram 45,4 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de 0,9% relativamente a 2024, bastante inferior ao crescimento do volume de negócios. Os

gastos com pessoal ascenderam a 29,0 milhões de euros, mais 4,4% do que no ano precedente, refletindo a atualização nos termos do acordo de valorização remuneratória, a evolução do quadro de pessoal e o reforço de competências em áreas críticas para a gestão.

As amortizações, depreciações e reversões do exercício atingiram 27,3 milhões de euros, um aumento de 2,6% face aos 26,7 milhões de euros registados em 2024, compatível com o esforço de investimento realizado e com o ciclo de vida das infraestruturas em exploração. As rubricas de outros rendimentos e ganhos operacionais e de outros gastos e perdas operacionais mantiveram valores próximos dos do exercício anterior, não alterando de forma significativa o perfil de gastos operacionais. Em resultado da conjugação destes fatores, o resultado operacional atingiu 90,3 milhões de euros, o que representa um crescimento de 12,2% face aos 80,5 milhões de euros registados em 2024, traduzindo uma melhoria da margem operacional e confirmando a capacidade da Empresa para gerar resultados sólidos a partir da sua atividade principal.

Já os resultados financeiros apresentaram, em 2025, um saldo positivo de 0,8 milhões de euros, inferior aos 2,0 milhões de euros registados no exercício anterior. Esta evolução resulta da combinação entre a redução dos gastos financeiros, que passaram de 1,6 milhões para 1,2 milhões de euros, e a diminuição dos rendimentos financeiros, que se situaram em 2,0 milhões de euros face aos 3,6 milhões de 2024. A redução dos gastos financeiros reflete a diminuição do nível de endividamento remunerado e a melhoria das condições de financiamento, enquanto a descida dos rendimentos financeiros traduz a descida das taxas de juro de remuneração dos excedentes financeiros da Empresa, que em 2025 apresentou uma redução significativa.

Esta evolução dos resultados confirmam a resiliência do modelo de negócio da Empresa e a eficácia das políticas de eficiência e de controlo de custos adotadas. O resultado traduz um reforço da rentabilidade para o acionista, compatível com a manutenção de um nível significativo de investimento em infraestruturas.

A EPAL não antecipa quaisquer futuros problemas de continuidade das respetivas operações, embora não seja expetável que o crescimento verificado na sua atividade durante o ano de 2025 se mantenha em igual nível para o ano de 2026.

A análise que se segue pretende resumir a situação económica e financeira da Empresa durante o ano de 2025, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras e respetivas notas anexas.

Principais Indicadores:

	2023	2024	2025	Variação 2025/2024	
Volume de negócios (milhões EUR)	179,9	186,5	196,6	10,2	5,4%
Volume de água vendida (milhões m3)	205,0	207,1	212,2	5,1	2,5%
Resultado líquido (milhões EUR)	56,7	59,1	66,1	7,0	11,9%
EBITDA (milhões EUR)	103,1	107,1	117,6	10,5	9,8%
Endividamento bancário (milhões EUR)	58,1	47,6	36,9	(10,6)	(22,3%)
Endividamento líquido (milhões EUR)	(63,7)	(76,0)	(91,0)	(15,0)	19,7%
Net Debt to EBITDA (n. º)	(0,6)	(0,7)	(0,8)	(0,1)	(9,1%)
Ativo total (milhões EUR)	851,2	859,1	863,3	4,2	0,5%
Capital próprio (milhões EUR)	682,4	696,5	717,3	20,9	3,0%
Passivo total (milhões EUR)	168,8	162,6	145,9	(16,7)	(10,2%)

Resultado Líquido:

O resultado líquido de 2025 ascendeu a 66,1 milhões de euros, registando um aumento de 7,0 milhões de euros face ao resultado do ano anterior, correspondente a uma variação de +11,9%.

Esta variação do resultado resultou essencialmente do incremento do volume de negócios incluído nos rendimentos totais (+10,2 milhões de euros), não obstante o aumento verificado nos gastos totais (+1,9 milhões de euros).

	2023	2024	2025	Variação 2025/2024	
(milhões EUR)					
Rendimentos totais	189,5	197,7	208,1	10,4	5,3%
Gastos totais	112,4	115,2	117,1	1,9	1,6%
IRC/ID	20,4	23,4	24,9	1,5	6,5%
Resultado Líquido	56,7	59,1	66,1	7,0	11,9%

Rendimentos Totais:

Os rendimentos totais foram de 208,1 milhões de euros, representando um aumento de 5,3% face ao período homólogo (+10,4 milhões de euros).

(milhões EUR)	2023	2024	2025	Variação 2025/2024	
Volume de negócios	179,9	186,5	196,6	10,2	5,4%
Subsídios ao investimento	1,6	1,6	1,6	-	-
Reversão de Imparidades e ajustamentos	0,3	0,4	2,5	2,1	507,5%
Outros rendimentos e ganhos operacionais	5,1	5,6	5,4	-0,2	-3,0%
Juros e rendimentos similares	2,6	3,6	2,0	-1,6	-45,0%
Rendimentos totais	189,5	197,7	208,1	10,4	5,3%

O volume de negócios apresenta um aumento de cerca 10,2 milhões de euros (+5,4%) face ao ano anterior, respeitando na sua quase totalidade ao aumento de 8,3 milhões de euros (+5,5%) na venda de água (componente variável).

As reversões de imparidades apresentam uma variação de 2,5 milhões de euros, e a rubrica de outros rendimentos e ganhos operacionais manteve um valor similar ao verificado no ano anterior.

A rubrica de juros e rendimentos similares apresenta uma redução de 45% face ao ano de 2024 (-1,6 milhões de euros), em resultado das taxas de remuneração dos excedentes (quer junto do IGCP, quer junto da AdP SGPS) terem sido inferiores às verificadas no ano anterior. Recorda-se que se encontra instituída uma política de tesouraria no Grupo Águas de Portugal, onde os excedentes financeiros das empresas são aplicados junto da *holding* que, por sua vez, financia as empresas do Grupo em condições mais favoráveis que as obtidas junto da banca comercial.

Volume de Negócios

O Volume de Negócios ascendeu a 196,6 milhões de euros, representando um aumento de 10,2 milhões de euros face ao período homólogo (+5,4%).

(milhões EUR)	2023	2024	2025	Variação 2025/2024	
Vendas	178,7	184,4	194,3	9,9	5,4%
Prestações de Serviços	1,1	2,1	2,3	0,3	12,6%
Volume de negócios	179,9	186,5	196,6	10,2	5,4%

A variação do volume de negócios deveu-se sobretudo ao aumento da rubrica de Venda de Água (+8,3 milhões de euros), influenciada pelo aumento da procura, tendo a rubrica de Quota de Serviço apresentado um aumento face ao período homólogo de 4,7% (+1,6 milhões de euros).

Registou-se um aumento de aproximadamente 3,9 milhões de euros (+6,2%) nos clientes diretos, não considerando a componente quota de serviço. No que respeita aos clientes municipais e multimunicipais verificou-se igualmente um crescimento neste segmento de 4,4 milhões de euros (+5,0%).

Na venda de água (componente volumétrica) verifica-se um aumento de 5,1 milhões de m³ face aos volumes fornecidos em 2024. A água vendida em 2025 foi de 212,2 milhões de m³, sendo que 159,7 milhões de m³ foram vendidos a outras entidades gestoras (clientes municipais e multimunicipais) e 52,5 milhões de m³ aos utilizadores finais (clientes diretos). Verifica-se assim um aumento de 4,2 milhões de m³ (+2,7%) nos clientes municipais e multimunicipais e de 0,9 milhões de m³ (+1,7%) nos clientes diretos.

	2023	2024	2025	Variação 2025/2024	
Vendas (milhões EUR)	178,7	184,4	194,3	9,9	5,4%
Procura (milhões m ³)	205,0	207,1	212,2	5,1	2,5%

As prestações de serviços registam um aumento de 12,6% (+0,3 milhões de euros), sobretudo devido à variação verificada nos serviços de abertura e fecho de água.

Gastos Totais

Os gastos totais ascenderam a 117,1 milhões de euros, verificando-se um aumento de cerca de 1,9 milhões de euros comparativamente com o ano anterior, o que representa uma variação de +1,6%.

(milhões EUR)	2023	2024	2025	Variação 2025/2024	
Custo merc. vendidas e mat. consumidas	2,1	2,2	2,2	0,0	0,7%
Fornecimento e serviços externos	42,8	44,9	45,4	0,4	0,9%
Gastos com o pessoal	26,1	27,8	29,0	1,2	4,4%
Depreciações e ppi em ativos	26,8	26,7	27,3	0,7	2,6%
Perdas por imparidade	1,8	0,9	0,9	0,0	-1,2%
Provisões	0,3	0,1	0,0	-0,1	-63,6%
Impostos e taxas	4,2	4,2	4,2	0,0	0,0%
Outros gastos operacionais	6,5	6,8	6,8	0,0	0,2%
Juros e gastos similares	1,8	1,6	1,2	-0,4	-23,7%
Gastos totais	112,4	115,2	117,1	1,9	1,6%

O aumento dos gastos totais resulta em grande medida do incremento verificado nos gastos com pessoal, decorrente dos impactos da aplicação do acordo de valorização de rendimentos, e na rubrica de depreciações e amortizações.

No que respeita especificamente a cada uma das rubricas:

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas apresenta um valor similar face ao ano anterior, com uma variação de 0,7%. Esta conta inclui os gastos com consumos de reagentes para assegurar e reforçar o controlo da qualidade da água para consumo humano, apresentando uma variação imaterial.

Ao nível dos fornecimentos e serviços externos regista-se um aumento de cerca de 0,4 milhões de euros (+0,9%), resultante essencialmente do aumento da rubrica de eletricidade (+0,4 milhões de euros), de subcontratos (+0,3 milhões de euros) e de trabalhos especializados (+0,3 milhões de euros), registando-se em sentido contrário uma redução na rubrica de honorários (-0,6 milhões de euros).

A rubrica de gastos com o pessoal regista uma variação de +4,4% (+1,2 milhões de euros). A variação resulta do incremento salarial decorrente do acordo de valorização de rendimentos (aumento médio de 4,7%), e da normal movimentação de pessoal registada no ano.

As perdas por imparidades de clientes e ativos registam idêntico valor face a 2024, não obstante o aumento do volume de negócios, evidenciando o resultado das medidas de reforço da cobrança.

Também na rubrica de outros gastos operacionais se apresenta um valor similar ao do período homólogo, onde se destaca a componente tarifária acrescida que constitui receita da Águas do Vale do Tejo, conforme decorre do disposto no Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, no montante de 5,5 milhões de euros.

No que respeita à rubrica de gastos financeiros, constata-se uma redução de 23,7% face ao ano anterior (cerca de 0,4 milhões de euros). A redução do serviço da dívida aliado à diminuição das taxas de juro médias dos empréstimos, reflexo da redução da Euribor, teve um impacto positivo nos juros suportados pela Empresa, designadamente nos contratados a taxa variável.

Margem Operacional

O EBITDA alcançou um valor de 117,6 milhões de euros, o que representa uma variação positiva de 9,8% face ao verificado no ano anterior. Verifica-se assim um acréscimo de 10,5 milhões de euros do *cash flow* operacional face a 2024.

(milhões EUR)	2023	2024	2025	Variação 2025/2024	
Volume de negócios	179,9	186,5	196,6	10,2	5,4%
Outros rendimentos operacionais	7,0	7,6	9,5	1,9	25,1%
Rendimentos Operacionais	186,9	194,1	206,1	12,1	6,2%
Custo das vendas	2,1	2,2	2,2	0,0	0,7%
Fornecimentos e serviços externos	42,8	44,9	45,4	0,4	0,9%
Gastos com o pessoal	26,1	27,8	29,0	1,2	4,4%
Perdas de imparidade	1,8	0,9	0,9	0,0	-1,2%
Outros gastos operacionais	10,7	11,0	11,0	0,0	0,1%
Provisões	0,3	0,1	0,0	-0,1	-63,6%
Gastos Operac. (excl. depreciações)	83,8	86,9	88,5	1,6	1,8%
Cash flow operacional (EBITDA)	103,1	107,1	117,6	10,5	9,8%

A margem EBITDA (peso em função do volume de negócios) apresentou um valor de 0,6, superior em 4,1% ao registado em 2024.

	2023	2024	2025	Variação 2025/2024	
EBITDA	103,1	107,1	117,6	10,5	9,8%
Volume de negócios	179,9	186,5	196,6	10,2	5,4%
Margem EBITDA	0,57	0,57	0,60	0,02	4,1%

Margem EBITDA = EBITDA / Volume de negócios

Resultados Financeiros

A EPAL continua a manter uma estrutura financeira equilibrada, existindo uma correspondência adequada entre a gestão do seu financiamento e da sua tesouraria. A variação apresentada face a 2024 foi negativa em 62,0% (-1,3 milhões de euros), e resulta exclusivamente da diminuição das taxas de juro que remuneraram os excedentes financeiros da Empresa.

(milhões EUR)	2023	2024	2025	Variação 2025/2024	
Rendimentos e ganhos financeiros	2,6	3,6	2,0	-1,6	-45,0%
Gastos e perdas financeiros	1,8	1,6	1,2	-0,4	-23,7%
Resultados financeiros	0,8	2,0	0,8	-1,3	-62,0%

Verificou-se uma diminuição dos gastos financeiros (-0,4 milhões de euros) e dos rendimentos financeiros (-1,6 milhões de euros).

Cerca de 21% do total dos rendimentos financeiros obtidos decorrem da remuneração dos excedentes de tesouraria aplicados junto do IGCP (ressalva-se que de acordo com o Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado aplicável, a EPAL apenas poderá efetuar aplicações financeiras junto do IGCP), sendo que em 2025 regista-se um aumento nos juros relativos às aplicações no Grupo AdP, em resultado da política de tesouraria do Grupo (autorizada pelo IGCP), cujo aumento face ao período homólogo resultou da maior necessidade de financiamento das empresas do Grupo. O peso dos juros resultantes do apoio de tesouraria concedido à AdP SGPS no total de rendimentos com juros de aplicações é de 76%.

Os gastos financeiros ascenderam a 1,2 milhões de euros, menos 23,7% do que o verificado no ano anterior, e correspondem essencialmente aos juros da dívida contraída junto do Banco Europeu de Investimento e respetivos custos com as garantias prestadas pelo Estado Português associadas. A diminuição verificada nos gastos financeiros resulta sobretudo da redução, ainda que ligeira, da taxa de juro da componente variável do serviço da dívida da Empresa, bem como da diminuição desse mesmo serviço da dívida.

A Empresa não recorre a qualquer novo financiamento desde 2010, tendo efetuado em 2025 reembolsos de capital no valor de cerca de 10,2 milhões de euros relativos a empréstimos BEI, de acordo com o plano de amortização contratualizado.

A nível financeiro, a EPAL mantém uma estrutura financeira equilibrada, atendendo à relação, em termos de maturidades, entre as suas aplicações de fundos e os seus recursos de financiamento. No final do ano, o endividamento da Empresa era de 36,9 milhões de euros, o que corresponde na totalidade a empréstimos BEI, com maturidades remanescentes até aos 6 anos, tendo a dívida do BEI a médio e longo prazo reduzido cerca de 10,7 milhões de euros.

A dívida financeira líquida (que considera o apoio de tesouraria concedido à AdP SGPS, SA) tem vindo a manter-se em níveis negativos, apresentando em 2025 um valor negativo de 91,0 milhões de euros.

(milhões EUR)	2023	2024	2025	Variação 2025/2024	
Net Debt - Endividamento líquido	(63,7)	(76,0)	(91,0)	(15,0)	(19,7%)
Net Debt to EBITDA	(0,6)	(0,7)	(0,8)	(0,1)	(9,1%)

Constata-se assim, apesar do esforço de tesouraria efetuado em 2025, decorrente da estabilização do prazo médio de pagamentos, a manutenção em níveis bastante positivos dos valores do indicador "Net

Debt to EBITDA", reforçando a manutenção de uma forte robustez financeira, e evidenciando uma elevada capacidade de satisfação dos seus compromissos a curto, médio e longo prazo.

No final de 2025, o rácio "*Net Debt to EBITDA*" mantém um valor negativo, o que significa que o atual *cash flow* gerado pela Empresa é mais do que suficiente para fazer face à totalidade do seu endividamento num espaço temporal inferior a 1 ano.

Posição Financeira

No final de 2025, o ativo da EPAL ascendia a 863,3 milhões de euros e o capital próprio e o passivo eram de 717,3 e 146,0 milhões de euros, respetivamente.

(milhões EUR)	2023	2024	2025	Variação 2025/2024	
Ativo não corrente	671,1	681,5	679,5	-2,0	-0,3%
Ativo corrente	180,0	177,6	183,8	6,2	3,5%
Total do ativo	851,2	859,1	863,3	4,2	0,5%
Capital próprio	682,4	696,5	717,3	20,9	3,0%
Passivo não corrente	106,1	92,0	74,7	-17,4	-18,9%
Passivo corrente	62,7	70,6	71,3	0,7	1,0%
Total do capital próprio e passivo	851,2	859,1	863,3	4,2	0,5%

A EPAL terminou o ano de 2025 com uma sólida situação financeira:

	2023	2024	2025
Autonomia Financeira	80,2%	81,1%	83,1%
Fundo de maneo (milhões EUR)	117,4	107,0	112,6
Solvabilidade	4,04	4,28	4,92

Autonomia Financeira = Capital Próprio / Ativo total

Fundo de Maneio = Ativo corrente - Passivo corrente

Solvabilidade = Capital Próprio/Passivo Total

A autonomia financeira apresentou uma evolução favorável, passando de 81,1% em 2024 para 83,1% em 2025. Esta variação positiva evidencia um reforço dos capitais próprios no total do ativo, refletindo uma estrutura financeira mais robusta e uma menor dependência de financiamento alheio. O aumento do

indicador demonstra a adoção de políticas de gestão prudentes, orientadas para a preservação do equilíbrio financeiro da organização.

Já o fundo de maneiço registou uma evolução positiva, passando de 107,0 milhões de euros para 112,6 milhões de euros em 2025. Esta variação evidencia uma maior folga financeira para suportar as necessidades operacionais do ciclo de exploração. O aumento do fundo de maneiço contribui para a redução do risco de tensão de tesouraria e confirma a adoção de políticas de gestão prudentes, orientadas para a estabilidade financeira e para a continuidade sustentável das operações.

A solvabilidade registou uma evolução favorável, apresentando uma evolução de 4,28 para 4,92. Esta variação positiva demonstra um reforço da capacidade da EPAL para cumprir as suas obrigações de médio e longo prazo, evidenciando uma estrutura de capitais próprios mais robusta face ao passivo. O aumento do indicador traduz ainda uma melhoria do perfil de risco financeiro e confirma a adoção de políticas de gestão orientadas para a consolidação da solidez patrimonial e para a preservação do equilíbrio financeiro.

Dívidas de Clientes e Prazo Médio de Recebimentos

Os valores apresentados nos quadros seguintes incluem os valores a receber de clientes não correntes, bem como de outros devedores, no final de cada um dos anos apresentados, assistindo-se a uma diminuição face ao período homólogo.

Evolução das dívidas totais

	2023	2024	2025
(milhões EUR)			
Clientes Diretos	26,4	22,1	22,2
Clientes Municipais e Multimunicipais	8,2	3,7	5,3
Prestação de Serviços	0,6	0,9	1,5
	35,1	26,7	29,0

Nota: Foi deduzido ao valor dos clientes diretos o montante em dívida respeitante às taxas cobradas em nome da Câmara Municipal de Lisboa, atendendo que as mesmas não concorrem para o volume de negócios da EPAL.

Fundo de Pensões

O valor dos ativos do Fundo de Pensões de Benefício Definido ascendeu no final do ano a 22,6 milhões de euros, registando um nível de financiamento de 149,6%, utilizando uma taxa de desconto de 3,18% (3,00% em 2024), atendendo que as responsabilidades por serviços passados eram de 15,1 milhões de euros.

A evolução das responsabilidades do Fundo de Pensões da EPAL no último triénio é a seguinte (em milhares de euros):

	2023	2024	2025
Responsabilidades no fim do período	17.020	15.465	15.080
Valor dos ativos no fim do período	25.120	24.035	22.560
Excesso de cobertura plano de benefícios definidos	8.100	8.570	7.480

O fundo de pensões da EPAL apresentou em 2025 uma valorização positiva em todas as suas carteiras, sem exceção, e ligeiramente inferior ao registado pelo *benchmark*.

Esta performance em 2025 manteve a tendência de recuperação da forte desvalorização ocorrida na nossa carteira em 2022 que, conforme foi na altura explicitado, deveu-se a uma tendência global (recorda-se que de acordo com a ASF a performance das carteiras dos fundos de pensões em 2022 apresentou o pior desempenho desde 2011).

O aumento da taxa de desconto teve impacto nas responsabilidades por serviços passados, e, por conseguinte, no nível de financiamento do fundo de pensões, assim como a alteração da tábua de mortalidade, passando a ser utilizada a tábua de mortalidade TV99/01 ao invés da TV88/90. Adicionalmente informa-se que de acordo com a Norma n.º 12/23-R, de 12 de dezembro, o nível mínimo de financiamento face às exigências da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões se situa num valor confortável de 186,5%.

Ressalva-se que a política restritiva e prudente que a EPAL assume na gestão da carteira preserva, sobretudo, a estabilidade em contraponto ao risco, sendo a finalidade pagar as responsabilidades do Fundo de Pensões, sem necessidade de proceder a entregas adicionais por parte da EPAL. Assim, numa ótica de médio prazo, mantém-se uma rentabilidade positiva em todas as carteiras.

INOVAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO / INCENTIVOS FINANCEIROS

Inovação

A EPAL mantém um compromisso contínuo com a inovação como vetor estratégico de desenvolvimento, orientado para a eficiência operacional, a sustentabilidade e a excelência dos serviços prestados.

Em 2025, foi dinamizada a estrutura de governação da inovação através do Comité de Inovação, que opera em duas componentes:

- o *Steering Innovation Committee* (SIC), constituído pelos Diretores, com funções de orientação estratégica; e
- o *Development Innovation Committee* (DIC), composto por dezoito Interlocutores de Inovação designados por cada Direção, responsáveis pela identificação de oportunidades, desenvolvimento de projetos e disseminação da cultura de inovação nas respetivas áreas funcionais.

No âmbito da estratégia de consolidação das práticas de inovação, foi desenvolvido o Projeto PROTEU, visando a definição de um novo modelo de inovação. A Fase I – Ignição, concluída em maio de 2025, consistiu na realização de um diagnóstico organizacional abrangente, que envolveu entrevistas aos membros da Administração, Diretores e Interlocutores de Inovação, bem como a aplicação de questionários para avaliação da maturidade de inovação.

Os resultados desta fase foram apresentados em sessão dedicada realizada a 26 de maio, na Academia das Águas Livres, evento que incluiu também uma *Masterclass* de Inovação, com a participação de cerca de 100 trabalhadores. Esta sessão permitiu alinhar conceitos fundamentais sobre os imperativos, competências e arquitetura da inovação, constituindo um marco importante na mobilização organizacional para a transformação pretendida.

Igualmente em 2025, a empresa avançou na estruturação das suas práticas de inovação, com o início da implementação de um Sistema de Gestão da Inovação segundo o referencial NP EN ISO 56001:2024. Durante o ano, foram desenvolvidos os processos e documentação de suporte, incluindo procedimentos para a gestão de ideias e oportunidades, gestão de projetos de inovação e gestão do conhecimento.

Em outubro de 2025, foi realizada uma auditoria interna de carácter preparatório ao SGI, conduzida por uma entidade externa especializada. A auditoria abrangeu todos os requisitos normativos aplicáveis e

identificou as áreas de melhoria a considerar para o aprofundamento da implementação do sistema, com vista a uma eventual futura certificação.

A Empresa promoveu durante o ano as seguintes iniciativas e programas de Inovação:

- *Workshop de Inteligência Artificial*

A 6 de março de 2025, realizou-se o workshop "Como alavancar a EPAL com a Inteligência Artificial?", que reuniu cerca de quarenta participantes, incluindo administradores e os membros do Comité de Inovação. A sessão contemplou a apresentação de conceitos fundamentais de Inteligência Artificial, demonstrações práticas e análise de tendências, seguida de atividades de trabalho em grupo para identificação de casos de uso aplicáveis à realidade da empresa. Esta iniciativa enquadra-se na estratégia de transformação digital da EPAL e visa explorar as oportunidades proporcionadas pela Inteligência Artificial para a otimização dos processos operacionais e de gestão.

- *EPALin – Prémio Inovação (8.ª Edição)*

O concurso EPALin – "Prémio Inovação", iniciativa que incentiva o desenvolvimento de projetos inovadores pelos trabalhadores, celebrou a sua 8.ª edição em 2025. Esta iniciativa tem-se revelado um importante catalisador para o envolvimento de todos os trabalhadores na busca da melhoria contínua, promovendo a participação ativa na vida da empresa e o fortalecimento da sua capacidade de inovação.

A. Investigação e Desenvolvimento (I&D)

A EPAL consolidou a sua posição como empresa inovadora através do desenvolvimento e coordenação de projetos estratégicos de Investigação e Desenvolvimento (I&D), com especial enfoque na inovação produtiva e na economia circular, destacando-se a valorização de subprodutos.

- *Valorização de Lamas de ETA*

Após a desclassificação das lamas de ETA da categoria de resíduo, em 2020, passou a ser possível a sua comercialização como matéria-prima para a indústria cerâmica e como reagente no tratamento de águas residuais. Em 2024, o âmbito da investigação foi significativamente alargado e, em parceria com a AdP Valor, foi submetido um dossier técnico com vista à desclassificação das lamas de ETA para novas aplicações.

Ao longo de 2025, realizaram-se diversas reuniões com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), tendo ficado acordada a necessidade de desenvolver uma série adicional de análises para

robustecer a evidência técnica e comprovar a viabilidade da desclassificação das lamas de ETA, enquanto substituto de matéria-prima para *tout-venant*, em linha com os resultados obtidos no estudo desenvolvido pela Universidade da Beira Interior (UBI) em 2023.

- *Valorização de Insolúveis de Cal*

Na sequência da desclassificação dos insolúveis de cal como subproduto, em 2020, para utilização no tratamento de águas residuais, prosseguiram as investigações com vista à expansão das suas aplicações, com enfoque nas vertentes da agricultura e da construção civil. Em 2025, e tendo em conta os resultados obtidos pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), optou-se por colocar em pausa os trabalhos associados à aplicação em construção civil. Em contrapartida, na vertente agrícola, manteve-se e reforçou-se a colaboração com o Instituto Politécnico de Viana do Castelo e com o Instituto Superior de Agronomia, com a continuidade do piloto de utilização dos insolúveis de cal como corretivo alcalinizante, e a avaliação dos seus efeitos em diferentes culturas.

B. Projetos Inovadores

- *Centro de Controlo de Energia e Emissões (CCEE)*

Em 2025, prosseguiu-se com a implementação do Centro de Controlo de Energia e Emissões, um projeto pioneiro que representa um marco significativo na estratégia de sustentabilidade e no compromisso com a neutralidade energética. O CCEE integra tecnologias avançadas de monitorização e gestão em tempo real dos consumos energéticos, abrangendo as principais infraestruturas responsáveis por cerca de 80% da capacidade instalada.

O sistema permite maximizar a utilização de energias renováveis próprias, incluindo centrais fotovoltaicas, mini-hídricas e parques eólicos, contribuindo para a redução da dependência energética e da pegada carbónica da empresa. O projeto destaca-se pela sua abrangência e replicabilidade, estabelecendo um modelo de referência para outras entidades do setor.

Em 2025, o projeto Centro de Controlo de Energia e Emissões (CCEE) foi distinguido com o 2.º lugar no Prémio de Inovação da ERSAR, atribuído no âmbito das Conferências de março 2025. Este reconhecimento público evidencia a capacidade de inovação da EPAL no domínio da eficiência energética e sustentabilidade ambiental.

- *Portefólio de Projetos de Inovação*

A EPAL e a AdVT mantêm um portefólio ativo de projetos de inovação, acompanhado periodicamente no âmbito da implementação do Sistema de Gestão da Inovação. Este portefólio inclui iniciativas de natureza diversa, desde projetos de melhoria contínua até projetos de Investigação e Desenvolvimento com enquadramento no SIFIDE.

- *Programa AdP Inovação Proativa*

No âmbito do programa AdP Inovação Proativa, promovido pelo Grupo Águas de Portugal, a EPAL e a AdVT participam em sete projetos de inovação colaborativa, distribuídos por duas edições do concurso.

- 1.ª Edição (2022)

Projetos coordenados:

- Síphon – Desenvolvimento de microturbina sifonada para microgeração hidroelétrica em infraestruturas do setor da água
- RecPeN – Recuperação de fósforo e desamonificação sidestream

Projetos em parceria:

- PortalApR – Portal de Gestão Integrada de Água para Reutilização (coordenação: Águas do Norte)
- D@Mwise – Sistemas de Previsão de Caudais em Albufeiras (coordenação: Águas do Norte)

- 2.ª Edição (2023)

Projetos coordenados:

- Intellile@k – Detecção inteligente de fugas
- ZEROinETAR – Desenvolvimento de Plataforma de Gestão Integrada para Controlo de Incumprimentos em ETAR

Projeto em parceria:

- AI_Control – Estratégia de Gestão de Afluências Indevidas (coordenação: SIMARSUL)

O desenvolvimento destes projetos envolve equipas comuns da EPAL e da AdVT, no quadro da gestão delegada do sistema multimunicipal atribuída à EPAL, nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março. O apoio financeiro totaliza 433.116 euros, dos quais 303.250 euros correspondem à EPAL e 129.866 euros à AdVT.

- o *Projetos de I&D*

No exercício de 2025, foram monitorizados nove projetos de I&D enquadrados no âmbito do SIFIDE, abrangendo áreas como tratamento de água, métodos analíticos laboratoriais, manutenção de infraestruturas e soluções digitais. Estes projetos envolvem equipas multidisciplinares das Direções de Operações de Abastecimento de Água, Operações de Saneamento, Laboratórios e Manutenção.

Incentivos Financeiros

Em 2025 foi concluído o processo de encerramento da operação POSEUR-01-1203-FC-000199, relativa à melhoria do desempenho energético do edifício sede da EPAL, na Avenida da Liberdade.

A operação, aprovada em 2020 no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), visava a implementação de medidas de eficiência energética com o objetivo de elevar a classe energética do edifício de "C" para "B". Após reprogramação física e financeira em 2023, decorrente de condicionantes técnicas na implementação do sistema fotovoltaico inicialmente previsto, a operação foi executada com um investimento elegível de 248 mil euros.

Na sequência da verificação final, constatou-se que a classe energética "B" não foi atingida, mantendo-se a classe "C". Em conformidade com as condições do Aviso-Concurso, a taxa de cofinanciamento foi revista de 45% para 35%, resultando num financiamento final de 87 mil euros pelo Fundo de Coesão.

Incentivos Fiscais

O Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE II), permite às empresas deduzir à coleta do IRC uma percentagem das despesas elegíveis realizadas em atividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D). A EPAL recorre a este instrumento de política fiscal para valorizar o investimento continuado em projetos de investigação e desenvolvimento.

- **Candidatura ao SIFIDE – Exercício Fiscal 2023**

Em setembro de 2025, a Agência Nacional de Inovação (ANI) comunicou a decisão final relativa à candidatura do exercício fiscal de 2023, aprovando um crédito fiscal de 223.590 euros. Este valor representa 85% do montante inicialmente solicitado (264.241 euros), tendo sido validados os cinco projetos de I&D apresentados. O resultado reflete a aceitação parcial das alegações apresentadas pela EPAL em sede de audiência prévia, face ao projeto de decisão inicial.

- Candidatura ao SIFIDE – Exercício Fiscal 2024

Em maio de 2025, a EPAL submeteu à ANI a candidatura ao SIFIDE referente ao exercício fiscal de 2024. A candidatura abrangeu nove projetos de I&D desenvolvidos por quatro direções da empresa, num investimento total de 915.468 euros. As despesas elegíveis apresentadas totalizaram 630.409 euros, correspondendo a um pedido de crédito fiscal de 297.533 euros.

Em dezembro de 2025, a ANI notificou a EPAL do projeto de decisão com deferimento parcial da candidatura. No exercício do direito de audiência prévia, a empresa apresentou alegações fundamentadas demonstrando a natureza inovadora e a elegibilidade das atividades de I&D desenvolvidas nos projetos objeto de reparos. À data de encerramento do presente relatório, aguarda-se a decisão final da ANI.

Durante o exercício de 2025, a Empresa identificou, no âmbito do Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE) despesas de investigação e desenvolvimento, reforçando o compromisso da EPAL com a valorização dos projetos de I&D como fator de inovação e criação de valor no setor da água.

Deste modo, até 31 de maio de 2026, será preparada e submetida uma candidatura ao SIFIDE, não existindo ainda nesta data qualquer estimativa do valor de crédito fiscal a considerar.

EVENTOS POSTERIORES AO FECHO

Desde o final de janeiro e no mês de fevereiro de 2026, o território de Portugal continental tem sido sucessivamente afetado por várias depressões meteorológicas – fenómeno comumente designado por “comboio de tempestades” – entre as quais se destacam a Ingrid, o Joseph, a Kristin, o Leonardo e a Marta. Estes fenómenos têm provocado episódios de precipitação intensa, ventos fortes e agitação marítima significativa, resultando em cheias, deslizamentos de terras, falhas de energia e de telecomunicações.

Esta sucessão de eventos climáticos extremos provocou danos significativos em praticamente todo o território continental, afetando múltiplos domínios, infraestruturas e equipamentos, com impactos consideráveis na operacionalidade dos sistemas de abastecimento e de saneamento. Em particular, a depressão Kristin – já classificada pelo IPMA como a “mais forte de sempre” em Portugal – deixou um rasto de destruição nas infraestruturas, instalações e equipamentos de adução, distribuição de água e drenagem de águas residuais. Os efeitos adversos estenderam-se ainda à interrupção do fornecimento de energia elétrica e de telecomunicações, agravando a complexidade da resposta operacional.

Para assegurar a continuidade do serviço e mitigar os impactos, foram e estão a ser implementadas diversas soluções provisórias com gastos acrescidos que incluem o transporte de água por autotanques, a alimentação elétrica por geradores, reforço no consumo de reagentes para tratamento de águas assim como uma mobilização contínua e extraordinária das equipas, entre outros. Estas medidas visam garantir, dentro do possível, a continuidade da operação dos sistemas de abastecimento de água e dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais geridas pelo Grupo AdP, apesar das condições excecionais verificadas.

No caso concreto da EPAL, salienta-se a implementação de um conjunto alargado de medidas de carácter preventivo, corretivo e de contingência, desenvolvidas no decurso das depressões Kristin e Leonardo, com vista a assegurar a continuidade do serviço e a salvaguarda das infraestruturas críticas. Entre as principais ações adotadas, destacam-se:

- Recurso a geradores para garantir a alimentação elétrica das infraestruturas essenciais;
- Aquisição e reforço de combustíveis destinados ao funcionamento contínuo dos geradores;
- Em situações pontuais, abastecimento de água através de camiões dos bombeiros, assegurando o fornecimento às populações afetadas;
- Estreitamento de contactos com os serviços da Proteção Civil, nomeadamente para apoio no acesso às infraestruturas condicionadas e validação da estabilização de vias de circulação;

- Utilização de rádios SIRESP e telefones satélite, garantindo redundância e fiabilidade nas comunicações operacionais;
- Contactos com a APA, no que respeita às capacidades de encaixe das barragens e à monitorização dos caudais dos rios;
- Articulação permanente com entidades gestoras em baixa, assegurando coordenação operacional e partilha de informação relevante.

Até à data da elaboração e aprovação do presente relatório, para além do descrito, não se registaram quaisquer outros eventos ou acontecimentos relevantes que afetem o conteúdo do descrito no Relatório e Contas da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES DO AÇIONISTA E DISPOSIÇÕES LEGAIS - 2025

Conforme disposto pela Entidade do Tesouro e Finanças, através das instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2025, "o relatório de gestão deve incluir um índice com respetiva paginação e integrar um capítulo individualizado, devidamente fundamentado, dedicado à divulgação do cumprimento das orientações do acionista e das disposições legais aplicáveis (...).

Essas instruções foram divulgadas através do Ofício-Circular n.º SAI/2026/904, de 26 de janeiro de 2026, e aplicam-se à EPAL.

1) Execução do Plano de Atividades e Orçamento

a) Evidenciar a execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2025 aprovado, com a identificação obrigatória do volume de negócios, gastos operacionais, rácio de eficiência e variação de endividamento, explicitando os valores orçamentados, executados e os respetivos desvios, bem como a justificação para os incumprimentos e as medidas de correção, quando aplicável

Nos termos do n.º 7 e do n.º 8 do artigo 39.º do RJSPE, foi aprovado o relatório de análise n.º 284/2024, de 30 de dezembro, da Entidade do Tesouro e Finanças (à altura Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial), no qual se conclui que o Plano de Atividades e Orçamento da EPAL para 2025 se encontrava em condições de merecer aprovação.

O Relatório de Análise foi aprovado pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, através do Despacho n.º 14/2025-SETF, de 7 de janeiro, tendo sido concedidas as autorizações legalmente necessárias. Nos termos e para efeitos do disposto no n.º 9 do artigo 39.º do RJSPE, foi aprovado o Plano de Atividades e Orçamento da EPAL para 2025, por Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças (Despacho n.º 14/2025-SETF, de 7 de janeiro) e da Senhora Ministra do Ambiente e Energia, datado de 5 de março de 2025.

Unid: euro

Indicadores	PAO 2025	Executado 2025	Desvio (+/-)	Observações/medidas
Resultado Líquido	54.300.708 €	66.143.190 €	+11.842.483 €	Maior volume de negócios e menos gastos que o previsto
EBITDA	106.158.616 €	117.636.319 €	+11.477.703 €	Maior volume de negócios e menos gastos que o previsto
Resultado Operacional ¹⁾ (EBIT)	76.877.558 €	90.295.827 €	+13.418.269 €	Maior volume de negócios e menos gastos que o previsto
Volume de Negócios ²⁾	188.452.847 €	196.603.856 €	+8.151.009 €	Maior volume vendido. Considera apenas vendas (água e quota serviço) e prestações de serviços
Gastos Operacionais ³⁾	77.547.538 €	76.600.965 €	-946.573 €	Gastos operacionais inferiores ao previsto
Gastos Operacionais não comparáveis ⁷⁾	-1.984.196 €	-1.250.588 €	+733.608 €	Gastos operacionais reais afetados por efeitos não comparáveis
Gastos Operacionais ajustados ⁷⁾	75.563.342 €	75.350.377 €	-212.965 €	Gastos operacionais inferiores ao previsto
Gastos Operacionais/Volume de N.	40,1%	38,3%	-1,8%	Rácio inferior ao previsto

Unid: euro

Indicadores	PAO 2025	Executado 2025	Desvio (+/-)	Observações/medidas
Endividamento ⁴⁾	58.845.911 €	36.932.094 €	-21.913.816 €	Menor realização do plano de investimentos e maior cash-flow operacional face à previsão
Dívida Financeira Líquida⁵⁾/EBITDA	0,52	0,03	-0,49	Rácio inferior ao previsto (dívida inferior e EBITDA superior)
Disponibilidades ⁶⁾	3.670.948 €	32.925.635 €	+29.254.686 €	Menor realização do plano de investimentos e maior cash-flow operacional face à previsão

- 1) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.
- 2) Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são consideradas no cálculo do Volume de Negócios.
- 3) CMVMC, FSE e Gastos com Pessoal
- 4) Passivo remunerado
- 5) Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento deduzido das disponibilidades.
- 6) Caixa conforme Balanço
- 7) Ajustamentos gastos operacionais relativos a gastos não comparáveis

b) Objetivos e Metas de gestão

Os objetivos e metas definidos pela gestão no âmbito do PAO, designadamente a explicitação do grau de execução dos mesmos, assim como a justificação dos desvios e as medidas corretivas adotadas constam do ponto 10 a) do presente capítulo.

c) Para as empresas públicas que integram o perímetro de consolidação das Administrações Públicas, incluir um quadro que evidencie o grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE, acompanhado de nota justificativa dos respetivos desvios.

Não aplicável, pois a Empresa não integra o perímetro de consolidação das Administrações Públicas.

d) Autorizações concedidas na aprovação do PAO 2025:

No quadro seguinte são elencadas de forma expressa as autorizações concedidas em sede de apreciação e aprovação do PAO 2025:

Autorização Concedida	Despacho Autorizador	Indicar o limite/montante autorizado para 2025
Gastos Operacionais	Despacho n.º 14/2025-SETF	Aumento até ao limte de 77,548 milhões €, em 2025
Trabalhadores	Despacho n.º 14/2025-SETF	Contratação de +47 trabalhadores em 2025
Trabalhadores	Despacho n.º 14/2025-SETF	Autorização genérica para a celebração de contratos de trabalho a termo resolutivo para substituição de trabalhadores detentores de contrato sem termo, para a mesma função, que se encontrem ausentes
Trabalhadores	Despacho n.º 14/2025-SETF	Autorização genérica para o recrutamento antecipado para substituição de trabalhadores que deixam a empresa no ano, até ao limite de 5% do número de trabalhadores em cada categoria
Frota	Despacho n.º 14/2025-SETF	Aquisição/contratação/locação de 6 viaturas para a frota operacional em 2025
Frota	Despacho n.º 14/2025-SETF	Autorização para iniciar o desenvolvimento dos procedimentos de contratação de viaturas necessários para a substituição da sua frota operacional

2) Eficiência Operacional e Gastos Operacionais

Conforme previsto no artigo o artigo 52.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2025 (LOE 2025), e no artigo 140.º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março, que estabelece as normas de execução do mesmo (DLEO 2025), o rácio da eficiência operacional (gastos operacionais sobre o volume de negócios, excluídos os impactos extraordinários decorrentes do cumprimento de disposições legais, devidamente fundamentados) deve ser igual ou inferior ao verificado em 2024.

O quadro seguinte detalha o cálculo do rácio de eficiência operacional para os exercícios de 2024 ("2024 Exec.") e 2025 ("2025 Exec."). Inclui-se igualmente os valores constantes do PAO aprovado ("2025 Orç.").

EFICIÊNCIA OPERACIONAL - artigo 140.º do DLEO 2025	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025(Exec.)/2024 (Exec.)		2025 (Exec.)/2025 (Orç.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
Gastos operacionais (GO)							
(1) CMVMC	2.240.904 €	2.238.971 €	2.226.168 €	14.735 €	0,7%	1.932 €	0,1%
(2) FSE	45.355.237 €	44.016.723 €	44.945.423 €	409.814 €	0,9%	1.338.514 €	3,0%
(3) Gastos com o pessoal	29.004.825 €	31.291.844 €	27.789.391 €	1.215.435 €	4,4%	-2.287.019 €	-7,3%
(4) Impactos nos gastos decorrentes de disposições legais (discriminar e fundamentar, se aplicável):							
Imposições legais - RH	1.242.311 €	1.285.568 €	0 €	1.242.311 €	-	-43.257 €	-3,4%
Seguro de doença (agravamento prémio)	213.047 €	698.629 €	0 €	213.047 €	-	-485.582 €	-69,5%
(5) Gastos operacionais ajustados (1)+(2)+(3)-(4)	75.145.608 €	75.563.342 €	74.960.982 €	184.626 €	0,2%	-417.734 €	-0,6%
(6) Volume de negócios	196.603.856 €	188.452.847 €	186.450.675 €	10.153.181 €	5,4%	8.151.009 €	4,3%
Vendas	194.294.308 €	186.862.847 €	184.399.989 €	9.894.319 €	5,4%	7.431.461 €	4,0%
Prestações de Serviços	2.309.549 €	1.590.000 €	2.050.686 €	258.863 €	12,6%	719.549 €	45,3%
(7) Impactos no VN decorrentes de disposições legais (discriminar e fundamentar, se aplicável):							
(8) Volume de negócios ajustado (6)+(7)	196.603.856 €	188.452.847 €	186.450.675 €	10.153.181 €	5,4%	8.151.009 €	4,3%
(9) Peso dos Gastos/VN = (5)/(8)	38,2%	40,1%	40,2%	-2,0%		-1,9%	

Conforme se constata da análise do quadro, a EPAL cumpriu com a redução, no seu conjunto, do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, cumprindo igualmente o valor dos gastos operacionais aprovados no âmbito do PAO 2025.

Ao nível dos gastos com o pessoal, os factos que não permitem a comparabilidade decorrem:

- da aplicação do acordo de valorização de rendimentos (por via da atualização das rubricas pecuniárias do Acordo de Empresa), que se traduziu num gasto acrescido de 1,3 milhões de euros;
- do agravamento do prémio do seguro de doença, com um gasto acrescido de 8 mil euros;

Os factos não comparáveis referidos acima foram considerados no quadro supra na linha "(4).

Apresenta-se em seguida o quadro com informação adicional requerida:

Informação adicional	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025(Exec.)/2024 (Exec.)		2025 (Exec.)/2025 (Orç.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(1) Gastos com o pessoal	29.004.825 €	31.291.844 €	27.789.391 €				
i. (-) Gastos relativos aos órgãos sociais	738.275 €	655.140 €	622.816 €	115.459 €	18,5%	83.135 €	12,7%
ii. (-) Efeito do cumprimento de disposições legais (discriminar, se aplicável)	0 €	0 €	0 €	0 €	-	0 €	-
iii. (-) Acordo tripartido 2025-2028 sobre a valorização salarial e o crescimento económico ^{a)}	1.242.311 €	1.285.568 €	0 €	1.242.311 €	-	-43.257 €	-3,4%
iv. (-) Valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação de Regulamentos/IRCT	141.112 €	147.054 €	0 €	141.112 €	-	-5.942 €	-4,0%
v. (+) Efeito do Absentismo	656.634 €	250.000 €	505.112 €	151.522 €	30,0%	406.634 €	162,7%
vi. (-) Efeito das indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo)	0 €	0 €	0 €	0 €	-	0 €	-
(2) Gastos com pessoal sem os impactos i. a vi	27.539.761 €	28.954.082 €	26.661.463 €	878.299 €	3,3%	-1.414.321 €	-4,9%
(3) Gastos com deslocações e alojamento	95.705 €	86.500 €	84.677 €	11.028 €	13,0%	9.206 €	10,6%
(4) Gastos com ajudas de custo	8.570 €	10.000 €	15.738 €	-7.168 €	-45,5%	-1.430 €	-14,3%
(5) Gastos associados à frota automóvel ^{b)}	2.792.303 €	2.667.100 €	2.477.208 €	315.095 €	12,7%	125.204 €	4,7%
(6) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos	265.532 €	290.000 €	284.884 €	-19.352 €	-6,8%	-24.467 €	-8,4%
(7) Total dos gastos (3) a (6)	3.162.111 €	3.053.599 €	2.862.507 €	299.604 €	10,5%	108.512 €	3,6%
(8) N.º de Viaturas (operacional)	268	274	268	0	0	-6	0
(9) N.º de viaturas (não operacional)	-	-	-	0	-	0	-

a) Devem ser excluídos os gastos relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de orientações expressas do acionista Estado, em matéria de concretização do acordo tripartido 2025-2028 sobre a valorização salarial e o crescimento económico, celebrado a 1 de outubro de 2024.

b) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

3) Recursos Humanos e Massa Salarial

Tendo em consideração o previsto nos artigos 138.º a 139.º do DLEO 2025 e no Despacho n.º 1103-B/2025, de 22 de janeiro de 2025, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, apresenta-se no quadro seguinte a evolução desagregada do número de recursos humanos em 2025:

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2024	Movimentos de Pessoal em 2025					Situação a 31/12/2025
		Saídas (reformas/outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licença	Contratações para substituição de saídas	Novas contratações*	Entradas ao abrigo do ... (normativo legal, despacho, etc.)**	
	(1)	(2)		(3)	(4)	(5)	(6) = (1)-(2)+(3)+(4)+(5)
Órgãos Sociais (OS)	11	5	0	0	0	5	11
Cargos de direção (s/ OS)	18	0	0	0	0	0	18
Trabalhadores							0
Tec. Operacional	209	13	1	14	4	1	
Tec. Especializado	139	12	0	0	0	0	127
Quadros	281	15	5	13	26	0	305
Total (OS+CD+Trabalhadores)	658	45	6	27	30	6	676
Impacto nos gastos com pessoal	-	749.642 €	-	371.879 €	429.638 €	23.406 €	75.281 €

* Contratações autorizadas no PAO 2025 - Despacho n.º 14/2025-SETF

** Autorização genérica para a celebração de contratos de trabalho a termo resolutivo para substituição de trabalhadores detentores de contrato sem termo, para a mesma função, que se encontrem ausentes – PAO 2025 - Despacho n.º 14/2025-SETF

Atendendo que a Empresa obteve autorização, no âmbito do Despacho de aprovação do PAO para 2025, para aumento do n.º de trabalhadores face a 31 de dezembro de 2024, apresenta-se o correspondente Despacho autorizador:

Despacho n.º 14/2025-SETF

Atento o exposto no presente Relatório de Análise da UTAM, aprova-se a proposta de PAO 2025-2027 da EPAL, S.A., incluindo o Plano de Investimentos, limitado às autorizações a seguir identificadas, e sem prejuízo do cumprimento dos demais requisitos legais por parte da empresa:

- i. aumento dos Gastos Operacionais, limitando o seu valor total a 77,548 milhões de euros, em 2025;
- ii. contratação de 47 trabalhadores em 2025, cumprindo o previsto no ponto 3.15 *infra*, limitando o número de trabalhadores a 718 em 2025;
- iii. autorização genérica para a celebração de contratos de trabalho a termo resolutivo para substituição de trabalhadores detentores de contrato sem termo, para a mesma função, que se encontrem ausentes, nomeadamente por doença ou parentalidade;
- iv. autorização genérica para o recrutamento antecipado para substituição de trabalhadores que deixam a empresa no ano a que respeita o PAO, até ao limite de 5% do número de trabalhadores em cada categoria;

A evolução da massa salarial, nos termos e para os efeitos previstos no Despacho n.º 1103-B/2025, de 22 de janeiro de 2025, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, é apresentada no quadro *infra*:

	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025/2024	
				Δ Absol.	Var. %
N.º de membros dos órgãos sociais (OS)	11	12	11	0	0,0%
N.º de membros cargos de direção (CD)	18	18	18	0	0,0%
N.º dos restantes trabalhadores (sem OS e sem CD)	647	688	629	18	2,9%
TOTAL	676	718	658	18	2,7%
N.º Trabalhadores/N.º CD	60,5	58,8	58,8	1,6	2,8%
Gastos com Pessoal/Total (OS+CD+T)	0 €	0 €	0 €	0 €	0,0%
Massa Salarial Global	29.004.825 €	31.291.844 €	27.789.391 €	1.215.435 €	4,4%
Massa Salarial sem os efeitos de volume (caso se tenha verificado um aumento ou diminuição líquida do n.º de trabalhadores) ³⁾	28.929.544 €	29.917.921 €	27.789.391 €	1.140.154 €	4,1%

A linha “Massa salarial sem efeitos de volume” ajusta para 2025 e para o PAO o impacto das novas contratações (reais e previstas).

A valorização salarial decorrente do disposto no Despacho, de 22/01/2025, do Sr. Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, foi de 4,4% (um impacto de 1.242.311 euros num total de gastos de 28.266.550 euros (total de gastos com o pessoal deduzidos dos gastos com órgãos sociais). Refira-se que a valorização salarial aplicada aos trabalhadores da EPAL decorreu da atualização do seu Acordo de Empresa.

4) Plano de Investimentos

No quadro seguinte apresenta-se a execução dos investimentos no período, incluindo a menção explícita aos investimentos executados que não foram previstos no PAO aprovado, ou, estando previstos no PAO aprovado excederam o valor orçamentado, bem como a eventual autorização autónoma concedida pelas tutelas e em que termos.

Plano de Investimento	PAO 2025	Total		Fontes de financiamento			Desvio (PAO vs Executado)	Observações/ Medidas
		Executado 2025	Autofinanciam. (Rec. próprias)	Endivid.	Fundos comunitários	Unid: euro		
Investimentos constantes do PAO:								
Investimento em curso a 31.12.2024	17.112.848 €	9.118.643 €	9.118.643 €				-7.994.205 €	Contribuem significativamente para o desvio, o atraso nos três seguintes investimentos: 1. Otimização dos locais de medição de consumo de água - Clientes/rede de Lisboa (2,0 milhões de euros); 2. Nova Academia da Água (1,1 milhões de euros); 3. ETA Vale da Pedra - intervenções de Melhoria (1,0 milhões de euros); O restante desvio está disseminado por 70 investimentos. Investimentos acompanhados no RET 1. Adutor Castelo do Bode – Duplicação – Fase 5 – Troço Azambuja / Várzea das Chaminés Desvio: 5,0 milhões de euros O atraso no lançamento do Projeto condicionou o avanço do investimento. A empreitada já foi adjudicada encontrando-se a aguardar visto prévio do Tribunal de Contas. A execução deverá iniciar-se em 2026, após obtenção do referido visto. Prazo de execução: 750 dias. 2. Grupos Elevatórios de Vila Franca de Xira Desvio: 2,5 milhões de euros Os atrasos registados na definição das especificações técnicas e demais peças do procedimento levaram ao lançamento do concurso apenas em 15/01/2026. Prevê-se que a execução da empreitada tenha início no 3.º trimestre de 2026. Prazo de execução: 455 dias. 3. Reabilitação e Ampliação do Sistema da Pimenta Desvio: 1,7 milhões de euros A empreitada teve início em maio de 2025 e a conclusão está prevista para o final de 2026. A celebração do contrato sofreu atrasos devido à necessidade de regularização de questões relativas a terrenos. 4. Recinto de Vila Franca de Xira – Reabilitação das Estruturas Operacionais Desvio: 1,6 milhões de euros Primeiro Concurso ficou deserto. Depois houve atraso no lançamento do novo concurso, pelo facto de se ter feito adaptações e alterações ao Projeto. A empreitada encontra-se em execução, tendo sido adjudicada em 17/03/2025. Prazo de execução: 365 dias. 5. Adutor Castelo do Bode – Duplicação – Fase 1 – Troço Brogueira / Sobral Desvio: 0,9 milhões de euros Empreitado em curso prevendo-se a sua finalização até ao final do 3º Trimestre de 2026.
Investimento constante das fichas de acompanhamento do “Relatório de Execução Orçamental (RET)”	21.200.000 €	9.573.157 €	9.573.157 €				-11.626.843 €	3. Reabilitação e Ampliação do Sistema da Pimenta Desvio: 1,7 milhões de euros A empreitada teve início em maio de 2025 e a conclusão está prevista para o final de 2026. A celebração do contrato sofreu atrasos devido à necessidade de regularização de questões relativas a terrenos. 4. Recinto de Vila Franca de Xira – Reabilitação das Estruturas Operacionais Desvio: 1,6 milhões de euros Primeiro Concurso ficou deserto. Depois houve atraso no lançamento do novo concurso, pelo facto de se ter feito adaptações e alterações ao Projeto. A empreitada encontra-se em execução, tendo sido adjudicada em 17/03/2025. Prazo de execução: 365 dias. 5. Adutor Castelo do Bode – Duplicação – Fase 1 – Troço Brogueira / Sobral Desvio: 0,9 milhões de euros Empreitado em curso prevendo-se a sua finalização até ao final do 3º Trimestre de 2026.
Investimentos materialmente relevantes	0 €	0 €	0 €				0 €	Não foram aprovados investimentos materialmente relevantes.
Restante Investimento previsto	37.053.668 €	9.714.804 €	9.714.804 €				-27.338.864 €	Esta rubrica agrega um elevado número de Investimentos, novos e de substituição, disseminando-se o desvio por esses Investimentos. Verificaram-se atrasos nas componentes formais do processo (elaboração da solução técnica para projeto e desenvolvimento das peças para concurso) devido a constrangimentos internos e externos. Individualmente, destacam-se os desvios: 1. ETA Assesceira Sistema de Cloragem - osg (2,3 milhões de euros); 2. Adutor Vila Franca de Xira / Telheiras - Grandes Obras de Reabilitação - Troço A - EE VFX / Bairro da Mata (2,0 milhões de euros); 3. EE Olivais I - Reabilitação (2,0 milhões de euros); 4. Implementação de “Medição Interativa” nos Clientes da EPAL (1,9 milhões de euros); 5. EE Telheiras - Remodelação do Quadro de Comando e dos Quadros de MT (1,7 milhões de euros); 6. Rede de Distribuição - Reabilitação Conduzidas (DN=400) - SNG (1,5 milhões de euros); 7. EE Guerreiros - Remodelação do PT e da Mesa de Comando (1,5 milhões de euros);
Investimento realizado não constante do PAO	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	Não foram executados investimentos não previstos no PAO.
Valor total do investimento	75.366.516 €	28.406.604 €	28.406.604 €	0 €	0 €	0 €	-46.959.912 €	

5) Contratualização de Serviço Público

Não aplicável, pois a Empresa não tem contratos-programa, contratos de prestação de serviço público ou de interesse económico geral celebrados com Estado.

6) Gestão do Risco Financeiro

Neste ponto é indicada a evolução da taxa média anual de financiamento, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos 5 anos, acompanhada de uma análise da eficiência da política de financiamento.

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução da taxa média de financiamento (incluindo encargos associados aos empréstimos, tais como os gastos com juros e garantias) dos últimos 5 anos.

Unid: euro

Ano	2025	2024	2023	2022	2021
Encargos Financeiros (€)	1.192.172 €	1.599.637 €	1.760.090 €	1.192.172 €	1.150.067 €
Taxa Média de Financiamento (%)	2,82%	3,03%	2,78%	1,62%	1,37%

Os encargos financeiros no ano de 2025 diminuíram em 25%, em resultado do efeito conjugado de redução do capital em dívida, por via das amortizações programadas, e da redução das taxas de juro de mercado que afetam a taxa de juro da componente variável dos financiamentos.

A taxa média de financiamento (incluindo juros e outros encargos associados, tais como comissões de garantia) em 2025 foi de 2,8%, inferior à verificada no período homólogo (3,0% em 2024), essencialmente devido à redução dos juros em resultado da redução das taxas e das comissões de garantia pela redução do capital em dívida.

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco financeiro que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas

as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

Risco de mercado

Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da Empresa advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Empresa ao risco de fluxos de caixa, e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Empresa ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A política da Empresa é a de manter um equilíbrio entre o peso relativo de empréstimos com juros em regime de taxa fixa e empréstimos a taxa variável.

	31.12.2025	Taxa média +1%	Taxa média -1%
Juros suportados à taxa variável	419.644	588.757	250.530

A tabela anterior apresenta a análise da sensibilidade dos encargos financeiros da EPAL, com o impacto da variação de taxa mensurado num prazo de doze meses.

Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais da Empresa em energia e combustíveis, representam em média aproximadamente 40% do total de fornecimentos e serviços externos (41% em 2025 e 40% em 2024). O Grupo AdP, através da AdP SGPS, negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. A Empresa pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis.

A Empresa efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento, com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela seguinte apresenta as responsabilidades da EPAL por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

	<u>< 1 ano</u>	<u>1 a 5 anos</u>	<u>> 5 anos</u>
<i>Passivo</i>			
Financiamentos BEI	11.529.141	27.174.721	-

Os empréstimos BEI permitem contratualmente que a Empresa escolha a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa por um determinado período de tempo (taxa fixa revisível). Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI, foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, e para o período subsequente manteve-se a taxa de juro em vigor em 31 de dezembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital em dívida relacionado com os empréstimos BEI apresenta a seguinte estratificação por anos de refixação/revisão de taxa:

Ano fim do período em vigor para a atual taxa de juro	Capital em dívida em 31.12.2025 (nota 18)	Valor do capital no ano de refixação da taxa
2028	3.000.000	-
2029	13.512.578	-
2030	6.250.000	-
	<u>22.762.578</u>	-

Os empréstimos bancários dizem respeito apenas a financiamentos contratados junto do BEI.

O objetivo da EPAL em relação à gestão de capital, o qual é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, passa por manter uma estrutura de capital otimizada, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo do capital.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Financiamentos obtidos	36.932.094	47.558.518
Disponibilidades	(32.925.635)	(8.547.814)
Apoios de tesouraria ao acionista	(95.000.000)	(115.000.000)
Endividamento Líquido	<u>(90.993.540)</u>	<u>(75.989.296)</u>

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Capitais Próprios	717.349.697	696.470.077
Subsídios ao investimento	24.212.693	25.802.105
Capital e Subsídios	<u>741.562.391</u>	<u>722.272.181</u>
Dívida Líquida/Capital Total	<u>(0,12)</u>	<u>(0,11)</u>

O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da EPAL, com uma remuneração adequada ao acionista e gerando benefícios para todos os interessados. A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de investimento.

Em 2025, a EPAL manteve uma redução do seu rácio de endividamento líquido sobre o capital total, tendo-se verificado uma diminuição da dívida líquida (através da amortização de capital dos financiamentos BEI e do incremento no valor dos excedentes/disponibilidades), e um aumento do capital próprio (resultante da aplicação do resultado líquido gerado no ano anterior).

Para a dívida líquida contribuem os valores relativos aos apoios de tesouraria concedidos ao acionista, no âmbito da política de tesouraria do Grupo AdP. Essa centralização de fundos na AdP SGPS, quando necessária, tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras das empresas do Grupo, de forma a evitar ruturas de tesouraria. O facto da AdP SGPS gerir centralmente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários, tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo. Assim, apenas os excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, são aplicados junto do IGCP.

Risco de crédito

O risco de crédito está, essencialmente, relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Empresa. A EPAL está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está, essencialmente, relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de abastecimento de água). Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado.

A composição da carteira de clientes da EPAL tem 2 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais e (ii) particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa.

i. Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente no caso da EPAL que em regra não há valores desta natureza em débito. O Conselho de Administração da EPAL entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas esperadas por imparidade.

ii. Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que o abastecimento pela rede de distribuição em baixa permite o corte do abastecimento em caso de incumprimento reiterado no pagamento atempado das faturas pelos clientes. Não obstante, e dado que o incumprimento no pagamento atempado das faturas se traduz em perda patrimonial, são constituídas perdas esperadas por imparidade em função da perda esperada.

A perda esperada é determinada da seguinte forma: i) para faturas vencidas há mais de 6 meses é aplicada imparidade de 100% (prescrição legal de faturas vencidas há mais de 6 meses); ii) para as faturas emitidas e ainda não vencidas ou vencidas há menos de 6 meses é aplicada a percentagem de perda histórica verificada a qual é agravada por forma a incluir o efeito "forward looking".

Em 31 de dezembro de 2025 a exposição por classe de risco de contraparte é a seguinte:

Carteira de clientes	Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais	Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa
	Unid: euros	
Risco	Baixo	Médio
Exposição bruta	7.306.655	28.010.026
Imparidade	-	(13.036.999)
Exposição líquida	7.306.655	14.973.027

Contraparte de depósitos

Na tabela seguinte é apresentada a exposição máxima da EPAL ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) em 31 de dezembro de 2025 e 2024, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração da posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração da posição financeira.

Ativos Financeiros Bancários	2025	2024
Depósitos à Ordem	5.909.649	8.532.197
Depósitos a Prazo	27.000.000	-
Outros Ativos Financeiros	192.228	192.228
	33.101.876	8.724.424

Rating	2025	2024
A	33.076.045	8.420.722
A-	-	266.397
BBB+	1.637	37.305
BBB	24.194	-
	33.101.876	8.724.424

Risco de exploração

Risco de catástrofe

A EPAL está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a Empresa tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes. Os riscos para a Empresa encontram-se descritos no capítulo Contexto Regulatório, do Relatório de Gestão.

7) Limite de Crescimento do Endividamento

No ano de 2025, os financiamentos obtidos pela EPAL cingiam-se a empréstimos junto do BEI, tendo ocorrido no ano uma redução 10,6 milhões de euros (-22%), correspondente a amortizações programadas de capital relativa aos empréstimos contraídos em anos anteriores, não tendo recorrido no ano em apreço a qualquer novo financiamento.

A variação do endividamento homóloga, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 53.º da LOE 2025 e no artigo 141.º do DLEO 2025 é a seguinte:

Ano	2025	2024
Capital estatutário ou social realizado e outros instrumentos de capital	150.000.000 €	150.000.000 €
Financiamento remunerado	36.932.094 €	47.558.518 €
Novos investimentos com expressão material em 2025	0 €	
Varição do Endividamento	-5,38%	

A Empresa cumpre integralmente o disposto no artigo 53.º da LOE 2025, apresentando uma redução de 5,38% no seu endividamento, apurada nos seguintes termos:

$$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - \text{NovosInvestimentos}_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$$

Em que:

FR- Financiamento remunerado.

Capital - Capital social e outros instrumentos de capital próprio.

Nos termos do n.º 2 do artigo 141.º do DLEO 2025 (Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março), consideram-se novos investimentos com expressão material os que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior ao menor dos valores entre 10.700.000 euros ou o resultante da aplicação de 10% do orçamento anual da Empresa. Em 2025 a Empresa não tem investimentos enquadráveis nesta categoria.

8) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Nos termos conjugados do previsto nos artigos 28.º do RJ SPE, 13.º da LOE 2025, e 97.º do DLEO 2025, as empresas públicas não financeiras devem identificar as disponibilidades e aplicações financeiras que mantêm no final de cada trimestre junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., bem como junto da Banca Comercial.

À data de 31 de dezembro de 2025, as disponibilidades e aplicações da EPAL centralizadas no IGCP eram de 34.926.741 euros. As disponibilidades e aplicações financeiras que se encontravam junto do IGCP, no final de cada trimestre de 2025, eram as seguintes:

Unid: euro

IGCP	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
Disponibilidades	8.919.539 €	13.253.070 €	16.052.193 €	7.926.741 €
Aplicações financeiras	10.000.000 €	0 €	25.000.000 €	27.000.000 €
Total	18.919.539 €	13.253.070 €	41.052.193 €	34.926.741 €

As disponibilidades que se encontravam junto da banca comercial, no final de cada trimestre do ano de 2025, eram as seguintes:

Unid: euro

Banca Comercial*	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS, SA	29.563 €	39.333 €	26.429 €	14.384 €
BANCO BPI, SA	18.173 €	14.055 €	12.519 €	5.543 €
BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PO	15.515 €	3.883 €	0 €	0 €
BANCO SANTANDER TOTTA, SA	155.348 €	211.654 €	181.092 €	73.461 €
BANCO COMERCIAL PORTUGUES, SA	2.994 €	15.357 €	9.677 €	1.679 €
NOVO BANCO, SA	9.429 €	36.953 €	50.822 €	12.353 €
BANCO BANKINTER, SA	2.956 €	1.963 €	9.424 €	1.556 €
Total	233.978 €	323.199 €	289.963 €	108.975 €
Juros auferidos (€)**	0 €	0 €	0 €	0 €
Juros entregues (€)	0 €	0 €	0 €	0 €
Data entrega dos Juros***	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras

** - Identificar os juros auferidos de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da BC

Ressalva-se, contudo, que alguns montantes indicados no quadro anterior, respeitantes aos saldos finais em cada trimestre, poderão encontrar-se inflacionados por depósitos de valores efetuados pelos clientes no último dia útil de cada período, e que foram transferidos nos dias úteis seguinte para a conta da EPAL junto do IGCP.

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um

elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo AdP abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

No financiamento da carteira de projetos, para além das linhas do BEI e de apoios comunitários, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda duas emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 20 anos e, em 2016 a 12 anos, num total de 225 milhões de euros (capital em dívida no montante de 167 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025).

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneo dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade de os bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

O Grupo AdP, para o biénio 2024-2025, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através do Despacho SGC n.º 155/2024, de 4 de dezembro de 2024, do IGCP, para os seguintes serviços:

- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas (incluindo empréstimos, operações de leasing e factoring);
- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas através de descobertos bancários, sempre que as transferências internas entre empresas do Grupo AdP através das contas bancárias no IGCP não permitam mitigar as necessidades de umas empresas com os excedentes das outras empresas;
- Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Valores recebidos de cliente através da vertente credora dos débitos diretos, os quais devem ser semanalmente transferidos para contas das empresas do Grupo AdP no IGCP;
- Contas bancárias em jurisdições fora de Portugal tituladas por sucursais e subsidiárias não residentes em Portugal, que não iniciem por “PT50” e providenciar sempre que da sua atividade subsistam excedentes e tal seja concretizável, pela sua transferência para contas no IGCP;
- Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição;
- Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa do IGCP não possa satisfazer as necessidades da AdP;
- Custódia de títulos que não sejam de dívida pública;
- Recebimentos em 2024 de verbas no âmbito de processos de injunção contra clientes e no âmbito de subsídios.

9) Prazo Médio de Pagamento (PMP) e “Arrears”

O PMP, apurado em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 fevereiro, na sua versão atual foi de 29 dias em 2025.

Apesar de em 2025 o prazo médio de pagamento a fornecedores correntes apresentar um aumento de um dia face a 2024, cumpre na íntegra o previsto na legislação em apreço.

A evolução do prazo médio de pagamentos a fornecedores foi a seguinte:

PMP	2025	2024	Variação 25/24	
			Valor	%
Prazo (dias)	29	28	1	3,6%

No que se refere aos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, conjugado com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, apresenta a distribuição constante no quadro seguinte, sendo que os valores vencidos a mais de 90 dias respeitam a serviços e bens cuja respetiva prestação não se encontra ainda formalmente concluída e/ou prestada ou, em alguns casos, com processos de resolução pendentes, configurando deste modo situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor e, como tal, reportadas como situações excluídas no ponto 4.2 do quadro seguinte:

Unid: euro

Dívida Vencida (>90 dias)	PAGAMENTOS EM ATRASO				
	Valor das dívidas vencidas (art. 1.º do DL 65-A/2011 conjugado com o n.º 2 do art. 4.º do DL				
	2025				2024
	[90-180] dias	[180-365] dias	> 365 dias	Total	Total
1 - Aq. de Bens e Serviços	71.781 €	11.778 €	224.593 €	308.152 €	467.827 €
2 - Aq. de Capital	47.400 €	53.461 €	3.448 €	104.309 €	29.048 €
3 - Total dívida vencida >90 dias (1+2)	119.181 €	65.239 €	228.040 €	412.461 €	496.875 €
4 - Situações excluídas (n.º2 art. 4.º DL 127/2012)	119.181 €	65.239 €	228.040 €	412.461 €	496.875 €
4.1 - obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
4.2 - Situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor	119.181 €	65.239 €	228.040 €	412.461 €	496.875 €
4.3 - montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
5 - PAGAMENTOS EM ATRASO (3)-(4)	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €

Pagamentos em atraso nos termos do n.º 1 do artigo 40.º da LOE 2025	Saldo
1 - Pagamentos em atraso 2024 (>90 dias) ¹	0 €
2 - Pagamentos em atraso 2025 (>90 dias) ¹	0 €
3 - Δ Pagamentos em atraso (2-1)	0 €
5 - Saldo (3+4)	0 €

Notas: 1 - Nos termos do artigo 1.º do DL n.º 65-A/2011

10) Estatuto do Gestor Público

a) Objetivos de gestão

O Conselho de Administração da EPAL, eleito em 24 de junho de 2025, para o mandato 2025-2027, deu cumprimento ao disposto no n.º 13 do artigo 3 da Portaria n.º. 317-A/2021, de 23 de dezembro, conjugado com o disposto no artigo 18.º do Estatuto do Gestor Público, tendo apresentado uma proposta de objetivos e indicadores de gestão (estratégicos, setoriais e individuais) e respetivas metas a

constar dos contratos de gestão, aguardando-se a sua aprovação, nos termos e para os efeitos previstos nos citados normativos.

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.							
OBJETIVOS DE GESTÃO 2025	Cálculo	Grau de Cumprimento (GC):	100%				Ponderação
			80%	50%	0%		
1. Objetivos Estratégicos							
1.1.	Eficiência de Gestão (GO/VN)	Varição face ao PAO aprovado	var ≤ -0,10 p.p.	-0,10 p.p. < var ≤ 0,00 p.p.	0,00 p.p. < var ≤ +0,10 p.p.	var > +0,10 p.p.	5%
1.2.	Volume de Negócios (VN)	Varição face ao ano anterior	var > 0%	-5% ≤ var ≤ 0%	-10% ≤ var < -5%	var < -10%	5%
1.3.	Resultado Operacional (RO), líquido de imparidades, variação das provisões e correções de justo valor	Varição face ao ano anterior	var ≥ +1%	0% ≤ var < 1%	-1% ≤ var < 0%	var < -1%	20%

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.							
OBJETIVOS DE GESTÃO 2025	Cálculo	Grau de Cumprimento (GC):	100%				Ponderação
			80%	50%	0%		
2. Objetivos Setoriais							
2.1.	Qualidade da Água Fornecida	Indicador da Qualidade de Serviço da ERSAR AA04 - "Água Segura" (AS)	AS ≥ 98,50%	97,00% ≤ AS < 98,50%	90,00% ≤ AS < 97,00%	AS < 90,00%	10%
2.2.	Falhas no abastecimento	Indicador da Qualidade de Serviço da ERSAR AA03 - "Ocorrência de falhas de abastecimento" (FA) - em Alta	FA ≤ 0,02	0,02 < FA ≤ 0,04	0,04 < FA ≤ 0,06	FA > 0,06	10%
2.3.	Inquérito de satisfação (em Baixa)	Índice "Experiência - BECX"	Experiência BECX ≥ 7,9	7,6 ≤ Experiência BECX < 7,9	7,3 ≤ Experiência BECX < 7,6	Experiência BECX < 7,3	10%

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.							
OBJETIVOS DE GESTÃO 2025	Cálculo	Grau de Cumprimento (GC):	100%				Ponderação
			80%	50%	0%		
3. Objetivos individuais							
3.1.	JOSÉ SARDINHA Conceção de novos produtos / serviços / negócios	Data de lançamento / aprovação pelo Conselho de Administração do lançamento do novo produto.	1 novo produto / serviço / negócio até 31.10.2025	1 novo produto / serviço / negócio até 30.11.2025	1 novo produto / serviço / negócio até 31.12.2025	0 novos produtos / serviços / negócios	30%
3.2.	MANUEL FREXES Implementação da diretiva resiliência das entidades críticas - DL 22/2025 (Plano para Implementação da Diretiva CER)	N.º Ações executadas (AE) face ao previsto para o ano em causa	AE ≥ 90,00%	80,00% ≤ AE < 90,00%	70,00% ≤ AE < 80,00%	AE < 70,00%	30%
3.3.	CATARINA OLIVEIRA Endividamento Bruto	Varição do endividamento bruto face ao proposto em PAO	var < -5%	-5% ≤ var < 0%	0% ≤ var < +5%	var ≥ +5%	30%
3.4.	ROSÁRIO ÁGUAS Reabilitação do edifício da EPAL - Rua das Portas de Santo António 169-185	Publicar em Diário da República o Procedimento de Lançamento do Concurso para as empreitadas em avaliação	Lançamento da Reabilitação do edifício da EPAL - Consolidação Estrutural até finais de novembro de 2025	Lançamento da empreitada de Reabilitação do edifício da EPAL - Consolidação Estrutural até finais de dezembro 2025	Lançamento da empreitada de Reabilitação do edifício da EPAL - Consolidação Estrutural até finais de janeiro 2026	Não lançamento Reabilitação do edifício da EPAL - Consolidação Estrutural até 31.01.2026	30%
3.5.	RUI LOURENÇO Capacitação da Direção de Laboratórios da EPAL (LAB) para análise de novos parâmetros da qualidade da água do Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto	Validação, edição e extensão da acreditação do Método de Ensaio	Validação, edição e extensão da acreditação do Método de Ensaio * até 30/11/2025	Validação, edição e extensão da acreditação do Método de Ensaio * entre 01/12/2025 e 31/12/2025	Validação, edição e extensão da acreditação do Método de Ensaio * entre 01/01/2026 e 12/01/2026	Validação, edição e extensão da acreditação do Método de Ensaio * após 13/01/2026	30%

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.							
OBJETIVOS DE GESTÃO 2025	Cálculo	Grau de Cumprimento (GC):	100%				Ponderação
			80%	50%	0%		
4. Outros Objetivos							
4.1.	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva: N.º Ações executadas (AE) face ao previsto	AE ≥ 90,0%	80,00% ≤ AE < 90,0%	70,00% ≤ AE < 80,0%	AE < 70,0%	5%
4.2.	Respeito pelos prazos de pagamento	Prazo médio de pagamento - PMP (dias)	PMP < 30	30 ≤ PMP < 35	35 ≤ PMP < 40	PMP ≥ 40	5%

Sem prejuízo do que antecede, o grau de cumprimento em 2025, dos objetivos propostos, foi o seguinte:

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.				
OBJETIVOS DE GESTÃO 2025	Ponderação	Avaliação	GC do Objetivo	GC Global
1. Objetivos Estratégicos				
1.1. Eficiência de Gestão (GO/VN)	5%	-1,87 p.p.	1,0	0,05
1.2. Volume de Negócios (VN)	5%	5%	1,0	0,05
1.3. Resultado Operacional (RO), líquido de imparidades, variação das provisões e correções de justo valor	20%	9%	1,0	0,20
2. Objetivos Setoriais				
2.1. Qualidade da Água Fornecida	10%	99,65%	1,0	0,10
2.2. Falhas no abastecimento	10%	0,0%	1,0	0,10
2.3. Inquérito de satisfação (em Baixa)	10%	8,0	1,0	0,10
3. Objetivos individuais				
3.1. JOSÉ SARDINHA Conceção de novos produtos / serviços / negócios	30%	8/10/2025	1,0	0,30
3.2. MANUEL FREXES Implementação da diretiva resiliência das entidades críticas - DL 22/2025 (Plano para Implementação da Diretiva CER)	30%	100,0%	1,0	0,30
3.3. CATARINA OLIVEIRA Endividamento Bruto	30%	-37,2%	1,0	0,30
3.4. ROSÁRIO ÁGUAS Reabilitação do edifício da EPAL - Rua das Portas de Santo Antão 169-185	30%	14/11/2025	1,0	0,30
3.5. RUI LOURENÇO Capacitação da Direção de Laboratórios da EPAL (LAB) para análise de novos parâmetros da qualidade da água do Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto	30%	22/09/2025	1,0	0,30
4. Outros Objetivos				
4.1. Plano de Manutenção	5%	94%	1,0	0,05
4.2. Respeito pelos prazos de pagamento	5%	29	1,0	0,05

Avaliação Global JOSÉ SARDINHA	1,00
Avaliação Global MANUEL FREXES	1,00
Avaliação Global CATARINA OLIVEIRA	1,00
Avaliação Global ROSÁRIO ÁGUAS	1,00
Avaliação Global RUI LOURENÇO	1,00

A avaliação média global do ano foi de 100%, considerando-se assim uma avaliação global positiva, de acordo com o grau de concretização alcançado.

Atendendo à avaliação atingida, não se antevê necessidade de efetuar medidas de correção aos resultados alcançados.

Os indicadores em apreço serão objeto de análise pela Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco do Grupo AdP, sendo que se tratando de uma proposta de objetivos, será apenas emitido um relatório de cumprimento dos objetivos de gestão.

b) Artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

No que se refere a:

i) À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa

A Sociedade dá integral cumprimento ao disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público.

ii) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal

A Sociedade dá integral cumprimento ao disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público.

iii) Ao valor das despesas associadas a comunicações

O valor de despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet, em 2025 é o seguinte:

Mandato 2023/2025 (Despesas entre 1 de janeiro e 24 de junho):

Unid: euro

Membro do CA (Mandato 2023/2025)	Gastos com Comunicações		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Carlos Manuel Martins	80 €	426 €	-
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	80 €	321 €	-
Telma Susana Rodrigues Correia	80 €	425 €	-
Pedro Pinto Jesus	80 €	425 €	-
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	80 €	432 €	-
		2.029 €	

Mandato 2025/2027 (Despesas entre 25 de junho e 31 de dezembro):

Unid: euro

Membro do CA (Mandato 2025/2027)	Gastos com Comunicações		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
José Manuel Leitão Sardinha	80 €	164 €	-
Manuel Joaquim Barata Frexes	80 €	210 €	-
Maria do Rosario Cardoso Águas	80 €	212 €	-
Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira	80 €	201 €	-
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	80 €	492 €	-
		1.280 €	

iv) Ao valor de combustível e portagens

O valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço de cada gestor público, em 2025 é o seguinte:

Mandato 2023/2025 (Despesas entre 1 de janeiro e 24 de junho):

Unid: euro

Membro do CA (Mandato 2023/2025)	Plafond Mensal Combustível e	Gastos anuais associados a Viaturas			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Carlos Manuel Martins	628 €	1.498 €	822 €	2.320 €	-
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	565 €	767 €	388 €	1.156 €	-
Telma Susana Rodrigues Correia	502 €	253 €	0 €	253 €	-
Pedro Pinto Jesus	502 €	444 €	0 €	444 €	-
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	502 €	670 €	0 €	670 €	-
				4.844 €	

Mandato 2025/2027 (Despesas entre 25 de junho e 31 de dezembro):

Unid: euro

Membro do CA (Mandato 2025/2027)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
José Manuel Leitão Sardinha	628 €	976 €	344 €	1.320 €	
Manuel Joaquim Barata Frexes	565 €	1.851 €	763 €	2.615 €	
Maria do Rosario Cardoso Águas	502 €	541 €	241 €	783 €	
Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira	502 €	808 €	708 €	1.517 €	
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	502 €	632 €	428 €	1.060 €	
				7.294 €	

c) Despesas não documentadas ou confidenciais

Em 2025, a Empresa cumpriu integralmente o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, que proíbem a realização de despesas não documentadas ou confidenciais.

11) Contratação Pública

a) O modo como foram implementadas as normas de contratação pública, aplicáveis à empresa, vigentes em 2025

O Grupo AdP assegura através da AdP SGPS desde 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

Esta estratégia promove o potencial de captura de valor intrínseco às economias de escala, alavancadas pela centralização de compras de determinadas categorias, como a energia elétrica, combustíveis, comunicações, materiais de laboratório, seguros, reagentes químicos, viaturas, entre outras. Esta abordagem favorece a afetação eficiente e a especialização de recursos, contribuindo também para a obtenção de ganhos financeiros decorrentes da redução de custos.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de categorias centralizadas, tem contribuído para maximizar a capacidade de planeamento transversal alcançando assim um conhecimento mais profundo das necessidades das empresas, identificando assim riscos e oportunidades.

Neste domínio, procuramos disseminar as melhores práticas e a uniformização de procedimentos de contratação pública no seio do grupo AdP, assim como a concertação de metodologias e entendimentos para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos.

b) Os procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com referência à última atualização

A Empresa dispõe de um procedimento que regula a contratação de bens e serviços, que tem como objetivo definir a metodologia de cumprimento do estabelecido no código dos contratos públicos, e cujo âmbito de aplicação versa sobre todas as propostas de aquisição e locação de bens móveis, serviços e empreitadas.

O procedimento foi revisto em 2017, e mantido até à data, atentas que foram as recomendações do Tribunal de Contas constantes no Relatório de Auditoria 7/2017, e em alinhamento com as instruções emanadas pela AdP SGPS, SA, para todas as empresas do Grupo Águas de Portugal.

c) Os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 milhões de euros, independentemente da espécie do ato ou contrato em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC)

Durante o ano de 2025 foi submetido a visto prévio o seguinte contrato:

Contrato n.º	Denominação	N.º Procedimento	Tipo de Procedimento	Prazo de Execução	Valor Adjudicado	Observações
2365	Empreitada de Reabilitação e Ampliação do Sistema da Pimenta	ENG 20245	Concurso Público com Publicidade Internacional	450 dias	€ 6.958.010,20 + IVA	O processo de Fiscalização Prévia ficou registado com o n.º 35/2025 e foi objeto de declaração de conformidade, devidamente concedida pelo Tribunal de Contas, em Sessão Diária de Visto, de 2025.03.19

12) Informação Complementar

a) A eventual adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP);

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;

- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este modelo jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos

b) As diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitido aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

Não foram emitidas recomendações pelo acionista em sede de aprovação dos documentos de prestação de Contas do Exercício de 2024.

Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da Empresa.

c) As diligências tomadas com vista a solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal das Contas

Não aplicável, atendendo que não foram emitidas reservas na última Certificação Legal de Contas.

d) As recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas ou da IGF – Autoridade de Auditoria nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado

- Foi efetuada uma recomendação, por efeito de auditoria conduzida pelo Departamento de Auditoria II do Tribunal de Contas, no sentido da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, promover a submissão da informação financeira anual a uma auditoria externa, a realizar por auditor registado na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e assegurar a sua publicitação na página da Internet da empresa, nos termos previstos nos n.º 2 e 3 do artigo 45.º do regime jurídico do setor público empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

A recomendação formulada foi observada no processo de aprovação do Relatório e Contas de 2025.

- Apesar de não ter decorrido de uma auditoria conduzida pelo Tribunal de Contas, no âmbito de um processo submetido a visto prévio dessa mesma entidade, foi efetuada em março de 2025, a seguinte recomendação:

“Recomendando-se, porém, à entidade fiscalizada, nos termos do disposto no art.º 44.º, n.º 3, alínea c) e n.º 4, da LOPTC, que em futuros procedimentos, na fixação do modelo de avaliação de propostas:

- a) Estabeleça um conjunto ordenado de diferentes atributos suscetíveis de serem propostos para o aspeto da execução do contrato submetido à concorrência pelo caderno de encargos respeitante a cada fator ou subfactor, abstendo-se de, nesses atributos, utilizar conceitos vagos e indeterminados.*
- b) Se abstenha de prever a atribuição de pontuações intermédias não acompanhadas dos concretos descritores para a sua atribuição”*

Face a esta recomendação dirigida no âmbito de um processo de submissão de um contrato de empreitada a visto prévio do Tribunal de Contas, passou a Empresa a ter em linha de conta as orientações nos procedimentos de contratação em preparação, tal como em futuros processos.

e) As medidas implementadas no âmbito da adaptação progressiva dos sistemas de reporte e dos processos internos, de modo a assegurar que, caso a empresa ainda não se encontre sujeita à obrigação de apresentação do relato de sustentabilidade, venha a cumprir essa exigência nos prazos legalmente estabelecidos pela Diretiva comunitária *Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSRD).

A EPAL não é uma empresa de interesse público, nem empresa-mãe de grandes grupos, não lhe sendo assim aplicável o disposto dos artigos 66.º- B ou 508.º- G do Código das Sociedades Comerciais. Sem prejuízo do que antecede, e no âmbito do Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal, a sociedade tem vindo a desenvolver iniciativas para preparar a implementação de um quadro de reporte para a Taxonomia Europeia.

13) Quadro-Síntese de Cumprimento das Orientações

Ponto	Cumprimento das Orientações	Cumprimento	Indicar Pág. Relatório Gestão
		S/N/N.A.	
1	Execução do PAO		190
	Metas a atingir constantes no PAO		
	Investimento		
	Resultados		
	Nível de endividamento...		
	Execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	N.A.	
	Autorizações Concedidas	S	
2	Eficiência operacional e gastos operacionais	S	192
3	Recursos humanos e Massa Salarial		193
	Indicação da evolução dos RH	S	
	Identificação e disponibilização do Despacho autorizador de aumento dos RH (se aplicável)	S	
	Evolução da massa salarial (sem efeito de volume)	S	
4	Plano de Investimentos		195
5	Contratualização de Serviço Público		195
	Indicadores, metas e execução	N.A.	
	Compensações recebidas	N.A.	
6	Gestão do Risco Financeiro	S	196
7	Limites de Crescimento do Endividamento		202
8	Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado		202
	Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP		
	Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial		
	Juros auferidos e entregues em Receita do Estado		
	Identificação do Despacho autorizador do excecionamento (se aplicável)		
9	PMP a fornecedores e arrears		205
	Evolução do PMP		
	Pagamentos em atraso		
10	Estatuto do Gestor Público		206
	Objetivos de gestão ^(a)		206
	Não utilização de cartão de crédito		209
	Não reembolso de despesas de representação pessoal		209
	Valor máximo das despesas associadas a comunicações		209
	Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço		209
	Despesas não documentadas ou confidenciais		210
11	Contratação Pública		211
	Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa		211
	Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas		211
	Contratos submetidos a visto prévio do TC		212
12	Informação Complementar		212
	Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas		212
	Diligências tomadas sobre as recomendações do acionista na última aprovação de contas		213
	Diligências tomadas sobre as reservas emitidas na última CLC		213

Ponto	Cumprimento das Orientações	Cumprimento	Indicar Pág.
		S/N/N.A.	Relatório Gestão
	Auditorias do Tribunal de Contas ^(b)		213
	Medidas implementadas para o cumprimento do relato sobre sustentabilidade (CSRD).		214
13	Sistematização Informação		214

Perspetivas Futuras

As perspetivas futuras da EPAL assentam na consolidação de um modelo de gestão orientado para a eficiência, a resiliência e a sustentabilidade, num contexto marcado por desafios energéticos e climáticos crescentemente exigentes. A Empresa manterá como referência os valores da eficiência, da produtividade, da inovação, da circularidade e desenvolvimento sustentável e da qualidade do serviço público, promovendo a sua materialização nas atividades diárias de todas as trabalhadoras e trabalhadores, com vista a assegurar um serviço de abastecimento de água de excelência, contínuo, seguro e ambientalmente responsável.

A Estratégia Nacional para a Gestão da Água “Água que Une”, apresentada pelo governo português em março de 2025, assume um papel estruturante enquanto enquadramento de longo prazo para a atuação do setor. Sendo um plano com horizonte de 15 anos, orientado para uma gestão sustentável, eficiente e resiliente da água, em particular face às secas, às alterações climáticas e ao aumento do consumo, a EPAL alinhará a sua estratégia com estes desígnios nacionais, reforçando o contributo para a segurança hídrica, para a eficiência dos sistemas de adução e, ou distribuição do setor urbano e de outros setores, bem como para a potenciação de sinergias com outros setores na utilização do recurso e infraestruturas públicas, sem esquecer a proteção dos ecossistemas associados.

Neste contexto, a EPAL procurará cooperar estreitamente com as entidades estatais envolvidas na coordenação da “Água que Une”, colocando ao serviço desta estratégia a sua experiência técnica, capacidade de gestão de grandes sistemas e vocação de serviço público. A Empresa pretende posicionar-se como parceiro ativo na implementação de soluções que promovam interligações de sistemas, otimização de origens, reforço da resiliência das infraestruturas e promoção da eficiência hídrica e energética, contribuindo para os objetivos globais da Estratégia e para uma resposta integrada aos desafios climáticos e de consumo que Portugal enfrenta nas próximas décadas.

Os pilares estratégicos definidos pelo Conselho de Administração permanecem plenamente válidos e orientam a atuação futura da EPAL: a requalificação e valorização dos ativos; a resiliência do serviço; a eficiência e sustentabilidade económico-financeira, hídrica e energética; a inovação e digitalização da atividade; e a solidariedade ativa. Neste quadro, a Empresa prosseguirá um ciclo de investimento particularmente exigente em termos de dimensão, complexidade e prazos de execução, vocacionado para a modernização e redundância dos sistemas de produção, transporte e distribuição, o reforço da segurança no abastecimento e a mitigação dos riscos associados a fenómenos climáticos extremos, incluindo secas prolongadas e episódios de cheias, das quais Portugal tem registado, nos últimos anos,

episódios frequentes e intensos. Estes fenómenos, são reconhecidos como uma manifestação concreta dos efeitos das alterações climáticas, combinando alterações nos padrões de precipitação com períodos alternados de seca e chuva intensa que afetam particularmente zonas urbanas e ribeirinhas, onde a impermeabilização dos solos, a ocupação de leitos de cheia e a saturação das redes de drenagem potenciam inundações rápidas, com impactos significativos em infraestruturas, habitações, mobilidade e segurança das populações.

A transição energética e a neutralidade carbónica constituem vetores estruturantes da estratégia futura. A EPAL continuará a aprofundar a autossustentabilidade energética, através da produção, de energia renovável, da melhoria da eficiência dos seus equipamentos e instalações, e da redução da exposição à volatilidade dos mercados energéticos. Paralelamente, manterá o desenvolvimento de soluções de economia circular, nomeadamente a valorização de subprodutos e lamas, a autoprodução de reagentes verdes e a promoção de usos não potáveis de água, contribuindo para uma utilização mais racional dos recursos e para a redução dos impactes ambientais da sua atividade.

A inovação e a digitalização permanecerão como eixos centrais das perspetivas futuras, com a Empresa a aprofundar a implementação de sistemas avançados de monitorização, automação e análise de dados, suportando a otimização da operação, a redução de perdas de água e energia e o aumento da resiliência operacional. A EPAL continuará a desenvolver e a potenciar soluções tecnológicas próprias, com potencial de criação de valor transacionável e de internacionalização, reforçando o seu posicionamento como referência nacional e internacional no setor da água.

As perspetivas futuras assentam ainda numa forte aposta no capital humano, através da qualificação contínua das equipas, do reforço das competências técnicas e de gestão, e da consolidação de uma cultura organizacional alinhada com os objetivos estratégicos e com a ética de serviço público. Será determinante a manutenção de um elevado nível de cooperação institucional e de partilha de responsabilidades com a Tutela, as entidades reguladoras, o acionista, os clientes, fornecedores e demais partes interessadas, garantindo o enquadramento necessário para que a EPAL continue a prestar um serviço de excelência e a afirmar-se como empresa de referência no setor da água.

Neste enquadramento, a EPAL reafirma o compromisso de prosseguir uma estratégia de longo prazo coerente, prudente e inovadora, ancorada na sustentabilidade, na robustez económico-financeira e na adaptação permanente aos desafios energéticos e climáticos. Em articulação estreita com o Grupo Águas de Portugal, a Empresa pretende continuar a contribuir de forma decisiva para a segurança hídrica, para a transição energética e para o desenvolvimento sustentável das regiões em que exerce a

sua atividade, honrando a responsabilidade de gerir um bem essencial à vida e ao bem-estar das populações.

Considerações Finais

A EPAL encerra o ano de 2025 com a confiança de quem cumpriu a sua missão de forma exemplar, mas com a consciência de que os desafios futuros exigem ambição, inovação e compromisso redobrados.

O Conselho de Administração reitera o seu empenho em assegurar a excelência dos serviços prestados, em preservar a sustentabilidade financeira, ambiental e social da Empresa e em continuar a posicionar a EPAL como referência nacional e internacional no setor da água e do saneamento.

Justifica-se, nesta circunstância, um agradecimento especial a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para que a EPAL continue a ser a empresa nacional de referência no setor em que opera, afirmando-se hoje com uma das principais referências internacionais.

Um profundo agradecimento às trabalhadoras e trabalhadores da EPAL, pela dedicação e profissionalismo e, também pela reconhecida competência. Aos órgãos representativos dos trabalhadores agradeço a posição cordial, positiva e colaborativa que adotam e nos permitem, em conjunto, dar passos efetivos na concretização de soluções para os desafios que partilhamos.

Aos membros da Mesa da Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas pela disponibilidade, interesse e dedicação com que desempenharam as suas funções.

Aos membros do Conselho de Administração, agradeço a permanente colaboração e apoio evidenciados nas suas atividades próprias e no acompanhamento da gestão da empresa.

À Tutela Governamental, pela acessibilidade dos contatos, interesse e empenho postos no acompanhamento das atividades da empresa e pelo clima de confiança mantido.

Ao acionista Águas de Portugal, que manteve o acompanhamento permanente e empenhado das atividades e evolução da empresa.

À ERSAR, enquanto Entidade Reguladora do setor, à APA – Agência Portuguesa do Ambiente, bem como os diversos organismos e serviços da Administração Pública, são igualmente credores de reconhecimento pelo interesse, disponibilidade e permanente apoio à EPAL e às suas atividades.

Um agradecimento às instituições bancárias e seguradoras, e aos fornecedores e prestadores de serviços à EPAL, pela qualidade das suas respostas às necessidades da empresa.

À Câmara Municipal de Lisboa, o reconhecimento da excelência da colaboração, permanente cooperação e entendimento.

Finalmente, um especial agradecimento aos nossos Clientes, os contributos e a permanente inspiração para prestarmos um serviço que, sendo de reconhecida excelência, não afasta a nossa ambição de o melhorarmos ainda mais, pois assim o merecem.

Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto no artigo 21.º dos Estatutos da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2025, no montante de 66.143.190,40 euros (sessenta e seis milhões, cento e quarenta e três mil, cento e noventa euros e quarenta cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

- 52.914.552,32 euros (cinquenta e dois milhões, novecentos e catorze mil, quinhentos e cinquenta e dois euros, e trinta e dois cêntimos) para distribuição de dividendos aos Acionistas;
- 13.228.638,08 euros (treze milhões, duzentos e vinte e oito mil, seiscentos e trinta e oito euros, e oito cêntimos) para Resultados Transitados.

Anexo ao Relatório anual do órgão de administração

Em cumprimento com o disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que, na data de 31 de dezembro de 2025, os membros do órgão de administração e de fiscalização não detinham quaisquer ações ou obrigações da sociedade, e não realizaram transações dos mesmos.

Acionistas	Capital Subscrito			Capital Social Realizado
	Total de Ações Subscritas	Capital Social Subscrito	% Total de Capital Social Subscrito	
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	30.000.000	150.000.000	100%	150.000.000

Declaração de Conformidade da Informação Reportada no SISEE



Declaração de Conformidade da Informação Reportada no SISEE

No âmbito da preparação e submissão dos documentos da prestação de contas referente ao exercício de 2025, o Conselho de Administração da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA, reunido para o efeito, declara que:

1. Foi verificada a consistência entre a informação financeira reportada no SISEE ao longo do exercício e os elementos constantes da prestação de contas agora submetida ao acionista Estado;
2. Não foram identificadas divergências materiais entre os dados comunicados nas diferentes fases de reporte que comprometam a fiabilidade ou a comparabilidade da informação financeira final;
3. O Conselho de Administração assegura que as informações prestadas obedecem aos princípios de veracidade, transparência e rigor exigidos às empresas do Setor Empresarial do Estado.

Mais se declara que a presente declaração de conformidade é emitida para os efeitos tidos por convenientes e integra os anexos ao Relatório de Gestão.

Lisboa, 9 de março de 2026

Assinado por: **José Manuel Leitão Sardinha**
 Num. de identificação: 07733663
 Data: 2026.03.09 18:39:50+00'00'

José Manuel Leitão Sardinha
 Presidente do Conselho de Administração

Assinado por: **Manuel Joaquim Barata Frexes**
 Num. de identificação: 04070468
 Data: 2026.03.10 09:49:14+00'00'

Manuel Joaquim Barata Frexes
 Vice-Presidente Conselho de Administração

Assinado por: **MARIA DO ROSÁRIO DA SILVA CARDOSO ÁGUAS**
 Data: 2026.03.10 09:19:45+00'00'

Maria do Rosário Cardoso Águas
 Vogal Executivo do Conselho de Administração

Catarina Isabel
 Climaco Monteiro
 D'oliveira

Assinado de forma digital
 por Catarina Isabel Climaco
 Monteiro D'oliveira
 Data: 2026.03.09 15:23:54
 Z

Catarina Isabel Climaco Monteiro d'Oliveira
 Vogal Executivo do Conselho de Administração

Assinado por: **Rui Manuel Gonçalves Lourenço**
 Num. de identificação: 08433397
 Data: 2026.03.10 10:37:55+00'00'

Rui Manuel Gonçalves Lourenço
 Vogal Executivo do Conselho de Administração

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.
 Av. Liberdade, 24 1250-144 Lisboa • Portugal • Fax 213 251 397
 Linhas EPAL - 24h por dia, todos os dias • Atendimento a Clientes 213 221 111 (sujeito de uma chamada para a rede fixa nacional)
 Comunicação de Leituras 800 201 101 • Falhas de Água 800 222 425 • Comunicação de Roturas na Via Pública 800 201 600 | (chamadas gratuitas) • www.epal.pt

Município de C.V.C. de Lisboa 380-0171364 - Pessoa Colectiva nº 500 966 980 - Capital Social 150 000 000 Euros

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2025

(os valores são apresentados em euros, pelo que eventuais diferenças resultam de arredondamentos)

Demonstração da posição financeira

(Montantes expressos em euros)

	notas	31 dezembro 2025	31 dezembro 2024
Ativos não correntes			
Ativos intangíveis	5	4.266.667	4.480.000
Ativos fixos tangíveis	6	647.018.394	645.577.743
Ativos sob direito de uso	7	1.204.759	1.897.718
Propriedades de investimento	8	12.943.932	12.959.957
Outros ativos financeiros	9	192.228	192.228
Impostos diferidos ativos	32	1.949.090	2.941.927
Clientes	10	18.031	18.134
Outras contas a receber	11	11.866.269	13.423.059
Total dos ativos não correntes		679.459.370	681.490.764
Ativos correntes			
Inventários	12	2.422.046	1.805.753
Clientes	10	28.785.500	23.631.857
Imposto sobre o rendimento do exercício	32	-	-
Outras contas a receber	11	119.686.001	143.586.892
Caixa e seus equivalentes	13	32.925.635	8.547.814
Total do ativo corrente		183.819.181	177.572.316
Total do ativo		863.278.551	859.063.080
Capital próprio			
Capital social	14	150.000.000	150.000.000
Reservas e outros ajustamentos	14	52.167.314	52.167.314
Resultados transitados	14	449.039.193	435.201.262
Resultado líquido do exercício		66.143.190	59.101.501
Total do capital próprio		717.349.697	696.470.077
Passivos não correntes			
Provisões	15	761.421	796.073
Subsídios ao investimento	17	24.212.693	25.802.105
Empréstimos	18	26.115.999	36.845.911
Passivos da locação	7	54.565	728.338
Impostos diferidos passivos	32	23.518.853	27.843.581
Total do passivo não corrente		74.663.532	92.016.008
Passivos correntes			
Empréstimos	18	10.816.096	10.712.608
Passivos da locação	7	673.772	679.280
Fornecedores e outros passivos correntes	19	56.530.150	55.649.648
Imposto sobre o rendimento do exercício	32	3.245.304	3.535.460
Total do passivo corrente		71.265.322	70.576.996
Total do passivo		145.928.854	162.593.003
Total do capital próprio e do passivo		863.278.551	859.063.080

Demonstração dos Resultados (por Naturezas)

(Montantes expressos em euros)

unidade: euros	nota	2025	2024
Rédito de contratos com clientes	21	196.603.856	186.450.675
Gasto das vendas/ variação de inventários	22	(2.240.904)	(2.226.168)
Fornecimentos e serviços externos	23	(45.355.237)	(44.945.423)
Gastos com pessoal	24	(29.004.825)	(27.789.391)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	25	(27.340.492)	(26.651.570)
Provisões e reversões do exercício	26	28.292	21.323
Perdas por imparidade e reversões do exercício	27	1.543.851	(623.747)
Subsídios ao investimento	17	1.589.411	1.589.411
Outros gastos e perdas operacionais	28	(10.977.124)	(10.962.494)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	29	5.448.996	5.616.825
Resultados operacionais		90.295.827	80.479.441
Gastos financeiros	30	(1.237.288)	(1.622.189)
Rendimentos financeiros	31	2.005.950	3.646.272
Resultados financeiros		768.662	2.024.083
Resultado antes de impostos		91.064.489	82.503.525
Imposto corrente	32	(24.888.559)	(25.166.482)
Imposto diferido	32	(32.739)	1.764.458
Resultado líquido do exercício		66.143.190	59.101.501
Resultado por ação (básico e diluído)	14	2,20	1,97

Demonstração do rendimento integral

(Montantes expressos em euros)

	notas	2025	2024
Resultado líquido do exercício		66.143.190	59.101.501
Itens que não reciclam por resultados:			
Remensurações do plano de pensões (líquido de imposto)	14	(1.142.806)	(113.494)
Efeito de alteração de taxa de imposto	14	3.160.437	403.552
Total do rendimento integral do exercício		68.160.821	59.391.559

O anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Demonstração das variações do capital próprio

(Montantes expressos em euros)

	notas	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Capital próprio
Posição no início do exercício de 2024		<u>150.000.000</u>	<u>30.000.000</u>	<u>22.171.377</u>	<u>423.579.335</u>	<u>(4.064)</u>	<u>56.659.345</u>	<u>682.405.994</u>
Alterações no exercício:								
Efeito das alterações das taxas de imposto nos imposto:	14	-	-	-	403.552	-	-	403.552
Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)	14	-	-	-	(113.494)	-	-	(113.494)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Aplicação do resultado	14	-	-	-	56.659.345	-	(56.659.345)	-
		<u>150.000.000</u>	<u>30.000.000</u>	<u>22.171.377</u>	<u>480.528.738</u>	<u>(4.064)</u>	<u>-</u>	<u>682.696.052</u>
Resultado líquido do exercício de 2024							59.101.501	59.101.501
Operações com detentores de capital no exercício								
Distribuições de dividendos	14	-	-	-	(45.327.476)	-	-	(45.327.476)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(45.327.476)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(45.327.476)</u>
Posição no fim do exercício de 2024		<u>150.000.000</u>	<u>30.000.000</u>	<u>22.171.377</u>	<u>435.201.262</u>	<u>(4.064)</u>	<u>59.101.501</u>	<u>696.470.077</u>
Alterações no exercício:								
Efeito das alterações das taxas de imposto nos imposto:	14	-	-	-	3.160.437	-	-	3.160.437
Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)	14	-	-	-	(1.142.806)	-	-	(1.142.806)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Aplicação do resultado	14	-	-	-	59.101.501	-	(59.101.501)	-
		<u>150.000.000</u>	<u>30.000.000</u>	<u>22.171.377</u>	<u>496.320.394</u>	<u>(4.064)</u>	<u>-</u>	<u>698.487.708</u>
Resultado líquido do exercício de 2025							66.143.190	66.143.190
Operações com detentores de capital no exercício								
Distribuições de dividendos	14	-	-	-	(47.281.201)	-	-	(47.281.201)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(47.281.201)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(47.281.201)</u>
Posição no fim do exercício de 2025		<u>150.000.000</u>	<u>30.000.000</u>	<u>22.171.377</u>	<u>449.039.193</u>	<u>(4.064)</u>	<u>66.143.190</u>	<u>717.349.697</u>

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Montantes expressos em euros)

	notas	31 dezembro 2025		31 dezembro 2024	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:					
Recebimentos de clientes		221.510.797		218.635.446	
Pagamentos a fornecedores		(55.432.739)		(59.735.983)	
Pagamentos ao pessoal		(44.753.282)		(42.909.743)	
Caixa gerada pelas operações		121.324.776		115.989.720	
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento	32	(24.610.354)		(20.570.646)	
Outros recebimentos / (pagamentos)		(8.216.097)		(6.680.061)	
Fluxos das atividades operacionais [1]			88.498.325		88.739.013
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:					
Pagamentos respeitantes a:					
Ativos fixos tangíveis		(26.893.187)		(31.626.470)	
Subsídios ao investimento		(15.480)		(119.704)	
Outros ativos	11, 13	(130.000.000)	(156.908.667)	(115.000.000)	(146.746.174)
Recebimentos provenientes de:					
Ativos fixos tangíveis		501.095		501.625	
Outros ativos	11, 13	150.000.000		106.000.000	
Subsídios ao investimento	17	-		-	
Juros e rendimentos similares		1.636.351	152.137.446	1.942.384	108.444.009
Fluxos das atividades de investimento [2]			(4.771.221)		(38.302.165)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:					
Recebimentos provenientes de:					
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos	18	(10.635.863)		(10.544.552)	
Capital dos passivos de locação	7	(210.757)		(228.324)	
Juros e gastos similares		(1.221.464)		(1.667.681)	
Dividendos	14	(47.281.201)	(59.349.284)	(45.327.476)	(57.768.033)
Fluxos das atividades de financiamento [3]			(59.349.284)		(57.768.033)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]			24.377.820		(7.331.185)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	13		8.547.814		15.878.999
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	13		32.925.635		8.547.814

Notas às Demonstrações Financeiras

1. INFORMAÇÃO GERAL

1.1. Identificação da empresa

A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (adiante designada por “EPAL” ou “Empresa”), com sede na Avenida da Liberdade n.º 24, em Lisboa, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

O objeto social da Empresa consiste na captação, tratamento, adução e distribuição de água para consumo público e, bem assim, quaisquer outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, designadamente respeitantes ao ciclo da água, que sejam complementares daquelas ou com elas relacionadas.

À data de 31 de dezembro de 2025, a empresa é integralmente detida pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Acionistas	% Capital	Valor subscrito (€)	N.º de ações	Tipo de ações
AdP-Águas de Portugal, SGPS SA.	100%	150.000.000	30.000.000	nominativas

1.2. Atividade económica

A EPAL é responsável pela captação, transporte, tratamento e distribuição de água para consumo humano, visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental. Abrange a distribuição à cidade de Lisboa (distribuição domiciliária) e o abastecimento em "alta" a 34 municípios da Região da Grande Lisboa, num total de 35 municípios abrangidos.

A EPAL possui um mandato de gestão delegada, consubstanciado pelo Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, que aprova os seus estatutos, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março. O mandato atribuído não tem qualquer limitação temporal, obrigação de investimentos ou retribuição. As tarifas praticadas são reguladas, estando estabelecidas em Decreto-Lei.

A EPAL é ainda responsável pela gestão delegada do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, atribuída pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e revista pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, o qual integra atualmente 70 municípios.

Desde o início do ano de 2016 que a EPAL assumiu a gestão e exploração do sistema de abastecimento do Oeste, passando dessa forma a deter a responsabilidade pela operação e gestão das instalações desse sistema de abastecimento, mantendo a Águas do Vale do Tejo a propriedade dos inerentes ativos.

A EPAL desenvolve a sua atividade num setor regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei n.º 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto). Através do Decreto-Lei n.º 77/2024, de 23 de outubro, foi restituída à ERSAR a competência da aprovação das tarifas, mantendo-se a sua autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

Para o ano de 2025, as tarifas foram definidas pelo Decreto-Lei n.º 97/2025, de 21 de agosto.

1.3. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração, na reunião de 11 de março de 2026. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal, tendo os acionistas capacidade para alterar as demonstrações financeiras após estas terem sido aprovadas para emissão.

É opinião do Conselho de Administração que as demonstrações financeiras refletem de forma fidedigna as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e os seus fluxos de caixa.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES, JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

2.1. Bases de apresentação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo “*International Accounting Standards Board*” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “*International Financial Reporting Interpretations Committee*” (“IFRIC”) ou pelo anterior “*Standing Interpretations Committee*” (“SIC”), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2025.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nas respetivas notas relacionadas com as demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

As demonstrações financeiras da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.2. Conversão cambial

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.2.2 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados.

2.3 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo, nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 5.2. – vida útil e imparidade de ativos intangíveis
- Nota 6.2. - vida útil e imparidade de ativos fixos tangíveis
- Nota 7.1. – vida útil das locações
- Nota 10.2. – imparidade de ativos financeiros
- Nota 15.2. – provisões, ativos e passivos contingentes
- Nota 16.2. – benefícios dos empregados
- Nota 32 – estimativa para impostos

2.4. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3. NOVAS NORMAS E ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS

3.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 apresentada nos comparativos.

3.2 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2025

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025 e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	Esta emenda publicada pelo IASB em agosto de 2023 define a abordagem para avaliar se uma moeda pode ou não ser trocada por outra moeda. Caso se conclua que a moeda não pode ser trocada por outra, indica como se determina a taxa de câmbio a aplicar e as divulgações adicionais necessárias.	1 de janeiro de 2025

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não existiram impactos para as demonstrações financeiras da empresa.

3.3 Novas normas e interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2026 ou posteriores e que a Empresa não adotou antecipadamente são as seguintes:

Já endossadas pela UE:

Descrição	Alteração	Data efetiva
Emenda à IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Estas emendas, publicadas pelo IASB em maio de 2024, incluem alterações decorrentes dos resultados do processo de revisão de pós-implementação da IFRS 9 efetuado pelo IASB.	1 de janeiro de 2026
Emenda à IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos relacionados com eletricidade dependente da natureza	Esta emenda, publicada pelo IASB em dezembro de 2024, inclui <i>guidance</i> e divulgações adicionais relacionadas com contratos de fornecimento de eletricidade provenientes de energias renováveis, bem como possibilidade de designar esses contratos como instrumentos de cobertura se cumprirem determinados requisitos.	1 de janeiro de 2026
Melhoramentos anuais das normas internacionais de relato financeiro (volume 11)	Corresponde essencialmente a emendas nas normas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7.	1 de janeiro de 2026

Estas emendas apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adotadas pela Empresa em 2025, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

Ainda não endossadas pela UE:

Descrição	Alteração	Data efetiva
IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras	O objetivo da IFRS 18 é estabelecer requisitos para a apresentação e divulgação de informação nas demonstrações financeiras para ajudar a assegurar que estas proporcionam informação relevante que representa fielmente os ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos de uma entidade.	1 de janeiro de 2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações	Esta norma permite que uma subsidiária elegível possa optar por divulgações reduzidas nas suas demonstrações financeiras preparadas em IFRS.	1 de janeiro de 2027
Alterações à IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações	Eliminação da possibilidade da entidade definir o nível de detalhe das divulgações a efetuar.	1 de janeiro de 2027
Alterações ao IAS 21 - Os efeitos das alterações nas taxas de câmbio: Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária	Especifica os procedimentos de conversão para uma entidade cuja moeda de apresentação seja a de uma economia hiperinflacionária.	1 de janeiro de 2027

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, a Empresa encontra-se em fase de identificação dos impactos para as demonstrações financeiras decorrentes da sua futura adoção.

3.4. Normas em revisão

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Em janeiro de 2021, o IASB apresentou o *Exposure Draft* da nova norma IFRS 14 – Ativos e passivos regulatórios, tendo terminado em 30 de julho de 2021 o período para receção de comentários. A nova versão do IFRS 14 propõe que os ativos e os passivos regulatórios sejam mensurados através da estimativa de todos os *cash-flows* futuros descontados à data de relato. A taxa de desconto deverá corresponder à taxa regulatória, caso a taxa regulatória não permita compensar a empresa do efeito de variação temporal do dinheiro, então deverá ser usada uma taxa que permita efetuar esta compensação. Em cada data de relato, a empresa deverá atualizar a estimativa de todos os *cash-flows* futuros e descontá-los à taxa regulatória inicial. A norma prevê requisitos adicionais de divulgação sobre os ativos, passivos, rendimentos e gastos regulatórios bem como uma análise de maturidade aos ativos e passivos regulatórios. Em dezembro de 2021, o IASB após análise dos comentários recebidos ao *Exposure Draft*

identificou as áreas que necessitam de trabalho adicional. Têm vindo a decorrer reuniões, sendo expetativa do IASB publicar a nova norma durante o ano de 2026. O Grupo AdP encontra-se em fase de análise e de avaliação dos impactos do *Exposure Draft*.

4. POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO

4.1. Fatores de risco

As atividades da EPAL estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro.

O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP SGPS e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

4.2. Risco de mercado

4.2.1 Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da Empresa advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Empresa ao risco de fluxos de caixa, e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Empresa ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A política da Empresa é a de manter um equilíbrio entre o peso relativo de empréstimos com juros em regime de taxa fixa e empréstimos a taxa variável.

A tabela seguinte apresenta a análise da sensibilidade dos encargos financeiros da EPAL, com o impacto da variação de taxa mensurado num prazo de doze meses:

	31.12.2025	Taxa média +1%	Taxa média -1%
Juros suportados à taxa variável	419.644	588.757	250.530

4.2.2 Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais da Empresa em energia e combustíveis, representam em média aproximadamente 40% do total de fornecimentos e serviços externos (41% em 2025 e 40% em 2024).

O Grupo AdP, através da AdP SGPS, negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

4.3. Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. A Empresa pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis.

A Empresa efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento, com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela seguinte apresenta as responsabilidades da EPAL por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

	nota	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
<i>Passivo</i>				
Financiamentos BEI	18	11.529.141	27.174.721	-

Os empréstimos BEI permitem contratualmente que a Empresa escolha a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa por um determinado período de tempo (taxa fixa revisível). Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI, foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, e para o período subsequente manteve-se a taxa de juro em vigor em 31 de dezembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital em dívida relacionado com os empréstimos BEI apresenta a seguinte estratificação por anos de refixação/revisão de taxa:

Ano fim do período em vigor para a atual taxa de juro	Capital em dívida em 31.12.2025 (nota 18)	Valor do capital no ano de refixação da taxa
2028	3.000.000	-
2029	13.512.578	-
2030	6.250.000	-
	22.762.578	-

Os empréstimos bancários dizem respeito apenas a financiamentos contratados junto do BEI.

O objetivo da EPAL em relação à gestão de capital, o qual é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, passa por manter uma estrutura de capital otimizada, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo do capital.

	notas	2025	2024
Financiamentos obtidos	18	36.932.094	47.558.518
Disponibilidades	13	(32.925.635)	(8.547.814)
Apoios de tesouraria ao acionista	11	(95.000.000)	(115.000.000)
Endividamento Líquido		<u>(90.993.540)</u>	<u>(75.989.296)</u>
Capitais Próprios	14	717.349.697	696.470.077
Subsídios ao investimento	17	24.212.693	25.802.105
Capital e Subsídios		<u>741.562.391</u>	<u>722.272.181</u>
Dívida Líquida/Capital Total		<u>(0,12)</u>	<u>(0,11)</u>

O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da EPAL, com uma remuneração adequada ao acionista e gerando benefícios para todos os interessados.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de investimento.

Em 2025, a EPAL manteve uma redução do seu rácio de endividamento líquido sobre o capital total, tendo-se verificado uma diminuição da dívida líquida (através da amortização de capital dos financiamentos BEI e do incremento no valor dos excedentes/disponibilidades), e um aumento do capital próprio (resultante da aplicação do resultado líquido gerado no ano anterior).

Para a dívida líquida contribuem os valores relativos aos apoios de tesouraria concedidos ao acionista, no âmbito da política de tesouraria do Grupo AdP. Essa centralização de fundos na AdP SGPS, quando necessária, tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras das empresas do Grupo, de forma a evitar ruturas de tesouraria. O facto da AdP SGPS gerir centralmente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários, tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo. Assim, apenas os excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, são aplicados junto do IGCP.

4.4 Risco de crédito

O risco de crédito está, essencialmente, relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Empresa. A EPAL está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está, essencialmente, relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de abastecimento de água). Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado.

A composição da carteira de clientes da EPAL tem 2 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais e (ii) particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa.

iii. Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente no caso da EPAL que em regra não há valores desta natureza em débito. O Conselho de Administração da EPAL entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas esperadas por imparidade.

iv. Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que o abastecimento pela rede de distribuição em baixa permite o corte do abastecimento em caso de incumprimento reiterado no pagamento atempado das faturas pelos clientes. Não obstante, e dado que o

incumprimento no pagamento atempado das faturas se traduz em perda patrimonial, são constituídas perdas esperadas por imparidade em função da perda esperada.

A perda esperada é determinada da seguinte forma: i) para faturas vencidas há mais de 6 meses é aplicada imparidade de 100% (prescrição legal de faturas vencidas há mais de 6 meses); ii) para as faturas emitidas e ainda não vencidas ou vencidas há menos de 6 meses é aplicada a percentagem de perda histórica verificada a qual é agravada por forma a incluir o efeito "forward looking".

Em 31 de dezembro de 2025 a exposição por classe de risco de contraparte é a seguinte:

Carteira de clientes Unid: euros	Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais	Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa
	Baixo	Médio
Risco		
Exposição bruta	7.306.655	28.010.026
Imparidade	-	(13.036.999)
Exposição líquida	7.306.655	14.973.027

Contraparte de depósitos

Na tabela seguinte é apresentada a exposição máxima da EPAL ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) em 31 de dezembro de 2025 e 2024, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração da posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração da posição financeira.

Ativos Financeiros Bancários	nota	2025	2024
Depósitos à Ordem	13	5.909.649	8.532.197
Depósitos a Prazo	13	27.000.000	-
Outros Ativos Financeiros	9	192.228	192.228
		33.101.876	8.724.424

Rating	2025	2024
A	33.076.045	8.420.722
A-	-	266.397
BBB+	1.637	37.305
BBB	24.194	-
	33.101.876	8.724.424

Face ao ano anterior, verifica-se uma variação positiva do risco de crédito.

4.5 Risco de exploração

4.5.1 Risco de catástrofe

A EPAL está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a Empresa tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

4.5.2 Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

Os riscos para a Empresa encontram-se descritos no capítulo Contexto Regulatório, do Relatório de Gestão deste ano.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1 Políticas contabilísticas

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de *software*, despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações e imparidades acumuladas. Os gastos de investigação e desenvolvimento que não cumprem com os

critérios de reconhecimento de despesas de desenvolvimento enquanto ativos intangíveis são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do exercício não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a *performance* dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*.

Estas rubricas são amortizadas pelo método da linha reta normalmente por um período de três a dez anos. Os custos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método da linha reta sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos.

Imparidade

Os ativos intangíveis da Empresa são analisados à data de cada demonstração da posição financeira por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da Empresa. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

5.2 Estimativas e julgamentos

Vida Útil

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o respetivo método de amortização é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados da EPAL.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EPAL, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

5.3 Detalhe e movimento

Os ativos intangíveis apresentavam a 31 de dezembro de 2025 e de 2024 os seguintes valores:

	2025	2024
Propriedade Industrial e outros direitos	4.266.667	4.480.000
	4.266.667	4.480.000

Em 21 de maio de 2015 foi celebrado um Acordo de Aditamento do Contrato de Abastecimento de Água, onde a ex-Águas do Oeste, SA se obriga a comprar exclusivamente à EPAL a água necessária ao fornecimento dos seus utilizadores, passando, em consequência, a EPAL a explorar as infraestruturas de captação de água subterrânea que servem o sistema multimunicipal do Oeste, com efeitos a 1 de janeiro de 2016. Esta garantia de exclusividade vigora até ao final do prazo do contrato de concessão do Oeste

ou de outro que o substitua, tendo tido como contrapartida pelo direito de exclusividade o pagamento de 6,4 milhões de euros. Com a agregação, em 2015, da ex-Águas do Oeste na Águas de Lisboa e Vale do Tejo (atualmente Águas do Vale Tejo), a titularidade do acordo passou para esta última, assim como o prazo de exclusividade foi estendido até 2045 (último ano de concessão da Águas do Vale Tejo).

As amortizações encontram-se a ser calculadas de acordo com o prazo estipulado contratualmente.

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações, foi o seguinte nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

2025:

Valor bruto	31.12.2024	Aumentos	31.12.2025
Propriedade Industrial e outros direitos	6.401.391	-	6.401.391
	6.401.391	-	6.401.391
Amortizações acumuladas	31.12.2024	Aumentos (nota 25)	31.12.2025
Propriedade Industrial e outros direitos	(1.921.391)	(213.333)	(2.134.725)
	(1.921.391)	(213.333)	(2.134.725)
Valor líquido	4.480.000	(213.333)	4.266.667

2024:

Valor bruto	31.12.2023	Aumentos	31.12.2024
Propriedade Industrial e outros direitos	6.401.391	-	6.401.391
	6.401.391	-	6.401.391
Amortizações acumuladas	31.12.2023	Aumentos (nota 25)	31.12.2024
Propriedade Industrial e outros direitos	(1.708.058)	(213.333)	(1.921.391)
	(1.708.058)	(213.333)	(1.921.391)
Valor líquido	4.693.333	(213.333)	4.480.000

A movimentação em 2025, tal como em 2024, resume-se ao reconhecimento da amortização anual, não se verificando qualquer alteração ao valor bruto.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

6.1 Políticas Contabilísticas

Reconhecimento e mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciados em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor contabilístico.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2008 encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo considerado (*deemed cost*), que engloba os efeitos das reavaliações efetuadas ao abrigo das disposições legais, bem como os efeitos das reavaliações livres dos ativos fixos tangíveis de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efetuadas por uma entidade independente e especializada, com referência à data de transição para os IFRS (1 de janeiro de 2009).

Os gastos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a Empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem. Caso uma componente do bem seja substituída é identificada e desreconhecida a quota parte do valor do ativo e o respetivo impacto reconhecido em resultados. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Depreciações

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Edifícios e outras construções	10 - 75
Equipamento básico	3 - 55
Equipamento de transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	4 - 10
Taras e vasilhame	7
Outros ativos tangíveis	8 - 15

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos não correntes detidos para venda.

No final de cada exercício, o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela EPAL. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Imparidade

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Desreconhecimento

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

6.2 Estimativas e julgamentos

Vida Útil

A determinação das vidas úteis dos ativos é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados da EPAL. Este parâmetro foi definido de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos em questão.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EPAL, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

6.3 Detalhe e movimento

O valor líquido dos ativos fixos tangíveis por natureza, era a 31 de dezembro de 2025 e de 2024 de:

	2025	2024
Terrenos e Recursos Naturais	118.098.373	118.098.373
Edifícios e Outras construções	78.917.948	81.775.768
Equipamento Básico	385.069.775	394.204.381
Equipamento de Transporte	135.118	115.917
Equipamento Administrativo	2.796.656	3.185.148
Outros ativos fixos tangíveis	1.901.386	1.944.792
Ativos fixos tangíveis em curso	60.099.139	46.253.362
	<u>647.018.394</u>	<u>645.577.743</u>

Os ativos tangíveis ascendiam a 647,0 milhões de euros no final de 2025, mais 1,4 milhões de euros comparativamente com igual período de 2024.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações, foi o seguinte:

Valor bruto	31.12.2024	Aumentos	Transferência	Reclassificação	Dimin./alienações e abates	31.12.2025
Terrenos e Recursos Naturais	118 098 373	-	-	-	-	118 098 373
Edifícios e Outras construções	225 503 651	0	1 427 359	-	-	226 931 010
Equipamento Básico	1 120 981 129	1 114 992	10 081 873	-	-	1 132 177 994
Equipamento de Transporte	1 298 855	52 944	0	-	-	1 351 800
Equipamento Administrativo	34 003 699	126 411	709 660	-	-	34 839 770
Outros ativos fixos tangíveis	27 659 935	217 772	282 039	-	-	28 159 745
Ativos fixos tangíveis em curso	46 253 362	26 894 486	(12 500 931)	(547 778)	-	60 099 138
	1 573 799 004	28 406 604	-	(547 778)	-	1 601 657 831
Amortizações acumuladas	31.12.2024	Aumentos (nota 25)	Transferência	Reclassificação	Dimin./alienações e abates	31.12.2025
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e Outras construções	(143 727 883)	(4 285 180)	-	-	-	(148 013 062)
Equipamento Básico	(726 776 748)	(20 331 472)	-	-	-	(747 108 219)
Equipamento de Transporte	(1 182 938)	(33 744)	-	-	-	(1 216 681)
Equipamento Administrativo	(30 818 551)	(1 224 563)	-	-	-	(32 043 114)
Outros ativos fixos tangíveis	(25 715 142)	(543 217)	-	-	-	(26 258 359)
	(928 221 262)	(26 418 175)	-	-	-	(954 639 437)
Valor líquido	645 577 743	1 988 429	-	(547 778)	-	647 018 394

O movimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi:

Valor bruto	31.12.2023	Aumentos	Transferência	Reclassificação	Dimin./alienações e abates	31.12.2024
Terrenos e Recursos Naturais	118.098.373	-	-	-	-	118.098.373
Edifícios e Outras construções	223.003.388	9.118	2.491.145	-	-	225.503.651
Equipamento Básico	1.097.703.682	616.937	23.165.036	-	(504.526)	1.120.981.129
Equipamento de Transporte	1.302.961	3.755	0	-	(7.861)	1.298.855
Equipamento Administrativo	32.774.281	716.749	512.792	-	(122)	34.003.699
Outros ativos fixos tangíveis	27.196.734	109.226	353.975	-	-	27.659.935
Ativos fixos tangíveis em curso	38.918.921	33.857.388	(26.522.948)	-	-	46.253.362
	1.538.998.341	35.313.173	-	-	(512.510)	1.573.799.004
Amortizações acumuladas	31.12.2023	Aumentos (nota 25)	Transferência	Reclassificação	Dimin./alienações e abates	31.12.2024
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e Outras construções	(139.463.284)	(4.264.599)	-	-	-	(143.727.883)
Equipamento Básico	(707.303.323)	(19.977.951)	-	-	504.526	(726.776.748)
Equipamento de Transporte	(1.157.504)	(33.295)	-	-	7.861	(1.182.938)
Equipamento Administrativo	(29.518.667)	(1.300.006)	-	-	122	(30.818.551)
Outros ativos fixos tangíveis	(25.130.836)	(584.306)	-	-	-	(25.715.142)
	(902.573.615)	(26.160.157)	-	-	512.510	(928.221.262)
Valor líquido	636.424.726	9.153.017	-	-	-	645.577.743

A rubrica “Equipamento básico” inclui essencialmente a rede de distribuição, condutas, reservatórios, instalações de água e eletricidade, obras hidráulicas e contadores.

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica “Equipamento básico” incluía ativos fixos em poder de terceiros, designadamente, contadores de água colocados na rede de distribuição no montante de 2,6 milhões de euros (3,2 milhões de euros em 2024).

As aquisições ocorridas no exercício de 2025 nos ativos fixos tangíveis ascenderam a 28,4 milhões de euros e respeitam essencialmente a:

- Adutor Castelo do Bode – Duplicação – Fase 1 – Troço Brogueira/Sobral;
- Reabilitação de condutas da rede de distribuição;

- Reabilitação e ampliação do sistema da Pimenta;
- Intervenções de melhoria na ETA de Vale da Pedra;
- Central hídrica Várzea das Chaminés;
- Infraestruturas operacionais no recinto de Vila Franca de Xira.

A rubrica "Ativos fixos tangíveis em curso" no exercício de 2025, registou um acréscimo de 13,8 milhões de euros, com um incremento de 26,9 milhões de euros (correspondente às aquisições do ano) e uma redução no montante de 13,0 milhões de euros, correspondente às transferências para imobilizado firme (12,5 milhões de euros) e reclassificações de 0,5 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica "Ativos fixos tangíveis em curso", no montante de 60,1 milhões de euros, respeita essencialmente às intervenções no sistema de Alenquer IV (7,8 milhões de euros), à duplicação do Adutor Castelo do Bode no troço Brogueira/Sobral (7,4 milhões de euros), à construção da central hídrica da Asseiceira (6,5 milhões de euros), às intervenções para interligações dos centros de produção e consumo de energia (4,6 milhões de euros), a construção da central mini hídrica da Várzea das Chaminés (3,1 milhões de euros), a beneficiação da estação de tratamento de água da Asseiceira (2,9 milhões de euros), às obras de reabilitação da rede de distribuição (2,8 milhões de euros), obras de reabilitação e ampliação do sistema da Pimenta (2,6 milhões de euros) e intervenções de melhoria na ETA de Vale da Pedra (2,3 milhões de euros). Os restantes investimentos em curso respeitam a intervenções de montantes mais reduzidos, relacionados sobretudo com diversas intervenções de reabilitação de infraestruturas.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor de ativos fixos tangíveis da EPAL encontra-se totalmente coberto por seguros. Os seguros contratados estabelecem, todavia, limites globais de indemnizações, por sinistro, de 175 milhões de euros, com reposição automática na anuidade, para danos materiais cobertos pela apólice multiriscos do Grupo AdP e, para atos de terrorismo, de 25 milhões de euros por sinistro e agregado (anual).

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método da linha reta, por duodécimos, durante as vidas úteis estimadas, apresentadas na nota 6.1.

As depreciações do exercício de 2025, no montante de 26,4 milhões de euros (26,2 milhões de euros em 2024), foram registadas na rubrica "Gastos de depreciação e de amortização" (nota 25).

Em 2025 foram capitalizados gastos com pessoal (2,0 milhões de euros) e fornecimentos externos (0,3 milhões de euros), no valor global de 2,3 milhões de euros (notas 24 e 23).

7. LOCAÇÕES

7.1 Políticas Contabilísticas

As locações nas quais a EPAL é locatária, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo, as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação, a Empresa reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A EPAL reconhece separadamente o gasto financeiro relacionado com o passivo da locação e o gasto com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

A Empresa apenas tem locações enquanto locatário.

A) Identificação de uma locação

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

- a) O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e
- b) A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

Separar componentes de um contrato

Se um contrato é, ou contém uma locação, a EPAL contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a Empresa (como locatária) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da

componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

Prazo da locação

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação ("*commencement date*") corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

B) Contabilização nos locatários

Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de início da locação, a EPAL reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso ("Right-of-use asset")

Na data de início da locação, o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação, o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja

expetável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

Mensuração subsequente da locação

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos, as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Licenças de software	3
Equipamento de transporte	1 - 4

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a EPAL mensura o passivo da locação por:

- i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii) Remensuração para refletir revisão de pressupostos na locação (ex: prazo, rendas):
 - a) Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
 - b) Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

Expedientes práticos utilizados pela EPAL enquanto locatário

A EPAL utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, desde a data de início do contrato, – a Empresa optou por não aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração aplicáveis aos restantes contratos de locação;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado novo inferior a 5.000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a EPAL é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor (como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica “Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres”.

7.2 Ativos sob direito de uso

O detalhe dos ativos sob direito de uso a 31 de dezembro de 2025 e de 2024 e o respetivo movimento ocorrido no período é como segue:

Ativos sob direito de uso	31/12/2024			2025		31/12/2025		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aumentos do exercício no valor bruto	Amortizações do exercício (nota 25)	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Equipamento de transporte	663.266	(301.276)	361.989	-	(166.424)	663.266	(467.700)	195.566
Licenças	1.579.606	(43.878)	1.535.728	-	(526.535)	1.579.606	(570.413)	1.009.193
Total	2.242.872	(345.154)	1.897.718	0	(692.959)	2.242.872	(1.038.113)	1.204.759

Não ocorreram, no exercício, aumentos no valor bruto decorrentes de novos contratos.

7.3 Passivos da locação

O detalhe dos passivos da locação a 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é o seguinte:

Capital em dívida	31/12/2025	31/12/2024
Não corrente	54.565	728.338
Corrente	673.772	679.280
	<u>728.338</u>	<u>1.407.618</u>

Capital em dívida p/ natureza de ativo sob direito de uso	31/12/2025	31/12/2024
Equipamento de transporte	200.500	369.778
Licenças informáticas	527.838	1.037.840
	<u>728.338</u>	<u>1.407.618</u>

Futuros pagamentos mínimos	31/12/2025	31/12/2024
Até 1 ano	694.924	723.613
De 1 a 5 anos	55.104	750.028
Mais de 5 anos	-	-
	<u>750.028</u>	<u>1.473.641</u>

Juros	31/12/2025	31/12/2024
Até 1 ano	21.152	44.333
De 1 a 5 anos	538	21.690
Mais de 5 anos	-	-
	<u>21.690</u>	<u>66.024</u>

Valor presente dos pagamentos mínimos	31/12/2025	31/12/2024
Até 1 ano	673.772	679.280
De 1 a 5 anos	54.565	728.338
Mais de 5 anos	-	-
	<u>728.338</u>	<u>1.407.618</u>

7.4 Pagamentos da locação

Os pagamentos totais com a locação em 2025 ascenderam a 1,8 milhões de euros. As despesas contabilizadas como gasto em resultados são relativas a itens de valor reduzido ou referentes a contratos com prazo inferior a 12 meses.

Total de pagamentos da locação	31/12/2025	31/12/2024
Contabilizadas de acordo com o modelo único previsto no IFRS 16	210.757	228.324
Contabilizadas como gasto em resultados (nota 23)	1.634.425	1.999.681
	<u>1.845.182</u>	<u>2.228.005</u>

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

8.1 Políticas Contabilísticas

Reconhecimento e mensuração

As propriedades de investimento da Empresa provêm dos imóveis detidos com o objetivo de obter rendas, de valorização do capital ou de ambas. As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo, incluindo os gastos de transação que lhes sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo.

As propriedades de investimento adquiridas pela EPAL até 31 de dezembro de 2008 encontram-se registadas ao custo considerado, o qual engloba os efeitos das reavaliações efetuadas ao abrigo das disposições previstas em diplomas legais, e os efeitos da reavaliação livre das propriedades de investimento de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efetuadas por uma entidade independente e especializada com referência a 1 de janeiro de 2009 – data de transição para as IFRS, sendo depreciadas de forma sistemática durante a sua vida útil estimada. As propriedades de investimento adquiridas após 1 de janeiro de 2009 encontram-se registadas ao custo de aquisição.

Depreciações

As depreciações são calculadas, por terem tratamento contabilístico idêntico aos ativos fixos tangíveis, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens (indicadas na nota 6.1).

Desreconhecimento

As propriedades de investimento são desreconhecidas na alienação ou quando forem permanentemente retiradas de uso e nenhuns benefícios económicos forem esperados da sua alienação.

Imparidade e justo valor

Para fins da análise do valor de recuperação das propriedades de investimento e para fins de divulgação, a Empresa detém avaliações externas elaboradas regularmente por entidades independentes e especializadas no final de cada ano económico em que se entenda que tenha existido alteração nas condições de mercado, ou eventos excecionais que possam causar variações significativas no justo valor das propriedades de investimento, tal como determinadas nas avaliações imediatamente anteriores. Sempre que na data de relato o valor das propriedades de investimento, líquido de depreciações acumuladas seja superior ao seu valor recuperável, à data de relato, a Empresa procede ao registo da perda de imparidade respetiva. Se em períodos de relato subsequentes se verificar um aumento do valor recuperável face ao valor líquido contabilístico, as perdas por imparidade serão revertidas até ao limite de valor dos bens, caso nunca tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade.

8.2 Detalhe e movimento

O detalhe das propriedades de investimento em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	2025	2024
Terrenos	12.883.738	12.883.738
Edifícios	2.454.269	2.454.269
	15.338.006	15.338.006
Depreciações acumuladas	(2.394.074)	(2.378.049)
	12.943.932	12.959.957

Movimento nas depreciações acumuladas:

Depreciações acumuladas	nota	2025	2024
Saldo inicial		(2.378.049)	(2.310.270)
Depreciações do exercício	25	(16.025)	(67.779)
Saldo final		(2.394.074)	(2.378.049)

Decorrente da execução de um protocolo existente com a Câmara Municipal de Lisboa, a EPAL procedeu, em 2014, à incorporação no seu património de um terreno, o qual foi registado como propriedade de investimento, dado não estar definida a sua utilização. De acordo com o referido protocolo, celebrado em 1992, o Município de Lisboa obrigava-se a transmitir para a EPAL terrenos para construção. Os desenvolvimentos ocorridos em 2014 culminaram com a materialização, em 31 de dezembro desse ano, da transmissão efetiva do terreno em apreço, mediante outorga de escritura pública, entre o Município de Lisboa e a EPAL.

Justo valor

O justo valor das propriedades de investimento é pelo menos equivalente ao seu valor contabilístico, tendo sido determinado através de avaliações realizadas por uma entidade especializada independente, que possui uma qualificação profissional reconhecida e relevante, sendo atualizado sempre que existam indicadores de alterações significativas no seu valor.

Em 31 de dezembro de 2025, o justo valor das propriedades de investimento era pelo menos igual ao seu valor contabilístico, sendo que relativamente à mais relevante, e que representa 99,5% do valor líquido contabilístico, o valor reconhecido nas demonstrações financeiras está mais que garantido, ao abrigo do Protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa, sendo que a avaliação efetuada por entidade independente em dezembro de 2024 apresenta um valor de 21,8 milhões de euros através do método de mercado, e o seu valor líquido contabilístico em 31 de dezembro de 2025 ascende a 12,9 milhões de euros.

Quanto às restantes, apenas duas apresentam valor líquido contabilístico. Dessas, o imóvel que representa a quase totalidade do valor remanescente total foi avaliado igualmente em dezembro de 2024 por uma entidade independente, sendo o valor dessa avaliação de 3,6 milhões de euros, e o seu valor líquido contabilístico em 31 de dezembro de 2025, ascende a 36 mil euros.

É entendimento da Administração da Empresa que o justo valor divulgado nas demonstrações financeiras da Empresa é adequado e reflete as atuais condições de mercado.

9. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

9.1 Políticas Contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos financeiros, consultar divulgação na nota 10.

9.2 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o detalhe dos “outros ativos financeiros” apresentava a seguinte composição:

	2025	2024
Ativo não corrente:		
Outros ativos financeiros	192.228	192.228
	192.228	192.228

O montante registado na rubrica “Outros ativos financeiros”, que ascendia a 192.228 euros, em 31 de dezembro de 2025, corresponde essencialmente a valores cativos à ordem dos tribunais, respeitante a cauções de acidentes de trabalho respeitantes ao período em que a EPAL era autosseguradora (97.801 euros), e aos valores do Fundo de compensação do trabalho (94.426 euros).

10. CLIENTES

10.1 Políticas contabilísticas

Classificação

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - i. Ativos financeiros detidos para negociação;
 - ii. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - iii. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da EPAL, a Empresa apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado. Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito e Crédito a clientes (acordos de regularização de dívida celebrados pelo prazo de cinco anos e contas a receber decorrentes da atividade operacional da Empresa).

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a Empresa determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente

improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial, todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor, e os respetivos custos de transação são adicionados ao justo valor.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a Empresa valoriza os ativos financeiros ao custo amortizado.

Os rendimentos e gastos de ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) As restantes alterações de valor são reconhecidas como rendimento ou gasto quando o ativo for desreconhecido da demonstração da posição financeira, quando for reclassificado e, no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos na sua recuperação.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a Empresa recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela Empresa no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

Crédito abatido ao ativo (*write-off*)

A EPAL reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela Empresa se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre categorias de ativos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a empresa decidir alterar o modelo de negócio para a gestão de uma categoria de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outros ativos financeiros”, a EPAL aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras, tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto a perda na eventualidade de *default* representa a perda expectável quando o *default* ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor contabilístico do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do período. O valor

contabilístico dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando os valores a receber de clientes ou de outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a EPAL não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência das mesmas é remoto.

Política de desreconhecimento

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido da demonstração da posição financeira, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos na demonstração da posição financeira e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:

o Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.

o O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e os gastos do novo passivo financeiro, sem compensação.

- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre:

o Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido da demonstração da posição financeira qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.

o Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo na demonstração da posição financeira por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

10.2 Estimativas e julgamentos

Imparidade de ativos financeiros

As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da EPAL não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor da demonstração da posição financeira do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do período. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Empresa.

10.3 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Clientes” apresentava a seguinte composição:

	31.12.2025		
	Não corrente	Corrente	Total
Municípios	-	5.330.525	5.330.525
Cientes gerais	18.031	22.951.876	22.969.907
	18.031	28.282.402	28.300.433
Estimativa de serviços a faturar	-	13.540.097	13.540.097
	18.031	41.822.499	41.840.530
Imparidade	-	(13.036.999)	(13.036.999)
	18.031	28.785.500	28.803.531

	31.12.2024		
	Não corrente	Corrente	Total
Municípios	-	3.720.000	3.720.000
Cientes gerais	18.134	21.820.121	21.838.255
	18.134	25.540.122	25.558.256
Estimativa de serviços a faturar	-	13.070.338	13.070.338
	18.134	38.610.460	38.628.594
Imparidade	-	(14.978.603)	(14.978.603)
	18.134	23.631.857	23.649.991

O saldo corrente de clientes (líquido de imparidades) era, em 31 de dezembro de 2025, de 28.785.500 euros (23.631.857 euros em 2024).

O saldo corrente de Clientes apresenta o seguinte detalhe por natureza de dívida em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31.12.2025	31.12.2024
Cientes - conta corrente	15.243.575	10.560.735
Cientes - juros de mora	1.828	783
Cientes de cobrança duvidosa	13.036.999	14.978.603
Estimativa de serviços a faturar	13.540.097	13.070.338
	41.822.499	38.610.460
Perdas por imparidade de clientes	(13.036.999)	(14.978.603)
	28.785.500	23.631.857

A desagregação do saldo corrente de clientes por tipo de cliente é a seguinte:

	2025	2024
Cientes Diretos	29.387.488	27.792.287
Cientes Municipais e Multimunicipais	12.435.011	10.818.173
	41.822.499	38.610.460

Em 31 de dezembro de 2025 a exposição e respetiva imparidade de saldos a receber de clientes, detalhada por antiguidade é como segue:

Segmento de negócio	Negócio "Alta"			Negócio "Baixa"				Empresas do Grupo	TOTAL
	Municípios (1)	Outros	Total	Municípios (1)	Estado e Setor Público (2)	Outros (3)	Total		
	Baixo	Médio		Baixo	Baixo	Médio			
Exposição bruta	7.306.655	3.612.654	10.919.309	620.844	739.254	28.010.026	29.370.125	1.551.096	41.840.530
Imparidade	-	-	-	-	-	(13.036.999)	(13.036.999)	-	(13.036.999)
Exposição líquida	7.306.655	3.612.654	10.919.309	620.844	739.254	14.973.027	16.333.126	1.551.096	28.803.531

(1) Inclui Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais

(2) Inclui organismos públicos e Administração Central do Estado

(3) Inclui clientes domésticos, comércio e indústria

Segmento de negócio	Negócio "Alta"				Negócio "Baixa"			
	Outros			Exposição líquida	Estado, Setor Público e outros			Exposição líquida
Tipologia de clientes	Exposição bruta	Imparidade	% Perda		Exposição bruta	Imparidade	% Perda	
Antiguidade da dívida								
Não vencida	3.612.654	-	-	3.612.654	14.033.491	(282.616)	2%	13.750.876
Vencida até 180 dias	-	-	-	-	1.884.854	(70.110)	4%	1.814.744
Vencida há mais de 180 dias	-	-	-	-	12.830.935	(12.684.273)	99%	146.662
	3.612.654	-	-	3.612.654	28.749.281	(13.036.999)	45%	15.712.282

O movimento das imparidades de clientes no ano foi o seguinte:

	nota	Negócio "Baixa"			TOTAL
		Municípios	Estado e Setor Público	Outros	
Saldo em 31 de dezembro de 2024		0	0	14.978.603	14.978.603
Aumento	27			466.863	466.863
Reversão	27			(2.408.467)	(2.408.467)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		0	0	13.036.999	13.036.999

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

11.2 Políticas Contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas a outras contas a receber, consultar divulgações nas notas:

- 10 – Clientes

- 16 – Responsabilidades por benefícios pós-emprego
- 17 – Subsídios ao investimento

11.3 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Outras contas a receber” apresentava a seguinte composição:

	31.12.2025			31.12.2024		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Operações com pessoal:						
. Excesso de cobertura de Fundo de Pensões	7.480.000	-	7.480.000	8.570.000	-	8.570.000
. Outras operações com pessoal	-	30.254	30.254	-	24.953	24.953
Contas a receber diversas:						
. Taxas a receber de clientes por conta da CML	-	17.120.468	17.120.468	-	20.437.035	20.437.035
. Apoio Tesouraria Acionista	-	95.000.000	95.000.000	-	115.000.000	115.000.000
. Adiantamentos a fornecedores	-	176.268	176.268	-	73.559	73.559
. Outras contas a receber	4.386.269	3.166.905	7.553.175	4.853.059	2.752.921	7.605.979
Acréscimos de rendimentos:						
. Outros acréscimos de rendimentos	-	3.252.903	3.252.903	-	3.693.793	3.693.793
Encargos diferidos:						
. Seguros	-	757.747	757.747	-	784.011	784.011
. Outros encargos diferidos	-	851.174	851.174	-	986.322	986.322
Estado e outros entes públicos	-	121.481	121.481	-	227.744	227.744
	11.866.269	120.477.201	132.343.471	13.423.059	143.980.339	157.403.398
Imparidade	-	(791.200)	(791.200)	-	(393.447)	(393.447)
	11.866.269	119.686.001	131.552.271	13.423.059	143.586.892	157.009.950

Verifica-se em 2025 um excesso de cobertura respeitante ao Plano de Pensões de Benefício Definido da EPAL no valor total de 7.480.000 euros (8.570.000 euros em 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, o apoio de tesouraria concedido à AdP SGPS era de 95,0 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2024 ascendia a 115,0 milhões de euros).

As taxas a receber de clientes da CML correspondem aos valores faturados pela EPAL aos clientes direitos da cidade de Lisboa e que constituem receita da CML (designadamente a tarifa de saneamento, o adicional e as taxas de resíduos).

O montante considerado em outras contas a receber não corrente corresponde à dívida de alienação de imobilizado à Águas de Oeste efetuada em 2006 (atualmente Águas do Vale do Tejo), com um plano de pagamentos previsto contratualmente e que se prolonga até 2033. Encontra-se considerado nessa rubrica em 2025 o valor da dívida bruta, que ascende a 3,5 milhões de euros, o valor da respetiva atualização (1,3 milhões de euros) e o correspondente efeito do desconto financeiro da dívida, no montante 0,4 milhões de euros.

Em outras contas a receber encontram-se registados sobretudo valores respeitantes a rendimentos suplementares (Aquamatrix, Formação, etc.), bem como a parcela de curto prazo da dívida de alienação de imobilizado à antiga Águas de Oeste (atualmente Águas do Vale do Tejo).

12. INVENTÁRIOS

12.2 Políticas Contabilísticas

Os inventários estão valorizados ao mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da Empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

12.3 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2025	2024
Mercadorias	2.261.301	1.663.288
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	160.744	142.465
	<u>2.422.046</u>	<u>1.805.753</u>

	2025		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Mercadorias	2.857.951	(596.650)	2.261.301
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	160.744	-	160.744
	<u>3.018.695</u>	<u>(596.650)</u>	<u>2.422.046</u>

	2024		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Mercadorias	2.259.938	(596.650)	1.663.288
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	142.465	-	142.465
	<u>2.402.403</u>	<u>(596.650)</u>	<u>1.805.753</u>

13. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

13.1 Políticas Contabilísticas

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor.

Os descobertos bancários, quando existirem, são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

13.2 Detalhe

O detalhe de Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro 2025 e 2024 é como segue:

	2025	2024
Numerário	15.986	15.617
Depósitos à ordem	5.909.649	8.532.197
Depósitos a prazo	27.000.000	-
	<u>32.925.635</u>	<u>8.547.814</u>
Descobertos bancários	-	-
Caixa e seus equivalentes	<u><u>32.925.635</u></u>	<u><u>8.547.814</u></u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existiam descobertos bancários.

14. CAPITAL PRÓPRIO

14.1 Políticas Contabilísticas

Classificação

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- i) se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;

- ii) se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Dividendos

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

14.2 Capital Social

O capital social da Empresa, no montante de 150.000.000 euros, é composto por 30.000.000 ações com o valor nominal de cinco euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

O capital social é detido na totalidade pela AdP, SGPS, SA.

Acionistas	Capital Subscrito			Capital Social Realizado
	Total de Ações Subscritas	Capital Social Subscrito	% Total de Capital Social Subscrito	
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	30.000.000	150.000.000	100%	150.000.000

14.3 Resultado líquido por ação

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi determinado conforme segue:

	2025	2024
Resultados:		
Resultado líquido do exercício	66.143.190	59.101.501
Número de ações		
Número médio de ações	30.000.000	30.000.000
Resultado por ação (básico e diluído)	2,20	1,97

14.4 Reservas e outros ajustamentos

A rubrica de reservas e outros ajustamentos, a 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresentava a seguinte desagregação:

	2025	2024
Reserva legal	30.000.000	30.000.000
Outras reservas	22.171.377	22.171.377
Outras variações no capital próprio	(4.064)	(4.064)
	<u>52.167.314</u>	<u>52.167.314</u>

De acordo com o disposto nos Estatutos da Empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, incluída na rubrica de Outras reservas, no Capital próprio, pelo menos, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a reserva legal ascendia a 30.000.000,00 euros, estando dessa forma integralmente constituída.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as outras reservas ascendiam a 22.171.377 euros, correspondiam inteiramente a reservas livres e não apresentaram qualquer movimento em ambos os exercícios económicos.

14.5 Resultados transitados

A rubrica de resultados transitados, a 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresentava o seguinte saldo:

	2025	2024
Resultados transitados	449.039.193	435.201.262

A movimentação ocorrida nesta rubrica nos exercícios de 2025 e 2024 foi a seguinte:

	2025	2024
Saldo Inicial	435.201.262	423.579.335
Aplicação do resultado líquido	59.101.501	56.659.345
Dividendos pagos	(47.281.201)	(45.327.476)
Alteração da taxa de imposto - ID	3.160.437	403.552
Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)	(1.142.806)	(113.494)
Saldo Final	449.039.193	435.201.262

Distribuições

Os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 atribuídos ao acionista ascenderam, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral, a 47.281.201 euros, cujo pagamento ocorreu em abril de 2025.

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa inclui na rubrica de resultados transitados incrementos decorrentes da aplicação do critério do justo valor dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, e reavaliações realizadas em anos anteriores ao abrigo, dos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 430/78, conforme disposições do Decreto-Lei n.º 24/82, de 30 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de junho
- Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de dezembro
- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de maio
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de abril
- Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de novembro
- Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro

De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, os incrementos patrimoniais decorrentes desta reavaliação não são suscetíveis de distribuição aos acionistas enquanto não se encontrarem realizadas (por depreciação ou alienação), podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizado em futuros aumentos do capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

Foi igualmente considerado nesta rubrica o impacto da alteração da taxa de imposto subjacente ao cálculo do imposto diferido (ver detalhe na nota 32).

O valor indicado em remensurações do Fundo de Pensões resulta das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados das alterações de pressupostos atuariais, e o retorno dos ativos do plano, excluindo as quantias incluídas no juro líquido sobre o passivo líquido (notas 11 e 16). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, os incrementos patrimoniais decorrentes das remensurações do Fundo de Pensões não são suscetíveis de distribuição aos acionistas enquanto não se encontrarem realizadas

15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

15.1 Políticas Contabilísticas

Provisões

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a EPAL divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data da demonstração da posição financeira, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Passivos contingentes

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da EPAL. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A Empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

Ativos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos da EPAL que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A Empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

15.2 Estimativas e julgamentos

A EPAL analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A EPAL é parte em processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

15.3 Detalhe e movimento

O detalhe das provisões a 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é como segue:

	2025	2024
Provisões:		
Processos judiciais em curso	172.392	158.578
Acidentes de trabalho	74.030	77.495
Outras provisões - judiciais	515.000	560.000
	<u>761.421</u>	<u>796.073</u>

O movimento nas provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi conforme se segue:

2025:

	Saldo inicial	Aumentos (nota 26)	Reversões (nota 26)	Utilizações	Saldo final
Proc. judiciais em curso	158.578	46.841	(33.028))		172.392
Acidentes de trabalho	77.495	2.894	-	(6.359)	74.030
Outras provisões - judiciais	560.000	-	(45.000)	-	515.000
	<u>796.073</u>	<u>49.735</u>	<u>(78.028)</u>	<u>(6.302)</u>	<u>761.421</u>

2024:

	Saldo inicial	Aumentos (nota 26)	Reversões (nota 26)	Utilizações	Saldo final
Proc. judiciais em curso	508.281	136.719	(158.042)	(328.380)	158.578
Acidentes de trabalho	83.797	-	-	(6.302)	77.495
Outras provisões - judiciais	560.000	-	-	-	560.000
	<u>1.152.078</u>	<u>136.719</u>	<u>(158.042))</u>	<u>(334.681)</u>	<u>796.073</u>

Processos judiciais em curso

A EPAL faz uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados e à probabilidade de materialização em passivos considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas.

Da avaliação efetuada e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

Garantias

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas pela empresa demonstram-se como se segue:

	2025	2024
Banco Europeu de Investimento (nota 18)	36.845.911	47.481.773
Tribunais	5.175.900	5.175.900
Outros	526.862	539.196
	<u>42.548.673</u>	<u>53.196.870</u>

16. RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

16.1 Política Contabilística

A Empresa tem em vigor um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores/as, que tem inerente o pagamento de complementos de pensões de reforma (por velhice ou invalidez) suportando adicionalmente as responsabilidades decorrentes de situação de pré-reforma, quando existam.

O sistema de benefícios com pensões da Empresa consubstancia-se em dois planos de pensões, um de contribuição definida e outro de benefícios definidos.

As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas diretamente pela Empresa.

Em 2008, a Empresa procedeu à reformulação do Acordo de Empresa com os seus trabalhadores/as e sindicatos, nomeadamente, no que respeita ao plano de pensões. Tal reformulação contemplou, essencialmente, a passagem de uma parte dos colaboradores ativos da Empresa para um esquema de contribuição definida, em substituição do anterior plano de benefícios definidos. A formalização do Corte do Plano anterior e a entrada em vigor do novo Plano, para quem a este aderiu, veio a ocorrer em 22 de março de 2008.

Contribuição definida (CD)

Um plano de contribuição definida é um plano de pensões, segundo o qual a Empresa tem como única obrigação pecuniária a realização de contribuições fixas junto de uma entidade separada (um Fundo).

As contribuições da Empresa para planos de benefícios pós-emprego de contribuição definida são reconhecidas como gasto no período a que respeitam, ou seja, quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Empresa e são calculadas com base numa percentagem aplicada sobre a massa salarial de cada ativo integrante no plano.

Benefício definido (BD)

Um plano de benefício definido é um plano de pensões que define o montante de benefício de complemento à pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço na Empresa e remuneração.

As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano, são calculadas semestralmente por atuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

A diferença entre o valor presente da obrigação do benefício definido à data de balanço e o justo valor dos ativos do plano é reconhecida, no balanço, como passivo, caso a diferença seja positiva, e como ativo, caso a diferença seja negativa.

Os gastos de serviços passados são reconhecidos no resultado do exercício quando são efetuadas alterações aos benefícios atribuídos no plano de pensões.

As remensurações determinadas anualmente, resultantes (i) dos ganhos e perdas atuariais apurados em consequência de alterações nos pressupostos atuariais e ajustamentos de experiência; e (ii) o retorno dos ativos do plano, excluindo os montantes incluídos no juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido dos benefícios atribuídos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

Em cada período a Empresa reconhece na demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui: (i) o custo do serviço corrente, (ii) o juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido dos benefícios atribuídos, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) o efeito de alterações aos benefícios do plano correspondentes a serviços passados; e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento das responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir a idade de reforma prevista no sistema de benefícios acordado.

O plano de benefícios da EPAL confina no pagamento de um complemento à pensão de reforma (por velhice ou invalidez) atribuída pela Segurança Social. As responsabilidades com o complemento de reforma estão a ser financiadas através de fundo independente constituído, e gerido autonomamente por uma instituição financeira. Ou seja, concede um plano de complemento de reforma aos seus empregados, constituindo um plano de benefícios definidos, com fundo autónomo constituído.

16.2 Estimativas e julgamentos

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios.

16.3 Detalhe e movimento

Benefício pós-emprego – plano de contribuição definida

A Empresa assumiu o compromisso de efetuar mensalmente contribuições pecuniárias para um fundo de pensões de contribuição definida. A única obrigação da Empresa consiste na realização das referidas contribuições, tendo também sido facultada aos colaboradores abrangidos, a possibilidade de efetuarem contribuições próprias, de carácter voluntário.

As contribuições realizadas, durante os exercícios 2025 e 2024, ao abrigo do Plano de Contribuição Definida, foram as seguintes:

	2025	2024
Contribuições da Empresa	415.887	419.676
Contribuições dos colaboradores	33.005	30.517
	<u>448.892</u>	<u>450.192</u>

O gasto total reconhecido, com as referidas contribuições no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, ascendeu a 415.887 euros (419.676 euros em 2024).

Benefícios pós-emprego – plano de benefícios definidos

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada com referência a 31 de dezembro de 2025 por uma entidade externa independente.

O valor presente da obrigação de benefícios definidos, bem como o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados, foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os principais pressupostos adotados na avaliação atuarial foram os seguintes:

	2025	2024
Taxa de desconto	3,18%	3,00%
Tábua de mortalidade	TV 99/01	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento dos salários da segurança social	1,00%	1,00%
Idade normal de reforma	66 e 6 meses	66 e 7 meses

Destaca-se, ao nível dos pressupostos, para além da atualização da taxa de desconto, a alteração efetuada em 2025 na tábua de mortalidade, tendo passado a utilizar-se a TV 99/01 em detrimento da TV 88/90.

A tábua de mortalidade é um instrumento estatístico central na gestão de risco de longo prazo que traduz, para cada idade, a probabilidade de sobrevivência e de morte de uma determinada população, bem como a respetiva esperança de vida remanescente. A tábua de mortalidade condiciona diretamente o valor das responsabilidades e o nível de financiamento exigido aos fundos de pensões.

A EPAL tem utilizado a tábua mortalidade TV 88/90, que é uma tábua de mortalidade "real" que reflete as probabilidades de morte observadas na época (finais de anos 80), e foi usada durante muitos anos como tábua regulamentar, assumindo uma taxa de mortalidade mais elevada que tábuas modernas. Entendeu-se em 2025 utilizar uma tábua de mortalidade mais atual, construída com dados de 1999 a 2001, e que representa de forma mais aproximada a mortalidade observada mais recentemente - tábua mortalidade TV 99/01. Esta alteração deu origem a um aumento de responsabilidades de cerca de 1,2 milhões de euros.

A "duration" do Plano de Benefício Definido do Fundo de Pensões da EPAL mantém-se nos 6 anos.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica "Gastos com o pessoal":

	2025	2024
Custo dos serviços correntes	-	-
Juro líquido	(257.000)	(243.000)
Total de gastos	<u>(257.000)</u>	<u>(243.000)</u>

Com referência a 31 de dezembro de 2025 e 2024, as responsabilidades líquidas por serviços passados associadas ao plano de benefícios definidos e com pré-reformas eram as seguintes:

	2025	2024
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	15.080.000	15.465.000
Justo valor dos ativos do fundo	22.560.000	24.035.000
Ativo com planos de benefícios definidos (nota 11)	<u>7.480.000</u>	<u>8.570.000</u>
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo	-	-
Passivo com planos de benefícios definidos	<u>-</u>	<u>-</u>

Os movimentos no valor presente da obrigação e no justo valor dos ativos do plano no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, são descritos conforme se segue:

	Passivo do plano	Justo valor dos ativos do plano	Total
A 1 de janeiro 2025	15.465.000	(24.035.000)	(8.570.000)
Custo com pensões			
Custo serviço corrente	-	-	-
Juro líquido	435.000	(692.000)	(257.000)
Benefícios pagos/previstos	(1.910.000)	1.812.000	(98.000)
Reconhecimento imediato de ganhos e perdas			
Remensurações			
alterações de. pressupostos	1.083.000	-	1.083.000
(ganhos)/perdas atuariais	7.000	-	7.000
(ganhos)/ perdas de rendimento		355.000	355.000
A 31 de dezembro 2025	<u>15.080.000</u>	<u>(22.560.000)</u>	<u>(7.480.000)</u>

Em 2024 os movimentos foram os seguintes:

	Passivo do plano	Justo valor dos ativos do plano	Total
A 1 de janeiro 2024	17.020.000	(25.120.000)	(8.100.000)
Custo com pensões			
Custo serviço corrente	-	-	-
Juro líquido	480.000	(723.000)	(243.000)
Benefícios pagos/previstos	(2.011.000)	1.909.000	(102.000)
Reconhecimento imediato de ganhos e perdas			
Remensurações			
(ganhos)/perdas var. pressupostos demográficos	109.000	-	109.000
(ganhos)/perdas var. pressupostos financeiros	(133.000)	-	(133.000)
(ganhos)/ perdas de rendimento		(101.000)	(101.000)
A 31 de dezembro 2024	<u>15.465.000</u>	<u>(24.035.000)</u>	<u>(8.570.000)</u>

As principais categorias de ativos do fundo são detalhadas conforme se segue:

	Justo valor	
	2025	2024
Instrumentos de capital próprio	2.758.121	2.623.735
Instrumentos de dívida	19.413.400	20.908.164
Outros	388.479	503.101
	<u>22.560.000</u>	<u>24.035.000</u>

A sensibilidade da responsabilidade por benefícios definidos face a variações dos principais pressupostos é a seguinte:

Pressuposto	Impacto na responsabilidade por benefício definido	
	Alteração nos pressupostos	Responsabilidade por benefício definido
Taxa de desconto	+0,4%	-2,7%

Um aumento de 0,4% na taxa de desconto (de 3,18% para 3,61%) dá origem a uma redução de 2,7% no valor das responsabilidades, correspondente a 406 mil euros.

A análise de sensibilidade apresentada foi apurada variando o pressuposto (taxa de desconto) e mantendo as restantes variáveis constantes. Na prática, este cenário é improvável, visto que as alterações em alguns pressupostos podem estar correlacionadas.

Política de investimento do Fundo de Pensões

A política de investimento do Fundo de Pensões da EPAL enuncia os princípios de investimento e as linhas orientadoras de gestão dos ativos do fundo, em conformidade com:

- A natureza dos benefícios abrangidos pelos Planos de Pensões;
- As características da população abrangida e o horizonte temporal das responsabilidades assumidas, designadamente a repartição entre responsabilidades assumidas com os Participantes e com os Beneficiários do Fundo de Pensões;
- O nível de cobertura das responsabilidades do Fundo de Pensões;

- A estrutura de gestão do Fundo de Pensões.

A política de investimento será objeto de revisão sempre que as circunstâncias da sua aplicabilidade assim o determinem ou em consequência de alterações legislativas que ocorram.

Os princípios e regras que constituem a Política de Investimentos do Fundo de Pensões encontram-se consagrados no contrato de gestão entre a EPAL e a entidade gestora.

A política de investimento do Fundo de Pensões tem como principal objetivo a maximização do retorno potencial das aplicações do fundo, a médio e a longo prazo, baseada em regras e procedimentos assentes na prudência e no profundo conhecimento dos mercados, por forma a evitar inadequados riscos de perda. O investimento em aplicações financeiras deverá ser realizado de uma forma diversificada e prudente, tendo em atenção nomeadamente o risco de taxa de juro, de crédito e de liquidez.

No que respeita a restrições/indicações no Fundo Total e em cada Carteira:

- O investimento em ações e/ou obrigações poderá ser efetuado por via direta ou através de Organismos de Investimento Coletivo de Valores Mobiliários (OICVM's) que respeitem os requisitos de legislação adotada por força da Diretiva do Conselho n.º 85/611/CEE, de 20 de dezembro, alterada pela Diretiva n.º 2001/108/CE, de 21 de janeiro de 2002;
- O Fundo de Pensões poderá investir em valores mobiliários expressos em moedas distintas do Euro, até ao limite máximo permitido legalmente. Atualmente, esse limite é de 30%, podendo, no entanto, ser excedido, desde que a Entidade Gestora efetue a adequada cobertura do risco cambial;
- As aplicações diretas em obrigações serão efetuadas em títulos denominados em euros, ou denominados noutra divisa, desde que se efetue a correspondente cobertura do risco cambial;
- Para efeitos do cumprimento dos limites de alocação a obrigações não Euro, o critério de classificação dos títulos deverá ser o da moeda de emissão das obrigações, e não o de exposição a risco cambial. Desta forma, uma obrigação emitida em USD será considerada como 'obrigação não Euro', independentemente da política de cobertura de moeda que a gestora possa assumir;
- A exposição à classe obrigacionista encontra-se limitada a obrigações com rating. As obrigações de taxa fixa Euro deverão ter um rating mínimo de 'BBB' ou equivalente. A componente de obrigações com rating de 'BBB' não deverá ultrapassar 30% da componente obrigacionista. A designação 'BBB' abrange os títulos de dívida com ratings 'BBB-' e 'BBB+'. As obrigações com rating inferior a BBB, exceto as de dívida portuguesa, serão classificadas na classe de *high yield*, podendo o seu peso ir até aos 10% do valor patrimonial. O investimento em obrigações *high*

yield só poderá ser efetuado através de fundos de investimento para assegurar diversificação. O investimento em valores mobiliários representativos de dívida com notação de risco inferior a *investment grade*, quer em mercados desenvolvidos, quer em mercados emergentes, deverá ser feito mediante a utilização de instituições de investimento coletivos que respeitem os requisitos de legislação adotada por força da Diretiva n.º 2009/65/CE, alterada pela Diretiva n.º 2014/91/CE, não podendo a exposição ultrapassar 15% do valor total do Fundo;

- Sempre que ocorra o *downgrade* de uma obrigação, que implique o não cumprimento dos limites de rating definidos, e querendo a Entidade Gestora manter o título em carteira, deverá a situação ser reportada ao Associado e obter a respetiva aprovação;
- Qualquer alteração à classificação para efeitos do cumprimento dos limites estabelecidos na Política de Investimentos deverá ser sujeita a aprovação prévia e por escrito por parte do Associado;
- A componente "*Government*" das obrigações não deverá representar menos de 10% da classe obrigacionista. Por "*Government*" entende-se dívida pública de taxa fixa emitida por governos centrais, *agency* e *quasi-government*. Não se encontram incluídas as emissões de mercados emergentes e *high yield* (ainda que em Euros). Inclui as emissões de dívida pública portuguesa;
- O limite relativo a valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em outros mercados regulamentados de Estados membros da União Europeia, ou em mercados análogos de países da OCDE é 15%, máximo permitido legalmente;
- Não deverá ser realizado qualquer investimento em fundos 'venture capital' sem uma aprovação prévia e por escrito do Associado;
- O gestor fará a gestão setorial (dívida pública/dívida privada), de país e de *duration* da componente obrigacionista dentro dos limites e restrições estabelecidos nesta política de investimentos.

O Fundo de Pensões poderá recorrer a operações de reporte e empréstimo de títulos com o objetivo de incrementar a rentabilidade da carteira. As operações com produtos derivados e operações de empréstimo devem ser obrigatoriamente realizadas:

- i) Num mercado regulamentado; ou
- ii) Com uma instituição financeira legalmente autorizada para o efeito num Estado membro do Espaço Económico Europeu ou noutro país da OCDE, desde que o rating dessa instituição seja qualitativamente igual ou superior a "BBB"/"Baa2", conforme notações universalmente utilizadas, ou a outras classificações comprovadamente equivalentes.

É realizada uma monitorização do risco implícito na carteira do Fundo de Pensões, em termos de avaliação e controle dos riscos financeiros (risco de mercado, risco de crédito e risco cambial), de acordo com os limites definidos internamente, utilizando para o efeito a metodologia do VaR (*Value at Risk*).

O método de cálculo utilizado para a avaliação da rendibilidade da carteira e do *benchmark* deverá ser uma aproximação da '*Time Weighted Rate of Return*'. Deverá atender-se a:

- Para efeitos de comparação com o *benchmark*, os diversos instrumentos deverão ser classificados de acordo com a classe predominante. Produtos de capital garantido ligado aos mercados acionistas, assim como warrants e obrigações convertíveis, deverão ser classificados como ações;
- Para efeitos de determinação da exposição às diversas classes de ativos é considerada a exposição efetiva bem como a exposição implícita, através de posições em futuros e opções;
- A avaliação de desempenho da Entidade Gestora é feita trimestralmente e terá em consideração os objetivos fixados para a obtenção de valor acrescentado.

17. SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

17.1 Políticas Contabilísticas

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a EPAL cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento.

Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos no passivo não corrente e são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados com base no mesmo método da depreciação/amortização dos ativos subjacentes.

17.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os "Subsídios ao investimento" apresentavam a seguinte composição:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Rédito do exercício	Rédito acumulado	Rédito por reconhecer em 2025	Rédito por reconhecer em 2024
COMPART. MAFRA 2ª FASE	216.801	216.801	4.927	187.238	29.563	34.491
FEDER TOMAR/T.NOVAS	5.684.192	5.684.192	106.961	4.828.507	855.685	962.645
COMPART. OURÉM	550.553	550.553	10.360	467.674	82.879	93.239
COMPART. T.NOVAS	435.315	435.315	8.191	369.784	65.531	73.722
COMPART. TOMAR	497.804	497.804	9.367	422.866	74.938	84.305
FEDER OURÉM/ENTRONCAMENTO	3.027.720	3.027.720	56.973	2.571.934	455.786	512.759
COMPART. ENTRONCAMENTO	4.959	4.959	93	4.213	746	839
COMPART. V.N.BARQUINHA	72.726	72.726	1.444	58.289	14.436	15.880
FEDER V.N.BARQUINHA/CONSTÂNCIA	11.125.239	11.125.239	220.848	8.916.754	2.208.485	2.429.333
FUNDO COESÃO REDE DISTRIBUIÇÃO	7.635.576	7.635.576	63.630	7.126.537	509.039	572.669
FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 1ªFASE	9.405.370	9.405.370	188.107	5.831.330	3.574.040	3.762.147
COMPART RESERV PATRIARCAL	74.820	74.820	384	65.994	8.825	9.209
FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 2ªFASE	22.472.817	22.472.817	449.456	13.483.690	8.989.126	9.438.583
SANTA MARGARIDA	274.339	274.339	5.487	164.603	109.736	115.223
MINDE/MIRA D'AIRE/BATALHA/LEIRIA	4.472.789	4.472.789	107.191	3.293.687	1.179.102	1.286.293
COMPARTICIPAÇÃO CONSTÂNCIA	87.104	87.104	1.729	69.813	17.292	19.021
COMPARTICIPAÇÃO ALCANENA	139.941	139.941	3.354	103.051	36.890	40.244
COMPARTICIPAÇÃO PORTO DE MÓS	139.941	139.941	3.354	103.051	36.890	40.244
COMPARTICIPAÇÃO BATALHA	66.118	66.118	1.585	48.689	17.429	19.014
COMPARTICIPAÇÃO LEIRIA	66.118	66.118	1.585	48.689	17.429	19.014
PROJECTO SPRINT	21.604	21.604	0	0	21.604	21.604
EDP	373.874	373.874	25.574	325.299	48.574	74.148
MINISTÉRIO DA SAUDE	375.061	375.061	5.377	90.394	284.667	290.044
FUNDO AMBIENTAL	200.427	200.427	49.949	129.643	70.784	120.733
POSEUR - VALE DA PEDRA	6.381.352	6.381.352	258.703	2.004.952	4.376.400	4.635.104
POSEUR - EFIC. ENERGÉTICA - SEDE	186.599	88.845	0	0	186.599	186.599
POSEUR - EFIC. ENERGÉTICA - P. NAÇÕES	796.746	133.251	0	0	796.746	796.746
OE AZAMBUJA	239.115	239.115	4.782	95.647	143.469	148.251
75.025.020	74.263.771	1.589.411	50.812.327	24.212.693	25.802.105	

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os montantes registados como rendimento do exercício foram os seguintes:

	2025	2024
Subsídios ao investimento	1.589.411	1.589.411
	<u>1.589.411</u>	<u>1.589.411</u>

Em 2025 não foi reconhecido qualquer novo subsídio.

18. EMPRÉSTIMOS

18.1 Políticas Contabilísticas

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos”, “Outros passivos não correntes”, “Fornecedores” e “Outros passivos correntes”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A EPAL apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos bancários são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos financeiros” da demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o período.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a Empresa liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data da demonstração da posição financeira, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

18.2 Detalhe e movimento

Os empréstimos obtidos detalham-se, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, como segue:

	2025	2024
Empréstimos bancários - BEI		
Não corrente	26.115.999	36.845.911
Corrente	10.729.912	10.635.863
Juros e encargos a liquidar	86.184	76.745
	<u>36.932.094</u>	<u>47.558.518</u>

Os financiamentos junto do BEI que estão sujeitos ao regime de taxa variável são sujeitos, no período de pagamento de juros, a revisão da taxa, de acordo com a taxa de referência em vigor nessa data. De acordo com o contrato assinado entre a Empresa e o BEI, o capital em dívida a esta instituição bancária tornar-se-á exigível, caso existam alterações significativas na estrutura acionista da Empresa, nomeadamente, o facto de o atual acionista deixar de ter o controlo da Empresa. Os empréstimos têm ainda associadas garantias bancárias que visam cobrir o serviço de dívida (nota 15).

Movimento nos empréstimos obtidos

O movimento ocorrido nos empréstimos obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e a sua reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa é como segue:

	31.12.2025		
	Não corrente	Corrente	Total
Saldo inicial	36.845.911	10.712.608	47.558.518
Reclassificação de não corrente para corrente	(10.729.912)	10.729.912	-
Obtenção de empréstimos	-	-	-
Reembolso de capital de empréstimos	-	(10.635.863)	(10.635.863)
Variação na especialização de juros nominais	-	9.439	9.439
Saldo final	26.115.999	10.816.096	36.932.094

	31.12.2024		
	Não corrente	Corrente	Total
Saldo inicial	47.481.773	10.650.506	58.132.280
Reclassificação de não corrente para corrente	(10.635.863)	10.635.863	-
Obtenção de empréstimos	-	-	-
Reembolso de capital de empréstimos	-	(10.544.552)	(10.544.552)
Variação na especialização de juros nominais	-	(29.209)	(29.209)
Saldo final	36.845.911	10.712.608	47.558.518

Empréstimos por maturidade

O reembolso de capital (e encargos) dos empréstimos BEI em 31 de dezembro de 2025 e 2024 tem o seguinte detalhe

	2025	2024
Maturidade:		
até 1 ano	10.816.096	10.712.608
1 a 2 anos	9.160.116	10.729.912
2 a 3 anos	9.259.891	9.160.116
3 a 4 anos	6.307.103	9.259.891
4 a 5 anos	1.388.889	6.307.103
superior a 5 anos	-	1.388.889
	36.932.094	47.558.518

Empréstimos por tipo de taxa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital (e encargos) a reembolsar relativo aos empréstimos BEI apresenta o seguinte detalhe por tipologia de taxa de juro:

	2025	2024
Taxa juro variável		
até 1 ano	5.127.149	5.140.245
1 a 2 anos	3.444.444	5.111.111
2 a 3 anos	3.444.444	3.444.444
superior a 3 anos	2.083.333	5.527.778
	14.099.371	19.223.578
Taxa juro fixa		
até 1 ano	5.688.947	5.572.363
1 a 2 anos	5.715.671	5.618.801
2 a 3 anos	5.815.447	5.715.671
superior a 3 anos	5.612.659	11.428.105
	22.832.723	28.334.940
	36.932.094	47.558.518

Os empréstimos foram contraídos em euros e, no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, venciam juros de acordo com as seguintes periodicidades e regimes de taxa:

- 62% da dívida a taxa fixa, com juros pagos semestralmente; e
- 38% da dívida a taxa variável, com periodicidade de revisão da taxa de juro trimestral.

Justo valor

Os empréstimos obtidos pela EPAL, no final de 2025, correspondem a empréstimos BEI (36.845.911 euros de capital).

19. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

19.1 Políticas Contabilísticas

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a EPAL adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes

se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses desde a data do balanço ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica “Fornecedores” são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

19.2 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o detalhe de fornecedores e outras contas a pagar é o seguinte:

	31.12.2025			31.12.2024		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Fornecedores						
- Fornecedores de investimento	-	3.571.665	3.571.665	-	3.285.092	3.285.092
- Fornecedores gerais		5.578.471	5.578.471	-	2.523.797	2.523.797
Outras contas a pagar						
- Taxas Saneamento e RSU - CML	-	20.448.270	20.448.270		24.527.538	24.527.538
- CTA - AdVT	-	4.373.266	4.373.266		4.183.876	4.183.876
- Outros		1.198.651	1.198.651		1.213.569	1.213.569
Acréscimos de gastos e diferimentos						
- Férias e sub. de férias a pagar ao pessoal		5.614.360	5.614.360		5.419.702	5.419.702
- Serviços prestados por fornecedores e não faturados		6.475.861	6.475.861		5.964.072	5.964.072
Estado e outros entes públicos		9.269.605	9.269.605		8.532.002	8.532.002
	-	56.530.150	56.530.150	-	55.649.648	55.649.648

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a rubrica Estado e outros entes públicos tem o seguinte detalhe:

	2025	2024
Estado e outros entes públicos passivos		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	391.687	369.490
Imposto sobre o Valor Acrescentado	460.684	227.489
Contribuições para a Segurança Social	836.472	786.220
Fundos Compensação e Garantia do trabalho	2.702	2.702
Taxa de Recursos Hídricos	7.578.061	7.146.101
Estado e outros entes públicos passivos	9.269.605	8.532.002

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA DO IFRS9

As políticas contabilísticas de mensuração para instrumentos financeiros de acordo com a IFRS 9 foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

Classificação dos ativos e passivos financeiros 31.12.2025	Ativos financeiros pelo custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Clientes e outros ativos	39.822.157	-	39.822.157
Outros ativos financeiros	192.228	-	192.228
Caixa e seus equivalentes	32.925.635	-	32.925.635
	72.940.019	-	72.940.019
Empréstimos	-	36.932.094	36.932.094
Fornecedores e outros passivos	-	35.170.324	35.170.324
	-	72.102.418	72.102.418

Classificação dos ativos e passivos financeiros 31.12.2024	Ativos financeiros pelo custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Clientes e outros ativos	34.145.911	-	34.145.911
Outros ativos financeiros	192.228	-	192.228
Caixa e seus equivalentes	8.547.814	-	8.547.814
	42.885.953	-	42.885.953
Empréstimos	-	47.558.518	47.558.518
Fornecedores e outros passivos	-	35.733.871	35.733.871
	-	83.292.390	83.292.390

A rubrica de clientes e outros ativos não inclui os valores respeitantes a acréscimos e diferimentos, nem considera o valor do apoio de tesouraria concedido à AdP SGPS, SA.

A rubrica de fornecedores e outros passivos não inclui os valores relativos a acréscimos e diferimentos.

21. RÉDITO DE CONTRATOS COM CLIENTES

21.1 Políticas Contabilísticas

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma

entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a EPAL avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o grupo efetua a sua melhor estimativa.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela EPAL, existe apenas uma obrigação de desempenho ("*performance obligation*"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ou da prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

Atividade regulada - Serviços em "alta" de abastecimento de água:

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade regulada – Serviços em "baixa" de abastecimento de água:

A venda de água aos consumidores finais é efetuada com base nos volumes consumidos (m³), aos quais são aplicadas as respetivas tarifas. Em alguns casos são efetuadas estimativas de consumos, sendo estas regularizadas aquando das leituras dos contadores individuais de cada cliente.

A Quota de serviço aplicada depende da tipologia de cliente e do diâmetro nominal do contador, sendo aplicado o valor fixo previsto no tarifário aprovado.

A EPAL presta ainda serviços relacionados com a sua atividade de venda de água, como sejam a abertura e fecho de instalações de água, a instalação e substituição de contadores, a construção e reparação de ramais, bem como presta serviços complementares como sejam a comercialização do sistema de faturação Aquamatrix, do sistema para a gestão e redução de perdas de água na rede de distribuição (WONE), de análises laboratoriais, serviços de formação profissional e a reparação de contadores. Nos serviços complementares é reconhecido o valor previsto contratualmente com o cliente, sendo o mesmo reconhecido no mês a que respeita a prestação do serviço.

21.2 Detalhe e movimento

O rédito reconhecido pela Empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é detalhado conforme se segue:

	2025	2024
Venda de água e quota de serviço	194.294.308	184.399.989
Prestação de serviços	2.309.549	2.050.686
Rédito de contratos com clientes	<u>196.603.856</u>	<u>186.450.675</u>

Os rendimentos de venda de água e quota de serviço ascenderam em 2025 a 194,3 milhões de euros, em resultado de 212,2 milhões de m³ de água vendidos (207,1 milhões de m³ em 2024).

No final de 2025, a Empresa fornecia água a 35 municípios, incluindo Lisboa, onde efetua o abastecimento domiciliário a cerca de 373 mil clientes diretos.

Em 2025, as prestações de serviços ascenderam a 2,3 milhões de euros (2,1 milhões de euros em 2024). O aumento desta rubrica é integralmente compensado pelo incremento dos gastos com subcontratos (em FSE).

22. GASTOS DAS VENDAS

A rubrica de “Gasto das vendas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é detalhada conforme se segue:

	2025	2024
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.240.904	2.226.168
	<u>2.240.904</u>	<u>2.226.168</u>

A rubrica de gasto das vendas inclui sobretudo os consumos de reagentes e produtos similares necessários e essenciais para garantir o processo de tratamento de água, assegurando a qualidade da água para consumo humano.

Em 2025 o detalhe é o seguinte:

	Matérias subsidiárias	Total a 31.12.2025
Inventário Inicial (nota 12)	142.465	142.465
Compras	2.259.183	2.259.183
Inventário final (nota 12)	160.744	160.744
CMVMC	2.240.904	2.240.904

E em 2024:

	Matérias subsidiárias	Total a 31.12.2024
Inventário Inicial (nota 12)	166.246	166.246
Compras	2.202.388	2.202.388
Inventário final (nota 12)	142.465	142.465
CMVMC	2.226.168	2.226.168

23. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

23.2 Políticas Contabilísticas

Os gastos e perdas são registados no período a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Os subsídios à exploração são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, e abatem diretamente à natureza do gasto.

Trabalhos para a própria empresa são os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente na demonstração da posição financeira sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

23.3 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” (FSE) é detalhada conforme se segue:

	2025	2024
Eletricidade	17.940.671	17.516.987
Conservação e reparação	8.735.003	8.865.220
Trabalhos especializados	6.029.349	5.707.394
Rendas e alugueres	1.634.425	1.999.681
Subcontratos	1.834.414	1.554.656
Comunicação	1.482.824	1.465.912
Vigilância e segurança	1.143.825	1.152.519
Limpeza, higiene e conforto	956.763	963.614
Combustíveis	610.392	651.314
Seguros	463.848	492.122
Publicidade e propaganda	415.452	482.515
Outros FSE	4.429.322	4.395.005
	45.676.286	45.246.937
FSE capitalizados (nota 6)	(321.050)	(301.514)
	45.355.237	44.945.423

Em termos de FSE, em 2025, destaca-se:

- A eletricidade com 17,9 milhões de euros, apresentando um acréscimo de 0,4 milhões de euros face ao valor de 2024;
- A Conservação e Reparação no montante global de 8,7 milhões de euros, reflete os gastos da Empresa com as ações de manutenção preventiva e corretiva, no sentido de assegurar as boas condições de funcionamento dos seus ativos;
- O acréscimo na rubrica de Subcontratos resulta da retoma da atividade normal que havia sido interrompida em 2023 por dificuldades no processo de contratação e retomada apenas no 2º trimestre de 2024.

24. GASTOS COM O PESSOAL

24.1 Políticas Contabilísticas

Ver política contabilística nas notas 16 e 2.3.

24.2 Detalhe

A rubrica de “Gastos com o pessoal” em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é detalhada conforme se segue:

	2025	2024
Remunerações	33.123.222	31.697.160
Encargos sobre remunerações	7.752.094	7.316.870
Seguros	2.674.605	2.389.550
Indemnizações por rescisão	-	-
Outros gastos com pessoal	1.419.700	1.488.396
	44.969.621	42.891.977
Gastos com pessoal capitalizados (nota 6)	(1.997.230)	(1.918.673)
Redébitos à AdVT	(13.967.565)	(13.183.913)
	29.004.825	27.789.391

Em consequência da gestão delegada da EPAL na Águas do Vale do Tejo, foram incorporados nos quadros de pessoal da EPAL os trabalhadores/as provenientes das entidades agregadas na Águas do Vale do Tejo. De acordo com o definido no modelo de relacionamento entre as entidades, o custo integral é debitado à Águas do Vale do Tejo, não afetando, em termos económicos, a EPAL. Assim, a demonstração de resultados da EPAL incorpora o valor total do processamento salarial de todos os seus trabalhadores/as, apresentando em sentido contrário o montante faturado, sem margem, à Águas do Vale do Tejo.

Os trabalhadores ao serviço da Empresa, não considerando os acima referidos, eram, em 31 de dezembro de 2025, 665 trabalhadores/as, que representa um acréscimo de 18 trabalhadores/as face ao registado no final do ano de 2024.

Remunerações dos Órgãos Sociais

	31.12.2025	31.12.2024
Remunerações	627.984	564.466
Encargos sociais sobre remunerações	110.291	58.350
	738.275	622.816

A informação relativa às remunerações auferidas e aos benefícios e demais regalias concedidos pela Empresa aos membros dos órgãos sociais, encontra-se divulgada no Relatório do Governo Societário e no capítulo do cumprimento das orientações legais do Relatório de Gestão.

Número médio de colaboradores

	2025	2024
Órgãos sociais	11	12
Colaboradores	1.082	1.053
EPAL	658	640
Afetos à gestão delegada da AdVT	424	413

25. AMORTIZAÇÕES, DEPRECIÇÕES E REVERSÕES DO PERÍODO

A decomposição da rubrica de "Gastos de amortizações, depreciações e reversões do período" em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é a seguinte:

	2025	2024
Propriedades de investimento (nota 8)	16.025	67.779
Ativos fixos tangíveis (nota 6)	26.418.175	26.160.157
Ativos fixos intangíveis (nota 5)	213.333	213.333
Ativos sob direito de uso (nota 7)	692.959	210.30
	<u>27.340.492</u>	<u>26.651.570</u>

Os gastos com amortizações totalizaram 27,3 milhões de euros em 2025 (26,7 milhões de euros em 2024), dos quais 26,4 milhões de euros relativos a ativos fixos tangíveis, 0,2 milhões de euros a ativos intangíveis, 0,02 milhões de euros a propriedades de investimento e 0,7 milhões de euros a ativos sob direito de uso (IFRS16).

26. PROVISÕES E REVERSÕES DO PERÍODO

A decomposição da rubrica de "Provisões e reversões do período" em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é conforme se segue:

	2025	2024
Provisões - processos judiciais (nota 15)	46.841	136.719
Provisões – outras (nota 15)	2.894	-
	<u>49.735</u>	<u>136.719</u>
Reversão de provisões - processos judiciais (nota 15)	(33.028)	158.042
Reversão de provisões – outras (nota 15)	(45.000)	-
	<u>(78.028)</u>	<u>(158.042)</u>
	<u>(28.292)</u>	<u>(21.323)</u>

27. PERDAS POR IMPARIDADE E REVERSÕES DO PERÍODO

A decomposição da rubrica de “Perdas por imparidade e reversões do período” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é conforme se segue:

	2025	2024
Perdas por imparidade – clientes (nota 10)	466.863	875.031
Perdas por imparidade – outros devedores (nota 10)	397.753	-
	<u>864.616</u>	<u>875.031</u>
Reversão de perdas por imparidade – clientes (nota 10)	(2.408.467)	(251.283)
	<u>(2.408.467)</u>	<u>(251.283)</u>
	<u>(1.543.851)</u>	<u>623.747</u>

Em 2025, o valor líquido das perdas por imparidade de clientes (perdas por imparidade constituídas deduzidas de reversões) foi negativo em 1,5 milhões de euros (0,6 milhões de euros em 2024 (ver nota 10)).

28. OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas operacionais” em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	2025	2024
Componente tarifária acrescida	5.507.186	5.357.409

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Impostos e taxas	4.327.691	4.263.596
Encargos com cobranças	844.190	869.145
Donativos	91.000	171.000
Indemnizações por roturas	147.708	165.128
Quotizações	27.855	33.655
Outros	31.495	102.561
	<u>10.977.124</u>	<u>10.962.494</u>

O Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, estabelece a aplicação da Componente Tarifária Acrescida que, no período em apreço, é devida pela EPAL à Águas do Vale do Tejo. No caso da atividade de distribuição domiciliária em baixa, a Águas do Vale do Tejo fatura trimestralmente o montante resultante da aplicação do valor unitário: 0,0856 euros/m³ (0,0838 euros/m³ em 2024), ao volume de água utilizada em Lisboa, conforme n.º 1 do artigo 32.º do referido Decreto-Lei, registando a EPAL esse montante numa rubrica de Outros Gastos e Perdas – 5,5 milhões de euros em 2024 (5,4 milhões de euros em 2024).

A rubrica de Impostos e taxas inclui essencialmente os valores relativos à Taxa de Subsolo (2,7 milhões de euros) e às taxas devidas à ERSAR – taxa de Regulação e taxa de Controlo da Qualidade da água (1,2 milhões de euros).

A rubrica de encargos com cobranças inclui as comissões bancárias por cobrança das faturas emitidas aos clientes diretos, que ascenderam a 0,8 milhões de euros em 2025 (0,9 milhões de euros em 2024).

29. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos operacionais” em 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresenta os seguintes valores:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Rendimentos suplementares	5.361.537	5.456.971
Rend. e ganhos em invest. não financeiros	63.115	64.914
Outros	24.344	94.940
	<u>5.448.996</u>	<u>5.616.825</u>

Na rubrica “Rendimentos Suplementares” que, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, ascende a 5,4 milhões de euros e 5,5 milhões de euros, respetivamente, estão incluídos os rendimentos referentes às

outras atividades da Empresa, nomeadamente produtos e serviços tais como o Aquamatrix, Wone, formação na Academia das Águas Livres, análises laboratoriais, atividade museológica, entre outros, e a prestação de serviços à Câmara Municipal de Lisboa de faturação e gestão comercial, no montante de 1,4 milhões de euros em 2025.

30. GASTOS FINANCEIROS

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são detalhados conforme se segue:

	2025	2024
Juros suportados:		
Financiamentos bancários	1.105.912	1.491.958
Loações	44.333	18.023
Outros juros	784	4.530
Garantias de financiamento	86.259	107.678
	<u>1.237.288</u>	<u>1.622.189</u>

Os juros suportados com financiamentos bancários correspondem na íntegra a juros relativos a empréstimos contratados junto do BEI – 1,1 milhões de euros em 2025 e 1,5 milhões de euros em 2024.

O gasto com garantias de financiamento decorre das garantias que a Empresa dispõe para os financiamentos BEI, correspondendo às comissões de garantias prestadas pelo Estado Português. A redução do valor em 2025 resulta da diminuição do capital em dívida.

Os juros suportados com locações decorrem da aplicação do IFRS16 (licenças informáticas e viaturas).

31. RENDIMENTOS FINANCEIROS

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são detalhados conforme se segue:

	2025	2024
Juros obtidos	1.775.717	3.265.378
Outros rendimentos e ganhos financeiros	230.233	380.895
	<u>2.005.950</u>	<u>3.646.272</u>

Em 2025, os juros obtidos são essencialmente resultantes do apoio de Tesouraria à AdP SGPS (1,3 milhões de euros em 2025, e 2,5 milhões de euros em 2024) e de aplicações financeiras junto do IGCP (0,4 milhões de euros em 2025, e 0,7 milhões de euros em 2024).

Os outros rendimentos e ganhos financeiros respeitam maioritariamente à atualização financeira da dívida da extinta Águas do Oeste (agora Águas do Vale do Tejo), conforme descrito na nota 11.2.

32. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

32.1 Políticas Contabilísticas

Imposto sobre o rendimento

A EPAL encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base na respetiva matéria coletável e às taxas de imposto aplicáveis.

No ano de 2025, a Empresa é tributada à taxa de 20% (a Lei n.º 64/2025, de 7 de novembro, reduziu a taxa geral de IRC de 20% para 17%, a ocorrer ao ritmo de 1% ao ano, entre 2026 e 2028), acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

Os impostos sobre o rendimento do exercício registados na demonstração dos resultados correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a EPAL cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras. A Empresa

entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma altura e com a mesma autoridade. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data da demonstração da posição financeira e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

32.2 Detalhe e movimento

O gasto com o imposto do exercício de 2025 ascendeu a 24,9 milhões de euros, dos quais 24,9 milhões de euros relativos a imposto corrente acrescidos de 33 mil euros de imposto diferido.

	2025	2024
Imposto sobre o rendimento do exercício	25.146.361	24.639.691
Excesso/Insuficiência de estimativa para impostos	(257.801)	526.791
Imposto corrente	24.888.559	25.166.482
Impostos diferidos	32.739	(1.764.458)
Imposto diferido	32.739	(1.764.458)
Total de imposto	24.921.298	23.402.024

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o imposto a pagar apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2025	31.12.2024
Imposto sobre o rendimento - ativo	-	-
	-	-
	31.12.2025	31.12.2024
Imposto sobre o rendimento - passivo	3.245.304	3.535.460
	3.245.304	3.535.460

A reconciliação do imposto é apresentada no quadro seguinte:

	31.12.2025	31.12.2024
Estimativa de Imposto	25.146.361	24.639.691
Retenções na fonte	(568.442)	(665.686)
Pagamentos adicionais por conta	(5.449.226)	(5.128.384)
Pagamentos por conta	(15.883.389)	(15.310.161)
Imposto a pagar/recuperar	3.245.304	3.535.460

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	2025	2024
Resultado antes de impostos	91.064.489	82.503.525
Diferenças permanentes:		
Amortizações não aceites	4.877	4.877
Outros	(4.812.870)	(3.538.473)
	(4.807.993)	(3.528.170)
Diferenças temporárias:		
Amortizações não aceites	2.338.833	2.409.695
Imparidade	(2.238.287)	669.341
Diferença entre base contabilística e fiscal de ativos fixos	1.128.675	1.182.922
Outros	(412.973)	(606.978)
	816.247	3.654.980
Lucro tributável	87.072.742	82.630.335
Imposto	17.414.548	17.352.370
Derrama	1.306.091	1.239.455
Derrama estadual	6.241.547	5.841.730
Tributações autónomas	184.174	206.136
Ajustamentos a exercícios anteriores	(257.801)	526.791
Total de imposto corrente e ajustamentos	24.888.559	25.166.482
Efeito de impostos diferidos no exercício	32.739	(1.764.458)
Total dos gastos do exercício	24.921.298	23.402.024
Taxa efetiva de imposto do exercício	27,4%	28,4%

Não existem dívidas em mora para com as entidades fiscais.

O detalhe dos impostos diferidos a 31 de dezembro de 2025 e de 2024 era de:

	2025	2024
Imposto diferido ativo	1.949.090	2.941.927
	1.949.090	2.941.927
Imposto diferido passivo	23.518.853	27.843.581
	23.518.853	27.843.581
	(21.569.763)	(24.901.655)

O detalhe por rubrica a 31 de dezembro de 2025 e 2024 e a movimentação em 2025 é:

	2025			2024		
	Base	Tx	Imposto	Base	Tx	Imposto
Ativos por Impostos Diferidos						
Provisões e imparidades						
Provisão para Pensões	74.030	26,0%	19.248	77.495	29,0%	22.474
Provisão para Cobranças Duvidosas	5.130.485	26,0%	1.333.926	7.368.772	29,0%	2.136.944
PPI de existências	596.650	26,0%	155.129	596.650	29,0%	173.028
Provisão para outros riscos e encargos	515.000	26,0%	133.900	560.000	29,0%	162.400
Outros	-	26,0%	-	-	-	-
Reposição de proveitos tributados (IRC 97/98/99)	787.714	26,0%	204.806	1.052.721	29,0%	305.289
Atualização Oeste - conversão para IFRS	392.623	26,0%	102.082	488.936	29,0%	141.792
Imposto Ativo	7.496.501	26,0%	1.949.090	10.144.574	29,0%	2.941.927
Passivos por Impostos Diferidos						
Reavaliações Legais	8.770.573	26,0%	2.280.349	9.899.248	29,0%	2.870.782
Reavaliações Livres - Activos Amortizáveis	34.027.649	26,0%	8.847.189	36.357.067	29,0%	10.543.549
Reavaliações Livres - Terrenos	40.072.653	26,0%	10.418.890	41.074.905	29,0%	11.911.723
Mais valias reinvestidas	106.252	26,0%	27.625	111.129	29,0%	32.227
Provisão para Pensões	7.480.000	26,0%	1.944.800	8.570.000	29,0%	2.485.300
Imposto Passivo	90.457.128	26,0%	23.518.853	96.012.349	29,0%	27.843.581
Imposto Líquido	(82.960.627)	26,0%	(21.569.763)	(85.867.775)	29,0%	(24.901.655)

	2024			Reforços/reversões em resultados			Reforços/reversões reservas			2025		
	Base	Tx	Imposto	Base	Tx	Imposto	Base	Tx	Imposto	Base	Tx	Imposto
Ativos por Impostos Diferidos												
Provisões e imparidades												
Provisão para Pensões	77.495	29,0%	22.474	(3.466)	26,0%	(3.226)	-	-	-	74.030	26,0%	19.248
Provisão para Cobranças Duvidosas	7.368.772	29,0%	2.136.944	(2.238.287)	26,0%	(803.018)	-	-	-	5.130.485	26,0%	1.333.926
PPI de existências	596.650	29,0%	173.028	-	26,0%	(17.899)	-	-	-	596.650	26,0%	155.129
Provisão para outros riscos e encargos	560.000	29,0%	162.400	(45.000)	26,0%	(28.500)	-	-	-	515.000	26,0%	133.900
Outros												
Reposição de proveitos tributados (IRC 97/98/99)	1.052.721	29,0%	305.289	(265.007)	26,0%	(100.483)	-	-	-	787.714	26,0%	204.806
Atualização AdO e Sintra - conversão para IFRS	488.936	29,0%	141.792	(96.314)	26,0%	(39.710)	-	-	-	392.623	26,0%	102.082
Imposto Ativo	10.144.574	29,0%	2.941.927	(2.648.073)	26,0%	(992.836)	-	-	-	7.496.501	26,0%	1.949.090
Passivos por Impostos Diferidos												
Reavaliações Legais	9.899.248	29,0%	2.870.782	(1.128.675)	26,0%	(293.455)	-	3,0%	(296.977)	8.770.573	26,0%	2.280.349
Reavaliações Livres - Activos Amortizáveis	36.357.067	29,0%	10.543.549	(2.329.418)	26,0%	(605.649)	-	3,0%	(1.090.712)	34.027.649	26,0%	8.847.189
Reavaliações Livres - Terrenos	41.074.905	29,0%	11.911.723	(1.002.252)	26,0%	(260.585)	-	3,0%	(1.232.247)	40.072.653	26,0%	10.418.890
Mais valias reinvestidas	111.129	29,0%	32.227	(4.877)	26,0%	(4.602)	-	-	-	106.252	26,0%	27.625
Provisão para Pensões	8.570.000	29,0%	2.485.300	-	26,0%	204.194	(1.090.000)	26,0%	(540.500)	7.480.000	26,0%	2.148.994
Imposto Passivo	96.012.349	29,4%	27.843.581	(4.465.222)	26,0%	(960.097)	(1.090.000)	-	(3.160.437)	90.457.128	26,0%	23.723.047
Imposto Líquido	(85.867.775)	29,4%	(24.901.655)	1.817.148	26,0%	(32.739)	1.090.000	-	3.160.437	(82.960.627)	26,0%	(21.773.957)

Para mensuração dos saldos finais de impostos diferidos foi aplicada a taxa de imposto que corresponde a uma taxa de IRC de 20% (taxa a vigorar em 2025, nos termos da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2025), tendo sido refletido o impacto da Lei n.º 64/2025, de 7 de novembro, que reduziu a taxa geral de IRC de 20% para 17%, a ocorrer ao ritmo de 1% ao ano, entre

2026 e 2028, acrescida da Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável e da Derrama Estadual de 3% a 9%, conforme decorre da atual legislação fiscal, tendo sido utilizada uma taxa final média de 26,0%.

Durante o exercício de 2025, a Empresa identificou, no âmbito do Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE) despesas de investigação e desenvolvimento. Deste modo, até 31 de maio de 2026 será preparada e submetida uma candidatura ao SIFIDE, não existindo ainda nesta data qualquer estimativa do valor de crédito fiscal a considerar.

33. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

33.1 Partes relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela entidade AdP SGPS, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nessa mesma entidade.

33.2 Saldos e transações com partes relacionadas

Saldos e transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2025:

2025	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A	AdP Energias, S.A.	AdP Internacional S.A.	AdP Valor S.A.	Águas do Algarve, S.A.	Águas do Alto Minho, S.A.	Águas do Centro Litoral, S.A.	Águas do Douro e Paiva, S.A.	Águas do Norte, S.A	AgdA - Águas Públicas	Águas da Região de Aveiro, S.A.	Águas de Santo André, S.A.	Águas Tejo Atlântico, S.A.	Águas do Vale do Tejo, S.A.	Sinarsul, S.A.	Simdouro, S.A.
Ativo																
Accionistas - Emprestimos	95.000.000															
Clientes				3.449									31.945			
Acrescimos Rendimentos	276.812		0		149	25.125		0	11.835	19.949	15.947	14.380	7.650	2.883.389	3.715	
Outras contas a receber	544				45.382	13.886	5.685		13.313	0		437		6.498.512		
Total	95.277.356	0	0	3.449	45.531	39.011	5.685	0	25.148	19.949	15.947	14.817	39.595	9.381.901	3.715	0
Passivo																
Fornecedores	52.754			149												
Acrescimos Gastos	335.715	1.512											594	1.521.134		
Outras contas a pagar				41.577										4.362.716		
Total	388.469	1.512	0	41.725	0	0	0	0	0	0	0	0	594	5.883.849	0	0
Rendimentos																
Vendas e prestações serviços				2.213									99.025	20.157.637		
Outros rendimentos e ganhos	1.846		6.000	5.722	91.562	256.818	3.237	1.396	156.364	22.146	198.150	36.946	16.060	2.874	21.914	446
Juros	1.331.620													133.920		
Total	1.333.466	0	6.000	7.935	91.562	256.818	3.237	1.396	156.364	22.146	198.150	36.946	115.085	20.294.431	21.914	446
Gastos																
Fornecimento e serv. Externos	4.100.110	1.512		26.608										(413.177)		
Gastos com pessoal	350			0	630		(18.489)	8.453					360		0	0
Gastos com pessoal afeto concessão														(13.967.565)		
Outros Gastos	1.188	149		743	1.485	446	743	1.188	1.337	149		2.376		(8.782)	594	1.337
Total	4.101.648	1.660	0	27.351	2.115	446	(17.747)	9.641	1.337	149	0	0	2.736	(14.389.524)	594	1.337
Dividendos	47.281.201															

Saldos e transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2024:

2024	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	AdP Internacional S.A.	AdP Valor S.A.	Águas do Algarve, S.A.	Águas do Alto Minho, S.A.	Águas do Centro Litoral, S.A.	Águas do Douro e Paiva, S.A.	Águas do Norte, S.A.	AgdA - Águas Públicas Alentejo, S.A.	Águas da Região de Aveiro, S.A.	Águas de Santo André, S.A.	Águas do Tejo Atlântico, S.A.	Águas do Vale do Tejo, S.A.	Simarsul, S.A.	Simdouro, S.A.
Ativo															
Acionistas - Emprestimos	115.000.000														
Clientes			3.060									27.755	(323)		
Acréscimos Rendimentos	720.873	-		9.148	24.205	9.418	-	19.102	2.057	16.307	10.486	9.900	3.044.798	2.900	-
Outras contas a receber	6.554	-		47.461	38.877	600	600	13.012	-	22.317	44.314	-	6.426.809	2.450	-
Total	115.727.428	-	3.060	56.609	63.082	10.018	600	32.115	2.057	38.624	54.800	37.655	9.471.284	5.350	-
Passivo															
Fornecedores	62.393		297	297											
Acréscimos Gastos	333.066		56.934								594	3.333	1.676.459		
Outras contas a pagar													4.165.630		
Total	395.460	-	57.231	297	-	-	-	-	-	-	594	3.333	5.842.089	-	-
Rendimentos															
Vendas e prestações serviços			2.791									83.806	19.083.978		
Outros rendimentos e ganhos	17.225	(1.889)	9.355	63.845	255.532	2.937	1.491	132.909	2.057	190.886	54.931	40.187	3.036	12.579	594
Juros	2.499.259												275.094		
Total	2.516.484	(1.889)	12.146	63.845	255.532	2.937	1.491	132.909	2.057	190.886	54.931	123.992	19.362.108	12.579	594
Gastos															
Fornecimento e serv. Externic	3.886.145		28.559										1.915.824		
Gastos com pessoal	1.800		-	630	(594)	(18.093)	1.956	-	(297)	(594)	-	3.315			
Gastos com pessoal afeto concessão													(13.183.913)		
Outros Gastos	149		891	1.485	1.337	446	891	743	743	1.634	1.337		(10.469)	297	1.782
Total	3.888.093	-	29.450	2.115	743	(17.647)	2.847	743	446	(594)	1.634	4.652	(11.278.558)	297	1.782
Dividendos	45.327.476														

Os montantes registados em vendas e prestações de serviços dizem respeito essencialmente à venda de água. Dos outros rendimentos destacam-se as prestações de serviços de gestão comercial (Aquamatrix) e formação.

As transações com outras empresas do Grupo AdP resultam de serviços prestados por estas à EPAL.

O Conselho de Administração da Empresa foi avaliado como parte relacionada e as remunerações pagas divulgadas no Relatório do Governo Societário e no capítulo do cumprimento das orientações legais do relatório de gestão.

34. HONORÁRIOS DE AUDITORIA E REVISÃO LEGAL

Os honorários de revisão legal de contas da EPAL no exercício de 2025 foram os seguintes:

	Revisão Legal de Contas	Outros serviços	Total
Deloitte & Associados SROC	17.797	-	17.797

35. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a EPAL, não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Art.º 324.º do Código das Sociedades Comerciais

A EPAL não detém quaisquer ações próprias.

Art.º 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2025 correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

36. OUTROS ASSUNTOS

Nada a referir.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração da EPAL não tem conhecimento, em 11 de março de 2026, data da aprovação destas contas, de quaisquer outros eventos subsequentes com impacto significativo nas contas apresentadas.

O Conselho de Administração

José Manuel Sardinha
Presidente do Conselho de Administração

Manuel Joaquim Barata Frexes
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira
Vogal do Conselho de Administração

Maria do Rosário Cardoso Águas
Vogal do Conselho de Administração

Rui Manuel Gonçalves Lourenço
Vogal do Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Marcos Faria Miguel

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (“Entidade”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 863.278.551 Euros e um total de capital próprio de 717.349.697 Euros, incluindo um resultado líquido de 66.143.190 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, conseqüentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

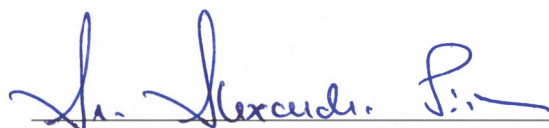
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 12 de março de 2026



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC
Registo na OROC n.º 1496
Registo na CMVM n.º 20161106

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA EPAL - EMPRESA PORTUGUESA DAS ÁGUAS LIVRES, S.A. SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2025

RELATÓRIO

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da sociedade EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2025.
2. O Conselho Fiscal, nomeado por Decisão Social Unânime por escrito de 2 de novembro de 2023, acompanhou a gestão da Sociedade e a evolução dos seus negócios, quer, designadamente mediante contactos e reuniões com os seus principais responsáveis, como através da leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração e da informação financeira preparada regularmente pela Sociedade e disponibilizada ao Conselho Fiscal. No decurso do exercício, na sequência da renúncia apresentada por Eduardo José Santos Clemente ao cargo de Vogal do Conselho Fiscal, por carta datada de 29 de abril de 2025, o Conselho Fiscal deliberou, nos termos do n.º 3 do artigo 415.º do Código das Sociedades Comerciais, chamar à sua substituição o Vogal suplente Luís Miguel Martins Damas, que assumiu funções em maio de 2025.
3. O Conselho Fiscal efetuou reuniões, tendo contado, sempre que necessário, com a presença do Administrador responsável pelo pelouro financeiro, da Direção Administrativa e Financeira e do Revisor Oficial de Contas, tendo ainda obtido todos os esclarecimentos solicitados e disposto da documentação que entendeu necessária ao desempenho das suas funções.
4. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emitiu, em 4 de dezembro de 2024, o Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano de 2025, tendo o mesmo sido aprovado por Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, em 7 de janeiro de 2025 (Despacho n.º

14/2025-SETF, de 7 de janeiro) e pela Senhora Ministra do Ambiente e Energia, em 5 de março de 2025 (Despacho n.º 76/MAEN/2025), de 5 de março).

5. No que se refere ao cumprimento das metas e objetivos estabelecidos no PAO, os resultados obtidos alcançaram na generalidade as metas definidas, conforme consta dos documentos de prestação de contas, com exceção do investimento.
6. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal verificou igualmente o cumprimento das obrigações definidas no artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, tendo emitido os respetivos pareceres sobre os Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental, referentes aos três primeiros trimestres de 2025, que foram remetidos às entidades competentes.
7. O Conselho Fiscal analisou a evolução das dívidas vencidas a mais de 90 dias, tendo-se observado uma redução do seu valor (412.461 euros, em 2025, que compara com 496.875 euros, em 2024). Tal como justificado no ponto 9 da secção relativa ao Cumprimentos das obrigações legais, no Relatório e Contas, a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. não tem pagamentos em atraso em 2025.
8. Em observância com o artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias, aplicáveis ao setor empresarial do Estado (SEE), designadamente, do cumprimento das orientações legais relativas às remunerações vigentes em 2025, as quais se encontram devidamente divulgadas no Relatório e Contas e no Relatório de Governo Societário.
9. Nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir, que a análise apresentada no Relatório de Gestão sobre o cumprimento das obrigações legais não esteja correta.
10. No domínio das remunerações dos trabalhadores e dos órgãos sociais foi dado cumprimento às orientações remuneratórias vigentes em 2025.
11. A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. apresentou igualmente o Relatório de Governo Societário, previsto no n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de

- 3 de outubro, de acordo com o modelo disponibilizado pela Entidade do Tesouro e Finanças, tendo este Conselho Fiscal emitido Parecer favorável ao mesmo.
12. Na sequência da recomendação efetuada pelo Tribunal de Contas, a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. submeteu a sua informação financeira anual a uma auditoria externa, realizada por um auditor registado na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.
 13. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, datada de 12 de março de 2026, emitida nos termos da legislação em vigor, pelo Revisor Oficial de Contas, que aqui se dá como reproduzida, e obteve deste, os esclarecimentos que entendeu necessários inerentes ao exercício das suas funções.
 14. O Conselho Fiscal apreciou também o Relatório do Auditor Externo, datado de 17 de março de 2026, que aqui se dá como reproduzido.
 15. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras (as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025, as Demonstrações dos resultados por naturezas e do rendimento integral, a Demonstração das variações do capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as Notas às demonstrações financeiras) são adequados à compreensão da situação patrimonial da Sociedade no fim do exercício, bem como da forma como se geraram os resultados e se desenvolveu a atividade.
 16. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da Sociedade.

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é da opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas Individuais de 2025; e
- b) A proposta de aplicação dos resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório.

Lisboa, 17 de março de 2026

O Conselho Fiscal

Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais

(Presidente)

Isabel Maria Paz Mendes

(Vogal)

Luís Miguel Barros Martins Damas

(Vogal)

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **EPAL - EMPRESA PORTUGUESA DAS ÁGUAS LIVRES, S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 863.278.551 euros e um total de capital próprio de 717.349.697 euros, incluindo um resultado líquido de 66.143.190 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **EPAL - EMPRESA PORTUGUESA DAS ÁGUAS LIVRES, S.A.** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

Emitimos o presente Relatório de Auditoria, em simultâneo com a Certificação Legal das Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nomeada no respetivo Órgão de Fiscalização, de forma a suprir uma recomendação do Tribunal de Contas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza

material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 17 de março de 2026

Salvador, Cascais, Glória & Associado, SROC, Lda.

Representada por:

Domingos Fernandes Cascais, ROC n.º 1265

Registado na CMVM com o n.º: 20160876